

Retratos de Assentamentos



Retratos de Assentamentos

Volume 26, Número 1, 2023

Arte de Capa: Arte em Aquarela: Regina Carmona / Thatiany Mariano
Diagramação: Thatiany Mariano

Retratos de Assentamentos

Volume 26, Número 1, 2023

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua: Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP

CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7252

Revista eletrônica: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

E-mail: npc@uniara.com.br

Retratos de Assentamentos

Volume 26, Número 1, 2023

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

Editores

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Henrique Carmona Duval
Luís Antonio Barone
Oswaldo Aly Junior

Editoração eletrônica/Diagramação/Normalização
Thatiany Mariano



Retratos de Assentamentos

E-ISSN 1516 8182

Volume 26, Número 1, 2023

<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos>

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994. v.26, n.1, 2023. 215p.

ISSN 1516-8182

E-ISSN 2527- 2594

Apresentação

O presente número da revista retrata um momento triste para Retratos de Assentamentos, porque uma das pioneiras e editoras em toda sua história fez sua passagem este ano, a sempre querida professora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.

Coragem e pioneirismo são duas características que marcaram a trajetória de Dulce. Ainda nos anos de chumbo do regime militar, a jovem professora da Rede Pública do Oeste Paulista desafiava os censores (e os delatores) de plantão, trazendo temas “polêmicos” para as salas de aula do que é, hoje, o Ensino Médio. A emancipação feminina ou a Guerra do Vietnã eram debatidas junto aos alunos com didatismo e para além do discurso oficial. Também foi corajosa e pioneira sua opção de, desde seu mestrado em sociologia da educação – defendido em 1979 – discutir criticamente a ideologia da sociedade urbano-industrial a partir daquilo que Dulce mesma definia como escola “urbanocêntrica”. Essa preocupação com o controle ideológico dos subalternos, em especial dos segmentos sociais do campo, se manteve como um fio condutor de sua reflexão desde meados da década de 1970.

Ao mesmo tempo, a preocupação com a formação dos seus alunos, até mesmo na pós-graduação, colocou essa socióloga em posição de destaque enquanto educadora. Suas aulas de metodologia das Ciências Sociais, nos anos 1980, aliavam a perspectiva aguda dos grandes sociólogos e filósofos críticos ao cuidado realmente pedagógico nas leituras dos trabalhos e avaliações de alunos. O desmonte analítico do verdadeiro processo hegemônico que celebra o capitalismo e suas conquistas tecnológicas, especialmente naquilo que hodiernamente se autodefine como agronegócio, sempre se fazia acompanhar de uma perspectiva poliocular que recolocava – e recoloca – os trabalhadores rurais como portadores de saberes legítimos, mesmo que rechaçados pelas forças econômicas e políticas que comandam os processos de acumulação capitalista.

Neste sentido, é impossível, nesta homenagem, não fazer referência a um texto de sua autoria – em parceria com toda uma equipe de orientandos – que, embora pequeno no seu tamanho, é gigante na sua contribuição e certo em suas proposições, além de sintetizar, em poucas páginas, muito do que Dulce discutiu em sua reflexão. Em “A transcrição da fala do homem do campo: fidelidade ou caricatura” (com sua primeira versão publicada, pela Unesp de Araraquara, em 1995, nos seus Cadernos de Campo), Dulce e seus colaboradores-orientandos – hoje docentes em diferentes universidades do país – oferecem um guia para o importante e delicado trabalho de transcrição das entrevistas gravadas com trabalhadores rurais. Ali, além de orientações técnicas, discute-se os preconceitos dos próprios pesquisadores – preconceitos estes calcados na ideologia urbanocêntrica da escola e de outras instituições da cultura moderna. Trata-se do exercício da reflexividade da pesquisa, exigido por Pierre Bourdieu – um dos maiores referenciais teórico-metodológicos de Dulce – posto em prática

no seu próprio esforço sociológico. É ao redor desse pequeno monumento que este necrológio se completa. De fato, poucos intelectuais conseguiram lapidar de forma tão sintética uma contribuição tão arguta e multidimensional.

O legado de Dulce para o Nupedor, para Retratos de Assentamentos e para a Sociologia Rural brasileira estará sempre vivo e valioso, como em toda sua atividade científica, para a formação de estudantes, pesquisadores/as, extensionistas, gestores/as e professores/as. No caso dos assentamentos cabe lembrar que ela foi uma das idealizadoras do projeto interdisciplinar coordenado pela Unesp/Araraquara: "Análise e avaliação dos projetos de assentamentos no estado de São Paulo", realizado no final dos anos 1980, o qual redundou na publicação do primeiro número de Retratos, em 1994, e do primeiro censo dos assentamentos de São Paulo, em 1995.

Ainda no período de fechamento desta edição, fomos surpreendidos por perdas de outras grandes figuras da questão agrária brasileira. Uma dessas pessoas, Raimundo Pires Silva, esteve muito próximo do nosso grupo enquanto superintendente do INCRA SP, nos anos de 2003 até 2010, quando intensificamos a interlocução entre gestores, acadêmicos e movimentos sociais. Bombril, como era conhecido, foi um grande lutador pela reforma agrária e durante sua gestão, aumentaram exponencialmente o número de assentamentos e de famílias assentadas no estado de São Paulo, a execução das políticas públicas de implantação e desenvolvimento dos assentamentos, além da criação de modalidades diferenciadas de assentamentos, como os PDS. Fez também seu doutorado no PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara, o que o manteve ainda mais próximo. Uma grande figura que deixa um legado enorme para todos e todas que lutam pela reforma agrária e pela democratização da sociedade brasileira.

O presente número da revista abre com um texto de coautoria de Dulce e de uma de suas últimas orientadas de doutorado, que enfatiza a adaptação e interação dos conceitos de reprodução social e ação pedagógica, aplicando-os ao contexto brasileiro. Com uma discussão embasada em Bourdieu, exploram-se perspectivas de uma escola diferenciada, utilizando um estudo de caso de uma assentada inserida em um ambiente permeado por violência simbólica. Em conclusão, o estudo sugere que os conceitos podem ser "migrados" desde que não sejam empregados de forma mecânica, permitindo a fluidez e compreensão da realidade.

Em outro artigo, o cenário do envelhecimento populacional no Brasil e no mundo tem revelado mudanças significativas nas estruturas demográficas e nas percepções associadas à velhice. A compreensão do envelhecimento é multidimensional, sendo influenciada por fatores biológicos, culturais e cronológicos. O investimento em políticas públicas voltadas para o envelhecimento ativo é crucial para enfrentar os desafios e estereótipos associados à velhice.

Logo após, o artigo seguinte aborda um tema crucial da reprodução social da agricultura familiar e sempre desafiador, o da sucessão geracional. O estudo de

caso no território do Médio Jequitinhonha aponta para os dilemas “entre ficar e sair”, entre jovens de duas escolas da família, porém apresenta especificidades que contribuem para se compreender a permanência no campo, os conflitos geracionais, as estratégias educacionais e profissionais no meio urbano que se apresentam na trajetória dos jovens.

Passando à temática da educação, o artigo seguinte tem como tema uma reflexão sobre Educação Ambiental (EA) e desenvolvimento territorial, a partir de vivências da infância das crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Investiga-se o modo de vida das crianças em um contexto de luta pela reforma agrária, por melhores condições de existência, por preservação do meio ambiente, alimentação saudável e escola. Como resultado, busca-se confirmar a importância de se trabalhar a questão ambiental na infância, sobretudo no contexto do MST, dado que estão construindo uma educação emancipadora baseada na luta da família e no pertencimento ao seu território, por meio de práticas pedagógicas lúdicas contribuindo para uma relação de preservação e respeito ao meio ambiente.

Em outro ensaio discute-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) recorrendo ao processo de formação desta política como uma conquista da Educação do Campo. O objetivo é relatar historicamente de que forma o PRONERA e a Educação do Campo vêm contribuindo para formação de educandos e educadores do campo com práticas de sustentabilidade ambiental. Busca-se discutir que o PRONERA é uma política pública com potencial multidimensional para ações visando à sustentabilidade e tem lugar estratégico para a nação ter condições de cumprir os diversos compromissos que tem assumido na agenda ambiental global.

Em um artigo que abre outro bloco de artigos com temáticas territorial, luta pela terra e agroecologia, analisa-se a ocupação do Oeste Paulista com a expansão de ferrovias e cafezais, mas também com a constituição de um patrimônio cultural que passa, na contemporaneidade, por disputas em função da especulação imobiliária. Apresenta-se o tombamento da sede e do mirante de uma antiga fazenda, que hoje fica no centro da cidade, como uma estratégia de se preservar um bem histórico. No entanto, as disputas entre o interesse imobiliário e o Estado persistem e a resistência depende, de forma permanente, dos agentes públicos e da população local.

Dentro dessa temática, mas com foco nas lutas da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, outro artigo identifica seus principais pontos de reivindicação, com o objetivo de apreender quais foram as necessidades e críticas realizadas. Os autores refletem sobre quais as pretensões que fizeram parte das reivindicações de ambos os movimentos do campo, durante a constituinte de 1987/88. São identificados os reflexos dos debates, relacionados com a questão agrária. Desdobramentos que englobam a reforma agrária, como via proporcionadora da justiça social.

No artigo seguinte, a discussão é retomada a partir da produção de alimentos, do abastecimento e do fator geopolítico na determinação da fome em dois

momentos: na década de 1970 e nos anos 2007-2008. Desde uma abordagem das conjunturas políticas nos diferentes momentos, até críticas às políticas implementadas em governos petistas, o que permanece no horizonte é a persistência da fome no Brasil. O artigo aponta a reforma agrária como o fator preponderante para se pensar seriamente no combate à fome e na superação dos desafios estruturais da soberania alimentar.

Outro artigo resgata a execução parcial do projeto Microbacias II – Acesso ao mercado, que apesar de trazer possibilidades ao desenvolvimento rural com a instalação de agroindústria para processamento da produção, não foi capaz de mobilizar e efetivamente fazer funcionar o projeto em assentamento de Batatais/SP. O artigo relata a falta de participação da comunidade no diagnóstico e no plano de negócios, como fatores decisivos no fracasso de uma estrutura que foi criada e nunca utilizada desde 2016.

Em seguida, um artigo de caráter mais técnico que descreve e analisa o levantamento etnopedológico em um assentamento rural no Espírito Santo. O trabalho ressalta a percepção das famílias assentadas sobre diferentes atributos do solo e os cultivos com maior e menor capacidade de armazenar carbono, respectivamente, cafezais e pastagens. Tal conhecimento é fundamental para o planejamento da produção e uso dos recursos naturais levando-se em conta uma proposta de manejo sustentável, a partir de diferentes classes de solos identificadas pela comunidade.

O último artigo trata da construção da Agroecologia no estado de Mato Grosso, como um caminho oposto ao agronegócio hegemônico no contexto da produção de grãos. Apesar das enormes monoculturas que não param de se expandir em terras mato-grossenses e na fronteira da Amazônia, há experiências em Agroecologia que se constroem e se mantêm enquanto resistência da agricultura familiar. O artigo apresenta um trabalho histórico e documental deste processo.

Após a apresentação do presente número, informamos que a partir desta edição, a revista passará a contar com novos editores colaboradores na sua produção. Estão entrando como editores os professores Luís Antônio Barone, da Unesp/Presidente Prudente, e Osvaldo Aly Junior, da ABRA/SP, que se juntam a nós na missão de continuar resistindo com a edição da revista e na democratização da produção, divulgação e acesso ao conhecimento sobre as ruralidades brasileiras, especialmente os assentamentos rurais e a reforma agrária. Damos as boas-vindas aos companheiros!

Boa leitura!

**Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Henrique Carmona Duval
Luís Antônio Barone
Osvaldo Aly Junior**



Bourdieu e Passeron vão ao campo: abordagem teórico-metodológica

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker¹

Ana Flávia Flores²

Thatiany Mariano³

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante⁴

Janaina Florinda Ferri Cintrão⁵

Resumo: O artigo em questão tem como objetivo apresentar as potencialidades da abordagem dialética ao explicar fenômenos do mundo real com base em teorias originadas de contextos diversos. No presente estudo, a Teoria da Reprodução é explorada nesse contexto. A metodologia adotada envolve a análise dialética de conceitos fundamentais da Teoria da Reprodução, como Ação Pedagógica, Violência Simbólica, Capital Cultural, *Habitus* e *Ethos*, enfatizando as contradições. Esses conceitos são confrontados com os dados da pesquisa, obtidos através de investigação específica. O texto enfatiza a adaptação e interação dos conceitos, aplicando-os ao contexto brasileiro. A análise dialética engloba teoria, dados construídos e resultados, a discussão é embasada segundo Bourdieu e explora a relação entre ação pedagógica, violência simbólica e perspectivas de uma escola diferenciada, utilizando um estudo de caso de uma assentada inserida em um ambiente permeado por violência simbólica. Em conclusão, o estudo sugere que os conceitos podem ser "migrados" desde que não sejam empregados de forma mecânica, permitindo a fluidez e compreensão da realidade. Além disso, destaca que teorias não devem ser descartadas apenas porque os fatos desafiam uma abordagem dogmática. As teorias têm o propósito de iluminar os fatos, enquanto os fatos proporcionam nuances, contradições e situações paradoxais que enriquecem as teorias.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução; Valorização da Educação; Subjetividade do Sujeito.

Bourdieu and Passeron go to the field: theoretical-methodological approach

Abstract: The article in question aims to present the potential of the dialectical approach to explain real-world phenomena based on theories originating from different contexts. In the present study, the Theory of Reproduction is explored in this context. The adopted methodology involves the dialectical analysis of fundamental concepts of the Theory of Reproduction, such as Pedagogical Action, Symbolic Violence, Cultural Capital, *Habitus* and *Ethos*, emphasizing the contradictions. These concepts are confronted with research data, obtained through specific investigation. The text emphasizes the adaptation and interaction of concepts, applying them to the Brazilian context. The dialectical analysis encompasses theory, constructed data and results, the discussion is based on Bourdieu and explores the relationship between pedagogical action, symbolic violence and perspectives of a differentiated school, using a case study of a settled inserted in an environment permeated by symbolic violence. In conclusion, the study suggests that concepts can be "migrated" as long as they are not used mechanically, allowing fluidity and understanding of reality. In addition, it highlights that theories should not be discarded just because the facts defy a dogmatic approach. Theories are intended to illuminate facts, while facts provide nuances, contradictions and paradoxical situations that enrich theories.

¹ *In memoriam* - Docente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Stricto Sensu) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA e Professora Emérita (Aposentada) da UNESP em Araraquara/SP.

² Doutora em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA/SP), Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP). E-mail: ana.flores@educararaquara.com

³ Jornalista e Gestora editorial de periódicos científicos - Núcleo de Publicações Científicas da Universidade de Araraquara (UNIARA/SP). E-mail: tomariano@uniara.com.br

⁴ Coordenadora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Stricto Sensu) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA. E-mail: dtmeioambiente@uniara.com.br

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Stricto Sensu) em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - - Universidade de Araraquara – UNIARA. E-mail: jcintrao.mestrado@uniara.com.br

Keywords: Reproduction Theory; Valuing Education; Subjectivity of the Subject.

A memória é infinita, como infinitos são o espaço e o tempo e, por outro lado, é complexa e nos remete diretamente a seus portadores, os sujeitos. Cada sujeito emerge, então, para o pesquisador, como uma espécie de arquivo dinâmico – sempre a remexer seus guardados – num fascinante jogo caleidoscópico que modifica periodicamente suas representações, através de ressonâncias infinitas que ora tangenciam. Ora se interseccionam com outras memórias.

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, 2005.

Introdução

A intenção deste artigo é demonstrar possibilidades da abordagem baseada na análise dialética quando tentamos explicar o real a partir de teorias formuladas em outros contextos □ no caso aqui, a Teoria da Reprodução.

Para tanto, estamos confrontando a elaboradíssima Teoria de Bourdieu e Passeron (1975) com os dados de uma entrevista bastante expressiva que nos foi concedida por uma jovem criada na zona rural – um assentamento de Reforma Agrária – jovem esta que alcançou altos níveis de escolaridade atingindo curso superior de prestígio em universidade pública, superando, portanto, a objetividade do real, ou seja, os obstáculos previstos enfaticamente pela "Grande Teoria", os quais inegavelmente atuam no nível sistêmico.

Abordagem Teórico-Metodológica

A análise dialética se faz iluminando com muita teoria, os dados construídos pelo pesquisador. Ou seja, os dados que a pesquisa já vai valorizando desde a coleta porque chamam a atenção a partir das reflexões que ele (ela) desenvolveu em suas leituras e já observando o universo a ser investigado com raciocínio teórico.

No caso aqui analisado, tomamos os conceitos mais importantes da Teoria da Reprodução, a saber: Ação Pedagógica, Violência Simbólica, Capital Cultural, *Habitus* e *Ethos* para análise dialética ressaltando contradições. Ou seja, concordam ou se contrapõem esses conceitos aos dados da pesquisa, extraídos ou construídos por uma investigação mais específica.

Cumpramos a nós, entretanto, antes da apresentação da questão, justificar o uso de uma única entrevista para os objetivos aqui propostos. Para tanto, nos inspiramos em trabalhos importantes na área das Ciências Sociais que se utilizaram da trajetória de uma única pessoa fazendo dessa trajetória emergir o sistema. Isso pode ocorrer já que na análise dialética as partes são resultados, ou melhor, resultantes de múltiplas determinações e podem, portanto, desvendar o todo, conforme já lembrava nos anos 1960, o então sociólogo Fernando Henrique

Whitaker et al.

Cardoso (1987) no famoso prefácio de sua obra sobre Capitalismo e Escravidão.

Quanto a trabalhos sociológicos explorando casos únicos lembraríamos aqui o estudo de Norbert Elias sobre Mozart e o de Carlo Ginzburg sobre o moleiro perseguido pela inquisição na Idade Média. Inspirada nesses dois casos e fazendo parte do nosso grupo, Whitaker publicou artigo sobre a diversidade em um assentamento de Reforma Agrária utilizando uma única entrevista (WHITAKER, 2002).

Passemos agora a nosso exercício dialético fazendo a Teoria da Reprodução entrar em contato com a realidade campezina no Brasil.

A Teoria, a Entrevista, a Análise

Em uma de suas últimas obras – *Meditações Pascalianas*, Bourdieu nos aconselha a tomar cuidado com a migração de conceitos, por serem as Teorias Sociológicas construídas a partir de situações problemáticas embora não específicas. O pesquisador – armado de vigilância epistemológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999) se torna capaz de desvendar "estruturas estruturantes" por detrás das aparências engendradas pela ideologia que emana do poder. Assim, as teorias desvendam com certa "elegância" – como dizem os nossos colegas das áreas ditas exatas – as estruturas que nos aprisionam e que são histórias e dinâmicas, situações mudam e sujeitos invadem o sistema em suas constantes brechas, tomando o destino em suas próprias mãos.

Mas há um poder legitimado, e legitimador que contribui para justificar, legitimando-as, as desigualdades sociais e os obstáculos que se apresentam nos sistemas de ensino com a função de reproduzir tanto o sistema quanto suas desigualdades sociais e educacionais. Daí o conceito de Violência Simbólica, atribuído por Bourdieu e Passeron (1975) à Ação Pedagógica.

Mas sejamos dialéticos, nem todos os professores de crianças exercem violência simbólica na Ação pedagógica dos sistemas de ensino do qual fazem parte.

Mas, se pensarmos no conceito de "invasão cultural", utilizado por Paulo Freire (1974) como o desrespeito que a educação escolar bancária exerce em relação às variações culturais dos oprimidos (cultura no sentido antropológico), então fica claro que o esquematismo tão criticado da Teoria da Reprodução não é fora de propósito. Ou seja, há violência nos conteúdos escolares, quando desqualificam o saber do "outro", e o currículo não constrói a ponte com o conhecimento da criança, portanto não leva em conta seus esquemas de assimilação (PIAGET, 1999).

Temos então uma violência transfigurada e realmente legitimada pelas boas intenções da ação pedagógica. Mas, continuando com nosso raciocínio dialético, é preciso lembrar que esperanças (subjetividade) resistem ou superam estruturas, e, portanto, negam a teoria, ao mesmo tempo que as afirmam.

Essa é um pouco a intenção deste artigo, um procedimento dialético, por meio da qual, ao mesmo tempo se confirma a grande Teoria de Bourdieu e Passeron e seus "discípulos", e nega-se que suas constatações sejam inexoráveis.

Como se consegue isso? Seguindo os passos do próprio Bourdieu, profundamente dialético em textos altamente complexos (sem Passeron) quando trabalha as contradições das próprias contradições que capta observando o real de forma histórica e crítica – ver, por exemplo, o Poder Simbólico (1989).

Whitaker já demonstrou em sua dissertação de mestrado publicada em livro, (1981) que para aplicar as teorias de Bourdieu aos processos de domesticação da escola na sociedade brasileira, era preciso relativizar os conceitos de sua, àquela época já famosa teoria, e observar que existiam (e existem) instituições mais poderosas do que a escola, encarregadas da reprodução sistêmica (a TV, por exemplo e o mundo da mercadoria). Whitaker demonstrou ainda que a escola conservadora (àquele momento controlada pela ditadura militar) precisava se esforçar muito para conseguir ensinar, porque a maioria das crianças e adolescentes das classes subalternas ficava poucos anos na escola, e o que era pior, permanecia apenas três horas por dia na sala de aula (WHITAKER, 1981).

Fatos específicos, no entanto, não invalidam Teorias. O que precisamos é de análises informadas, iluminadas e animadas pelas Teorias, não para aplicá-las mecanicamente sem a atitude reflexiva reivindicada por Bourdieu (1993), mas para dialetizar o movimento da razão.

Assim, se o pesquisador observar os fenômenos com sua mente pensante aprisionada em "dogmas" teóricos, sua coleta ou construção dos dados será enviesada, à medida que ela vai selecionar só o que confirma seus dogmas teóricos, absorvidos sem pesquisa nos cursos de Teoria Sociológica da Graduação. Nosso tema exige a Sociologia Reflexiva equacionada por Bourdieu em "O Poder Simbólico" (1989). Para tal, utilizaremos aqui os principais conceitos da Teoria da Reprodução para desvelar a realidade cheia de obstáculos que a sociedade de classes (leia-se urbana e capitalista) apresentou a nossa participante desde a infância e verificar através dos seus depoimentos os fatores que lhe permitiu superá-los. Considerando possível, portanto, confrontar, de modo reflexivo, os obstáculos (objetividade) colocados pelas "estruturas estruturantes" por um lado, com as subjetividades que permitiam aproveitar as oportunidades dadas pela própria educação escolar com suas contradições impulsionantes enquanto espaço de diferenças e contraposições (WHITAKER, 1984). Resumindo: os obstáculos objetivos (o sistema) versus as esperanças subjetivas (os sujeitos).

Tomando a nossa entrevistada, é possível captar, em seus depoimentos, como, em alguns casos, a subjetividade escapa (ou supera) a violência simbólica. Para tanto, vamos trabalhar com os conceitos de *habitus*, *ethos* valorizador do conhecimento, arbitrário cultural dominante, ação pedagógica, todos

Whitaker et al.

entrelaçados de alguma forma com as possibilidades de adquirir Capital Cultural, o que será esclarecido ao longo do texto.

O depoimento de Bruna, a partir de cuja entrevista iniciamos nosso exercício teórico, apresenta uma situação peculiar: um assentamento de Reforma Agrária – espaço rural de pobreza material, porém rico de memórias da luta pela terra e rico de conhecimentos relativos a plantio, colheita, alimentação e principalmente, natureza. Nesse tipo de situação as pessoas fazem suas leituras no livro da natureza. Mas, nada do que está escrito nesse importante modo de vida é agregado ao que Bourdieu chama Capital Cultural porque o capital cultural não é a cultura no sentido antropológico: não é guia de ação, costumes, sociabilidade. Como o conceito de capital já indica, o Capital Cultural é apenas acumulação de um conjunto de conhecimentos que Bourdieu e Passeron chamam de "Arbitrário Cultural Dominante" a ser expresso pela sintaxe da norma hegemônica da língua.

Assim, esse conjunto é chamado criticamente de capital porque rende dividendos na escola capitalista, na qual está incorporado aos currículos, para desqualificar os outros "arbitrários culturais" praticados por outros sujeitos das camadas exploradas e são, portanto, arbitrários culturais dominados.

O Capital Cultural, especialmente na Europa implica, para sua formação, a frequência a teatros, concertos, museus e viagens a países diferentes, inclusive o que consideram exóticos, onde se adquire conhecimentos de geografia, história e idiomas, além de informações fragmentadas em forma de conhecimentos gerais.

Na produção do Capital Cultural, a instância mais importante é a família. No seio da família a criança vai exercitando e incorporando o *habitus* necessário à acumulação desse capital. Lembrar que o *habitus* em "O Poder Simbólico" (1989) é o corpo socializado. Na sociedade de classes, diferentes arbitrários culturais desenvolvem diferentes tipos de *habitus*: para o estudo, a leitura e o exercício da linguagem da norma hegemônica com sua sintaxe considerado correto ou para o trabalho na terra ou na indústria com suas sintaxes desvalorizadas socialmente, que são muitas vezes bastante expressivas, aprovadas por linguistas (BAGNO, 1999) e aproveitadas pela literatura, mas raramente pela escola.

Apliquemos agora, para torná-los mais claros, os dois conceitos acima, ao depoimento de Bruna. O primeiro dado expressivo que aparece logo no início da entrevista que nos concedeu, é sua passagem por uma escola diferenciada. A escola do Assentamento Bela Vista foi tema de diferentes pesquisas que podem ser encontradas no banco de dados do NUPEDOR/UNIARA (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural vinculado à Universidade de Araraquara) dado o fato incrível de um Projeto Político Pedagógico inspirado em Paulo Freire, impulsionado por uma diretora idealista. Teoricamente, levando-se em conta a teoria, essa escola contrariou o que dela se esperava. Não incrementou a violência simbólica nos seus currículos e não impôs *habitus* e *ethos* valorizadores do arbitrário cultural dominante, já que considerou o saber e o cotidiano das crianças do assentamento. Assim, a violência simbólica característica da ação pedagógica

foi neutralizada ou no mínimo amenizada. Bruna foi positivamente afetada por essa escola em seus primeiros anos, o fator importante do seu sucesso escolar.

O fato emerge logo no começo do seu depoimento, quando recorda com carinho, as professoras e os professores dos quais se aproximava e como todos conheciam as famílias, "e tudo o que ensinavam tinha a ver com nossa realidade [...] ensinando do cotidiano nosso no assentamento, na roça" (DEPOIMENTO BRUNA, 2020).

Eis aí uma ação pedagógica que procura escapar à violência simbólica. Não se trata só de incentivo dos professores, o que é importante, mas sim de partir dos esquemas de assimilação da cultura do aluno. A "retirada" da violência simbólica, facilita a interiorização do *habitus* escolar nos sujeitos envolvidos.

Mas, certamente esse fator não foi único nem o mais importante. Se fosse tão simples, todos os alunos da referida escola, que assim quisessem estariam na Universidade pública. Bruna lembra sua família: duas mulheres fortes, a mãe e a avó. A mãe nunca pressionou para que estudasse, mas a avó oferece um modelo que produz em sua lembrança mencionada, o difícil *ethos* de valorização do conhecimento que até famílias de posse têm, muitas vezes, dificuldades para inculcar nos filhos.

Vale a pena reproduzir aqui, essa parte do depoimento de Bruna quando fala da avó e do exemplo que lhe serviu de estímulo: "A minha avó foi alfabetizada depois dos 40 anos, ela não sabia nem escrever o nome [...] lembro que eu ia com ela nas aulas, ela me levava e eu ficava com ela. Eu gostava de ver o caderno dela, de ver ela aprender a ler e escrever (DEPOIMENTO BRUNA, 2020).

Os depoimentos de Bruna sobre essa avó desvelam intensa subjetividade. Por duas vezes, Bruna chora. Vemos então a influência da escola diferenciada "caindo" sobre uma subjetividade carregada de emoção, o que prepara a menina/adolescente para resistir à objetividade do real e começar a sonhar com a superação.

Mas ainda temos que inserir aqui o fenômeno na totalidade histórica. Por mais intensa que seja a valorização do conhecimento na subjetividade considerada, e as influências que a dinamizam no cotidiano, o espaço vivido e o momento histórico podem ser contrários a seus esforços.

Bruna não "sofreu" a fabricação da excelência praticada pelas camadas urbanas (NOGUEIRA, 2004). Foi criada em um meio rural, distante, no espaço social, das esferas intelectualizadas da classe média, e sua família não teve condições de fornecer-lhe os recursos formadores do Capital Cultural previstos pela Teoria. Mas, ela cresceu e viveu sua adolescência em momento político muito especial na História do País – o momento de Políticas Públicas dedicados à Educação do/no Campo. Sua subjetividade se expandiu nesse clima politicamente favorável. E vive em um assentamento rural situado entre duas cidades universitárias: Araraquara e São Carlos. Essa proximidade por si só não seria suficiente para ajudá-la a vencer obstáculos, que são muito mais

Whitaker et al.

socias do que físicos.

Mas, essa proximidade cria oportunidades. Eis que surge nesse espaço um grupo de pesquisadores (Projeto PET) um programa do curso de Ciências Sociais da Unesp de Araraquara. O tema da pesquisa era Memória e Identidade dos moradores do Assentamento Bela Vista. Palavras de Bruna, "Eles trabalhavam muito [...] sobre você ter noção de onde você é, de onde você pertence e ter orgulho disso, não se limitar por isso" (DEPOIMENTO BRUNA, 2020).

A data do projeto é 2010, Bruna tinha 13/14 anos e não se pode desprezar o quanto de um Capital Cultural aí transmitido, ainda que não se tratasse de excelência como diria Nogueira (2004). Há aqui mais do que Capital Cultural, é a subjetividade recebendo reforço, "[...] e aí, você passa a ter menos resistência, você se limita menos [...]" (DEPOIMENTO BRUNA, 2020).

A depoente revela ainda outros fatores democratizantes atuando "contra" a teoria teórica como diria Bourdieu. Araraquara-SP conta ainda com um cursinho comunitário no Instituto de Química da Unesp que já se tornou tradição com seus relativamente bons índices de aprovação. Bruna conseguiu vaga, mas frequentou apenas três meses porque funcionava à noite (obstáculos sempre atuando na objetividade sistêmica) mas, conseguiu bolsa de estudos para um cursinho particular e fez um semi-intensivo.

Por mais antipedagógicos que sejam os métodos dos cursinhos com suas aulas-show, o ambiente cheio de desejos, esperanças e desesperanças é também carregado de conhecimentos que dinamizam as possibilidades de ampliar o Capital Cultural graças aos estímulos sobre motivação correspondentes.

Estudos sobre vestibulares (WHITAKER; FIAMENGUE, 2002) demonstram que existe o "efeito cursinho" influenciando aprovação nos cursos de prestígios das Universidades públicas.

E aqui deixamos de privilegiar Bourdieu e passamos a Marx e Engels (2007), cujo conceito de ideologia como falsa consciência também nos ajuda a entender o desalento que afeta jovens das classes exploradas diante dos limites e possibilidades "oferecidos" frente à busca do acesso à Universidade. Há um processo ideológico tão poderoso que ajuda a esconder até aquilo que seria óbvio: a forte presença das classes populares na vida universitária, que se concretizou em números maiores durante os governos do PT (Partidos dos Trabalhadores) mas, que sempre existiu em nosso país (WHITAKER, 2010).

Essa ideologia é tão forte que se manifesta claramente no discurso da nossa jovem participante desta pesquisa. Atentemos para sua frase, "Ah, preferivelmente quem passa vem da escola particular porque a educação é muito melhor" (DEPOIMENTO BRUNA, 2020).

A frase de Bruna deriva do poder ideológico engendrado para criar maior desalento entre os jovens das classes exploradas. Temos nessa frase dois equívocos propagados pela mídia e até pelo senso comum acadêmico. E para

desmascarar esses equívocos só precisamos levantar algumas questões, a saber.

Se as escolas particulares de Ensino Médio são tão eficientes, por que seus alunos precisam de cursinho para passar no vestibular? Se alunos pobres não passam no vestibular, por que está cheio de estudantes pobres nas Universidades Públicas, clamando por apoio institucional para permanência? (o que já ocorria bem antes da primavera petista). E se os pobres não podiam pagar escola onde conseguiam dinheiro para pagar as altíssimas mensalidades das Universidades Empresas?

Não nos cabe responder aqui a essas perguntas. Tudo isso já foi desmitificado por Whitaker e Fiamengue (2002) em grandes projetos de pesquisa financiados pela Vunesp, o que resultou no livro, *Sociologia Rural: Questões Metodológicas Emergentes* (2002); e também pelo projeto "[...] 30 anos de assentamentos rurais em São Paulo: Um balanço das contradições, bloqueios e perspectivas" em parceria com Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e colaboradores (2019/2023). Esse projeto propõe realizar um balanço da trajetória dos assentamentos rurais em São Paulo, levando-se em conta, primeiramente, que não se trata de um diagnóstico baseado em parâmetros de eficiência econômica. Mas, como expressão da diversidade social e regional que permeia as distintas dinâmicas territoriais, as quais revelam, em sua realidade multidimensional, uma relação tensa entre a utopia e a política pública, entre o projetado e o vivido.

Necessitamos somente, após lembrar Marx e Engels (2007), voltar a Bourdieu e à questão do Capital Cultural recordando que alunos das classes privilegiadas já trazem de casa o Capital Cultural de que os professores necessitam para uma ação pedagógica com menor violência simbólica. A ideologia transforma isso em mérito do aluno e das caríssimas escolas particulares de ensino médio.

E quanto ao acesso à Universidade, o verdadeiro divisor de águas não é a Universidade Pública para os ricos e a particular para os pobres. O verdadeiro divisor de águas é o prestígio do curso. Cursos de prestígio realmente possuem uma porcentagem maior de alunos das classes privilegiadas o que ocorre tanto na pública quanto na particular e daí derivam as aparências que obscurecem os processos sociais (WHITAKER; FIAMENGUE, 2002). Temos então um ilusionismo perverso: além de todos os obstáculos que assombram o jovem rural (e, também, o da periferia) o sistema prepara maquiavelicamente o desalento que vai levá-lo a desistir de seus sonhos em relação à Universidade.

Essa é a trajetória (outro conceito caro a Bourdieu, 1996) a ser considerada em pesquisas que possam atualizar a questão do acesso à Universidade em tempos de fascismo e pandemia. Uma vez que para Bourdieu (1996/1998), o conceito de trajetória vem atrelado ao percurso social de um indivíduo ao longo do tempo, marcado por suas experiências, escolhas, oportunidades e limitações. O autor argumenta que as trajetórias individuais são moldadas por estruturas

Whitaker et al.

sociais mais amplas, como a classe social, o capital econômico, cultural e social disponível e as relações de poder. Essas estruturas influenciam as oportunidades e as restrições que um indivíduo enfrenta ao longo de sua vida.

Portanto, investigar, por exemplo, a influência da família nos méritos da escola particular. Afinal é uma instituição que fatura, não só altíssimos mensalidades (subsidiados pelo Estado quando aceita seus descontos no imposto de renda), como o marketing da excelência que a família e adultos significativos se esforçaram em produzir.

Se Bruna não tivesse a força de uma subjetividade – querendo ser mulher forte como a mãe e principalmente a avó – talvez tivesse entrado em desalento face à ideologia, ainda que camuflada, nos ensinamentos recebidos na escola.

Resultados e Discussões

Tentamos mostrar, a partir do real, o plano teórico, no qual a relação entre capital cultural, *habitus* e *ethos* valorizadores da Educação se torna clara, quando observamos os fenômenos em suas essências, em procedimento analítico dialético.

Do concreto confuso em que ocorrem os fenômenos (neste caso a trajetória diferenciada de jovem rural), o movimento da razão se encaminhou para teorias que pudessem iluminá-lo, e dialeticamente produzir um concreto explicado (MELLO, 1975) ainda que seja ou não para reformular as Teorias.

Bourdieu e Passeron (1975) revisitados têm razão. Apresentam notável paradigma para captar a Violência Simbólica nos sistemas de ensino, o que ocorre no momento em que certos conteúdos são inculcados às mentes em formação. Mas, cumpre lembrar que há mais violência, e não tão simbólica, quando jovens são excluídos da escola e se encaminham precocemente para o trabalho subsumido pelo capital.

Finalizando, se trabalhamos com estatísticas confirmaríamos Bourdieu e Passeron (1975) que aliás não estamos negando. Estamos apenas dialetizando para mostrar que as teorias nos ajudam a perceber as estruturas estruturantes que nos aprisionam. Mas, também desvelam subjetividades, ou seja, o sujeito buscando as brechas das estruturas e das ideologias que permitem superar desigualdades.

No caso de Bruna, é possível afirmar, em aprofundamento teórico, que o *ethos* valorizador da educação e principalmente do conhecimento, que todo professor procura transmitir sem muito sucesso, encontrou uma subjetividade especial: o modelo de amor ao conhecimento oferecido pela avó.

Procuramos neste texto, valorizar a migração de conceitos dialetizando-os para nosso tema tão brasileiro. A análise dialética já contém a teoria, os dados construídos e os resultados.

Diríamos à guisa de conclusão ou resultados, se quiserem –, que este trabalho indica a possibilidade de "migrar conceitos" se não são utilizados

mecanicamente, congelando o *devoir* – ou seja, ignorando o entendimento do real. Mas, indica também que teorias não podem ser descartadas simplesmente porque os fatos resistem ao enfoque dogmático de uma "teoria teórica" – expressão do próprio Bourdieu. Teorias existem para iluminar os fatos e os fatos resistem para relativizar teorias, enriquecendo-as com nuances, contradições e situações paradoxais. Na situação analisada, a partir de um diálogo com o referencial de Bourdieu, foi possível discutir a relação entre a ação pedagógica, a violência simbólica, as perspectivas de uma escola diferenciada um estudo de caso de uma assentada em uma experiência cercada pela violência simbólica.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é e como faz.** Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Editora Bertrand, Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.) *Escritos de Educação.* Petrópolis, RJ: Vozes, p. 39-64, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do ensino.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **A Profissão do Sociólogo: preliminares epistemológicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977.

ELIAS, Norbert. **Mozart: Sociologia de um gênio.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

FERRANTE, Vera L. S. Botta. **Tamoio: Olha! Tem nó na cana.** Perspectivas, São Paulo. 31-40, 1984.

Whitaker et al.

FERRANTE, Vera L. S. Botta; WHITAKER, Dulce C. A.; BARONE, Luís Antônio. Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria. *In: Retratos de Assentamentos*. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), n° 09, 2004.

FERRANTE, Vera L. S. Botta. **O Presente e o Futuro dos Assentamentos Rurais: dilemas e ressignificações**. Projeto CNPQ, 2019.

FLORES, Ana Flávia; SILVA, Silvani; FERRANTE, Vera L. S. Botta. Ausência de políticas públicas e formas de resistência da juventude assentada. *In: Retratos de Assentamentos*. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), n° 14, p. 151-174, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Maria Conceição D'Incao. O boia-fria: acumulação e miséria. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, (17), 76-77, 1975.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Favorecimento Econômico e Excelência Escolar: um mito em questão**. Revista Brasileira de Educação, maio/jun./jul./ago., 2004, n° 26.

PAVINI, Gislaine Cristina; RIBEIRO, Maria. Lúcia; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Educação do campo: perspectiva concreta ou promessa frustrada de política pública. *In: Retratos De Assentamentos*, Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), v.23, n.1, 2020. 315p.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 24° ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **A seleção dos privilegiados**. São Paulo: Editora Semente, 1981.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Ideologia e Práticas Culturais: o controle ideológico dos trabalhadores da cana**. 1984. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São

Paulo (U.S.P), São Paulo, 1984.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural: Questões Metodológicas Emergentes**. 1. ed. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. 256 p.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. La question de La diversité dans Le noyau de Reforme Agrarie. *In: AUBRÉE, Marion; BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira (orgs). Cahiers Du Bresil Contemporain*. N° 51/52 □ CRBC (EHHSS). Paris, 2003.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (org.). **Oralidade e Subjetividade: Os meandros infinitos da memória**. Campina Grande - PB: Eduerp, 2005.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina. O método hoje. *In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Sociologia Rural: Questões Metodológicas Emergentes*. 1. ed. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002. 256 p.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Ideologia e Esquecimento: aspectos negados da memória social brasileira**. Letras à Margem, 2010.



A espacialidade do envelhecimento em memória autobiográfica no Pontal do Paranapanema

Fernando Henrique Ferreira de Oliveira¹

Carlos Alberto Feliciano²

Resumo: O cenário do envelhecimento populacional no Brasil e globalmente tem revelado mudanças significativas nas estruturas demográficas e nas percepções associadas à velhice. Segundo relatórios do Censo Demográfico e do Global AgeWatch, o Brasil destaca-se pela feminização do envelhecimento e pelo aumento da população idosa, superando inclusive nações europeias em número. Observa-se que a população idosa brasileira permanece ativa, sendo parte vital da composição econômica e familiar. O envelhecimento populacional é também abordado em contextos internacionais, comparando o Brasil com países do BRICS. A compreensão do envelhecimento é multidimensional, sendo influenciada por fatores biológicos, culturais e cronológicos. O investimento em políticas públicas voltadas para o envelhecimento ativo é crucial para enfrentar os desafios e estereótipos associados à velhice.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional; População Idosa; Políticas Públicas; Brasil; BRICS.

The spatiality of aging in autobiographical memory in Pontal do Paranapanema

Abstract: The scenario of population aging in Brazil and globally revealed significant changes in demographic structures and perceptions associated with old age. According to reports from the Demographic Census and Global AgeWatch, Brazil stands out for the feminization of aging and the increase in the elderly population, surpassing inclusive European nations in number. It should be noted that the Brazilian elderly population remains active, being a vital part of the economic and family composition. Population aging is also addressed in international contexts, comparing Brazil with the BRICS countries. The understanding of aging is multidimensional, being influenced by biological, cultural and chronological factors. Investment in external public policies for active aging is crucial to face the challenges and stereotypes associated with the elderly.

Keywords: Population-ageing; Elderly Population; Public policy; Brazil; BRICS.

¹Doutor em Geografia (FCT/UNESP), Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (UNIARA), Licenciado e Bacharel em Geografia (FCT/UNESP). E-mail: fer_henrique15@hotmail.com.

²programa de pós-graduação em desenvolvimento territorial na américa latina e caribe - UNESP. Atualmente concursado como Pesquisador III da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista - UNESP.

Introdução

Envelhecer é uma experiência fundamentalmente humana, que está intrinsecamente ligada ao espaço em que vivemos. Em um mundo cada vez mais influenciado por ideais neoliberais, onde o envelhecimento é muitas vezes estigmatizado e visto como um problema a ser evitado, é essencial compreender o contexto em que os idosos brasileiros estão envelhecendo.

Nesse sentido, a geografia desempenha um papel crucial na ampliação do debate sobre o envelhecimento populacional e humano. Este artigo tem como objetivo principal explorar as condições de vida dos idosos brasileiros por meio de uma análise geográfica. A partir dessa abordagem, busca-se compreender como a relação entre envelhecimento, espaço e sujeitos se desenrola e influencia a vivência dos idosos.

Uma das hipóteses centrais é que o envelhecimento não é um processo isolado, mas sim uma experiência intrínseca vivenciada ao longo da vida por homens e mulheres. Essa perspectiva desafia os geógrafos contemporâneos a repensarem suas concepções e a considerarem o envelhecimento como um desafio social relevante.

Ao examinar o trabalho de Paiva (2014), fica evidente como o capitalismo tem contribuído para transformar o envelhecimento em uma tragédia social. Os idosos muitas vezes são estigmatizados, vistos como sujeitos descartáveis, dependentes e inativos, e são responsabilizados pelos problemas associados a essa fase da vida. Essa culpabilização revela a necessidade de uma reflexão crítica sobre as percepções e atitudes em relação aos idosos na sociedade contemporânea.

Adotando uma abordagem multidimensional do espaço, percebe-se que tanto os seres humanos quanto o espaço estão em constante transformação. Existe uma relação indissociável entre sujeito e espaço, em que ambos se influenciam e coexistem. O espaço geográfico é uma dimensão complexa e multifacetada da realidade, onde a vida se materializa por meio das interações entre as pessoas e o ambiente ao seu redor.

É fundamental reconhecer a inseparabilidade entre o material e o imaterial, assim como entre o espaço e os sujeitos. O espaço não é apenas uma superfície material, mas também uma construção social que reflete as relações e interações entre as pessoas. Para compreender plenamente as experiências espaciais dos idosos, é necessário analisar as relações sociais que moldam e produzem o espaço em que eles vivem.

O envelhecimento populacional é um fenômeno complexo e dinâmico que se manifesta globalmente nos dias de hoje. Ele pode ser analisado em duas dimensões inter-relacionadas: a dimensão individual, inerente ao sujeito que envelhece, e a dimensão do espaço e território em que ocorre esse processo. De acordo com Santos (2006), a geografia tem como função estudar de forma inseparável os sistemas de objetos e ações que constituem o espaço.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2006, p.63).

A compreensão integrada dos sistemas de objetos e ações é essencial para uma leitura significativa do espaço, pois é por meio dessa interação dinâmica que ele adquire forma e se transforma. Evitar abordagens essencialistas e dualistas nos permite adotar uma perspectiva geográfica que abarca a realidade em seu movimento, considerando tanto as dimensões materiais quanto as imateriais, os objetos e as relações em sua totalidade. Dessa forma, reconhecemos o papel ativo do espaço nos processos sociais e a influência das práticas espaciais dos sujeitos na dinâmica da sociedade.

Essa abordagem está alinhada com as ideias de Santos (2006), que defende a compreensão inseparável das dimensões espaço-temporais como elementos constitutivos da realidade. Assim, é fundamental analisar essas dimensões de forma integrada, considerando o espaço e o tempo como elementos operacionais e interdependentes.

Compreendemos, portanto, que o material não está dissociado do imaterial, o corpo não está separado da mente, o concreto não está apartado do abstrato. A partir dessa premissa, reconhecemos que não é possível estudar o espaço e os sujeitos sociais sem levar em conta a interação entre corpo e mente, pois essas dimensões coexistem de maneira indissociável. Assim, superar polaridades e dualidades é um exercício necessário para uma análise aprofundada do nosso objeto de estudo. Além disso, devemos reconhecer que toda imaterialidade ou pensamento emerge de uma materialidade, ou seja, de um sujeito encarnado e situado no espaço. Portanto, defendemos a lógica da inseparabilidade dessas categorias.

O envelhecimento populacional é amplamente reconhecido como uma questão social relevante na sociedade contemporânea. Trata-se de um processo complexo em curso, que gera mudanças estruturais na dinâmica social, impactando os indivíduos, o Estado, os sistemas de saúde, a previdência social e as políticas públicas. Nesse contexto, Little (2016) propõe que consideremos o envelhecimento como um desafio global que requer ações e atitudes tanto por parte dos governos quanto da sociedade em geral. Compreende-se que esse processo se tornou um dos principais desafios do século atual, exigindo novas

abordagens do Estado e da sociedade.

O envelhecimento deixou de ser uma questão pessoal e tornou-se um tema social de grande importância que precisa ser compreendido pela sociedade como um todo. Um dos nossos objetivos é compreender as condições em que os idosos no campo vivem, investigando se estão envelhecendo de forma saudável e digna, a fim de desconstruir a associação entre envelhecimento e dependência.

Nosso texto parte do pressuposto de que o envelhecimento é muito mais do que um processo uniforme ou linear. É um fenômeno multidimensional, influenciado por uma miríade de fatores que vão desde questões biológicas e culturais até condições sociais, econômicas e estilos de vida. Compreender a interação complexa desses elementos nos permite desvendar as transformações na estrutura etária da população, resultando em um aumento significativo do número de pessoas acima de uma determinada faixa etária, considerada o início da velhice.

No âmbito do estudo das experiências dos idosos com os lugares, a abordagem espacial assume um papel crucial. Ela nos permite mergulhar nos aspectos da vida cotidiana e nas diversas dimensões do envelhecimento, ao explorar as histórias entrelaçadas entre pessoas e lugares, bem como a memória e a percepção desses indivíduos em relação aos eventos e espaços. Ao focar a dimensão do cotidiano e as estratégias de adaptação e permanência, somos capazes de entender como os idosos estabelecem relações profundas com seus corpos e com o ambiente ao seu redor. Através dessas vivências espaciais, buscamos decifrar como o espaço pode tanto facilitar quanto dificultar as experiências de envelhecimento e a rotina diária em uma comunidade.

É imprescindível destacar que o aumento da longevidade é considerado um triunfo do desenvolvimento humano, uma das maiores conquistas da nossa história. No entanto, é preocupante constatar que as políticas não têm acompanhado o ritmo demográfico, conforme alertou a instituição AgeWatch em 2015. Enquanto celebramos o prolongamento da vida, é necessário refletir sobre como a sociedade pode se adaptar a essa nova realidade e garantir que os idosos desfrutem de uma qualidade de vida plena e inclusiva. A resposta a esse desafio requer uma revisão profunda das políticas e práticas existentes, uma verdadeira transformação que priorize o envelhecimento saudável e digno para todos os cidadãos.

O envelhecimento da população brasileira – uma análise geográfica

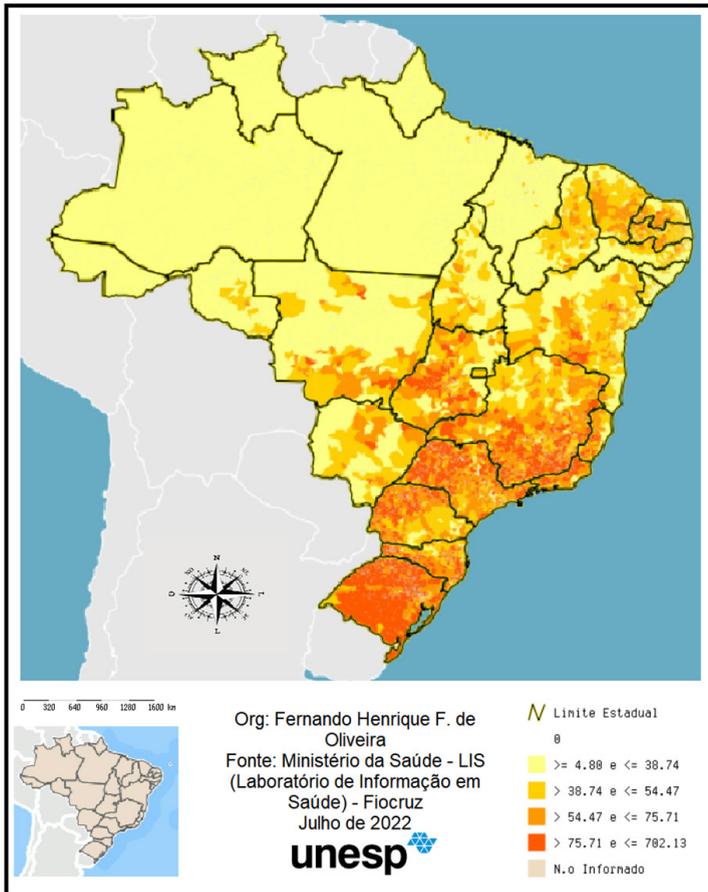
Nas últimas décadas, o processo de envelhecimento da população mundial tem sido intenso. No Brasil, estima-se que existam mais de 20 milhões de idosos, ou seja, pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais. De acordo com o Estatuto do Idoso (2013), “o país está em 6º lugar no ranking de países com maior número de população idosa do mundo” (BRASIL, 2013, p.5). Assim, partindo desse universo onde as mulheres idosas estão crescendo em número e ocupando destaque

Oliveira & Feliciano

na pirâmide etária, demonstramos a necessidade de compreender as múltiplas dimensões do envelhecimento e suas implicações para a sociedade atual.

O mapa a seguir representa o envelhecimento com base na proporção de idosos nos estados do Brasil, permitindo uma visualização espacial dessa realidade. É evidente que as regiões Sul e Sudeste apresentam os maiores índices de envelhecimento, seguidas pelo Nordeste e Centro-Oeste. Por outro lado, os estados da região Norte possuem o menor índice de envelhecimento no país.

Mapa 1 - Índice de Envelhecimento da População Brasileira.



Fonte: Oliveira (2022).

Gráfico 1 - Proporção de idosos residentes em área urbana.

Fonte: Oliveira (2022).

Gráfico 2 - Proporção de idosos residentes em área rural.

Fonte: Oliveira (2022)

Ao analisarmos os gráficos vinculados ao mapa, fica claro que há diferenças significativas no envelhecimento entre áreas urbanas e rurais nas regiões brasileiras. Nas áreas urbanas do Sudeste e Centro-Oeste, encontramos proporções mais elevadas de idosos. Nas décadas de 2000 e 2010, a região Sul tinha a terceira maior proporção de população idosa, seguida pelas regiões Norte e Nordeste, enquanto os municípios apresentavam a menor proporção de população idosa.

Entretanto, a situação se inverte nas zonas rurais. Em 2000 e 2010, o Nordeste possuía a maior proporção de idosos rurais no Brasil, seguido pelas regiões Norte e Sul. O Centro-Oeste ocupava a quarta posição, e o Sudeste era a região com a menor proporção de população idosa nessas áreas. Esses dados revelam a correlação entre o processo de urbanização do Brasil e o envelhecimento, com ênfase nas áreas litorâneas, principalmente no eixo centro-sul do país.

Essas informações destacam a importância de compreendermos as especificidades regionais e espaciais no envelhecimento da população, a fim de desenvolver políticas e programas adequados que atendam às necessidades e demandas das diferentes áreas. O mapeamento do envelhecimento nos estados do Brasil fornece insights valiosos para a formulação de estratégias voltadas para o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos em todo o país.

Esses dados fornecem uma visão geral das características sociodemográficas dos idosos no Brasil, destacando tanto aspectos positivos, como a participação ativa na economia e a redução da pobreza, quanto desafios, como o aumento do número de idosos vivendo sozinhos e a concentração em determinadas regiões. Essas informações são importantes para o desenvolvimento de políticas e programas que atendam às necessidades específicas dessa população em constante crescimento.

O Índice Global de Envelhecimento, desenvolvido pelo Instituto Help Age em 2013, representa uma abordagem abrangente e reveladora sobre o bem-estar dos idosos em diversas nações. Ao considerar quatro áreas-chave – renda, saúde, capacidade (educação e emprego) e ambiente favorável ao envelhecimento – esse índice fornece insights cruciais para entender a realidade dos idosos em cada país.

O Brasil ocupa a 56ª posição nesse índice, apresentando desempenho notável em termos de renda, presente na 13ª posição. O país exibe alta cobertura previdenciária, com impressionantes 83%, e uma baixa taxa de pobreza na terceira idade, registrando apenas 8,8%. No entanto, a classificação moderada em saúde (43ª posição) e capacidade (58ª posição) indica que há espaço para melhorias nesses domínios.

Os dados revelam que a questão do ambiente favorável ao envelhecimento é um desafio no Brasil, com insatisfação expressiva em relação ao transporte público (45%) e à segurança (28%). É inegável que, apesar de avanços significativos, ainda há muito a ser feito para proporcionar um ambiente seguro e amigável aos nossos idosos.

A análise desse índice nos leva a uma conclusão: a população mundial está envelhecendo rapidamente, impulsionada pela redução das taxas de fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida. Esse fenômeno não se limita a um país ou região específica; é uma realidade global.

Contudo, é interessante notar que os países mais bem classificados, geralmente encontrados em regiões industrializadas com altos indicadores sociais, têm se

destacado por investir em políticas voltadas para o envelhecimento ativo. Eles priorizam habilidades, saúde e um ambiente propício ao bem-estar dos idosos.

Em contrapartida, os países nas últimas posições frequentemente estão em regiões com baixos níveis de industrialização e indicadores sociais insuficientes. A falta de políticas de desenvolvimento focadas na população é um fator determinante para sua colocação desfavorável no índice. Conflitos armados também afetam negativamente o bem-estar dos idosos em algumas dessas regiões.

Olhando para o cenário brasileiro, fica evidente que estamos enfrentando um processo de envelhecimento, com uma parcela significativa da população (10% a 19%) com 60 anos ou mais. As projeções apontam que, até 2050, o Brasil será uma sociedade com uma grande proporção de idosos, variando de 20% a 29% da população nessa faixa etária.

Comparativamente ao grupo BRICS, o Brasil se destaca em questões previdenciárias, ficando atrás apenas da China no Índice de Envelhecimento Global. É um sinal de que nossos esforços no âmbito previdenciário são bem-sucedidos, mas ainda há espaço para aprimoramentos em outras.

A pesquisa realizada pelo Censo Demográfico em 2010 revelou um aspecto de particular importância quando se analisa o cenário do movimento populacional no Brasil: a feminização do envelhecimento. Essa tendência se manifesta através de uma maior proporção de mulheres em faixas etárias mais avançadas. Além disso, outra característica marcante do envelhecimento da população brasileira é a elevação da parcela de idosos com idade superior a 80 anos. De fato, os dados divulgados pela agência demonstram que a população idosa do Brasil já ultrapassa em número a totalidade da população de diversos países europeus, tais como França, Itália e Reino Unido. Números precisos indicam que mais de 22 milhões de indivíduos no Brasil têm 60 anos de idade ou mais, enquanto a população dessas nações europeias varia entre 14 e 16 milhões (IBGE, 2010).

Essa mudança no perfil etário também é destacada por Minayo (2011), que ressalta o notável aumento na expectativa de vida dos idosos no Brasil. De acordo com suas observações, durante o período de 1997 a 2007, a população brasileira na faixa etária de 60 a 69 anos apresentou um crescimento relativo de 21,6%. Contrastando com isso, o grupo de 80 anos ou mais registrou um aumento substancial de 47,8%, chegando a surpreendentes 65% em algumas localidades (MINAYO, 2011).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2010, aproximadamente 85% dos idosos brasileiros se mantêm ativos e produtivos. Muitos desses indivíduos continuam trabalhando como forma de aumentar sua renda, mantendo-se também como líderes familiares.

Quanto às características sociodemográficas, a PNAD traz à tona uma série de dados notáveis: um aumento considerável no número de idosos que

Oliveira & Feliciano

vivem de forma independente, totalizando 6,7 milhões, sendo que 40% destes são do sexo feminino; uma notável participação dos idosos na composição da renda familiar global, fenômeno já presente em 53% dos municípios; uma concentração notável da população idosa em determinadas regiões (9,4 milhões no Sudeste e 5,1 milhões no Nordeste) e nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; um predomínio evidente em áreas urbanas (17 milhões em comparação com 3,4 milhões em áreas rurais); uma diminuição significativa na proporção de idosos vivendo em situação de pobreza, cifrada em 12,2% (correspondendo a 2,5 milhões), com uma média mensal de rendimento domiciliar per capita de até meio salário-mínimo, sendo que a maioria desses casos encontra-se em áreas rurais do Nordeste; e, por fim, um aumento notável de lares intergeracionais, com 9,7 milhões de domicílios e 38 milhões de indivíduos de diferentes gerações compartilhando uma mesma moradia (MINAYO, 2011).

De acordo com o relatório do Global AgeWatch (2015), o envelhecimento populacional global é um fenômeno em curso, impulsionado pela redução das taxas de fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida. Antecipa-se que a demografia idosa crescerá em todas as regiões do planeta.

Essas tendências demográficas ressaltam que as experiências da terceira idade estão intrinsecamente ligadas a contextos geográficos distintos. As nações mais desenvolvidas nesse aspecto, situadas em regiões altamente industrializadas e com marcantes indicadores sociais, têm demonstrado maior engajamento na implementação de políticas e programas destinados a fomentar um envelhecimento ativo. Tais abordagens visam promover a saúde, habilidades e um ambiente propício para os idosos (Quadro 1).

Em contrapartida, os países que ocupam os últimos lugares no índice estão geograficamente situados em regiões menos industrializadas, caracterizadas por indicadores sociais defasados, o que denota uma deficiência geral em políticas de desenvolvimento voltadas para a população idosa. Vale ressaltar que alguns dos 102 países avaliados estão atualmente imersos em zonas de conflito, fato que impacta negativamente nas avaliações das respectivas regiões. Em consonância com isso, a constatação emerge de que “as vivências dos idosos variam consideravelmente com base no local de residência” (GLOBAL AGEWATCH, p. 1, 2015).

No contexto brasileiro, o índice corrobora a caracterização da nação como uma sociedade envelhecida, com uma proporção aproximada de 10% a 19% da população com 60 anos ou mais. As projeções indicam que até o ano de 2050, o país adentrará rapidamente em um estágio de envelhecimento acentuado, com uma estimativa de 20% a 29% da população situada na faixa etária de 60 anos ou mais (Quadro 2).

Quadro 1 - Os BRICS no Índice Global de Envelhecimento.

Países BRICS	Posição Geral	% Idosos em 2015	Idosos (2015)	% Idosos em 2030	Idosos (2030)	Taxa de Envelhecimento (2015-2030)
China	52	15,2	209.2 mi	25,3	358.1 mi	3,6%
Brasil	56	11,7	24.4 mi	18,8	42,9 mi	3,8%
Rússia	65	20,0	28.7 mi	24,0	32.2 mi	1,0%
Índia	71	8,9	116.6 mi	12,5	190.7 mi	3,3%
África do Sul	78	7,7	4.2 mi	10,5	6.3 mi	2,7%

Fonte: Adaptação de Help Age Institute – 2015.

Quadro 2 - Os indicadores sociais dos BRICS no Índice Global de Envelhecimento.

Países BRICS	% da população com idade igual a superior a 65 anos a receber a uma aposentadoria ou pensão	Esperança de vida aos 60 (anos)	% da população com idade igual a superior a 60 anos com educação secundária ou superior
China	74.4	19	30.1
Brasil	86.3	21	26.6
Rússia	100.0	17	70.1
Índia	28.9	17	22.4
África do Sul	92.6	16	47.2

Fonte: Adaptação de Help Age Institute – 2015.

o compararmos os indicadores com os dos países do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o relatório constata que o Brasil exibe um posicionamento favorável no âmbito das questões previdenciárias, apresentando uma abrangência e segurança de renda mais sólidas no sistema de pensões e aposentadorias. Nesse contexto de países, o Brasil se coloca em uma posição secundária, situando-se atrás apenas da China no que se refere ao Índice de Envelhecimento Global.

Apesar das influências das políticas neoliberais e das repercussões da recente crise que impactou esse conjunto de nações nos últimos anos, observou-se um certo avanço nas políticas e práticas voltadas para a salvaguarda e promoção dos direitos dos idosos em todas as partes do

globo. Por conseguinte, compreendemos que uma apreensão plena do fenômeno do envelhecimento demanda a consideração de definições que englobem as diversas facetas do ser idoso, seja em relação às dimensões biológicas, culturais ou meramente demarcadas por critérios cronológicos. Portanto, impera a necessidade de conferir visibilidade a esses indivíduos, suas interações espaciais e seu papel na tessitura social.

No contexto brasileiro, a legislação nacional, disposta na Lei nº 8.842/1994 e no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, define como idosos as pessoas com idade superior a 60 anos. Essa delimitação é significativa para a compreensão do envelhecimento em solo brasileiro.

Os dados provenientes do censo de 2010 atestaram um acréscimo na quantidade de idosos no Brasil, isto é, na parcela da população com 60 anos ou mais. Especificamente, o ápice da pirâmide etária do país registrou um incremento de aproximadamente 7,4%.

A representatividade dos grupos etários no total da população em 2010 é menor que a observada em 2000 para todas as faixas com idade até 25 anos, ao passo que os demais grupos etários aumentaram suas participações na última década. O grupo de crianças de zero a quatro anos do sexo masculino, por exemplo, representava 5,7% da população total em 1991, enquanto o feminino representava 5,5%. Em 2000, estes percentuais caíram para 4,9% e 4,7%, chegando a 3,7% e 3,6% em 2010. Simultaneamente, o alargamento do topo da pirâmide etária pode ser observado pelo crescimento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010 (IBGE, 2010, p.5).

No entanto, o contingente de jovens apresentou uma diminuição, passando de 4,9% em 2000 para 3,7% em 2010. Essas informações delineiam um quadro de crescimento da população adulta no país, ressaltando um notório aumento na quantidade de indivíduos idosos (IBGE, 2010).

De acordo com Jahn (2018), o processo de envelhecimento populacional pode ser explicado por dois processos. O primeiro refere-se ao envelhecimento pela base, caracterizado pela redução das taxas de fecundidade, o que resulta na diminuição da proporção de jovens e no incremento da proporção de idosos na população. O segundo enfoque é o envelhecimento “de cima para baixo”, que se relaciona a uma menor taxa de mortalidade entre os idosos e, por conseguinte, uma expectativa de vida mais elevada para essa faixa etária.

Apesar das iniciativas para desconstruir estereótipos e narrativas pessimistas acerca da velhice, é relevante assinalar que as perspectivas neoliberais sobre os idosos ainda predominam, especialmente no contexto econômico. Essa visão concebe o envelhecimento como um ônus para os sistemas de saúde e previdência, relacionando-o a crises. No entanto, é evidente que existem

abordagens alternativas para compreender esse processo. Por meio de políticas públicas coordenadas e respaldadas, é possível enxergar o envelhecimento como um investimento capaz de melhorar as condições de vida das sociedades e reduzir as disparidades que muitas vezes se acentuam na terceira idade.

O relatório do Global AgeWatch (2015) enfatiza que as nações que direcionam investimentos e apoiam o desenvolvimento humano ao longo de toda a vida estão moldando um cenário futuro propício ao envelhecimento. Isso resulta em pessoas vivendo não apenas mais, mas também de maneira mais plena na velhice. Inspirando-se na trajetória japonesa, o relatório ilustra como o Japão não apenas envelheceu enquanto nação, mas também se tornou um dos países mais saudáveis, ativos e desenvolvidos do mundo.

[...] um investimento em uma política social abrangente, que introduziu um sistema universal de saúde, uma pensão universal e um plano para a redistribuição de rendimento, baixas taxas de desemprego e tributação progressiva. Este investimento foi recompensado com uma força de trabalho mais saudável e uma maior longevidade (GLOBAL AGEWATCH, p. 2, 2015).

Diante das considerações expostas, em nossa análise, é fundamental não apenas valorizar as contribuições que os idosos proporcionam às famílias, economias e sociedades, mas também reconhecer a diversidade que caracteriza as distintas vivências dessa população e reexaminar os estereótipos ligados a essas experiências. Estamos diante de uma verdadeira revolução da longevidade, na qual o próprio envelhecimento emerge como um dos triunfos mais significativos da sociedade humana, catalisando transformações nas dinâmicas familiares, sociais e no desenvolvimento econômico.

O envelhecimento humano: uma jornada de reflexões e desafios

O envelhecimento é uma parte inerente da existência humana, um processo que permeia toda a nossa vida, desde o momento do nascimento até o derradeiro suspiro. Essa jornada compartilhada é vivenciada por todos nós, independentemente de origem, cultura ou status social. No entanto, é crucial reconhecer que nem todos têm a oportunidade de envelhecer de maneira satisfatória e digna, com acesso a direitos fundamentais, bem-estar, saúde e qualidade de vida. Mesmo no século XXI, as desigualdades persistem, revelando-se nas condições em que as pessoas enfrentam o processo de envelhecimento.

Diante desse contexto, torna-se necessário promover debates e discussões acerca do envelhecimento, com o intuito de fomentar uma maior conscientização sobre as questões que envolvem essa fase da vida. Precisamos assegurar o bem-estar dos indivíduos idosos, garantindo que tenham uma experiência enriquecedora e digna, repleta de oportunidades e pleno acesso aos recursos necessários para uma vida satisfatória.

Ainda que tenhamos avançado significativamente como sociedade, é fundamental reconhecer que existem lacunas a serem preenchidas. Muitos idosos enfrentam desafios consideráveis, desde a falta de acesso a serviços de saúde adequados até a carência de atividades de lazer e entretenimento. Essas disparidades ressaltam a importância de direcionar esforços para enfrentar as desigualdades presentes no processo de envelhecimento.

À medida que nos aprofundamos nesse tema crucial, somos confrontados com a realidade de que o envelhecimento não é apenas uma questão individual, mas também uma questão coletiva. Precisamos reconhecer que a sociedade como um todo é responsável por criar um ambiente propício ao envelhecimento saudável e satisfatório. Essa consciência nos convoca a tomar medidas concretas para garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua idade, tenham acesso a recursos e oportunidades que promovam uma vida plena e significativa.

Em última análise, a discussão sobre o envelhecimento humano é mais do que uma reflexão acadêmica; é uma chamada à ação para todos nós. Devemos trabalhar coletivamente para superar as barreiras que impedem uma experiência de envelhecimento satisfatória e garantir que todos possam desfrutar de uma jornada digna ao longo de suas vidas. Somente assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e que valorize plenamente cada fase da existência humana.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso** – 3. ed., 2. reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

HELP AGE INTERNATIONAL. **Insight Report**. 2015. Disponível em: www.helpage.org/global-agewatch. Acesso em: 10 jan. 2023.

JAHN, Elisiane de Fátima. **Envelhecimento, campesinato e o crédito consignado: o papel educativo de Movimentos Sociais em relação às estratégias de educação financeira com idosas camponesas e idosos camponeses**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós – Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2018.

LITTLE, Willian. Aging and the Elderly. *In: Introduction to Sociology* – 2nd Canadian Edition. OpenStax College, 2016.

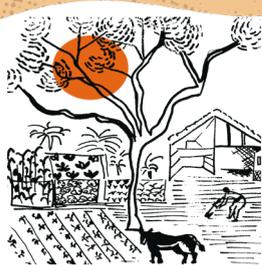
MENDES, Lidiana de Pinho; OLIVEIRA, Fernando Henrique Ferreira de. Os vulneráveis em tempos de pandemia. **Revista Pegada**, v. 21, n. 2 (2020).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Prefácio: Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida brasileira. *In: Nós e o outro*: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. Organizado por TRENCH, Belkis; ROSA, Tereza Etsuko da Costa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011. 290p.

OLIVEIRA, Fernando Henrique Ferreira de Oliveira. **O envelhecimento do ser no espaço**: memórias de idosos em contextos de luta e conquista da terra no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. FCT - Unesp, Presidente Prudente, 2022.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. Cortez Editora, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2006.



Sucessão rural na agricultura familiar no Médio Jequitinhonha/MG

Daniela Luiz Silva¹
Rogério Fernandes Macedo²
Ezequiel Redin³
Thiago Vasconcelos Melo⁴

Resumo: A sucessão geracional na agricultura familiar é o processo de formação e permanência das novas gerações de agricultores. Dessa forma, considerando que a reprodução da agricultura familiar depende do modo como será o processo sucessório, é necessário que haja interesse em permanecer no campo, dando continuidade à agricultura de pequeno porte. O objetivo da presente pesquisa é identificar, de forma inédita, no território do Médio rio Jequitinhonha, se os filhos dos agricultores familiares pretendem, ou não, suceder seus pais no comando das propriedades familiares e no controle da produção. Para alcançar o objetivo proposto, fora feita uma pesquisa quantitativa, descritiva, de campo e com aplicação de questionários aos estudantes da Escola da Família Agroecológica do município de Araçuaí e aos alunos da Escola da Família Agrícola de Jacaré, localizada na cidade de Itinga, situadas no território do Médio rio Jequitinhonha. Para os jovens a decisão de sair do campo é sempre difícil, na medida em que implica se distanciar dos familiares, da comunidade e de todo conhecimento que lhe foi transmitido até então. Como resultado, notou-se que os jovens do Médio Jequitinhonha sofrem de um dilema central: ou se retiram do território para realizar suas pretensões de estudo universitário, tensionando o debate sobre a sucessão rural; ou permanecem e assumem os trabalhos, dando continuidade à agricultura familiar. Ou seja, o problema da sucessão rural está bem vivo na zona rural do território do Médio rio Jequitinhonha.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Extensão rural; Juventude rural.

Rural succession in family farming in the Middle Jequitinhonha/MG

Abstract: Generational succession in family farming is the formation and permanence process of new generations of farmers. Thus, considering that the reproduction of family farming depends on how the succession process will be, there must be an interest in remaining in the countryside, continuing small-scale farming. The objective of this research is to identify, in an unprecedented way, in the territory of the Middle Jequitinhonha River, if the children of family farmers intend, or not, to succeed their parents in command of family properties and in control of production. To achieve the proposed objective, a quantitative, descriptive, field research was carried out and with the application of questionnaires to students of the Agroecological Family School in the municipality of Araçuaí and to the students of the Agricultural Family School of Jacaré, located in the city of Itinga, located in the territory of the middle Jequitinhonha river. For young people, the decision to leave the field is always difficult, as it implies moving away from family members, the community and all the knowledge that has been passed on to them. As a result, it was noted that young people from the Middle Jequitinhonha suffer from a central dilemma: either they withdraw from the territory to carry out their university study pretensions, tensioning the debate on rural succession; or they stay and take over the jobs, giving continuity to family farming. In other words, the problem of rural succession is very much alive in the rural area of the territory of the Middle Jequitinhonha River.

Keywords: Landless childhood; Pedagogical practices; Nature's resources; Childhood environmental education.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – E-mail: daniela.luiz@ufvjm.edu.br.

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade (PPGTS/UFVJM) e do Departamento de Ciências Econômicas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: rogerio.fernades@ufvjm.edu.br.

³ Docente no Programa de Pós-graduação em estudos Rurais (PPGER) e no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Doutor em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ezequielredin@gmail.com.

⁴ Docente no Programa de Pós-graduação em estudos Rurais (PPGER) e no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – E-mail: thiago.melo@ufvjm.edu.br.

Introdução

A reprodução da agricultura familiar é crucial na medida que ela é responsável pela produção de alimentos frescos diversificados ofertados nas feiras livres em diversos municípios brasileiros (GAZOLLA; AQUINO, 2021; RIBEIRO, 2011). Nesse sentido, o tema da sucessão rural adquire grande relevo, tanto do ponto de vista da investigação científica, quanto da perspectiva prática, pragmática, dentro da vida mesma dos agricultores brasileiros.

Se, por um lado, ter a quem transmitir a terra e o controle da produção garante a continuidade do cultivo de alimentos frescos, por outro lado, a inexistência dessa transmissão pode implicar em uma ruptura intergeracional no interior das famílias que detêm os saberes imprescindíveis para a agricultura de pequena escala. Dessa forma, em algum momento de suas vidas, os filhos dos agricultores familiares precisam decidir sobre sua permanência ou não no campo: um verdadeiro dilema, com potenciais implicações relevantes para o seu núcleo familiar e o futuro da comunidade (AHLERT, 2019; BREITENBACH; TRIAN, 2020; MATTE; MACHADO, 2016).

Dito isso, é importante registrar que o objetivo desta pesquisa é identificar especificamente no território do Médio rio Jequitinhonha se os filhos dos agricultores familiares pretendem, ou não, suceder seus pais no comando das propriedades familiares e no controle da produção agrícola em pequena escala. Como se verá neste artigo, no território do Médio rio Jequitinhonha, a agricultura familiar possui um grande peso junto à população rural de diversos municípios, o que reforça a importância da temática da sucessão rural.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, em face da escassez de trabalhos científicos sobre sucessão rural no território do Médio rio Jequitinhonha, decidiu-se realizar uma pesquisa de campo, com a finalidade de conhecer as intenções dos filhos de agricultores familiares. Pensando em viabilizar essa incursão a campo e ter contato em um mesmo local com jovens de vários municípios, escolheu-se aplicar um questionário estruturado aos estudantes da Escola Família Agrícola, presente tanto no município de Araçuaí, quanto de Itinga: ambos municípios presentes do Médio rio Jequitinhonha.

Esta incursão em campo foi orientada para a resposta da seguinte pergunta: no território do Médio rio Jequitinhonha, quais são as pretensões dos filhos dos agricultores familiares, no que se refere à sucessão de seus pais no comando de suas propriedades e no controle da produção agrícola em pequena escala familiar?

Por fim, convém registrar que decidiu-se organizar este artigo em sessões, a saber: 1) Introdução; 2) Referencial teórico; 3) Metodologia; 4) Resultados; 5) Conclusões e 6) Referências bibliográficas.

Referencial teórico

O território do Médio rio Jequitinhonha e a agricultura familiar.

Apoiando-se nas delimitações territoriais presentes na pesquisa de Pessoa (2016), considera-se que a mesorregião do Vale do Jequitinhonha é dividida em três microrregiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha é composto por 22 municípios, contendo 96.187 habitantes no espaço rural e 176.661 no urbano. Por seu turno, o Médio Jequitinhonha conta com 18 municípios, contendo 135.482 habitantes no espaço rural e 153.465 no urbano. Por fim, o Baixo Jequitinhonha possui também 18 municípios, nos quais residem 56.287 habitantes no espaço rural e 143.006 no urbano.

Embora existam características socioeconômicas, políticas e culturais que particularizam cada uma das microrregiões dentro da mesorregião do Vale do rio Jequitinhonha, para o interesse desta pesquisa importa apontar alguns aspectos do Médio Jequitinhonha. Esse só fora oficializado em 2005 como um Território, sendo homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Minas Gerais e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (MINAS GERAIS, 2010). Nele, a propriedade rural é bastante heterogênea, seja no formato, seja na produção; coexistem tanto a pequena propriedade rural, de controle familiar, policultora de gêneros frescos, quanto as grandes fazendas, também de controle familiar, dedicadas exclusivamente à agropecuária leiteira e, principalmente, de corte. Não obstante, existem também grandes propriedades dentro das quais a principal atividade vem a ser a mineração. Ademais, é interessante observar que o Médio Jequitinhonha possui uma forte relação socioeconômica e política com o Vale do rio Mucuri, o qual se situa mais ao sul do rio Jequitinhonha, interpondo-se entre este e as demais regiões mais desenvolvidas economicamente, tal como se pode mencionar, apenas como exemplo, o Vale do rio Doce. (PESSÔA, 2016; RIBEIRO, 2011; PEREIRA *et al.*, 2016).

Ainda dentro do esforço de caracterização da microrregião Médio Jequitinhonha, vale a pena se remeter ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Jequitinhonha. Nesse documento, os autores trazem à baila as seguintes observações sobre este território:

Situado no semiárido mineiro, com forte identidade cultural e com a marca - Vale do Jequitinhonha, com o rio Jequitinhonha com seu mais importante recurso natural, o território tem histórico de forte presença na luta sindical, na construção de práticas sustentáveis de produção e da pedagogia da alternância, com suas escolas Família Agrícola. O Território é caracterizado pelo clima semiárido que determina a maioria das condicionantes climáticas, com predominância do bioma caatinga e ocorrências de cerrado e mata atlântica. O IDH varia entre 0,595 e 0,689, sendo a média de 0,651, sendo que a média de Minas Gerais é de 0,774. Com índice de pobreza em torno de 46%, os municípios têm alto índice de população rural e a agricultura familiar tem participação expressiva

na mão-de-obra rural, mas em contrapartida verifica-se alto índice de concentração fundiária e forte migração da população rural. (MINAS GERAIS, 2010, s/p).

Após tais caracterizações, é importante ter uma ideia do tamanho das populações das cidades, bem como sua distribuição entre o espaço rural e urbano (Tabela 1). Considerando o Médio Vale do Jequitinhonha como um todo, tem-se 288.947 habitantes; dentre esses, 47% residem no espaço rural, ao passo que 53% moram no espaço urbano. Focando na cidade com maior população, surge em primeiro plano o município de Araçuaí, como população absoluta de 36.013 mil habitantes, dos quais 35% se encontram no espaço rural e 65% no urbano. Por outro lado, no extremo oposto, pode-se focar na cidade com menor população; assim, depara-se com o município de José Gonçalves de Minas, com menor população; são 4.553 habitantes, dos quais 25% residem no espaço rural e 75%, no urbano.

Tabela 1 - População dos municípios do Médio Jequitinhonha.

Municípios	População rural - 2010	%	População urbana - 2010	%	População total - 2010
Araçuaí	12.578	5%	23.435	5%	36.013
Berilo	8.412	8%	3.888	2%	12.300
Cachoeira de Pajeú	4.498	0%	4.461	0%	8.959
Carai	15.152	8%	7.191	2%	22.343
Chapada do Norte	9.495	3%	5.694	7%	15.189
Comercinho	4.751	7%	3.547	3%	8.298
Coronel Murta	2.424	7%	6.693	3%	9.117
Francisco Badaró	7.057	9%	3.191	1%	10.248
Itaobim	5.222	25%	15.779	75%	21.001
Itinga	7.853	55%	6.554	45%	14.407
Jenipapo de Minas	4.233	59%	2.883	41%	7.116
José Gonçalves de Minas	3.415	75%	1.138	25%	4.553
Medina	5.934	28%	15.092	72%	21.026
Novo Cruzeiro	20.203	66%	10.522	34%	30.725
Padre Paraíso	7.329	39%	11.520	61%	18.849
Pedra Azul	2.833	12%	21.006	88%	23.839
Ponto dos Volantes	7.314	64%	4.031	36%	11.345
Virgem da Lapa	6.779	50%	6.840	50%	13.619
TOTAL	135.482	47%	153.46	53%	288.947

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2010). Elaboração própria.

Ainda de acordo com Pessôa (2016), a taxa de crescimento da população absoluta do território do Médio Jequitinhonha sofreu alterações entre os anos 1991 e 2010, considerados os espaços rural e urbano. No interregno 1991 e 2000, a população rural decresceu de 172.291 para 149.068 (taxa de -15,6%) e, entre 2000 e 2010, continuou decrescendo, dos 149.068 para 135.482 (taxa de -10%). Comparativamente, tem-se os dados da população urbana do Médio Jequitinhonha, a qual cresceu. Senão, vejamos: no interregno 1991 e 2000, a população urbana cresceu de 108.473 para 137.729 (taxa de 19,4%) e, entre 2000 e 2010, continuou crescendo, dos 137.729 para 153.465 (taxa de 10,3%). Como parâmetro, tem-se as taxas nacionais: entre 1991 e 2000, a população rural do Brasil decresceu a taxa de -12,5%, ao passo em que entre 2000 e 2010, decresceu -6,8%. Por outro lado, a população urbana, entre 1991 e 2000, cresceu 19,6% e, entre 2000 e 2010, cresceu 14,3%.

Há de se salientar que a presente pesquisa adota uma conceituação específica sobre agricultura familiar, a saber, a que trazida pelo autor Silva (2008). Para ele, a agricultura familiar

[...] designa uma variedade de atores que possuem em comum sua ligação com o campo, através da atividade agrícola, com a utilização dos recursos naturais de que dispõe e o emprego de mão-de-obra familiar. Os agricultores familiares diferenciam entre si de várias maneiras, tais como o nível de renda, forma de exploração dos recursos, tipos de atividades, entre outras, além de diferenciarem-se também de acordo com a região brasileira e o bioma natural onde está inserida sua propriedade. [...]. Dessa forma, a agricultura familiar, abrangendo as diversas formas de campesinato existentes, consolida-se não apenas como um segmento econômico, mas também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual as propriedades que a compõem se encontram (SILVA, 2008, p. 23).

A presença da agricultura familiar é algo muito expressivo no Médio Jequitinhonha se configurando como uma importante atividade econômica e produtiva da região (RIBEIRO, 2011; MINAS GERAIS, 2010). O Censo agropecuário de 2017, tal como exposto na Tabela 2, demonstrou o número de estabelecimentos agropecuários, suas áreas médias e a porcentagem dos que são classificados como agricultura familiar, dentro do território do Médio Jequitinhonha. Ali, pode-se notar que o município de Novo Cruzeiro possui a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários, são 2.979 unidades, dos quais 87,7% pertencem à agricultura familiar, com área média de 28,8 hectares. Por outro lado, o município de José Gonçalves de Minas, possui 601 estabelecimentos agropecuários, dos quais 64,05 são da agricultura familiar, com área média de 34,3 hectares. Ainda assim, é interessante observar como a cidade de Pedra Azul possui uma concentração de grandes áreas de terras

em poucos estabelecimentos: são 671 estabelecimentos, dos quais 62,6% correspondem à agricultura familiar, com área média de 175,1 hectares, o que destoa dos demais municípios.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos⁵, área⁶ e porcentagem de estabelecimentos de agricultura familiar⁷.

	Estabelecimentos agropecuários	Área média (ha)	Agricultura familiar (%)
Araçuaí	2.589	43,931881	83,2
Berilo	1.489	17,501276	85,6
Cachoeira de Pajeú	754	63,992458	73,2
Carai	2.310	26,865984	77,9
Chapada do Norte	2.262	14,058554	67,8
Comercinho	1.219	34,882	89,6
Coronel Murta	832	90,133583	67,8
Francisco Badaró	1.384	17,135937	84,2
Itaobim	897	45,552044	81,5
Itinga	1.230	68,639847	84,5
Jenipapo de Minas	697	17,215929	79,9
José Gonçalves de Minas	601	34,326637	64,05
Medina	1.658	62,076252	72,8
Novo Cruzeiro	2.979	28,827217	87,7
Padre Paraíso	777	30,418275	65,9
Pedra Azul	671	175,161367	62,6
Ponto dos Volantes	1.053	60,926777	76,5
Virgem da Lapa	1.108	38,098518	84,6

Fonte: Censo agropecuário 2017; elaboração própria.

⁵Estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho ou de sua forma jurídica, tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

⁶Área média aqui diz respeito ao quociente entre a área total e a quantidade de estabelecimentos agropecuários localizados no município.

⁷Percentual de estabelecimentos agropecuários classificados como Agricultura Familiar em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no município. A definição legal de Agricultura Familiar consta no Decreto n° 9.064, de 31 de maio de 2017.

Por fim, há de notar na Tabela 2 que os estabelecimentos de agricultura familiar apresentam em todos os municípios uma porcentagem acima de 60%. Fato que põe em relevo a importância dessa estrutura de organização da propriedade da terra para os municípios do território.

Sucessão rural, herança e migração

Após discorrer sobre o território do Médio Jequitinhonha e sua agricultura familiar, importa abordar o tema da sucessão geracional que pode ser definido como o processo de formação de novas gerações de agricultores familiares e, por consequência, de perpetuação de seu modo de vida; processo que possui três dinâmicas no interior da família, de sua propriedade e de suas atividades. São elas: 1) a sucessão profissional, quando apenas a gestão do negócio é passada para a próxima geração; 2) a transferência da propriedade da terra de forma legal, o que traz consigo os desafios da divisão da herança e 3) a aposentadoria dos pais, dinâmica a partir da qual eles se afastam do controle da propriedade, relegando-o à nova geração (GASSON; ERRIGTON *apud* ABRAMOVAY, 1998).

Salienta-se que a permanência da agricultura familiar no tempo está na dependência da sucessão entre as gerações. Isso porque o pequeno porte das atividades agrícolas não gera renda suficientemente volumosa para contratação de força de trabalho perene e externa ao núcleo da família. Desse modo, o uso de força de trabalho familiar para sustentar as atividades agrícolas de pequeno porte é central; se esse núcleo se desintegra, a atividade agrícola em si corre risco de desaparecer. Esse é o pano de fundo, quando uma família de agricultores familiares pensa e decide sobre a saída ou permanência dos seus filhos no espaço rural (BREITENBACH E TROIAN, 2020; MATTE E MACHADO 2016). O Quadro 1 resume uma série de fatores que envolve esse processo decisório.

A compra, doação e herança das terras, principalmente na modalidade intervivos, dentro do território do Médio Jequitinhonha, também adquiriram papéis importantes, na medida em que permitiram a formalização do acesso à terra das antigas fazendas. Tais procedimentos de registros de heranças em cartório, portanto, permitiram a vinculação das famílias e de suas terras às formalidades do Estado brasileiro: em outras palavras, “[...] o procedimento de registro cartorial se constituiu aos olhos destes moradores como uma garantia de seus direitos, na prática já consolidados sobre o território (TEIXEIRA, 2008, p. 79). Operou-se, portanto, uma conversão do estatuto jurídico dessas famílias: de posseiros a proprietários, oficializando a ocupação pretérita do território (TEXEIRA, 2008). Desta feita, a temática da herança é de grande relevância à sucessão geracional e continuidade das atividades agrícolas de pequeno porte, no território aqui abordado.

Não obstante, tanto a herança, quanto a sucessão, são afetadas de forma importante pelos processos migratórios. Os autores Noronha e Ribeiro (2007) salientam que a história do Vale do Jequitinhonha sempre foi marcada por

fortes movimentos migratórios, motivados por questões climáticas, tais como secas. Ademais, apontam que há uma relação intrigante entre migração, herança, propriedade da terra e continuidade das atividades agrícolas. Vejamos: considerando uma família de pequenos agricultores com 4 filhos. Se 3 desses migram definitivamente para a cidade, e não colocam nenhum empecilho, os pais podem transferir ao filho que permaneceu no campo a administração dos trabalhos e, por conseguinte, o estatuto de sucessor. Desse modo, a pequena propriedade não chega a ser dividida entre todos os herdeiros para atender às expectativas da herança (TEXEIRA, 2008).

Quadro 1 - Condicionantes e ações para saída e permanência dos jovens no meio rural.

Condicionantes e ações para permanência dos jovens no meio rural	Condicionantes e ações para saída dos jovens no meio rural
<ul style="list-style-type: none"> • Instituições de caráter técnico e promoção da extensão rural (atuando como fornecedoras de crédito, assistência técnica, aperfeiçoamento produtivo, informacional e fomento social); • Fortalecimento de grupos locais e das organizações de agricultores, com atividades voltadas para o lazer; • Tecnologia, modernização, máquinas e equipamentos que facilitem a realização das atividades agrícolas/ redução da penosidade do trabalho; • Valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura; • Políticas voltadas para juventude rural, incluindo educação de qualidade, estímulo à projetos inovadores que façam do meio rural uma opção de vida; • Condições das famílias, tanto econômicas quanto sociais: viabilidade econômica, qualificação para a entrada de novos mercados, estratégias de obtenção de rendas complementares, relação entre pais e filhos, questão de gênero e a escolha profissional; • Opção por cursos na área agrícola maximiza suas chances de retorno ao meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho penoso e difícil na agricultura; • Incertezas e dificuldades do trabalho agrícola; • Não participação e envolvimento nas atividades relacionadas à gestão e produção na propriedade; • Especificamente para as mulheres, pela precariedade de perspectivas, assim como pelo papel de submissas que continuam a ter as moças no interior das famílias agrícolas; • A constante recomendação que os pais dão aos filhos de irem em busca de estudo e opções de trabalho diferentes e a dificuldade que os pais encontram em motivar os filhos para o trabalho pesado na roça; • Maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, insatisfação dos ganhos, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola; • As famílias que possuem condições financeiras para oferecer apoio educacional acabam induzindo o jovem a migrar parcialmente para os centros urbanos, com o propósito de melhor qualificação de nível superior.

Fonte: Elaboração dos autores com base em; Abramovay et al. (1998); Tedesco (1999); Brumer et al., (2000); Abramovay (2005); Barral (2005); Mendonça et al., (2008); Alves; Marra (2009); Moraes (2011); Troian et al., (2011); Spanevello, Drebes, Lago (2011); Redin (2012); Breitenbach; Giareta (2015); Breitenbach; Corazza (2017); Troian, Breitenbach (2018b).

Fonte: BREITENBACH; TROIAN, 2020.

Portanto, no território do Médio Jequitinhonha esse processo de migração definitiva para a cidade é entendido como uma retirada voluntária que não fragmenta a terra e, contanto que ao menos um dos herdeiros permaneça na propriedade, permite a manutenção da agricultura familiar no Médio Jequitinhonha. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que gera esse benefício, exclui os demais membros, migrantes, da família da possibilidade de exercerem a função social de sucessores e também herdeiros; quando esses retornam para debater herança, instaura-se um momento de grande tensão

intrafamiliar (TEXEIRA, 2008).

Metodologia

As informações expostas neste estudo são baseadas na pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC/FAPEMIG), aprovada pelo Edital CICT 008/2017. Esta pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, com incursão em campo e aplicação de questionário. Convém registrar que o objetivo da presente pesquisa é identificar especificamente no território do Médio rio Jequitinhonha se os filhos dos agricultores familiares pretendem, ou não, suceder seus pais no comando das propriedades familiares e no controle da produção agrícola em pequena escala.

Para realizar esse objetivo, buscou-se, além de fazer um amplo levantamento bibliográfico pertinente ao tema, ir a campo e produzir dados a partir da aplicação de questionários. Foram utilizados questionários autoaplicáveis, contendo questões abertas e fechadas. Todos eles foram aplicados junto aos filhos de agricultores familiares, que frequentavam as Escolas da Família Agrícolas do Médio Jequitinhonha. São elas: a Escola Comunitária da Família Agrícola de Jacaré (EFA de Jacaré, fundada em 1994), localizada no espaço rural do município de Itinga e a Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí (EFA de Araçuaí, criada em 2009), localizada no espaço rural do município de Araçuaí. Tanto Araçuaí, quanto Itinga, são municípios pertencentes ao território do Médio Jequitinhonha. E as duas escolas supracitadas ofertam curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio (GONÇALVES, 2012).

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes do terceiro ano do ensino médio e os questionários foram aplicados ao cabo de 2018, precisamente quando eles se dedicavam a pensar o que fazer após o ensino médio. O questionário foi embasado em outros utilizados por Abramovay (1998), Mendonça (2008) e Spanevello (2008).

Os dados coletados foram tabulados e tratados de forma quantitativa utilizando-se planilhas do Microsoft Office Excel® e analisados a partir do método estatístico descritivo.

Resultados

Descrição das propriedades das famílias, do trabalho e educação formal

De imediato a pesquisa se deparou com uma dificuldade, a saber, na EFA de Itinga muitos alunos se ausentaram da escola reduzindo significativamente a turma do terceiro ano a apenas 5 estudantes, aos quais foram aplicados os questionários. As motivações para tal redução, levantadas pela pesquisa foram: demora e até mesmo falta de repasse orçamentário por parte do Estado

que afetou negativamente o custeio, a organização interna e desmotivou os estudantes. De outra parte, na turma da EFA da cidade Araçuaí deparamos com 25 estudantes e todos responderam aos questionários.

Dessa forma, foram aplicados 30 questionários. Os resultados demonstraram que 50% (15 alunos) do total dos alunos eram do sexo feminino e os outros 50% (15 alunos) do sexo masculino; todos com idade entre 17 e 25 anos.

Dos 30 estudantes entrevistados, 29 eram filhos de agricultores familiares, distribuindo-se nos seguintes municípios do Médio Jequitinhonha: 59% (17 estudantes), em Araçuaí; 17,2% (5 estudantes), em Itinga; 6,8% (2 estudantes), em Francisco Badaró; 6,8% (2 estudantes) em Coronel Murta; 3,4% (1 estudante), em José Gonçalves de Minas; 3,4% (1 estudante), em Berilo e outros 3,4% (1 estudante), em Virgem da Lapa.

Quando analisada a propriedade da família, compreendeu-se que dos 29 filhos de agricultores entrevistados, 24 eram proprietários e 5 não eram.

Também foi possível investigar como os pais obtiveram a propriedade da família. Dos 24 proprietários, 54% (13 unidades familiares), provém de sucessão por meio de herança. Outros 33% (8 unidades), as propriedades foram compradas de terceiros não advindo de processos de sucessão. Outros 8% (2 unidades), as famílias obtiveram uma parte da propriedade por meio de herança e outra adquirida ou comprada. Por fim, 4% (1 unidade), a propriedade foi comprada de parentes ou irmãos. O Gráfico 1 demonstra esses percentuais.

Gráfico 1 - Forma como a família obteve a propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os dados permitem demonstrar o tempo em que as famílias residem em suas propriedades. Dos 29 agricultores familiares, 37,9% (11 agricultores) moram em suas terras há mais de 30 anos; outros 41,4% (12 agricultores), residentes entre

15 e 30 anos na propriedade. Por fim, 20,7% (6 agricultores) residem em suas terras há menos de 15 anos.

A aplicação dos questionários permitiu obter informações sobre a transmissão do conhecimento entre as gerações. Ao serem questionados se trabalham junto à família nas atividades agrícolas, 89,6% (26 estudantes) responderam afirmativamente e 10,3% (3 estudantes) disseram que não. Quando questionados quem lhes repassou o conhecimento do trabalho agrícola, 89,6% (26 estudantes) responderam que foi por intermédio dos pais; 0,06% (2 estudantes) relataram que foi exclusivamente por meio da mãe e 0,03% (1 estudante) somente pelo pai.

No que se refere aos estudos, muitos pretendiam cursar uma graduação, seja em universidade pública ou privada. A Tabela 3 demonstra o interesse deles por algumas graduações específicas: 21% pretendiam cursar Engenharia agrícola e ambiental; 11%, administração; 10%, Direito; outros 10%, Medicina veterinária; outros 10%, Agronomia; por fim, 38% demonstraram interesse em outros cursos, tais como Enfermagem, Engenharia Civil, Artes Visuais, Análise e desenvolvimento de Sistema, Marketing, Engenharia de Produção, Mecânica e Gastronomia. Algumas das pretensões, como Administração – por exemplo – podem estar influenciadas pela presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG, do município de Araçuaí (IFNMG, 2021). Outras escolhas, como engenharia agrícola e ambiental, Medicina veterinária, Agronomia, Engenharia de produção e Gastronomia, podem ter sido influenciadas pelo vínculo histórico dos jovens ao universo da agricultura familiar. De certa forma, são profissões que poderiam ser articuladas com a produção, atribuindo aos seus produtos mais valor agregado e maior renda à família. Certamente, isso influenciaria positivamente na permanência no campo, na sucessão geracional.

Tabela 3 - Curso superior de interesse.

Curso superior	(%)
Engenharia agrícola e ambiental	20,7 (6)
Administração	10,3 (3)
Direito	10,3 (3)
Medicina veterinária	10,3 (3)
Agronomia	10,3 (3)
Outros	37,9(11)

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Nas cidades do Médio Jequitinhonha, a presença de instituições de ensino, tal como o IFNMG, pode (como hipótese a ser estudada no futuro) influenciar nas escolhas e na permanência dos jovens em sua localidade de origem, na medida em que poderiam simultaneamente se dedicarem à formação acadêmica

e atuar na pequena propriedade agrícola.

Em relação às influências que os pais exercem sobre os filhos no momento de escolher a profissão, 65,5% (19 estudantes) responderam que não há interferência e 34,5% (10 estudantes) disseram que sim, há interferência.

No tocante aos irmãos dos 29 estudantes, pôde-se calcular que eles tinham somados um total de 83 irmãos, dos quais a faixa etária variava de 2 a 39 anos, sendo 19 anos a média da idade dos meninos e 18 aos, a média das meninas.

A partir dos questionários também foi possível observar o nível de escolaridade de 83 irmãos, considerados tanto os que moram na residência da família, quanto os que não moram. A Tabela 4 aponta o percentual de irmãos no ensino fundamental, médio e superior, sendo que do total dos irmãos, 2 ainda eram bebês, por isso não entraram para dados da tabela. Interessante observar que somente as jovens tiveram condições de finalizar o ensino superior e principalmente aquelas que residem em cidades.

Tabela 4 - Caracterização da escolaridade dos irmãos dos estudantes.

	Quantidade	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
Masculino reside na cidade	10	20% (2)	80% (8)	0% (0)
Masculino reside no campo*	27	55,6% (15)	44,4% (12)	0% (0)
Feminino reside na cidade	19	5,3% (1)	52,6% (10)	42,1% (8)
Feminino reside no campo*	25	64% (16)	32% (8)	4% (1)
Total	81	42% (34)	46,9% (38)	11,1% (9)

Fonte: SILVA, 2019.

Referente ao local de moradia daqueles 83 irmãos tem-se o seguinte: 65% (54 indivíduos) residiam no campo; desses 63% (34 indivíduos) eram estudantes e 37% (20 indivíduos) eram agricultores. Por outro lado, 35% (29 pessoas) dos 83 irmãos residiam na zona urbana, dos quais 55% (16 indivíduos) estavam residindo em outras cidades de Minas Gerais e 45% (13 pessoas) estavam residindo ou na região metropolitana de Belo Horizonte, ou no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro ou Espírito Santo.

No que diz respeito aos outros membros das famílias (pais, mães, tios, esposa e avó), que moram na mesma residência, notou-se que a pessoa de menos idade possuía 24 anos e o de mais idade possuía 70 anos. A Tabela 5 a seguir demonstra a escolaridade destes familiares, com destaque para a maior concentração de pessoas com Ensino fundamental, 70% da amostra. Além disso, destaca-se que há uma maior quantidade de homens analfabetos, em relação às mulheres: 16% para 6%, respectivamente.

Ao se comparar o nível de escolaridade dos familiares (pais, mães, tios, esposa e avó) e dos irmãos dos entrevistados, nota-se que os filhos possuem um nível

de escolaridade maior que o dos pais. Pois, quando se observa a quantidade de familiares que chegaram a cursar uma graduação o percentual é somente de 2%, sendo que do total, a maior parte parou os estudos no ensino fundamental. E quando se observa dos filhos, verifica-se que um percentual de 11,1% chegou a cursar uma graduação e nenhum era analfabeto. Além disso, também se constata que, na geração dos pais quanto na dos irmãos, os homens possuem nível escolar inferior ao das mulheres.

Tabela 5 - Caracterização da escolaridade dos familiares dos estudantes.

	Quantidade	Analfabeto	Ensino infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
Homens	32	16% (5)	6% (2)	72% (23)	6% (2)	0% (0)
Mulheres	32	6% (2)	6% (2)	69% (22)	16% (5)	3% (1)
Total	64	11% (7)	6% (4)	70% (45)	11% (7)	2% (1)

Fonte: SILVA, 2019.

A permanência dos jovens no campo

A permanência dos jovens no campo está também ligada à sua afinidade e afetividade em relação ao local onde residem. Ao serem questionados sobre isso, 93,1% (27 indivíduos) responderam positivamente e 6,9% (2 indivíduos) responderam negativamente. Os primeiros argumentam que a vida no campo é mais tranquila, segura e que têm memórias afetivas com a dinâmica da produção agrícola. De outra parte, os segundos, responderam negativamente em face das dificuldades presentes na vida de suas famílias.

Tais dificuldades foram organizadas na Tabela 6 adiante. Ganha evidência a falta de recursos financeiros que pode estar relacionada – como hipótese para checagem em pesquisas futuras – à ausência de apoio técnico ao cumprimento da burocracia para acessar as políticas públicas de financiamento, assim como à descontinuidade de tais políticas. Outra dificuldade destacada é a escassez hídrica, pois em algumas comunidades do município de Araçuaí somente se tem acesso ao recurso hídrico por meio de caminhões pipa, disponibilizados pela prefeitura municipal. A perda da produção por excesso de sol é outro problema, ou seja, as culturas agrícolas do médio Jequitinhonha (a exemplo de muitas) exigem uma relativa proporção entre exposição ao sol, à sombra, à água, aos nutrientes e às temperaturas adequadas, entre outros fatores. Nos anos que ocorrem poucas chuvas ou longas estiagens, a exposição ao sol se torna mais proeminente, mais prolongada, portanto. Nesses momentos, os agricultores dizem haver excesso de sol. Nesse cenário, geralmente ocorrem perdas na produção, seja por exemplo porque atrapalhou o processo da florada, seja porque atrapalhou o desenvolvimento de mudas, entre outras. Isso implica dificuldades aos agricultores que ou não conseguem instalar suas lavouras ou, se conseguem,

amargam perdas parciais ou até totais na produção. Ademais, tem-se as dificuldades nas vendas dos produtos. Elas podem estar relacionadas, como hipótese para pesquisas futuras, à impossibilidade de colheita e subsequente armazenamento; às distâncias percorridas para se chegar às feiras; à dificuldade de transporte para essas localidades; ao frete de retorno, que consiste em voltar ao sítio com o restante das mercadorias não vendidas; ao baixo preço pago pelos produtos da agricultura familiar.

Tabela 6 - Dificuldades enfrentadas pelas famílias⁸.

Dificuldades	Respostas cumulativas dos Estudantes
Falta de recursos financeiros	13
Escassez hídrica	13
Perda da produção por excesso de sol	2
Perda da produção por excesso de chuva	6
Dificuldade na venda dos produtos	15

Fonte: SILVA, 2019.

Quando perguntado aos estudantes suas opiniões em relação ao trabalho na agricultura familiar, 82,8% (24 indivíduos) responderam que seria possível viver no campo somente do trabalho agrícola e 17,2% (9 indivíduos) responderam que não é possível. No tocante a preferência, percebe-se que os meninos possuíam maior afinidade pelo trabalho na agrícola, quando comparado com as meninas, esse valor no primeiro caso é o dobro, tal como consta da Tabela 7.

Tabela 7 – Afinidade dos estudantes pelo trabalho agrícola.

Sexo	Gostam	Não gostam
Meninas (14 indivíduos)	10	4
Meninos (15 indivíduos)	13	2
Total	23	6

Fonte: SILVA, 2019.

A reflexão sobre permanecer ou não nas atividades agrícolas está articulada a alguns possíveis arranjos de futuro, digamos. Algumas opções desses arranjos foram relatadas e estão expostas a seguir, na Tabela 8. Observa-se que os meninos têm suas escolhas mais distribuídas entre as opções de futuro, ao passo que as meninas tenderam a escolher mais a vida no espaço urbano. Cabe aqui sinalizar, como hipóteses para pesquisas futuras, que tais escolhas se deram

⁸ Convém registrar que essa Tabela 6 fora composta por respostas cumulativas, ou seja, dentre as alternativas apresentadas aos estudantes, eles poderiam escolher mais de uma alternativa. Todas as escolhas cumulativas estão expostas na referida tabela.

pela negação de relações sociais hierárquicas que recaem mais fortemente sobre as mulheres no campo; pela negação de restrição das possibilidades de futuro dentro da dinâmica agrícola familiar ou de redução dessas possibilidades por conta da ausência de políticas públicas, de autodesenvolvimento e, por conseguinte, de permanência no espaço rural.

Tabela 8 - Relação das aspirações futuras dos estudantes, separadas por gênero.

Futuro desejado	Meninos	Meninas	Total
Permanecer na agricultura como proprietário e ser um agricultor	3	0	3
Permanecer na agricultura com tempo parcial até conseguir um emprego na cidade	4	4	8
Trabalhar e morar na cidade; não quer ser um agricultor	3	7	10
Trabalhar na cidade e morar na comunidade	3	2	5
Ficar no meio rural trabalhando em atividades não agrícolas	2	0	2
Somente estudar na cidade	0	1	1

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Cientes de que as decisões de futuro aportam implicações para a continuidade ou descontinuidade das atividades agrícolas, perguntou-se aos estudantes entrevistados o que pensavam a respeito do futuro da propriedade, quando os pais já não estivessem presentes. Dos 29 entrevistados, 27,6% (8 indivíduos) registraram que já haviam decidido que assumiriam o lugar de seus pais na produção agrícola; 10,3% (3 indivíduos) responderam que essa função estaria ao encargo de um irmão e, por sua vez, 62,1%, (18 indivíduos) responderam que essa temática ainda não tinha sido debatida na família e que a sucessão ainda não teria sido aventada.

Questionou-se aos estudantes se eles acreditavam que os filhos dos agricultores familiares da região em geral queriam exercer a mesma profissão dos seus pais. Os resultados expostos na Tabela 9 mostram que 89,7% (26 indivíduos) dos entrevistados pensavam que a maioria dos jovens da região não queriam ter a mesma profissão dos pais, ou seja, desejavam outros futuros e não pretendiam ser agricultores familiares. Ao passo que 10,3% (3 indivíduos) creem que os filhos dos agricultores familiares da região queriam sim exercer a mesma profissão dos seus pais.

Quando perguntados aos jovens se eles próprios desejavam se tornar agricultores, 70% (20 indivíduos) responderam afirmativamente, sendo as respostas baseadas em razões de cunho afetivas, ao passo em que 30% (9 indivíduos) responderam negativamente; suas justificativas eram a ausência de condições ao autodesenvolvimento, a baixa remuneração e o perfil pesado da atividade agrícola.

Tabela 9 - Porcentagem dos estudantes que acreditam, ou não, que os filhos dos agricultores familiares da região queiram exercer a mesma profissão dos seus pais.

Sexo	Acreditam que sim	Acreditam que não
Meninas	2	12
Meninos	1	14
Total	3	26

Fonte: SILVA, 2019.

Aos filhos dos agricultores familiares foi perguntado o que poderia ser realizado para incentivar a permanência dos jovens no espaço rural. Dos 29 alunos, 41,4% (12 indivíduos) responderem ser importante o desenvolvimento de projetos específicos para os jovens. De outra parte, 27,6% (8 indivíduos) responderam ser relevante a instalação de Cursos de Nível Superior, de interesse dos jovens, dentro das Escolas Famílias Agrícolas, para evitar que esses sejam forçados a buscar alternativas em outras cidades. Outros, 17,2% (5 indivíduos) salientaram a importância de se desenvolver projetos e políticas voltados aos jovens. Para 6,9% (2 indivíduos) há de se propor a criação de cooperativas entre jovens. E, finalmente, outros 6,9% (2 indivíduos) consideraram que apenas ter mais políticas voltadas para os jovens filhos de agricultores familiares já bastaria.

Quando perguntado aos estudantes quais seriam os programas públicos acessados por suas famílias, verificou-se que 31% (9 indivíduos) das famílias acessavam Pronaf; 27,6% (8 indivíduos) haviam acessado o Seguro Safra; 6,9% (2 indivíduos) haviam acessado o PNAE. Todavia, 20,7% (6 indivíduos) responderam que suas famílias não haviam acessado programas públicos. Por fim, 13,8% (4 indivíduos) disseram que não sabiam.

Intrigante que, a despeito de todas as dificuldades registradas nos questionários aplicados, quando se perguntou aos estudantes se tinham um interesse em comprar um terreno, todos responderam afirmativamente, pretendem comprar seu próprio terreno. Outrossim, dos 29 entrevistados, 69% (20 indivíduos) disseram que, depois de adquirir o imóvel, produziriam culturas já presentes na região; 31% (9 indivíduos) responderam que desejavam plantar culturas inéditas na região.

Limites da pesquisa

A presente pesquisa conta com alguns limitantes, sobre os quais passa-se a discorrer: 1) ela conta com dados do CENSO de 2010, pois o atraso na realização do CENSO não nos permitiu a atualização devida. 2) A pesquisa conta com uma quantidade pequena de Escolas da Família Agrícola, visto que no início pretendíamos articular a aplicação dos questionários em 4 escolas;

Silva et al.

não obstante nossas intenções, por vários motivos que convém registrar aqui, não logramos sucesso; por fim, concentrou-se os esforços em duas EFAs. 3) A pesquisa acabou ficando com uma amostra sem validade estatística, o que nos fez abdicar de fazer testes de correlação como Qui-quadrado, entre outros; segundo, porque, depois de articulada a aplicação dos questionários naquelas duas EFAs restantes, houve uma evasão escolar em ambas as escolas, mas notadamente na EFA de Itinga, a qual teve a sala reduzida a 5 estudantes apenas: resultado evidente da desestruturação das formas públicas de apoio à educação no meio rural. E, por fim, 4) Falta de recursos financeiros à pesquisa, para custear os deslocamentos necessários da cidade de Teófilo Otoni, onde fica sediada a Universidade Federal dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha (UFVJM), para as cidades de Araçuaí e Itinga, onde estão localizadas as EFAs investigadas. Portanto, é preciso aprofundar a pesquisa.

Conclusões

Em que pese a necessidade premente de aprofundamento das investigações sobre a sucessão rural no território do Médio Jequitinhonha, a pesquisa em tela permitiu a extração de algumas conclusões, a partir dos dados levantados.

Observou-se que a maioria das terras pertencia às famílias que detinham o título de proprietários de terra; que todas passaram por um processo de formalização jurídica. Notou-se que muitos residiam na propriedade entre 15 e 30 anos.

De outra parte, as principais dificuldades presentes no campo foram: falta de recursos financeiros, perda da produção por excesso de sol, escassez hídrica e dificuldades para a venda das mercadorias agrícolas.

A pesquisa também identificou que as famílias dos entrevistados tinham suas produções vinculadas aos programas públicos de incentivo à agricultura familiar, quais sejam, Pronaf, Seguro Safra e PNAE, em que pese algumas não terem acessado nenhum desses. Todos programas em franco processo de desmonte e fragilização.

Observou-se que o fato de serem filhos de agricultores promoveu um vínculo profundo com o trabalho agrícola e que o conhecimento transmitido pelos pais se mostrou imprescindível à sua realização. Notou-se que a lida com os trabalhos rurais não lhes fechou o horizonte de pretensões em relação aos estudos ao nível superior: todos os entrevistados pretendiam fazer uma graduação, direcionando tais anseios às mais diversas formações, umas voltadas à dinâmica rural, outras ao espaço da cidade. Constatou-se que, embora houvesse um papel central dos pais na transmissão do conhecimento para a lida na agricultura, a maioria dos estudantes revelaram que eles não influíram em suas decisões sobre qual profissão seguir.

Ademais, para registro, descobriu-se que há um estímulo ao ingresso no ensino superior ou mesmo técnico pela presença de instituições públicas, tais

como do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), sediado no município de Araçuaí, bem como da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com quatro *campi* em Minas Gerais.

A pesquisa anotou que os 29 entrevistados possuíam 83 irmãos, dos quais uma minoria cursava o ensino superior. Desses, 35% (29 pessoas) residiam em cidades, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Nota-se a presença de familiares que, por estarem já distantes, aumentam (pelo menos em hipótese) as chances de não sucederem seus pais junto ao trabalho agrícola.

Em relação aos pais, mães, tios e avós dos entrevistados, a pesquisa constatou que os filhos desses agricultores rurais, ao pretenderem estar no ensino superior, estão empenhados em superar uma barreira histórica de grandes proporções. Barreira essa agravada pela baixa densidade de instituições de ensino superior públicas, inseridas dentro do território do Médio Jequitinhonha.

Constatou-se também o vínculo afetivo e a afinidade que eles possuem com o espaço rural, conflitando com suas pretensões de formação acadêmica. De fato, isso se configurou em um dilema de futuro, cujo enfrentamento estava em suspensão para a maioria dos entrevistados: ou partir do território para se graduar; ou partir para se graduar e retornar para suceder os pais; ou permanecer para dar vasão imediata à sucessão rural e suas motivações de afeto e afinidade.

A pesquisa observou ainda que os entrevistados expressaram algumas de suas opiniões em duas dimensões distintas e relativamente conflitantes: por um lado, eles dão mostras de que desejam permanecer no campo. Por outro, eles dão a entender que, na região como um todo, os filhos dos agricultores não querem eles mesmos se transformarem em agricultores. Ao expressarem suas opiniões em duas dimensões distintas e relativamente conflitantes, eles repõem mais um dilema: aquele entre seu desejo de ficar e suceder imediatamente seus pais na atividade agrícola e a sua convicção de que os demais filhos dos agricultores familiares da região como um todo querem partir para fora do território.

Por fim, salienta-se que este território do Médio rio Jequitinhonha guarda em si muitos objetos de estudos, sobre os quais a ciência brasileira precisa ainda se debruçar com a atenção devida. É possível compilar algumas hipóteses que se desdobraram desta pesquisa e ficam para o futuro. São elas: 1) a presença de instituições de ensino superior influencia positivamente as escolhas das profissões pelos jovens. 2) A falta de recursos financeiros decorre também da ausência de apoio técnico ao cumprimento da burocracia para acessar políticas públicas de financiamento. 3) As dificuldades em vender a produção agrícola estão relacionadas à impossibilidade de colheita e subsequente armazenamento; às distâncias percorridas para se chegar às feiras; à dificuldade de transporte para essas localidades; ao frete de retorno para as mercadorias não vendidas; ao baixo preço pago pelos produtos da agricultura familiar. 4) As meninas, mais do que os meninos, têm suas escolhas de futuro vinculadas às cidades como resistência às relações sociais hierárquicas no campo; à restrição das possibilidades de

futuro dentro da dinâmica rural ou de redução dessas possibilidades por conta da ausência de políticas públicas, de autodesenvolvimento e, por conseguinte, de permanência no espaço rural. 5) Familiares que, por estarem já distantes de seus territórios de origem, aumentam as chances de não sucederem seus pais junto ao trabalho agrícola.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo(coord); SILVESTRE; M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**, 1. Ed., Brasília, Unesco, 1998. 104p.

AHLER, L. Estratégias que auxiliam o processo de sucessão nos empreendimentos agropecuários. In: DINIZ, F. H. Desafios e perspectivas de jovens latino-americanos na sucessão familiar da atividade leiteira. Brasília/DF: **Embrapa**, 2019, Capítulo 1, p.11-67.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

BREITENBACH, R. E TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, jan/abr 2020, Vol. 56, N. 1, p. 26-37.

GASSON, R. ERRINGTON, A. The farm Family business. Wallingford: Cab International, 1993. 290p. In.: ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**, Brasília, Unesco, 1998.

GAZOLLA, M; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. v. 29 n.2: **Estudos Sociedade e Agricultura**, jun. a set. 2021. p. 427-460. DOI: [10.36920/esa-v29n2-8](https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-8).

GONÇALVES, M. A. **Currículo em ação: ensino médio integrado ao curso profissionalizante na escola família agrícola (EFA) de Jacaré, Itinga- MG**. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas gerais, Belo Horizonte - MG, 2012.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Brasil, 2017.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura

familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, 2016. N. 37, V.18. p. 130-151.

MENDONÇA, K. F. C. **Sucessão, formação e migração**: destinos de duas gerações de agricultores familiares do Alto Jequitinhonha, MG. 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

MINAS GERAIS, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)** – Documento de qualificação, Território da cidadania Médio Jequitinhonha, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG). Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/cursos-aral/cursosuperiores>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NORONHA, A. B.; RIBEIRO, E. M. As dádivas da terra, In: RIBEIRO, E. M. (coord.) **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais, 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; [Lavras]: Universidade Federal de Lavras, 2007. 244 p. (Coleção BNB Projetos Sociais, n. 1).

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M.; ALMEIDA, A. F. **A gestão territorial do Médio Jequitinhonha**: entre dificuldades e possibilidades. Editora: Unijuí, **Desenvolvimento em Questão**, [S.l.], jun. 2016, v. 14, n. 35, p. 142-176. DOI: 10.21527/2237-6453.2016.35.142-176.

PESSÔA, M. de O. **Instituições e desenvolvimento**: uma análise a partir do Médio Vale do Jequitinhonha – MG, 2016. 206f. Tese (Doutorado em sociologia política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

RIBEIRO, E. M. (coord.); AYRES, E. C. B.; NORONHA, A. F. B.; GALIZONI, F. M.; MELO, A. P. G.; CARVALHO, A. A.; MOURA, R. C.; MOREIRA, T. M. B.; SILVA, A. B.; SANTOS, A. S.; ALMEIDA, A. F. C. S.; CALDAS, A. L.T.; JESUS, G. A.; OLIVEIRA, K. L.; OLIVEIRA, N. M.; SANTOS, T. R.; NIZA, V. F. C. **Projeto de apoio à gestão social do Território do Médio Jequitinhonha**, Relatório MDA/SDT/CNPq – Célula do Território do Médio Jequitinhonha-MG, Projeto de apoio à gestão social do Território do Médio Jequitinhonha, processo N°. 05/2009, set. 2011.

SILVA, D. L. **Sucessão rural**: o futuro da agricultura familiar no Médio Jequitinhonha, em Minas Gerais. 2019. 138f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2019.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar**: uma abordagem territorial do Pronaf no Médio Jequitinhonha, 2008. 171f. Dissertação (Mestrado em Economia)

Silva et al.

- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

TEIXEIRA, R. O. S. **Dividir em Comum**: Práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha – MG.2008. 189f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.



Educação Infantil Sem Terra: um novo modo de olhar a criança junto à educação ambiental

Daiane Leite Barbosa Ramos¹
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²
Maria Lucia Ribeiro³
Thauana Paiva de Souza Gomes⁴

Resumo: Este artigo tem como tema uma reflexão sobre Educação Ambiental (EA) e desenvolvimento territorial, a partir de vivências da infância das crianças Sem Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Justifica-se a escolha do tema pela investigação do modo de vida das crianças, sujeitas a um processo de luta pela reforma agrária, por melhores condições de existência, por preservação do meio ambiente, alimentação saudável e escola. Tem-se por objetivo identificar como as crianças Sem Terra se tornam sujeitos do processo, refletindo sobre EA por elas vivenciada. Os princípios que orientaram a pesquisa tiveram como fundamentação a filosofia da práxis social, considerando a relação dialética entre teoria e prática para o trabalho formativo e educativo com a infância do campo, por meio do processo histórico da luta pela terra do MST. A metodologia de natureza interdisciplinar, com acompanhamento de práticas pedagógicas, utilizou recursos da natureza para construção de portfólios e diálogos nas áreas de Assentamentos da Reforma Agrária na Região do Vale do Paraíba São Paulo. Como resultado, busca-se confirmar a importância de trabalhar a questão ambiental na infância Sem Terra, dado que estão construindo uma educação emancipadora baseada na luta da família e no pertencimento ao seu território, por meio de práticas pedagógicas lúdicas contribuindo para uma relação de preservação e respeito ao meio ambiente.

Palavras-chave: Infância Sem Terra; Práticas Pedagógicas; Recursos da natureza; Educação Ambiental na Infância.

Landless children education: A new way of looking at children as regarding environmental education

Abstract: This article has as its theme the reflection on environmental education (EE) and territorial development, based on landless children childhood experiences in the Landless Rural Workers Movement (MST). The choice of the theme is justified by the investigation of the children way of life, children who are subjected to a process of struggle for agrarian reform for better living conditions, for preservation of the environment, healthy food and schools. The objective of this work is to identify how the landless children become subjects of the process, reflecting on the EE they experience. The principles that guided the research were based on the philosophy of social praxis, considering the dialectic relationship between theory and practice for formative and educational work with children in the countryside, through the historical process of the MST's struggle for land. The methodology of an interdisciplinary nature, by monitoring pedagogical practices, used natural resources to build portfolios and dialogues in the areas of Agrarian Reform Settlements in the region of Vale do Paraíba, São Paulo. The result we seek is to confirm the importance of working on the environmental issue in the Landless childhood education since they are building an emancipatory education based on the struggle of the family and a sense of belonging to their territory, by means of ludic pedagogical practices contributing to a relationship of preservation and respect for the environment.

¹Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara – SP.

²Coordenadora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Stricto Sensu) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara – SP.

³Docente na da Universidade de Araraquara no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara – SP.

⁴Cientista Social, Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação Escolar, Pesquisadora NUPEDOR e Docente no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto.

Keywords: Landless childhood; Pedagogical practices; Nature's resources; Childhood environmental education.

Introdução

Este artigo tem como sujeitos da pesquisa as crianças Sem Terrinha e o processo de sua formação educacional. Neste contexto, busca-se a interação dessas crianças com a natureza, denominadas Sem Terinha, que vivem no campo em meio rural, as quais são filhos e filhas de Trabalhadores Rurais Sem Terra que, por várias razões, decidiram entrar no MST para unificar as forças em busca de terra, justiça e dignidade. (MST, 1999a, p. 18-19).

O MST é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como foco as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela Reforma Agrária brasileira. É um Movimento Social Popular que luta pela democratização do acesso à terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no país. Seu período de formação inicia-se, entre o período de 1979 a 1984 quando foi consolidado no Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. Caracteriza-se pelas ocupações de terras como forma de luta. O MST debate a questão da concentração fundiária e a propriedade privada no Brasil. Inicia a luta e disputa de territórios, até então apropriados pelos grandes latifundiários, se organiza e mobiliza as famílias do campo e da cidade, excluídas do direito ao trabalho e da moradia digna. Assim surge a luta da organização do MST por Reforma Agrária.

Nesse sentido, a formação educacional, no espaço do MST, não é passível de neutralidade, pelo contrário, ela é intencional, ou seja, a formação militante no movimento acontece desde muito cedo, com as crianças pequenas.

Uma vez que a condição de sem-terra envolve toda família, no MST, o lugar da criança, não é outro, se não o da própria luta; e é nesse contexto educativo que se engendram também grande parte das experiências de suas infâncias. Desse modo, pensar a infância no MST requer admitir que não exista uma realidade homogênea que a caracteriza, uma vez que condicionantes como classe, etnia, cultura e gênero colocam as crianças em confronto com diferentes experiências socioculturais [...]. Contudo, pode-se identificar que alguns elementos são comuns na constituição das experiências socioculturais das crianças que estão envolvidas na luta pela terra, como a condição de viverem suas infâncias no contexto do mundo rural, pertencerem à classe trabalhadora e fazerem parte do MST. Esse último elemento talvez seja o que mais as identifica enquanto coletividade e mais as diferencia em relação às outras crianças – que também vivem no meio rural e da mesma forma pertencem à classe trabalhadora. Mais do que ser filho e filha de acampado, de assentados, a participação vai possibilitando também a construção de uma identidade coletiva, quando passam a perceber-se como Sem Terrinha (ARENHART, 2007, p. 10).

Ramos et al.

Esse sentimento de pertencimento a uma classe se faz necessário na formação política do sujeito do campo; para isso, iniciaremos a discussão sobre as culturas infantis das crianças no/do campo. Torna-se relevante esclarecer quem são as crianças moradoras das localidades rurais, assim denominadas pelas Diretrizes Curriculares para Educação Básica das Escolas do Campo em 2008:

Art. 1º [...] populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008).

O campo até há poucos anos, era visto como espaço de atraso, desagregado de políticas e de invisibilidade social, destinado ao interesse do agronegócio que descaracteriza a vida dessas famílias ao retirá-las dos seus espaços para dar lugar às máquinas, aos agrotóxicos e ao uso desenfreado da terra, naturalizando na sociedade a ideia de desvalorização de suas práticas manuais em contraposição à participação e aos seus valores culturais e sociais (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Nos espaços de acampamento e ou assentamento, pode-se ver que as crianças têm suas vivências diferentes, realidades vividas com pertença e com posicionamento político, uma infância no território de luta pela vida na terra e pela terra, presente na cultura do campo.

De acordo com MST (2004), as primeiras iniciativas em prol da Educação Infantil no movimento foram denominadas Círculos Infantis; o nome remetia à experiência cubana que atendia as crianças pequenas. Após um processo de discussão, pensando em quais eram os objetivos do movimento e da educação que nele se fazia, passaram a ser chamados de Ciranda Infantil os espaços que atendiam as crianças menores de seis anos. O nome Ciranda faz menção do próprio movimento, ou seja, a força simbólica do círculo, da cooperação e da ação e reflexão, coletivas. As Cirandas Infantis podem ser de caráter permanente ou itinerante. As Cirandas permanentes são aquelas que se fixam nos assentamentos e apresentam um processo organizado, com periodicidade e encontros frequentes. As Cirandas Itinerantes são aquelas que acompanham os acampamentos, marchas, mobilizações, encontros, reuniões do MST. Sendo mais frequentes.

Sob essa perspectiva e de acordo com o MST (2004) a Ciranda Infantil é um espaço de educação das crianças pequenas e tem o objetivo de desenvolver distintas dimensões da criança sem terra, compreendendo-a como pessoa de direitos e valores, com personalidade em formação, imaginação, fantasias, dentre outros aspectos. Portanto, nesses espaços estão presentes as raízes da luta do MST e, em consequência, o processo de aprendizagem e socialização das crianças compreende: experiências criativas, apoio ao desenvolvimento da

autonomia, cuidado com a saúde, cooperação, diálogo sobre as questões de gênero, luta pela reforma agrária, criticidade do processo e mudanças sociais (MST, 2004).

Ainda de acordo com o MST (2004) esses espaços são educativos e intencionalmente planejados; são espaços de saberes e aprendizados, sobretudo de relações. Assim, estão entre os objetivos das Cirandas Infantis: criar um espaço educativo para as crianças das famílias que integram o MST; implementar a pedagogia do MST na Educação Infantil; implementar na Ciranda Infantil a organicidade do MST; desenvolver atividades nas quais as crianças sejam partícipes do processo; desenvolver a cooperação de forma educativa e a vivência de valores; fortalecer o vínculo com os diferentes setores do Movimento; garantir a formação política e pedagógica das/os educadoras/es atuantes na Educação Infantil; integrar as comunidades acampadas e assentadas (MST, 2004).

Assim sendo, este trabalho, foi desenvolvido na região do Vale do Paraíba, onde estão implantadas cinco áreas consolidadas da Reforma Agrária, organizadas pelo MST e, uma área em processo de regularização, pois as famílias ainda não são homologadas, portanto este espaço de pré-assentamento, foi denominado "Egídio Brunetto", em homenagem a um internacionalista que colaborou para a construção da Via Campesina e da Coordenadoria Latinoamericana de Organizações Camponesas (CLOC). Defensor da América Latina, da união mundial do campesinato e denunciante do imperialismo. Este pré-assentamento se localiza na cidade de Lagoinha, Vale do Paraíba- São Paulo, território do campo no qual se direcionou o enfoque da pesquisa. Esta área está organizada com cinquenta e cinco famílias, dentre elas muitas com crianças com menos de onze anos. A maioria destas crianças nasceu em áreas de acampamentos e, hoje, continuam na luta com seus familiares em busca da homologação na área da Reforma Agrária. Formada por Trabalhadores Sem Terra.

Devido à algumas particularidades, por ser uma das últimas áreas conquistadas na região com o objetivo de desenvolver produção totalmente agroecológica livre de aplicação de agrotóxicos, chama a atenção os modelos de desenvolvimento dos trabalhos realizados, tanto da organicidade interna, como a atuação da comunidade, de todas as faixas etárias, contemplando assim as crianças, como integrante constante do processo da formação. Ressalta-se aqui a participação das famílias em mutirões, estudos e debates sobre a preservação ambiental, inclusive sobre agroecologia nos quais, no dia-a-dia, as crianças estão sempre presentes, e, de algum modo, envolvidas, sendo uma prática tão comum que elas sabem muito bem o que se faz necessário;

Embora esta área ainda não esteja oficialmente regularmentada, as famílias mantêm-se organizadas, desde a base de estudo, contemplando planejamento, mutirões, plantios de épocas participando ativamente de feiras na cidade local e na região, aguardando a homologação.

O debate interno e externo às áreas de assentamento se faz diante da urgência da preservação ambiental e das interferências climáticas causadas, em parte, pela ação humana; assim, esta pesquisa objetivou analisar a Educação Ambiental na infância como fator preponderante para a conscientização das crianças Sem Terra. Elas podem ser um multiplicador de conhecimento, ajudando a alcançar de forma assertiva os adultos. Especificamente, objetivamos avaliar como é executada essa temática na Educação Infantil, nos dias atuais. (DOS SANTOS; COSTA; DOS SANTOS, 2016).

Para tanto se busca a contextualização na dimensão ambiental, cidadania e sustentabilidade nos estudos de Jacobi (2003; 2004). O autor aborda a EA afirmando que deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e a constituição de cidadãos com consciência local e planetária, provocando reflexão sobre algumas práticas da sociedade, em um contexto onde se evidencia a degradação do meio ambiente e seu ecossistema, envolvendo uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a Educação Ambiental. Relata Carvalho (2008), que a EA tem a responsabilidade de contribuir para a formação de um sujeito ecológico, portador de valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados produzindo efeitos na criança como consciência de preservação e de cidadania. A criança passa a entender, desde a infância, que precisa cuidar e preservar o meio ambiente, pois o futuro depende do equilíbrio entre homem e natureza e do uso racional dos recursos naturais. Neste estudo do meio ambiente recorre-se aos sentidos das crianças, trazendo presente a percepção do espaço, formas, distâncias, cores e vivência de seu território e, aliados a elas, o estudo do entorno reverte-se de muita importância (DIAS, 1992).

Refletindo de modo mais amplo, de acordo com a lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a EA deve ser um processo contínuo, permanente na totalidade da Educação Nacional, devendo estar presente, em todos os níveis e modalidades do processo de educação formal e não formal, em suas vivências.

Com este papel formador não formal o MST, associado aos demais setores organizados, vem desenvolvendo práticas e ações referentes ao tema da EA, as quais foram analisadas neste trabalho. A pesquisa em si, no âmbito da EA na infância Sem Terra, não foi encontrada, sob este enfoque, nos bancos de dados consultados; os estudos estão centrados na EA na infância, no currículo da Educação Infantil formal; assim aceitou-se o desafio de realizar o estudo diretamente na vivência e realidade das crianças Sem Terrinha.

Metodologia: o passo a passo da coleta de dados foi tomado como princípio

A escolha do tema tem como significado olhar uma criança presente e sujeito de luta com seus familiares, que vive seu momento histórico da infância, como parte do processo da luta social pela reforma agrária, por condições de vida melhores, ambiente, alimentação saudável e por escola. A pesquisa qualitativa

foi desenvolvida como pesquisa documental, do tipo estado da arte com levantamento de dados locais, mapeamento e análise de produções próximas a áreas do conhecimento e, a partir de uma perspectiva qualitativa, buscou-se compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas.

Universo da Pesquisa

A área do estudo localiza-se nas margens da rodovia Presidente Dutra (BR-116), exatamente entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, dentro do complexo metropolitano formado pelas duas capitais e, com seu principal eixo urbano, seguindo o traçado da Via Dutra. Apesar de altamente urbanizada e industrializada, a região também tem reservas naturais importantes, como a Serra da Mantiqueira, na divisa com Minas Gerais, um dos pontos mais altos do Brasil, e a Serra da Bocaina, reduto de Mata Atlântica que também inclui pequenas cidades e fazendas de interesse histórico e arquitetônico. A população somada de todos os municípios da região é de quase 3,3 milhões de habitantes, equivalente à população do estado do Rio Grande do Norte.

A região era originalmente habitada por indígenas, os quais no século XVI, confederados com os tamoios de Ubatuba e Cabo Frio, inimigos dos portugueses, atacavam constantemente as vilas de São Paulo e de Santo André da Borda do Campo, levando os moradores destas vilas a uma guerra com as tribos vale-paraibanas, dando início ao chamado bandeirismo de apresamento. Os índios vale-paraibanos foram aprisionados, escravizados e levados para serem usados como mão-de-obra nas lavouras. O Vale do Paraíba foi uma das regiões mais devastadas pelo apresamento do bandeirismo. No ano de 1995, funda-se a primeira área de Assentamento da Reforma Agrária, na região do Vale do Paraíba – SP, organizada com trabalhadores e trabalhadoras do campo do MST.

As áreas da Reforma Agrária da Região do Vale do Paraíba – SP, localizadas nos dias atuais, estão em quatro cidades da região, e os dados correspondentes aos nomes, datas de criação, tamanhos da área e números de famílias beneficiadas, estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Áreas de Reforma Agrária conquistadas na Região do Vale do Paraíba – SP.

Município	Assentamento	Data de criação	Área (ha)	Famílias
Tremembé	Conquista	24/04/1995	1.290,02	88
São José dos Campos	Nova Esperança	05/11/2001	446,70	63
Taubaté	Manoel Neto	29/11/2005	378,91	43
Tremembé	Olga Benário	19/12/2005	692,12	54
Taubaté	Macuco	08/11/2013	692,00	15
Lagoinha	Egídio Brunetto	25/04/2018	1.650	55
Total	6 áreas			318

Fonte: Arquivo do MST (2021).

Ramos et al.

A área da cidade de Lagoinha, na qual se analisou a participação ativa das crianças Sem Terrinha, fica próxima ao litoral norte, diferentemente das demais da região, oriundas de Assentamentos da Reforma Agrária. Por ser improdutiva a área de 1.650 hectares, foi decretada de interesse social para fins de Reforma Agrária em 28 de dezembro de 2012. No dia 07 de abril de 2014, as famílias do acampamento Egídio Brunetto, localizado no município de Lagoinha, região Vale do Paraíba São Paulo, conquistaram a emissão de posse da Fazenda Vela Vista, ainda aguardando serem homologadas; nesta área serão assentadas 55 famílias.

Diante da conjuntura global e local, no assentamento “Egídio Brunetto”, tem-se desenvolvido com maior frequência, ações voltadas para o meio ambiente; o coletivo das famílias tem a tarefa de cuidar desse território reformado com inúmeras ações que se desenvolvem sempre com a presença das crianças sem terrinha, especialmente: as recuperações às margens do Rio São Luiz do Piratininga; restaurações das Áreas de Preservação Permanente (APP), desenvolvimento de agricultura regenerativa, que possa produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e que promova bem-estar social e ambiental.

Coleta dos dados

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica sobre os temas de Educação Infantil, Educação Ambiental, Educação do Campo e Infância Sem Terra para a escolha do referencial teórico. Em um segundo momento, a pesquisa foi direcionada para as legislações pertinentes à EA na EI. Os documentos legais pesquisados foram a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

A partir desse levantamento, foi realizado o trabalho de campo para a coleta de dados por meio de dois procedimentos distintos e concomitantes: análise de documentos de vivência e experiência com a EI, mais precisamente nos espaços de Ciranda Infantil do MST, tanto as Itinerantes, que ocorrem em um curto período e determinado local com demanda da família que esteja em atividades coletivas em assentamentos, como as Permanentes; empregando recursos da natureza com abordagens de temas sobre a preservação do Meio Ambiente. Foi elaborado um roteiro contendo uma dinâmica de perguntas para as conversas com as crianças em forma de diálogos e imagens, de forma que todas e todos pudessem se olhar, apresentar-se e falar livremente, expressando o que gostam de fazer na área em que vivem, o que mais gostam de brincar e quais são recursos da natureza. Esses dados foram registrados em caderno de campo contendo também as conversas de boas vindas, as relações com o território, apresentação das propostas para as próximas visitas e as propostas de construção dos portfólios; O roteiro das conversas com os moradores da área de reforma agrária teve como objetivo verificar a atuação e a relação dos

mesmos com o seu território. Na análise do roteiro, foi utilizada a letra C para representar as crianças menores de idade e A para adultos, com finalidade de preservar a identidade dos informantes.

Análise dos dados

Buscou-se apoio nas obras de estudiosos da EA como Tiriba (2010), Capra (2006), Guimarães (2004), Jacobi (2003, 2004) dentre outros. Como parâmetros, foram utilizadas duas das três Macrotendências de EA estabelecidas, Tiriba (2010) e Capra (2006). Entendendo-se que o debate no país sobre as conceituações da EA despontaram nas redes de EA em 2003, no contexto do debate da proposta de que a Alfabetização Ecológica, formulada por Capra, fosse adotada como política pública educativa. Há diferentes formas de conceber e praticar a EA em três macrotendências relacionadas a modelos político-pedagógicos: a conservadora, a pragmática e a crítica as quais abrangem as correntes da EA popular, emancipatória, transformadora, na qual se busca interpretação para esta pesquisa.

Este estudo, fundamentado nos autores acima destacados considera as atividades, os temas, as práticas de EA utilizadas e a frequência com que são apresentados nos espaços formal e informal. Esta busca no campo de dados foi fundamental para entender o que esses estudiosos relatam para se refletir sobre o papel da educação, caso aqui pesquisado. Nesse mesmo eixo, pode ser registrada uma pesquisa em assentamentos, na qual se discutiu a construção embasadora da Educação Ambiental Crítica. Neste eixo, pode ser registrada uma pesquisa em assentamentos, no qual se discutiu a conceituação embasadora da Educação Ambiental Crítica (SANTOS *et al.*, 2021).

A Educação Ambiental utilizada como parâmetro ideal, para interpretação dos resultados, foi a Educação Ambiental Crítica, aquela que busca uma reeducação de valores, atitudes e afetividade com o meio ambiente. Considerando que a definição de criança pressupõe um sujeito sócio-histórico-cultural, ser pensante e participante do processo educativo, assim afirmando Guimarães que o ambiente educativo se faz presente nas relações que se estabelece, tanto no âmbito educacional escolar, quanto na comunidade (GUIMARÃES TOMAZELLO, 2004)

Prática pedagógica e desenvolvimento sustentável: Educação Ambiental e a valorização da natureza

O fortalecimento de uma proposta de educação engajada com as mudanças necessárias é de fundamental importância para estabelecer as bases pedagógicas para construção do amanhã e de um futuro sustentável. Por meio da educação, percorrem-se os caminhos para a formação e transformação da pessoa humana e, conseqüentemente, a construção de outros mundos possíveis. Ou seja, os princípios filosóficos e ideológicos contidos na proposta pedagógica das sociedades estão diretamente ligados ao padrão cultural que se estabelece

Ramos et al.

e ao modo de ser, estar, viver.

Nos estudos da literatura, encontra-se pesquisas sobre as crianças Sem Terrinha, numa perspectiva do desenvolvimento, na participação dentro da organização e seu protagonismo. Contudo a temática proposta nesta pesquisa, em si aqui buscada, no âmbito da EA na infância Sem Terra, não foi encontrada na visão geral do tema nos bancos de dados consultados; os estudos estão centrados na EA na infância no currículo da Educação Infantil Formal. Neste âmbito confrontou-se o desafio de buscar o estudo diretamente na relação e vivência que as crianças têm dentro de seu território.

O ato de analisar EA na infância, nesta área, se faz necessário devido à importância que o meio ambiente tem para as crianças Sem Terrinha e para suas famílias, cuja preocupação fundamental, no dia-a-dia, é produzir alimentos saudáveis, segundo os princípios da agroecologia. Ressalta-se ainda que nas áreas conquistadas pela Reforma Agrária no Vale do Paraíba, não existe escola do campo. A Figura 1 retrata a dimensão da importância da criança no seio da luta, pessoas, que, na luta se tornam uma grande família em busca de um único ideal, a terra para trabalhar.

Figura 1 – Conquista da emissão de posse da Fazenda Bela Vista⁵.



Fonte: Acervo MST (2012).

Quando se inicia a parte metodológica do trabalho presencial, foi registrado o momento da acolhida às crianças. Pois quando se chega ao espaço, para primeiro contato presencial, tudo se torna mágico, com muita curiosidade de saber o que é a pesquisa e para que serve; com estas inquietações, vindas por parte das crianças Sem Terrinha, se inicia a pesquisa na prática mesmo: diálogo com muitas perguntas e inquietações.

Assim, fica muito presente em uma das falas de uma criança, (C, LV, cinco anos):

Quando minha mãe falou que vinha uma professora aqui no assentamento, eu queria conhecer ela, falar meu nome LV, que tenho cinco anos e nasci aqui no assentamento que não era assentamento ainda, minha mãe falou. Eu não vou para escola, então quero aprender a escrever e fazer muito desenhos com a natureza, como a senhora falou que ia ensinar.

Busca-se então entender os desafios com a educação e a resistência da área de pré-assentamento na cidade de Lagoinha, em busca de se efetivar uma escola do campo, voltada para uma Escola Popular de Agroecologia “Ana Primavesi”; uma homenagem a esta engenheira agrônoma austríaca radicada no Brasil, importante pesquisadora da agroecologia e da agricultura orgânica, responsável por avanços na área de estudo das ciências do solo em geral, em especial, o manejo ecológico do solo.

Nos momentos de interação, foram feitos registros com as crianças Sem Terrinha, abrangendo diálogos sobre temas exemplificados a seguir: as queimadas e seus prejuízos para a natureza; os problemas de descarte do lixo e seu reaproveitamento e danos à natureza, a água, que bebemos que nadamos e que vem das nascentes; as florestas e sua preservação; as reservas florestais das áreas da Reforma Agrária, nas quais há muitas espécies de plantas que podem ser raras e, também, usadas para preparar remédios, ainda mais, muitas espécies de animais dependem da floresta para viver; exploração de músicas, danças, pinturas, dobraduras, recortes, cartazes e colagens com apoio de portfólios construídos a partir da necessidade de recursos didáticos e pedagógicos e dos materiais coletados. Seguindo no embasamento de Freire, na EI, compreender que a educação é permanente vida, não apenas preparar para viver, mas, impera em uma constante leitura do mundo, cada vez mais crítica.

Além disso, entende-se uma educação do campo, referindo-se a uma educação pensada para as crianças que estão no campo. A Educação do Campo se realiza no conjunto dos movimentos sociais, marcados pelas lutas, para adquirir terra, por condições dignas de vida e pela afirmação da identidade que o povo do campo tem buscado. “É uma educação que não se faz “sem” ou “para” os sujeitos do campo, mas “com” os sujeitos do campo.” (CALDART, 2005). A respeito, examinar os trabalhos de Pavini *et al.* (2020; 2022 a; 2022 b) sobre Educação de Campo, principalmente a perspectiva de sua identidade com os dilemas dos assentamentos e a falta de estímulos para legitimá-lo como política pública.

É importante compreender que a prática pedagógica não se desvincula da educação para o desenvolvimento sustentável, e se constitui como um chamado para um processo, assim pautado na Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005), de reorientação de políticas,

programas e ações educacionais já existentes, de maneira a desempenhar um papel determinante na construção de um planeta sustentável. Refletir que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” é entender a questão do desenvolvimento sustentável nos dias de hoje (CNUMAD, 1991, p. 46).

A educação para desenvolvimento sustentável deve ser entendida em todos os territórios, e não apenas no espaço escola, mas a prática, entendimento, estudo, vivência, realidade se faz presente no cotidiano, possibilitando a escolha e o desenvolvimento de propostas que promovam melhorias participativas e conquistas sociais, econômicas e políticas a partir do entendimento das causas que dão origem aos seus problemas. Todavia, a ideia presente na definição do termo desenvolvimento sustentável permite interpretações contraditórias e evolui constantemente, sendo necessário compreender seus conceitos e significados para garantir êxito em suas propostas. (GUIMARÃES; TOMAZZELO, 2004; BRASIL, 1997).

Ao considerarmos a prática pedagógica, entende-se sempre que este conceito se dá dentro de uma sala de aula: práticas exercidas e direcionadas por um mediador em relação aos educandos. No entanto, o que temos observado, durante estes estudos é que o conceito de práticas pedagógicas é bastante amplo, sendo que tais práticas podem ser realizadas de muitas formas. Uma forma de compreender o conceito é entendê-las como ações internacionalizadas para estimular o lúdico, cooperação, brincadeira, respeito com próximo, interação com a natureza, ressaltando a importância de trabalhar a questão ambiental na infância Sem Terra, dado que as crianças estão construindo uma educação emancipadora baseada na sua luta e no pertencimento ao seu território (práticas pedagógicas lúdicas, contatocom recursos da natureza).

Para que estas práticas pedagógicas de fato sejam bem-sucedidas, elas têm de interagir umas com as outras, ter um engajamento e profundo aprendizado com as crianças Sem Terra eo respeito do tempo da criança. No âmbito deste trabalho as práticas que apresentaram a melhor ressonância, de uns com os outros, foram os portfólios, que trabalharam a questão da natureza com a presença contínua das crianças.

De início, foi tema de reflexão, a forma mais inventiva para desenvolver as práticas a serem propostas, tendo como base os estudos da literatura. O resultado então foi assim compreendido: dê às crianças um brinquedo chamado natureza. Ofereça a elas oportunidades que propiciem o exercício da imaginação, da criatividade, oportunidade de criação dos seus próprios brinquedos com materiais naturais que possam ser explorados de diversas formas e que possam ser transformados “naquilo” que a brincadeira das crianças quiser. As vivências, explorações, descobertas, trocas, e brincadeiras ao ar livre colocam a criança em contato com as forças vitais dos quatro elementos – terra, água, ar e fogo

– com o ciclo da vida, aguçando os sentidos, a imaginação e o sentimento de pertencimento, das raízes com a Terra e respeito por ela. Assim, em contato com as crianças, desde a acolhida do bom dia ou boa tarde, iniciado com os registros de diário de campo, foi percebido e constatado que para além dos cumprimentos, e diálogos teríamos que ir construindo materiais mais concretos, como a elaboração coletiva de portfólios.

Cada um dos elementos trabalhados no debate permite que a criança mobilize dentro de si forças imaginativas e criadoras. Com os achados e coleta dos materiais orgânicos durante uma simples caminhada, galhos viram varinhas de condão, folhas e flores ora podem ser decoração de um lindo bolo de terra, ora adorno de uma coroa na cabeça. Esta é a magia do brincar na natureza, a magia dos brinquedos naturais, que sem forma estruturada e função definida, permitem infinitas possibilidades e sempre a obtenção de algo novo. Criam brinquedos e inventam histórias de acordo com os materiais que encontram pela frente, nas caminhadas realizadas. Por outro lado, sempre se informa que a prática pedagógica ocorre dentro de uma sala de aula; práticas exercidas e direcionadas por um mediador em relação aos educandos. No entanto, o que se observa, durante os estudos, é que o conceito de práticas pedagógicas é bastante amplo, sendo que tais práticas podem ser realizadas de muitas formas.

Uma forma de compreender este conceito como ações internacionalizadas para estimular o lúdico, a cooperação, a brincadeira, o respeito com o próximo, interação com a natureza, ressalta a importância de trabalhar a questão ambiental na infância Sem Terra, dado que essas crianças estão construindo uma educação emancipadora baseada na sua luta e no pertencimento ao seu território (práticas pedagógicas lúdicas, contatocom recursos da natureza).

Dentro dessas premissas o caminho mais criativo e imaginativo, pensado e refletido resultou como metodologia, dar às crianças um brinquedo de outra natureza. Ofereça a elas oportunidades que propiciem o exercício da imaginação, a criatividade, oportunidades de criar seus próprios brinquedos com materiais naturais que possam ser explorados de diversas formas, que possam ser transformados naquilo que a brincadeira das crianças quiser.

A partir de um brinquedo chamado natureza, as vivências, explorações, descobertas, trocas, e brincadeiras ao ar livre colocam a criança em contato com as forças vitais dos quatro elementos – terra, água, ar e fogo – com o ciclo da vida, aguçando os sentidos, a imaginação e o sentimento de pertencimento, das raízes com a Terra e respeito por ela.

Neste contexto interdisciplinar, para o acompanhamento das práticas pedagógicas de construção coletiva do criar e recriar, via portfólios foram planejados diferentes experimentos com materiais da natureza para as crianças Sem Terrinha: colheita de sementes; preparação de tinta natural com folhas e terra; colagem com sementes; elaboração de pincéis; reciclagem de papel; ornamentos com papel machê; paralelamente, diálogos e imagens com apoio

Ramos et al.

de calendários comemorativos.

Cada um dos elementos trabalhados no debate permite que a criança mobilize dentro de si forças imaginativas e criadoras. Os resultados obtidos confirmam que com os materiais orgânicos achados e coletados durante uma simples caminhada, podem ser criados brinquedos ou elementos de decoração.

Natureza: Imaginação e possibilidades de criações diversas

Quando o assunto é natureza imaginação e possibilidades dentro do universo, criança e natureza, o convite é para que os professores sejam tão flexíveis quanto as crianças e à natureza, tudo no seu tempo e respeito. Uma criança, uma planta e /ou outro ser vivo não são algo fixo e, muito menos estáveis. Exemplos podem ser observados quando uma criança, brincando com elementos da natureza, tem um mundo de possibilidades diante de si. Onde ela vive o momento intensamente com muita ludicidade e todas as possibilidades surgem para fazer parte da brincadeira, não há limites, não há fronteiras para a imaginação. Assim a propositiva de construção de portfólio se fortalece permitindo a abertura de horizontes e leques de possibilidades com a imaginação, utilizando recursos da natureza e como tema gerador a Educação Ambiental.

A proposta de preparar a tinta natura da terra (Figura 2), apresentada às crianças proporcionou a primeira folha do portfólio.

Figura 2 - Barranco e corte de estrada.



Fonte: Resultados da pesquisa.

A tinta de terra é uma técnica derivada do barreado que consiste na diluição do solo argiloso em água, aplicando a mistura com auxílio de um pano úmido. O

resultado final surpreende quanto às tonalidades obtidas e à homogeneidade da terra, argila água (Figura 3). A tinta de terra pode ser utilizada em papel, reciclado, papel branco, Kraft, paredes, madeiras, entre outras superfícies.

Figura 3 - Tinta de terra.



Fonte: Resultado da pesquisa.

Para tanto, essa prática não se descola da educação para a sustentabilidade a qual não deve ser vista como mais um assunto e ou conteúdo a ser acrescentado a um currículo já muito carregado, mas, sim, uma abordagem holística e integradora que permeia todo diálogo onde quer que seja o espaço de socialização.

O tema gerador impulsiona a troca de saber através do diálogo que respeita as diferenças de cada sujeito acessível em suas visões próprias de mundo. O objetivo dessa proposta é a superação de uma visão de mundo ingênuo para uma consciência crítica e mais objetiva, que valorize o sujeito responsável diante da realidade sócio-histórica comum a todos.

Enquanto na concepção ‘bancária’ [...] o educador vai ‘enchendo’ os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos; na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com eles não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1999, p. 71).

O pensador Paulo Freire defendia que a educação é feita com o povo. O papel do tema gerador é tensionar entre o saber já construído por cada sujeito com o saber em processo de construção intersubjetiva a partir da discussão em grupo: as crianças Sem Terrinha já possuem essa pertença desde a organização com

Ramos et al.

suas famílias e nos espaços das Cirandas Infantis de que participam.

Com o objetivo de envolver a todos e todas nas atividades que celebram os cem anos do grande educador do povo, Paulo Freire, o MST tem desenvolvido práticas nos assentamentos e acampamentos, proporcionando às crianças conhecerem, estudarem e se aproximarem de sua história como mostra a Figura 4, utilizada como base para este trabalho, com apoio do livro “O menino que lia o mundo” de Carlos Brandão (2014), referência da Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha.

Figura 4 – Capa do portfólio.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Cada encontro uma novidade de interação e descobertas, onde as crianças Sem Terrinha interagem entre si, brincam, cantam, pintam, criam e recriam desenhos, colagens, dobraduras, pinturas, materiais diversos da natureza. Esses envolvimento proporcionam um vínculo afetivo com brincadeiras, poesias e música. As crianças ouviram histórias, participaram de festas, de brincadeiras de faz de conta, relaxaram com massagens de afeto, ótimos passeios em seus próprios territórios, descobrindo novos olhares com as crianças maiores e menores e como cuidar do ambiente em que vivem, possibilitando a participação de sua expressão interior. Além da relevância para a imaginação e a criação para produção artística, mas constatou-se o desenvolvimento da sensibilidade, do cuidado com seu espaço e comunidade como um todo. É importante destacar ainda que a participação e o envolvimento das famílias nesse processo foram muito positivos. Assim como relata uma das mães entrevistada (A, T.2022),

Não imaginava que eu como mãe poderia realizar atividade tão pedagógica e direcionada, com objetivo junto com meus filhos, assim que recebemos a proposta para realizar tinta de terra, eu imaginei é fácil, só fazer um barro. Mas ai vi que não era só isso, e sim um processo, pois fui junto com meus três filhos, buscamos tipos de terra com cor diferente, e seguimos a orientação de como fazer. A receitinha estava bem explicado no portfólio. Foi bem interessante, a minha filha mais nova nasceu neste período da pandemia e ela fazer atividades com os irmãos foi muito importante, que o maior ficou o tempo todo junto e explicando é assim que faz. Em seguida, nós começamos a pintar e as cores foram surgindo. Muito mágico⁵. (A, T. 2022).

Cabe ressaltar que os primeiros dois portfólios foram embasamento para as famílias realizarem as atividades práticas com as crianças, pois foram desenvolvidas ainda em confinamento, devido à COVID 19. O envolvimento das crianças, assim como a participação das famílias gera enorme entusiasmo dos participantes, uma vez que suas produções não são esquecidas, mas são apresentadas, favorecendo maiores interações durante o desenvolvimento dos portfólios.

Pensar as possibilidades de, a partir da natureza, “criar” tinta natural trazendo o passo a passo, a forma (método) como é possível preparar a tinta somente com recursos da natureza: terra e água representaram uma pequena e entusiasta experiência química de extração à temperatura ambiente (Figura 5).

Figura 5 – Primeiro portfólio: tinta com a terra.

TINTA NATURAL COM A TERRA

RECEITA DA TINTA DE TERRA

- 5 colher de terra, meio copo de água e 1 colher de cola.

Modo de preparo

- Misture tudo em um pote e a tinta estará pronta.

Vamos buscar a terra que tem as cores diferentes (claros ou mais escuros), tem lugares que pode ter argilas, elas tem várias cores, podemos fazer tintas lindas.

DICA: Se você tiver uma peneira pode peneira a terra antes de misturar a água. A cola se você não tiver não tem problema pode ser sem que também da certo.

As tintas feitas com terra ou argila não perdem a cor, nem mesmo sob sol forte e não apresentam problemas de conservação.

Só se divertir, vamos criar nossos desenhos. Que tal a partir da

História do menino que lia o mundo.

Fonte: Resultados da pesquisa.

A elaboração deste portfólio, com a participação de uma família, resultou

⁵Anotação Diário de Campo, 21/05/2022.

Ramos et al.

resultado muito positivo sob vários pontos: o experimento produziu mais de três tonalidades de cores, sendo possível explorar e expor as inspirações com desenhos em papel dos participantes (Figura 6). Esses desenhos, produzidos pelas crianças, expressam o desafio realizado no período da pandemia, por questão da segurança, gerando reflexões vividas tanto pela mãe quanto pelas crianças, como relata uma criança em um dos diálogos feitos durante trabalho de campo, (A C, 2021):

Olha só, quando minha mãe falou pra mim, pro meu irmão e minha irmazinha, que nois ia fazer um desenho com terra, eu pensei? Um, mas como fazer desenho com terra? Ai ela mostrou pelo celular umas fotos que tinha a receita, ai buscamos as terras e colocamos num potinho com água e quando meu irmão começou a pintar tinha cor diferente. Achei bem bonito. A C, L, mostra o desenho que fez que foi um lindo girassol. (A C. novembro de 2021).

Figura 6 – Desenho produzido pelas crianças.



Fonte: Acervo pessoal de Tainara/ membro do MST (2021).

Tendo presente a natureza, imaginação e possibilidade, abre-se um leque, e, como um sistema psicológico e constituinte da subjetividade humana, indo além do que vemos e aprendemos no mundo. No dicionário Aurélio (GERREIRA, 2004), encontra-se a seguinte definição para imaginação, ela é: 1. Faculdade que tem o espírito de imaginar; fantasia. 2. Faculdade de criar mediante a combinação de ideias. 3. A coisa imaginada. 4. Criação, invenção. 5. Fantasia, devaneio.

Para Vygotsky (2012), o conceito de imaginação tem duas interpretações: a primeira se refere à reprodução e está ligada à memória (imaginação reprodutiva) e a segunda, se relaciona à criação e ultrapassa a própria memória (imaginação criativa). Ambas as formas de imaginar acontecem simultaneamente no

desenvolvimento intelectual da criança sendo estruturadas a partir das relações quantitativas e qualitativas das imagens mentais.

O contato com a natureza, e a confirmação que dela pode-se ter muitas opções gera a inferência de que somos capazes de criar, como Vygotsky, nos mostra. Para isso vamos imaginar as cores da natureza a partir de suas diversas folhas e tonalidades. A Figura 7 apresenta alguns exemplos de criação e recriação, trabalhando com extração a álcool (solvente) de pigmento colorido (clorofila) de material finamente dividido (folhas).

Figura 7 – Tinta natural com folhas da natureza.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Quando se embasa em Vygotsky, convoca-se a atividade criadora do homem aquela na qual se cria algo novo. Aí vem a leitura de mundo que precede a palavra, como dizia Paulo Freire, a arte em determinado espaço permite trabalhar com todos os sentidos, tanto o lado racional quanto o emocional; a observação, percepção, imaginação, criação, emoção e sensibilidade estão presentes no ato do fazer e construir e transformar a natureza. Ficando claro na exposição da fala em uma das rodas de diálogo, a criança (C, I. 2021) diz;

Morar, aqui no assentamento é muito bom, que aqui eu posso brincar e ao mesmo tempo criar as minhas brincadeiras e quando eu fui fazer a atividade com a tinta de terra, achei bem legal, apesar que eu gosto de brincar na terra e com barro (risos), e quando eu fui fazer a tinta com folhas, nossa foi bem legal. Porque eu fui ver que tinha folha que não soltava tinta e tinha folha que soltava muita tinta. Ai eu fui fazendo e criando meus desenhos e imaginando um mundo diferente no meio da natureza. (C,I. Novembro de 2021).

Ramos et al.

Buscando a leitura de mundo, como Freire nos ensinou, tem-se uma aliada que permite cruzar vários caminhos do conhecimento, até mesmo por aquelas partes da natureza que já passaram pelo seu ciclo de vida. Assim, vamos criando, possibilidades/oportunidades de recriar desenhos de colagem com a natureza (Figura 8), concretizando a imaginação, indo além do inicialmente pensado.

Figura 8 – Colagem com natureza.

COLAGEM COM NATUREZA

- **Como funciona:**
 1. Vamos escolher de 5 a 10 elementos que quiserem na natureza.
Pode ser folha, flor, graveto, o que preferirem.
 2. Observe o que chama a sua atenção.
Aproveite para perguntar um para o outro se sabem o nome da árvore a que pertence aquela folha, ou flor. Tudo é motivo para despertarmos o interesse das nossas crianças.
 3. Depois de escolhidos os elementos, vamos precisar:
1 folha em branco, 1 cola bastão ou líquida ou de farinha.

Incentive as crianças a criarem sua colagem da forma como preferirem. Ofereça também tintas naturais.

COLA DE FARINHA
2 xícaras de chá de água
- 2 colheres de sopa de farinha trigo

MODO DE FAZER:
Coloque 1 xícara e meia de água para ferver.
- Dissolva as 2 colheres de farinha de trigo em 1/2 xícara de água fria.
Junte na água fervida e mexa muito para ficar bem homogênea.

Só se divertir, vamos criar nossos desenhos. Que tal a partir da História do mundo que lia o mundo.





Fonte: Resultados da pesquisa.

E para que se observe, é preciso ter o que ver, buscar por si próprio ou ter alguém que abra novos caminhos, que aponte e instigue esse olhar de que ao imaginar, também é possível criar algo real. Assim, buscando formas de atividades para trabalho, no espaço formal, para pintar algo em sala de aula clássica, teríamos tinta guache em diversas cores possíveis e instrumentos para manipular, como os pincéis. No território informal lida-se com a imaginação e com a possibilidade e expectativa de criar e recriar. Neste sentido, constatou-se diversas formas e perspectivas de criar pincéis com recursos da natureza, momento mágico e único, pois a imaginação flui e todas as crianças, à sua maneira, construíram um pincel, criativo, diferente e personalizado (Figura 9).

As crianças do campo, estando em contato com a natureza, também nos colocam diante de uma grandeza que por mais que a imaginação faça tentativa, jamais poderá mensurar. A natureza atua no mundo das crianças como ampliadora de horizontes.

Ao falar sobre natureza, também vem o debate sobre desmatamento; as próprias crianças falam e reafirmam que não é certo, temos que plantar e não destruir. Esta área de pesquisa, a cidade de Lagoinha – SP, é uma região de muitas fazendas onde há apenas pasto para gados e áreas próximas de plantação de eucaliptos. O verde da destruição, está se aproximando dos

espaços das montanhas. As próprias crianças sabem que onde há este tipo de plantação não há aves e ocorre diminuição da água; portanto são receptoras dessas informações, pelo debate da família, pois vivem onde esse assunto é discutido diariamente. Então ouvir, ver, falar, compartilhar, indignar-se, cria-se a possibilidade de refazer diferente. A partir das rodas de conversa, esses conhecimentos vêm à tona: uma vivência e realidade inigualável na vida com uma profunda troca de saberes.

Figura 9 – Pincéis da natureza.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Neste debate, coloca-se em ênfase a origem do papel, vindo à tona o questionamento: “como é feito o papel?”. Segundo Ozeki, Dias e Oliveira (2017), o papel é feito a partir da madeira de uma árvore chamada eucalipto. Todas as árvores possuem em suas células uma substância chamada celulose: é a partir dela que o papel é fabricado. O eucalipto é cortado e levado para a indústria, onde sua madeira será cortada, descascada e picada.

As rodas de conversa trouxeram várias curiosidades e possibilidades, até a constatação de que podemos reciclar, e fazer o nosso próprio papel. A Figura 10 apresenta, o passo a passo, da prática de reciclagem.

Seguindo o encaminhamento metodológico com longa conversa, nascem diálogos, ainda, em relação à curiosidade sobre o papel, e uma nova roda de conversa com várias possibilidades: o que se pode fazer com o material, buscando, primeiramente, uma finalidade para aqueles que não serão usados com escrita, mas que possam ser reciclados em forma de artes, criando e recriando, e trazendo presente a sustentabilidade para debate junto com as

crianças; o quanto nós podemos e somos capazes de preservar o meio ambiente que tanto necessita, especialmente, nos dias de hoje. O processo de recuperar os papéis que iriam para o “lixo” e transformar em papel machê representa uma das muitas viabilidades da reciclagem lúdica e trabalho presente e relevante da prática pedagógica, voltada para a sustentabilidade. Na Figura 11, o passo a passo do processo de preparação do papel machê.

Figura 10 – Vamos reciclar fazendo nosso papel.

VAMOS RECICLAR FAZENDO NOSSO PAPEL

Você vai precisar de

- Papel velho
- Balde
- Água (pode ser de reuso)
- Bacia
- Liquidificador
- Peneiras

Papel pode ser de caderno. Se tiverem jornal é legal, porque ele dissolve mais rápido. Bem picado

Deixar dois dias na água, pode trocar a água para não dar mal cheiro.

Liquidificador (se tiver) se não você mexa bem aperte até dissolver o máximo que conseguir, deixando ele bem pastoso.

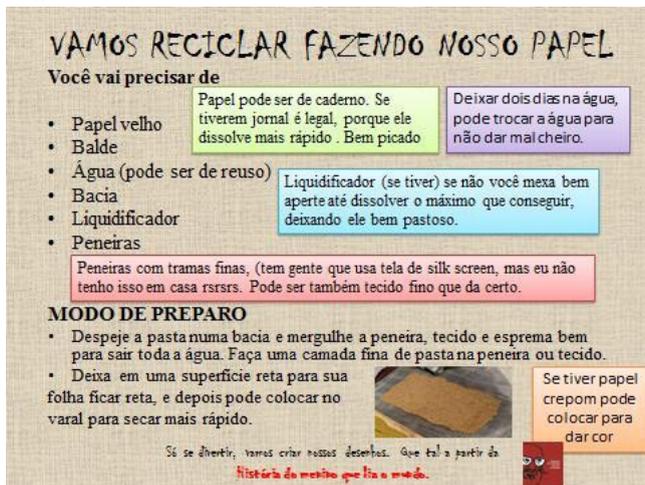
Peneiras com tramas finas, (tem gente que usa tela de silk screen, mas eu não tenho isso em casa rsrsrs. Pode ser também tecido fino que da certo).

MODO DE PREPARO

- Despeje a pasta numa bacia e mergulhe a peneira, tecido e esprema bem para sair toda a água. Faça uma camada fina de pasta na peneira ou tecido.
- Deixe em uma superfície reta para sua folha ficar reta, e depois pode colocar no varal para secar mais rápido.

Se tiver papel crepom pode colocar para dar cor

Só se divertir, vamos criar nossos desenhos. Que tal a partir da História do menino que lia o mundo.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 11 – Papel Machê.

PAPEL MACHÊ

Vamos precisar

- Papel (folhas de jornal, papel kraft, folhas de caderno ou papel higiênico limpo)
- Cola branca ½ copo
- Água suficiente para cobrir os papéis
- Recipiente para misturar a massa

Passo a Passo

1. Rasgue o papel em pedaços pequenos e coloque-os num recipiente.
2. Coloque um pouco de água morna dentro da vasilha contendo o papel picado. Deixe o papel amolecendo por 10 a 12 horas, no mínimo.
3. Coloque a massa em um pano e esprema para retirar toda a água.
4. Adicione cola branca aos poucos e vá trabalhando a massa com as mãos.
5. Quando a massa ganhar liga, estará pronta para ser modelada.

PRONTO SUA MASSA ESTÁ NO PONTO DE DEMODELAGEM

Só se divertir, vamos criar nossos desenhos. Que tal a partir da História do menino que lia o mundo.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Quando em contato com a natureza, os sentidos são trabalhados simultaneamente. Enquanto o canto de um pássaro é percebido pelo ouvido, os olhos captam todas as cores, formas e movimento de tudo que está à sua volta. Árvores, flores e sementes, sempre presentes ao redor de suas moradias, despertam a curiosidade, e junto com adultos, as crianças têm participado das colheitas das nossas sementes, patrimônio da natureza. Tiriba (2010), nos diz:

As atividades ao ar livre proporcionam aprendizagem que se relaciona ao estado de espírito porque colocam as pessoas em sintonia com sentimentos de bem-estar, em que há, portanto, equilíbrio entre o que se faz e o que se deseja fazer (TIRIBA, 2010, p. 7).

Dentro da organização do MST o trabalho com sementes em quadros, tem enorme representatividade; como exemplo, a arte da companheira e pesquisadora Maritânia Andretta Risso que encantou o grupo das crianças; então uma caminhada para colher sementes locais e construir nossos próprios quadros, como visualizado na Figura 12.

Figura 12 – Colagem com sementes.



Fonte: Resultados da pesquisa.

As sementes estão muito presentes no dia a dia das crianças Sem Terrinha; elas conhecem e trocam, entre si, assim como suas famílias. Existe um grupo de mulheres e jovens que se organizam para buscar sementes na mata; esta prática faz com que se tenha um valor incondicional, pois as sementes são patrimônio da humanidade.

Analisando os depoimentos e os resultados das atividades propostas infere-se que as famílias destas crianças, querem oferecer condições melhores de

Ramos et al.

vida para seus filhos, e, posteriormente, também, querem garantir o acesso à educação e ao estudo; porém, manifestam grande desejo de acompanhar o aprendizado. E esse aprendizado compreende desde “saber relacionar-se com as pessoas, valorizar as pessoas e as coisas que possuem, ler as coisas do mundo, até aos momentos com os outros”. Outra questão expressa com frequência nas falas das famílias está direcionada à construção de valores humanistas, saber respeitar e valorizar as pessoas, construindo amizades, de muito diálogo e carinho.

A garantia do direito ao brincar e do brinquedo está muito presente quando falam “deixar viver a infância”, oferecer tudo que ela possa viver em seu tempo de criança.

Considerações finais

Partindo da premissa desse estudo o trabalho buscou enfatizar a importância da relação das crianças com a natureza. A proposta de construção de um portfólio, demonstra por meio de falas, imagens, narrativas e sustentações teóricas, os inúmeros benefícios que essa relação agrega, potencializando aprendizagens e experiências significativas na primeira etapa de suas vidas.

A Educação Ambiental tem uma importante função a desempenhar no sentido de colaborar para uma maior integração dos assentados com o meio ambiente, contribuindo para melhorar as condições de vida e para a construção de uma sociedade mais justa

O MST entende que suas ações não podem ser isoladas e voltadas somente para a educação política; diversas esferas precisam ser consideradas, entre elas a ambiental. O movimento compreende a necessidade da implantação de práticas que não agridam o meio- ambiente, de ações que levem à sustentabilidade, à preservação, à natureza, à construção de um processo de conscientização ecológica das famílias em seus territórios.

Somente em uma sociedade que repense suas atitudes, entre elas, a valorização da Educação Ambiental, pode-se implementar que modifique seus modos de ver a vida e todos aqueles que estão a sua volta que conseguiremos, enfim, viver em harmonia com a natureza e com todos seus elementos; necessitamos de uma prática contextualizada de EA, de projetos que realmente sejam adequados a esses conceitos, de ações que não visem somente o lucro, de pessoas engajadas em movimentos sociais, de políticas públicas que levem a natureza a sério, mecanismos de valorização das práticas ecológicas e, finalmente, uma EA crítica, modificando pensamentos e ações.

Neste neste processo, a consciência ambiental ganha destaque na construção da sustentabilidade

Acredita-se que uma eficaz ferramenta para uma consciência ambiental se faz através do ensino formal e, neste artigo a contribuição deriva da valorização do ensino não formal, destacando as consequências de atitudes ecologicamente

corretas para o bem estar local.

A contribuição de uma sequência de atividades relacionadas a recursos da natureza: terra, gravetos, sementes, papéis reciclados, entre outros, proporcionando a prática e aprendizado das artes, fortalece o respeito com a natureza; é a prática do dia a dia das crianças Sem Terrinha, de sua formação e troca de saberes; Paulo Freire (1987, p. 68) diz, "Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes"; com essa prática, por fim. Existem vários motivos pelos quais é fundamental, para essas crianças, a importância da EA na conscientização da preservação e dos cuidados com o meio ambiente, particularmente na educação infantil.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades de uma boa sementeira na educação ambiental crítica como diz "...a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos...(Paulo Freire)".

A pesquisa discutiu às expectativas, de que a Educação Ambiental pode ser realizada na Educação Infantil, sem dificuldades e que as crianças são capazes de aprender e levar o aprendizado para fora dos muros da escola, de forma leve, criando e recriando uma educação emancipadora.

Buscou-se, na análise aqui proposta, a relevância de trabalhar a questão ambiental na infância Sem Terra, por meio de práticas pedagógicas lúdicas, do contato e com recursos da natureza, pois brincando as crianças Sem Terra vão construindo uma educação emancipadora baseada na sua luta e no pertencimento ao seu território, no contato com recursos da natureza, força motriz de uma educação libertadora.

Referências

ARENHART, Deise. **Infância, educação e MST: quando as crianças ocupam a cena**. Chapecó: Editora Argos, p.169, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº2**, de 28 de abril de 2008. Estabelecem diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALDART, Rosely Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Ramos et al.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica**. A educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo. Cultrix. 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo : Cortez, p.256, 2008.

CNUMAD. **Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: CIMA, 1991. p.172, 1991.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, p. 224, 1992.

DOS SANTOS, Heber José; COSTA, Valdirene Pereira; DOS SANTOS, Suemar Roberto. Educação Ambiental: crianças como agentes propagadores. **Revista Científica Expressão**. ed, v. 24, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: [s.n.], 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v. 118, p. 189-205, mar., 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação e meio ambiente: transformando as práticas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. no 2004, n. 0, p. 28-35, 2004.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Boletim da educação nº 07 de Julho de 1997**. Educação Infantil: Construindo uma nova criança, 1997.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cadernos da Escola Itinerante – MST**. Ano VIII, nº 1. Curitiba: Setor de Educação do MST, abril de 2008a.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Dossiê MST e Escola. Documentos e estudos – 1990-2001**. Caderno de Educação, nº 13. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação da Infância Sem Terra**. Orientações para o trabalho de base. Caderno da Infância, n. 1. São Paulo: Setores de Educação, Gênero e Cultura, 2011.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação Infantil: Movimento da vida, Dança do Aprender**. Caderno de Educação, n.º 12. São Paulo: Setor de Educação, novembro de 2004.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação no MST – Memória**. Documentos 1987-2015. Caderno de Educação, n.º 14, junho. São Paulo: Setor de Educação, junho de 2017.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST Itinerante: a Escola dos Sem Terra – Trajetórias e Significados**. Cadernos da Educação Itinerante, n.º 2. Curitiba: Setor de Educação, outubro de 2008b.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Setor de Educação. **Princípios da Educação no MST**. Caderno de Educação n.º 8, 1999.

OZEKI, Rosane Cristina Rebequi; DIAS, Elorita Kátia Malvezzi; DE OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. Do que é feito o papel. **Revista a União faz a vida**, v. 3, 2017.

PAVINI, Gislaine Cristina; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; RIBEIRO, MariaLúcia; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Educação do campo: perspectiva concreta ou promessa frustrada de política pública? **Retratos De Assentamentos**, v. 23, n. 1, p. 230-241, 2020.

PAVINI, Gislaine Cristina; et al. Escola do campo em assentamentos rurais: educação e políticas públicas para o campo. **Brazilian Journals of Business**, v. 4, p. 1703-1724, 2022a.

PAVINI, Gislaine Cristina et al. Projeto escola do campo: lutas e princípios / Field school project: struggles and principles. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 5, p. 457-468, 2022b.

PRIMAVESI, Ana. **A Convenção dos ventos: Agroecologia em contos**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SANTOS, Cássia Regina *et al.* Educação infantil: dos jardins de Froebel aos campos de Araraquara-SP. **Retratos de assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 269-293, 2021.

TIRIBA, Léa. **As crianças da natureza**. Brasília, Portal do MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-%20pdf/7161-2-9-artigo-mec-criancasnatureza-lea-tiriba/file>. Acesso em: 15 ago. 2023.



Educação na Reforma agrária e sustentabilidade: marcos do passado e horizontes do presente

Jamile Nascimento Santos¹
Elis Cristina Fiamengue²
Diógenes Valdanha Neto³

Resumo: Este ensaio discute sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) recorrendo ao processo de formação desta política como uma conquista da Educação do Campo. O objetivo é relatar historicamente de que forma o PRONERA e a Educação do Campo vêm contribuindo para formação de educandos e educadores do campo com práticas de sustentabilidade ambiental. Fazemos, a princípio, um recorte desse processo de construção da educação no meio rural focando na luta e resistência da classe trabalhadora por uma educação que contemplates as suas especificidades. Posteriormente, apresentamos um breve relato do PRONERA e de que forma contribui para a formação dos sujeitos camponeses. O PRONERA visa implementar ações educativas para a população dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária e é definido como política pública de educação, suas ações estão voltadas para a formação dos sujeitos Campo e nessas ações estão presentes a preocupação com a conservação e recuperação ambiental. Assim, finalizamos buscando apresentar como a educação do Campo a partir do PRONERA pode atuar frente as lutas pela sustentabilidade ambiental. Diante disso, chegamos à argumentação de que o PRONERA é uma política pública com potencial multidimensional para ações visando à sustentabilidade e tem lugar estratégico para a nação ter condições de cumprir os diversos compromissos que tem assumido na agenda ambiental global.

Palavras-chave: Educação do Campo; PRONERA; Escola; Movimentos sociais; Sustentabilidade.

Education in agrarian reform and sustainability: landmarks of the past and horizons of the present

Abstract: This essay discusses the National Program of Education in Agrarian Reform (PRONERA) using the process of formation of this policy as an achievement of Rural Education. The objective is to report historically how PRONERA and Rural Education have contributed to the training of rural students and educators with environmental sustainability practices. We make, at first, a cut of this process of construction of education in rural areas, focusing on the struggle and resistance of the working class for an education that contemplated its specificities. Subsequently, we present a brief account of PRONERA and how it contributes to the formation of peasant subjects. PRONERA aims to implement educational actions for the population of the Agrarian Reform camps and settlements and is defined as a public education policy, its actions are aimed at the formation of Campo subjects and in these actions the concern with environmental conservation and recovery is present. Thus, we conclude by seeking to present how rural education based on PRONERA can act in the face of struggles for environmental sustainability. In view of this, we arrive at the argument that PRONERA is a public policy with multidimensional potential for actions aimed at sustainability and has a strategic place for the nation to be able to fulfill the various commitments it has assumed in the global environmental agenda.

Keywords: Rural Education; PRONERA; School; Social movements; Sustainability.

¹Mestra em História pela UESC e coordenadora pedagogia do Centro Educacional em Educação profissional em Saúde do Leste Baiano – CEEP, Valença Bahia. E-mail: jamnsantos@uesc.br

²Doutora em Sociologia (UNESP) e professor adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus – Bahia (Brasil).

³Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP/FE). Professor Adjunto Laboratório de Meio Ambiente, Ciência e Educação Instituto de Ciências Exatas, Naturais e Educação Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Introdução

Inúmeros são os problemas educacionais brasileiros, mas, no meio rural, o cenário é mais complexo em decorrência dos preconceitos que o cercam (WHITAKER; FIAMENGUE, 2002). A realidade educacional do campo se limitava a um currículo baseado nos direitos básicos da cidadania, portanto o campo era sinônimo de agricultura e/ou agropecuária, e os traços culturais do mundo urbano eram incorporados no modo de vida rural principalmente pela educação (WHITAKER, 2008).

A construção da Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como política pública foi mediante muitas lutas. Essas lutas possibilitaram que o Estado brasileiro considerasse a necessidade de diretrizes específicas de educação para o campo. A partir da década de 1980 os debates políticos sobre a educação do campo são iniciados e passa a fazer parte da agenda política nacional em que o foco era a escolarização de crianças, jovens e adultos (ANDRADE; DI PIERO, 2003).

Dentro de um projeto popular de sociedade, a educação do campo busca adquirir um conjunto de princípios que oriente as práticas educativas promovidas e que possa sustentar uma sociedade sem classes (CALDART, 2009). O ideal é estabelecer uma relação com a formação escolar, ligada à formação da vida e da comunidade. Segundo o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, um dos princípios da educação do campo é o: “respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia”. Ele é uma afirmação dos movimentos sociais e reforça que a educação do campo não pode ficar desvinculada da luta pela terra, pela reforma agrária, pelo direito à cultura e ao trabalho, sendo necessário um olhar sobre o entorno. A educação do Campo vem transformando a realidade socioeconômica, socioambiental, cultural, educacional dos povos camponeses.

Sendo assim, este ensaio de natureza teórica procura pontuar a importância da Educação do Campo, em específico do PRONERA e as contribuições de ambos para formação de educandos e educadores do campo com atitudes que se somam à contemporânea busca da sustentabilidade ambiental. Visando, assim, à ressignificação do pensamento e práxis em sala de aula construindo um novo significado da sobre a sustentabilidade ambiental no espaço escolar camponês.

As problemáticas ambientais decorrente da não sensibilização da humanidade têm ocasionado graves danos ao meio ambiente, muitas vezes irreversíveis (ROCKSTRÖM *et al.*, 2009). A educação do Campo em seus princípios inclui o meio ambiente como prioridade, além do diálogo e participação de todos envolvidos, deste modo, fazem-se necessárias ações coletivas e espaços colaborativos, como a construção participativa das políticas educativas, de projeto políticos pedagógicos e de toda comunidade escolar objetivando uma sustentabilidade ambiental significativa que se inicia nas escolas e se concretiza

Marcatti et al.

para além de seus muros (VALDANHA NETO, 2019).

Sabe-se que a escola é um espaço de educação formal que tem como finalidade formar sujeitos críticos-reflexivos que sejam capazes de intervir e transformar a sociedade vigente, ela deverá estar engajada no desenvolvimento de uma educação que visa um futuro promissor e sustentável para as gerações que virão (BRASIL, 1999).

Breve contexto da educação do campo no Brasil

A educação no meio rural brasileiro foi vista como algo desnecessário, pois na crença dos dominantes os trabalhadores camponeses não careciam de acesso à cultura letrada (CALDART, 2009). O debate sobre a educação do campo se manteve, incessantemente, de fora das agendas políticas e foi discutida a partir de uma ótica urbana, a qual nega muitas peculiaridades das condições do campo, acarretando múltiplas questões que impactam a identidade da escola e que refletem também na comunidade (HAGE, 2010). Precariedade dos prédios escolares, fechamentos das escolas, escassez de recursos didáticos e conteúdos curriculares que valorizam os aspectos e saberes urbanos são fatores que interferem na qualidade de vida e na educação da população campesina (HAGE, 2010).

O campesinato, no processo de expansão capitalista, foi rotulado negativamente pelos moradores urbanos que foram avançando sob a ótica do capital. Hobsbawm (1998) apresenta informações significativas sobre esse preconceito em relação ao rural, uma disputa que distanciava o campo da cidade, eram dois mundos distintos, duas formas de produzir. O fortalecimento e a expansão do capitalismo só aumentaram as diferenças materiais e simbólicas entre ambos.

Esses pontos demonstram que o rural foi visto de forma desigual, sendo possível compreender por que as atividades agrícolas não necessitavam de grandes qualificações, porque os conteúdos culturais, artísticos e intelectuais eram apenas para escolas urbanas e porque o seu ciclo de vida e o seu cotidiano eram estereotipados e invisibilizados além de só disponibilizarem uma educação limitada. As lutas dos trabalhadores rurais permitiram avanços em termos de políticas públicas, mas não têm conseguido grandes êxitos para enfrentar os problemas do campo, esses enraizados justamente pela invisibilidade a que historicamente foram sujeitos – a qual repercute na negação de direitos sociais aos camponeses brasileiros (HAGE, 2010).

As mudanças provocadas pela modernização na agricultura impostas pelo capital também foram um dos fatores que favoreceu a saída das famílias do campo. Mediante a resistência contra toda forma de opressão e controle dos grupos dominantes, buscavam-se alternativas para a viabilização da agricultura familiar. E os resultados positivos dessas lutas foram surgindo no final da década de 1980, com propostas inovadoras para a agricultura familiar, em grande medida

pela via da educação (ESTEVAM, 2001).

Com o enfraquecimento da ditadura militar, fortaleceram-se as experiências dos movimentos sociais populares do campo, com uma forte reflexão sobre a educação do campo. A finalidade era buscar novas alternativas para superar as contradições sociais que abalam a vida do camponês, além de enfrentar ou de resistir contra o que desumanizava, construindo condições para a formação do sujeito e uma educação que valorize suas especificidades.

No início de 1980, no período da ditadura militar, não foi possível evitar as lutas de combate às contradições entre capital e trabalho no meio rural. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST se destaca como um dos movimentos de luta pela terra e arquitetou uma educação voltada para o campo. O objetivo era eliminar a dominação, a exploração e as políticas de expropriação destinadas ao campesinato durante o século. Os agricultores eram culpados pelo atraso do país e a forma adequada para acabar com esse problema foram as implantações de programas, como assistência técnica, extensão rural, além de uma educação elementar. Esses programas pouco colaboraram para a queda do analfabetismo nas zonas rurais, mas fortaleceu os movimentos que clamavam por uma educação do campo e abriu portas para conquistas efetivas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) traz alguns avanços para a educação do campo, como as orientações para a escola do campo em seu artigo 28:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Observam-se na educação rural avanços políticos, educacionais e culturais em que o Estado tem a necessidade de cumprir o seu papel. Trazer o currículo como orientação para escola do campo é propor caminhos para a organização escolar, é abrir espaço para ressignificar os conhecimentos trazidos pelos alunos, é motivar o aprimoramento e a produção de novos conhecimentos. Mencionado por Garcia (2004), o desafio maior seria a construção da matriz curricular pedagógica, na qual o currículo atenda às especificidades, ampliando o conhecimento por meio de uma visão ampla. Frente a isso, Rocha *et al.* (2013, p. 07) argumentam que:

A educação do campo tem um vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura. Ela nasce colada ao trabalho e à cultura do campo. E não pode perder isso em seu projeto. A leitura dos processos produtivos e dos processos culturais formadores dos sujeitos que vivem no e do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo.

Pensando em refletir sobre a inclusão do campo na sociedade, rompendo com a dicotomia de uma visão moderna atrasada gerando a dominação e pensando em uma ampla compreensão de campo e cidade interligada, em que um não vive sem o outro, e que o campo não tem apenas agricultura e as escolas não precisam ser apenas agrícolas, mas vinculadas à cultura que se originaliza por meio de relações sociais conciliando-as com o trabalho da terra, é que Fernandes e colaboradores (2005) explicam o contexto que definiu o termo por uma educação “do” campo.

A ideia era compreender quais concepções estavam presentes na educação ofertada ao meio rural. A proposta seria uma educação alternativa, que respeitasse os interesses da vida no campo e que chegasse para todos com qualidade (FERNANDES *et al.*, 2005).

A Conferência tece reflexões sobre quem são as pessoas que trabalham no campo e que lutam para sobreviver do trabalho. Por isso, no processo de construção se utilizou a expressão campo, e não mais usualmente meio rural, pois foi discutida a educação do campo e essa estende para os(as) trabalhadores(as) que moram no campo, que podem ser os quilombolas, os indígenas, os assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. O objetivo é construir uma educação básica do campo, ligada ao crescimento sociocultural e econômico e que compreenda as diferenças históricas e culturais. Assim, “do campo” diz respeito aos conhecimentos e às técnicas vinculadas ao trabalho, ao lazer, à cultura e à vida cotidiana, respeitando a pluralidade de ideias. Não basta ter escolas no campo, seria necessário um suporte para construção das escolas do campo, ou seja, devem existir projetos políticos nas escolas interligados aos desafios, às causas, à história e também à cultura do trabalhador do campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Na continuidade da luta pela reforma na educação, os movimentos sociais dão um passo para mais uma conquista em prol do campesinato. A Resolução CNE/CEB nº 1, de 3/4/2002, define diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Essa resolução delimita as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, que abrangem a realidade e identidade do campo, ao mesmo tempo destaca-se a educação como princípio para o envolvimento da população rural e urbana a partir do exercício da cidadania, da justiça social e do desenvolvimento do país. A tentativa é ampliar o conceito de

Educação básica ligando-o a outras práticas educativas e culturais.

A constituição da educação do campo foi protagonizada especialmente pelo MST e necessitou de parcerias para fortalecimento e ampliação das discussões. Na I Conferência Nacional, houve também a discussão sobre o papel da economia na agricultura camponesa não de uma forma meramente capitalista, mas inserindo o campo na agenda nacional. Os sujeitos do campo nesse período foram excluídos mais uma vez dos processos políticos, econômicos e sociais que foram inseridos. Essa dominação fez com que o trabalhador do campo se privasse de suas autonomias rurais, sendo imposto a ele um modelo de técnicas e insumos agrícolas, transformando sua produção em agronegócio (SANTOS; MIGUEL, 2012). De acordo com Leite e Medeiro (2012, p. 81),

O termo agronegócio foi criado para expressar as relações econômicas mercantis, financeiras e tecnológicas entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor, comercial e de serviços.

Na II Conferência Nacional com o lema: Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado! manifestou-se a afirmação da necessidade de os trabalhadores do campo terem acesso à educação. O estado deveria formular políticas mais intensas que garantissem uma educação justa, específica, necessária, universal e verídica, e não apenas bases abstratas. Desde aquela Conferência até os dias atuais, as ações voltadas para a educação têm acionado contradições, avanços e recuos relacionados às políticas públicas voltadas à educação do campo. O enfrentamento da subordinação da educação ao mercado na perspectiva dominante continua como desafio de sobrevivência.

O Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), originado em 2010, é também uma articulação dos movimentos sociais no intuito de retomar as demandas planejadas não só pelos movimentos sociais, mas pelas organizações sindicais e outras ordens sociais com ênfase em uma atuação mais ampla de universidades e institutos federais de educação. A posição tomada pelo Fonec no documento de criação repudia os fechamentos das escolas e sugere a construção de novas escolas do campo. Confronta o agronegócio e defende a coletividade para combater a criminalização (Fórum Nacional de Educação do Campo, 2010, p. 3). Nesse contexto, se estabelece mais um instrumento para as mudanças educacionais dos trabalhadores do campo, a promulgação do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera (BRASIL, 2010).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)

Segundo Munarim (2008), os movimentos sociais do campo tiveram repercussão nacional e originaram o que ele nomeou de Movimento Nacional de Educação do Campo. Para o autor, essa ligação entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as escolas de assentamentos e acampamentos encadeou um processo histórico mais extenso em que surge o importante Movimento de Educação do Campo.

Em busca de mais conquistas e na tentativa de quebrar o silêncio e esquecimento, levando as discussões a partir dos movimentos sociais para dentro das universidades, políticas, núcleos de incentivo à pesquisa, entre outros, o PRONERA passa a ser concebido em abril de 1998. Uma iniciativa do MST, que obteve o apoio da Universidade de Brasília (UnB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esta parceria e vitória foi mediante a conjuntura do *I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA)*, executada em Brasília no mês de junho de 1998 (RIBEIRO, 2010).

Foram anos de lutas e pode-se considerar que a primeira grande conquista da Educação do Campo foi o PRONERA, considerada como a base teórica e prática da Educação do Campo. A consolidação dessa política pública está atrelada diretamente com a história a Educação do Campo (MOLINA, 2004). O programa tem como finalidade a promoção do acesso à educação formal para os trabalhadores desde a educação básica até a educação superior nas áreas de reforma agrária. Os recursos para efetivação dele ainda são um problema, mesmo assim é desenvolvida a escolarização para jovens e adultos e as parcerias com as universidades garantem cursos superiores e profissionalizantes com método de alternância, produzindo saberes de escola do campo e direcionando integrar a escola com a família e comunidade do educando. A ideia apresentada de educação do campo presente nos cursos ofertados envolvia desde a criação a preocupação com a conservação e recuperação ambiental

O foco do PRONERA não é apenas a educação para os moradores do campo, mas que essa educação esteja propício a atender as necessidades do trabalho e esteja atrelado a cultura do campo, proporcionando um desenvolvimento mais sustentável socialmente e ambientalmente. Os sujeitos devem estar envolvidos nas práticas educativas, assim como o seu território, a sua forma de organização do trabalho e a sua cultura. O intuito desse engajamento é constituir um outro modelo de desenvolvimento, que seja socialmente justo e ecologicamente sustentável (CAMACHO, 2014).

Instigada pelo Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em julho de 1998, acontece “I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo”. A finalidade era fazer com que os governantes tivessem o compromisso de restituir ao rural uma educação que se aproxime

dele. Os participantes acreditavam em um projeto de desenvolvimento com a inclusão do campesinato e que nessa proposta a educação fosse envolvida como parte de um plano de abrangência. A educação almejada pelos participantes do campo pretendia ampliar o processo de formação humana que superasse o tecnicismo antes exclusivo das políticas educacionais voltadas ao meio rural (KOLLING *et al.*,1999).

Como política pública de educação do campo, o PRONERA desenvolve projetos educacionais que são executados por instituições de ensino e propõe o fortalecimento do meio rural enquanto território de vida, levando em consideração as dimensões econômica, social, política, cultural, sustentável e ética. Desde o seu nascimento em 1998, mediante lutas dos movimentos sociais, vem formando jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária, garantindo inclusão e continuidade de estudo em seus diferentes níveis de ensino. (INCRA, 2015).

O PRONERA reconhece a educação do campo como uma política pública e admite que a população do campo são agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Os princípios para uma educação do campo são destacados como a valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e ao controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010, art 2º). Propõe também:

- I – oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento;
- II – melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA; e
- III – proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos (BRASIL, 2010, online).

Atualmente, o PRONERA continua na busca de novas conquistas com ações que alcança a alfabetização de jovens e adultos; escolarização nos

níveis fundamental, médio, superior e pós-graduação; formação continuada de professores; formação técnico-profissional para a saúde; a comunicação; a produção agropecuária e a gestão do empreendimento rural. As diversas modalidades apresentadas de educação condizem com metodologias de ensino voltadas para a realidade sociocultural do campo (ANDRADE; DI PIERRO, 2004).

Em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (MEC-INEP) e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) com o objetivo de realizar o diagnóstico do ensino ofertado nos assentamentos da Reforma Agrária, atualizando assim os dados, o PRONERA lança a segunda Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNERA). A pesquisa enfatiza que no período entre 1998 a 2011 através de 82 instituições de ensino de todo o país foram realizados 320 cursos do PRONERA, deste 167 foram na modalidade de Educação de Jovens e Adultos Fundamental, 99 de nível Médio e 54 de nível Superior. 880 municípios foram contemplados com estes cursos, em todas as unidades da federação (INCRA, 2022).

O PRONERA mediante diálogo com os movimentos sociais camponeses apresenta como experiência prática a relação com a extrema diversidade de situações presentes no campo brasileiro. É perceptível o envolvimento nestas diversidades a heterogeneidade dos sujeitos sociais do campo, a diversidade das condições culturais, ambientais, geográficas e de organização da produção agrícola. Esta especificidade do PRONERA só se concretizou porque houve a interação direta dos protagonistas deste processo (MOLINA, 2004).

Andrade e Di Pierro (2004) sinalizam que para o processo de aprovação dos projetos, primeiramente são encaminhados pelas instituições de ensino para a Superintendência Regional do INCRA, neste espaço a equipe do PRONERA avalia o projeto. Depois, este é encaminhado à Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania para análise da Comissão Pedagógica Nacional (CPN). Cinco princípios fundamentais que representam o PRONERA são analisados no projeto pela Comissão Pedagógica Nacional: a inclusão, a participação, a interatividade, a multiplicação e a parceria.

Quando se refere à **inclusão** evidencia que neste princípio os projetos devem garantir a ampliação das condições de acesso à educação; a **participação** é a validação que os beneficiários e seus parceiros tem a participação na elaboração, execução e avaliação dos projetos. A forma como as parcerias entre órgãos governamentais, instituições de ensino superior, movimentos sociais e sindicais e comunidades assentadas estabelecem um diálogo permanente está pautado no princípio da **interatividade**. Espera-se dos projetos a **multiplicação**, ou seja, à ampliação não só o número de alfabetizados, mas também de monitores, profissionais e agentes mobilizadores que podem dar continuidade aos processos educativos; A parceria é a condição para a realização das ações do PRONERA. Os parceiros do programa são as Instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas sem fins lucrativos e fundações de apoio; os

movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário; as secretarias municipais e estaduais de educação (BRASIL, 2011).

Não podemos deixar de avaliar como positivas as políticas públicas conquistadas por meio das ações dos movimentos sociais e povos do campo, pois são importantíssimas no processo de construção da educação do campo. Mas esta não se institui somente pela educação escolar. Também, cabe enfatizar a ligação direta e material da reforma agrária com a educação, o que coloca a necessidade de ambas avançarem em parceria (CALDART, 2009).

Educação do campo e a formação para sustentabilidade ambiental

A educação é um processo contínuo, necessário e indispensável para a formação humana, pois através da mesma o sujeito se constrói socialmente e culturalmente. Desse modo, a educação é um processo que se apresenta de diversas formas, em diferentes culturas, sociedades, grupos e povos. Sendo assim, as instituições escolares são responsáveis pela formação do sujeito, e tem como desafio formar cidadãos críticos e conscientes quanto ao seu papel na sociedade. E como a educação do Campo pode atuar frente as lutas pela sustentabilidade ambiental?

A Educação do Campo tem também como objetivo a formação de cidadãos críticos e ativos, atribuindo-lhes valores socioambientais, conhecimento e habilidades, bem como empoderamento necessário para intervir e transformar o meio em que vive, contribuindo assim, para a melhoria e prevenção das agressões sofrida no meio ambiente. Mesmo com esse objetivo, sabe-se que essa não é uma tarefa fácil.

Em parceria com instituições escolares e mediante projetos apresentados a comunidade e mediados pelo PRONERA o campo pode ser desenvolvido com modelo de produção nas culturas alimentares básicas de maneira agroecológica, eliminando a hegemonia do agronegócio e garantindo a Soberania Alimentar. O trabalho deve ser realizado dentro da escola e é preciso invadir todos os espaços para discussão, abrindo “os muros das escolas”, encarando os problemas reais da sociedade, participando das decisões políticas e fomentando a educação ambiental nos espaços escolares (COUMAN; VALDANHA NETO, 2019)

Portanto, compreende-se que a escola é um ambiente favorável para a promoção da Educação Ambiental para permanência da agricultura camponesa, para isto os professores devem ser formados a partir de projetos de formação continuada docente para trabalhar conteúdos e metodologias adequadas com o propósito de conscientizar e sensibilizar as crianças, propiciando saberes e práticas socioambientais, viabilizando a construção de um planeta sustentável, o que consequentemente trará qualidade de vida para todos. Assim, o PRONERA tem como desafio estimular e promover práticas pedagógicas, bem como projetos que possibilite informar e ensinar aos educandos do Campo que o uso excessivo e desordenado dos recursos naturais acarreta grandes prejuízos para a sobrevivência na terra (CAMACHO, 2014).

Com prática pedagógicas reflexivas vinculadas ao conceito e projetos de sustentabilidade para o campo são elaborados os primeiros cursos técnicos profissionalizantes dentro da área agrônômica e ao gerenciamento de cooperativas. A formação e educação dos assentamentos estavam precárias e era necessário progredir nesta demanda com novas experiências dentro do que foi alcançado pela reforma agrária, a estratégia era combater o uso de defensivos e adubos químicos o desmatamento das florestas e fazer com que os assentados produzissem seus próprios alimentos evitando a compra de alimentos na cidade. Para Perioto e Martins de Souza (2007) esta estratégia segue,

[...] ao desafio da organização do processo de trabalho no campo, envolvendo a cooperação (elevação da produtividade social do trabalho e melhor aproveitamento dos meios de produção) e a adoção de sistemas de produção baseados em tecnologias apropriadas (o que evidencia a potencial contribuição da agroecologia) [...].

O princípio da agroecologia atrelado a educação dentro dos assentamentos faz contraposição ao paradigma tecnológico originado da Revolução Verde, o trabalho realizado pelas instituições pautava na compreensão sobre como a sustentabilidade socioeconômica e ambiental contribui para os assentados (COUMAN; VALDANHA NETO, 2019). Trazer para educação princípios sustentáveis proporcionam reflexões com o objetivo de defender as mudanças e fortalecer as políticas afirmativas de valorização do homem campestre e, estas ações devem estar em constantes debates na formação docente, seja ela inicial e/ou continuada, como fortalecimento do currículo da educação do campo, reconhecendo os saberes do trabalho da terra, das experiências e das ações coletivas (ARROYO, 2012).

É necessário que os educadores tomem conhecimento da realidade do campo, buscando superar as desigualdades e motivando o uso da educação ambiental de tal forma que elas sejam aliadas a valorização das diversidades que contribuirá para o desenvolvimento do sujeito do campo. Com consciência dos obstáculos e das várias realidades que se apresentam, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu art. 2º no parágrafo único, preconiza que “a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade” (BRASIL, 2011).

E fazer mudanças significativas, demanda fortalecimento da identidade e da defesa da vida como caminho seguro para fortalecer e consolidar as mudanças e, como defende Paulo Freire, “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 2002, p. 29).

O processo de valorização da função social da escola só faz sentido quando consegue contemplar os diversos fatores do âmbito educacional que são capazes de suscitar mudanças tão necessárias e pertinentes à

prática docente, oferecendo múltiplas soluções que se estendem desde a elaboração de intervenções para os problemas originados em sala de aula até o planejamento de políticas organizacionais. Todavia, as escolas do campo têm muitas contribuições a oferecer numa perspectiva agroecológica, por ser um espaço privilegiado de reflexão e análise da realidade concreta, de produzir estímulos que contribuem com a formação de personalidades, de leituras e atitudes diante do mundo e por estar imersa nesse ambiente campesino (COUMAN; VALDANHA NETO, 2019).

Cabe reiterar que a intenção do PRONERA de ampliar os estudos e reflexões acerca da questão da agroecologia possibilita a intervenção de uma problemática social para a reflexão das ações e a construção de novos saberes, de forma a proporcionar frutos teóricos, técnicos e impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais na dinâmica dos sujeitos envolvidos.

Salienta-se que as questões Ambientais devem estar presente na formação dos professores do Campo, deve estar incorporadas nas disciplinas curriculares, bem como no cotidiano escolar, apresentando-se de forma interdisciplinar, possibilitando um pensamento crítico dos cidadãos e o engajamento das escolas, para o fortalecimento da Educação do Campo, para além dos espaços formal e não formal, superando a método reducionista como a temática vem sendo discutida nas escolas, para que assim os educandos compreendam a importância e a urgência da mudança de pensamento e ações para com o ambiente em que vivem. Tiriba (2007, p. 221) afirma que:

Vivemos uma situação de emergência planetária, em que está clara a possibilidade de que a espécie humana concretize um processo de autodestruição, criando condições socioambientais insuportáveis a sua sobrevivência e de outras espécies na Terra. Centrado na produção e consumo de bens, orientado para gerar lucro, este modelo – capitalista, urbano, industrial, patriarcal – vem gerando, ao mesmo tempo, desequilíbrio ambiental, desigualdade social e sofrimento pessoal.

Portanto, a escola tem papel fundamental para a promoção de uma educação, que vise formar educandos éticos, que intervenham na busca de resolução e da transformação de uma sociedade consumista para uma sociedade sustentável para todos os seres vivos. Compreende-se que as mudanças e as transformações desse quadro caótico em que se encontra a relação homem-natureza é homem-homem requerem não somente engajamento das políticas públicas educacionais, mas de um planejamento global, levando em consideração as dimensões e desafios, da conscientização, sensibilização, esforço e aceitação para a sua concretização, colocando em ação práticas e atitudes eficientes e eficazes condizentes para o desenvolvimento sustentável. Segundo Loureiro (2003, p. 83) “é preciso que educadores e educandos trabalhem em colaboração

Marcatti et al.

solidária na construção de novos sujeitos, caminhos e conhecimentos e na definição de ações transformadoras que interfiram na realidade”.

Percebe-se no campo a inclusão de uma educação capitalista que silencia as lutas dessa população ampliando a dominação e exploração do trabalhador e do trabalho com a imposição de novas tecnologias no campo. Nesse sentido, é importante a educação para a formação do sujeito, seja ela formal, não formal ou informal, requer desse cidadão uma visão crítica-reflexiva das problemáticas ambientais decorrentes dos avanços tecnológicos e do consumismo, razão pela qual se explica a crise ambiental que estamos vivendo.

Frente ao agravamento da crise ambiental, a Organização das Nações Unidas (ONU) em sua assembleia geral de 2015 estabeleceu 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos marcam compromissos a serem enfrentados globalmente com intenção de realização até 2030, compondo a chamada Agenda 2030⁴. O conjunto dos ODS faz avançar a disputa pelas noções de sustentabilidade pois explicitamente colocam essa categoria como fortemente associada a questões sociais, para além das ecológicas.

Dentre os ODS estão a erradicação da pobreza, a promoção de agricultura sustentável, a educação de qualidade, redução das desigualdades, entre outros. Todas essas frentes de ação estão no escopo da Educação do Campo e do PRONERA em sua relação inseparável à reforma agrária brasileira. Deste modo, cabe ressaltar a importância da Educação do Campo na sinergia com a agenda global da sustentabilidade e no alcance dos compromissos políticos que o Brasil vem assumindo.

Como argumenta Caldart (2005), a educação do campo nasce da luta pela reforma agrária buscando romper com o latifúndio e a exploração do capital. Para isso acontecer, a educação deve considerar a vida dos camponeses e sua relação com a natureza, se:

[...] constitui a partir de uma contradição entre classes no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, isto porque “a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda.” É necessário reforçar que “[...] o território do agronegócio-latifundiário não é o campo da Educação do Campo (CALDART 2005, p. 2).

Camacho (2014) assevera que uma parte de suma importância do PRONERA, sobretudo quando se refere à sua lógica de desenvolvimento territorial, é a relação típica com a dimensão natural do território. Desse modo, compreende-se que vivemos em uma sociedade em que o modelo de desenvolvimento econômico, explora de forma desenfreada os recursos naturais, essenciais para o equilíbrio do ecossistema. Desta forma, a educação para a sustentabilidade

⁴Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>, acesso em agosto de 2022.

deverá formar sujeitos cientes da degradação humana na terra, informando que a questão ambiental perpassa pelas dimensões políticas, econômicas e sociais.

Destarte, a Educação do Campo quando se refere à sustentabilidade ambiental terá a finalidade de possibilitar uma ação-reflexão-ação das atitudes dos sujeitos para com o outro e a natureza, para que assim possamos formar cidadãos éticos, com pensamentos, atitudes e valores referentes às relações ser humano-ser humano e ambiente-sociedade. A educação é condição *sine qua non* para que o sujeito tome consciência quanto seu papel na sociedade e perceber que tem potencial para intervir nela de modo a transformá-la significativamente.

Considerações finais

Os camponeses estão criando a sua emancipação humana mediante as lutas pelas terras com práticas racionais por meio dos movimentos sociais. Conquistar o protagonismo como trabalhador rural, dando ênfase em seus conhecimentos, em suas produções e em seus bens e cultura, é eliminar a alienação do trabalho. A luta pela sustentabilidade e preservação dos recursos naturais tragados pelos movimentos capitalistas que buscam insaciavelmente o lucro é inevitável para a conquista da emancipação e por meio dela será possível a superação da desumanização e a garantia das condições efetivas quanto à manutenção da vida no planeta.

O PRONERA, como um programa de abrangência nacional, possibilita que os sujeitos camponeses realizem cursos voltados para à mudança na concepção de exploração dos recursos naturais, em um contexto que atenda a necessidade de produção, organização e sustentabilidade socioambiental mediante a formação técnica profissional. Evidenciou-se que este programa coopera para a dignidade da vida no campo, fortalecendo a aprendizagem que prezem pela a cultura e o cotidiano rural de jovens e adultos reestruturando suas identidades e estimulando o reconhecimento do campo como lugar de vida e trabalho.

Articulado à Política de Reforma Agrária, pensada para ampliação do fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável, o PRONERA intervém na mudança socioambiental através de projetos agroecológicos e formação de professores nas áreas assentadas.

Concluimos este ensaio acreditando que a sustentabilidade Ambiental na Educação do Campo é de fundamental importância para que possamos formar cidadãos críticos e sensíveis as causas socioambientais. Entretanto, a realidade vivenciada em muitas escolas no meio rural ainda difere totalmente das finalidades do PRONERA. É preciso que as escolas e os professores adotem práticas de ensino, planejem atividades pedagógicas e criem projetos de sustentabilidade ambiental, que estimulem na comunidade escolar ação-reflexão-ação. Para isso, ainda falta proatividade política dos setores executivo, legislativo e judiciário de modo a concretizar as conquistas sociais expressas no PRONERA – o que não será possível sem investimentos, ações de formação

Marcatti et al.

inicial e continuada, e condições dignas de trabalho.

A proposta do PRONERA pode dar novo significado das práticas pedagógicas no ambiente escolar, visando transformar ações e atitudes significativas, de modo a modificar pensamento e valores nos sujeitos camponeses, para que assim, possamos viabilizar a formação de cidadãos engajados com as questões ambientais, e assim possamos contribuir para a construção do campo sustentável para a presentes e futuras gerações.

Referências

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A construção de uma política de educação na reforma agrária. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 67-86.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Manual de Operações do Pronera**. Brasília: MDA/ INCRA, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

BRASIL, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Manual de Operações do Pronera. Brasília: MDA/ INCRA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA. Manual de operações: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Momento atual da educação do campo**. Disponível em:<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=27>. Acesso em: 02 fevereiro de 2005.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010: dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 nov. 2010.

COUMAN, José Leônidas; Valdanha Neto, Diógenes. Fontes educativas da agroecologia no Assentamento Margarida Alves: a transição do movimento na Amazônia. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, 2019.

ESTEVAM, D.O. (2001). **Casa Familiar Rural**: a formação com base na Pedagogia da Alternância. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

Marcatti et al.

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo. **Carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo**. Brasília: Fonec, agosto de 2010.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. Tese (Doutorado em Educação). UFSC. Florianópolis, 2004.

GUHUR, D. M. P.; SILVA, I. M. de S. e. Educação do campo: primeiras aproximações. **Roteiro**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 129–144, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/302>. Acesso em: 9 julho 2022.

GUHUR, D. M. P. ; SILVA, Irizelda Martins de Souza e . A pesquisa nas escolas técnicas de agroecologia do MST no Paraná: contribuições do diálogo de saberes. In: VII SEMINÁRIO DO TRABALHO, 2010, Marília. Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Marília: UNESP, 2010. v. 1. p. 1-20.

HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Hobsbawm, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório de Gestão**, 2015. Brasília: Incra, 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cidadania e Reforma Agrária: histórico do Pronera**, 2015 Disponível em: http://www.incra.gov.br/pronera_historia. Acesso em: 12 jul. 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (II PNERA)**, 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/pronera/ii-pesquisa-nacional-de-educacao-na-reforma-agr-ria-pnera>. Acesso em: 9 julho 2022.

KOLLING, E. J.; NÉRY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação Básica do Campo**. Vol. 1. Fundação Universidade de Brasília: Gráfica e Editora Peres Ltda. 1999.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. Dicionários da educação do campo. In: LEITE, S.; MEDEIROS, L. **Agronegócio**. Rio de Janeiro, 2012, p. 81 -87, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente & Educação**, v. 8, n. 1, p. 37-54, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna. Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

MUNARIM, A. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. In: MEURER, A. C. (Org.) **Dossiê: Educação no Campo**. Revista do Centro de Educação. Santa Maria, UFSM, 2008.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, Trabalho, Educação, Liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**, 2004. Disponível em: http://educampo.paraense.locasite.com.br/arquivo/pdf/18Texto_Base_Educacao_do_Campo.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

ROCKSTRÖM, Johan *et al*. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, n. 7263, p. 472–475, 24 set. 2009.

SANTOS, Juliano Batista dos; MIGUEL, Thiago Barros. Educação do campo: um novo paradigma. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.3, n.2, p. 386 – 398. Maio - Jul. 2012.

TIRIBA, L. Reinventando relações entre seres humanos e natureza nos espaços de educação infantil. In: MEC, **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília. 2007.

VALDANHA NETO, Diógenes. **Educação ambiental no ensino formal**. São Paulo: editora SENAC-SP, 2019.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. O rural-urbano e a escola brasileira. **Retratos de Assentamentos**, n.11, 2008.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina. Ciência e ideologia: as armadilhas do preconceito. In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (org.). **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau-SP. Ed. Letras à Margem, 2002.



Patrimônio rural/urbano em Presidente Venceslau: estudo de caso da casa sede e mirante da Fazenda Santa Sofia

Vítor Hugo de Figueiredo Mendes¹
Luís Antonio Barone²

Resumo: A história do Presidente Venceslau/SP tem semelhança com a das demais cidades do Oeste Paulista, marcada pela expansão ferroviária e pela cultura do café. Ali, Álvaro Antunes Coelho encarnou a figura do colonizador/grileiro que tratou de lotear a área onde se localiza o município atualmente, de modo que, este estudo de um patrimônio rural e da área envoltória, hoje no coração da cidade, é revelador quanto aos agentes que escrevem a história e das vozes que se sobressaem nas disputas de narrativas. Este artigo investiga o histórico e os processos de reconhecimento social que levaram ao tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de São Paulo do conjunto constituído pela Sede e Mirante da Fazenda Santa Sofia, tal como sua influência no processo de transformação e usufruto da paisagem. Para tal, realizou-se visitas a campo e, devido à pandemia da COVID-19, entrevistas online com agentes públicos e privados relacionados ao processo de tombamento e gestão do bem. Verificou-se que a especulação imobiliária ameaçava o bem, levando ao tombamento - que buscou evitar qualquer descaracterização da área. Isso, de certa forma, foi alcançado, mas tal mecanismo, sem o auxílio de agentes públicos, não é suficiente, além de verificar-se que a sociedade local reconhece o bem, nosso objeto de estudo como componente de sua história.

Palavras-chave: Patrimônio rural; Patrimônio cultural; Paisagem cultural.

Rural/urban heritage in Presidente Venceslau: case study of the main house and lookout at Fazenda Santa Sofia

Abstract: The history of Presidente Venceslau/SP bears similarities to that of other cities in the Western region of São Paulo, marked by railway expansion and coffee culture. Álvaro Antunes Coelho embodied the figure of a colonizer/land grabber who took it upon himself to divide the area where the municipality is currently located. Thus, this study of a rural heritage and its surrounding area, now in the heart of the city, reveals the agents shaping history and the voices that stand out in the disputes of narratives. This article investigates the history and social recognition processes that led to the listing by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic, and Touristic Heritage (CONDEPHAAT) of São Paulo, of the ensemble formed by the Main House and Lookout of Santa Sofia Farm, as well as their influence on the transformation and enjoyment of the landscape. Field visits were conducted, and due to the COVID-19 pandemic, online interviews were held with public and private agents involved in the listing and management of the property. It was found that real estate speculation threatened the property, leading to its listing, which sought to prevent any alteration of the area's character. This was achieved to some extent, but such a mechanism, without the assistance of public agents, is insufficient. Furthermore, it was observed that the local society recognizes the property, our object of study, as an integral part of its history.

Keywords: Rural heritage; Cultural heritage; Cultural landscape.

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho-UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente". E-mail: vitor.figueiredo@unesp.br

² Professor assistente Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho -UNESPE, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. E-mail: labarone@uol.com.br

Introdução

Este trabalho é um produto inicial da pesquisa de Iniciação Científica (CNPq) desenvolvida junto ao Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudo da Paisagem (LAG) e ao grupo de pesquisa Ruralidades, Habitat e Cidadania, ambos da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente/SP. Seu objetivo é estudar um patrimônio oficialmente tombado da região conhecida como Pontal do Paranapanema. O casarão e o mirante da fazenda Santa Sofia, localizados no município de Presidente Venceslau, é um dos dois patrimônios com essa chancela no Pontal e sua construção e reconhecimento revelam muito da história das elites regionais.

A partir de levantamentos que integram a pesquisa social ao estudo arquitetônico buscamos compreender a importância e o significado desse patrimônio no passado e no presente. Além de consulta a bibliografias específicas, bancos de dados e arquivos históricos em Presidente Venceslau, realizamos trabalhos de campo, entrevista com o atual proprietário e iniciamos uma coleta interativa – via Internet e com a participação da comunidade local – para reunirmos imagens que atestem a apropriação que a sociedade faz desse espaço reconhecido como patrimônio estadual.

Presidente Venceslau: a ocupação do Oeste Paulista e o “doutor” Álvaro Coelho

O município de Presidente Venceslau fica localizado no Oeste Paulista, região que teve sua primeira ocupação marcada por povos indígenas, que passam a lidar com homens brancos a partir das primeiras bandeiras no século XVII, em busca de aprisionar os povos Guaranis e Caingangues que até então ali se encontravam. São conhecidos os ataques e destruição das missões jesuíticas na região, que estavam implantadas próximas ao Rio Paranapanema (LEITE, 1998). Porém, é a partir do último quartel do século XIX que se inicia o processo de (re)ocupação do Oeste Paulista, com a expulsão definitiva dos povos que ali habitavam, sendo marcante a resistência dos povos Coroados³.

Seu processo de colonização se deu a partir da vinda de posseiros, que tinham como origem Minas Gerais (Figura 1) e que, para burlar a Lei de Terras⁴ de 1850,

³ Existem várias comunidades indígenas com nomes semelhantes, como os povos Guarani-Kaiowá e os povos Xavante, no Brasil. Os Guarani-Kaiowá são uma etnia indígena que habita atualmente principalmente as regiões do Mato Grosso do Sul e do Paraná, no Brasil. Eles têm uma rica cultura, que inclui suas próprias tradições, idioma e práticas espirituais. No entanto, a região de Marília e seus arredores têm uma história rica em relação aos povos indígenas. Antes da colonização europeia, várias tribos indígenas habitavam essa área, como os povos Kaingang, Guarani, Terena e Tupi. Essas comunidades indígenas possuíam suas próprias culturas, línguas, tradições e modos de vida (MOTA, 2007).

⁴ A Lei de Terras de 1850 do Brasil, também conhecida como Lei de Terras Imperial, foi uma lei importante que regulamentou a posse e a compra de terras no país. Aprovada em 18 de setembro de 1850, durante o período do Império, essa lei tinha o objetivo de estimular a agricultura e a ocupação das áreas rurais do Brasil. Ela teve um impacto significativo na distribuição de terras e influenciou as relações sociais, econômicas e políticas da época. A Lei de Terras de 1850 ainda é discutida e estudada hoje em dia, especialmente em relação à sua influência na concentração de terras e nas questões de reforma agrária no país (CAVALCANTE, 2005).

Mendes & Barone

fraudavam documentos dizendo terem ocupado um pedaço de terra, como é o caso de José Teodoro da Silva, que alegou ser proprietário de uma gleba próxima ao rio Turvo “[...] desde o ano de 1847, medindo 10 por 25 léguas, estendendo-se do rio Paranapanema até o espigão divisor com o rio do Peixe” (ERBELLA, 2006, p. 46).

Figura 1 - A penetração e a posse dos mineiros no Vale do Paranapanema em meados do século XIX.



Fonte: ERBELLA, 2016.

O número de pessoas que saíam da área decadente das Minas para a promissora terra sem dono só aumenta, conformando um fluxo migratório marcado pela ocupação do Oeste Paulista. A atividade econômica da primeira fase na região então é a produção pecuária, em maioria de porcos, por ser mais barata que a de gado (ERBELLA, 2016).

A próxima fase do desenvolvimento econômico vai se dar somente com a chegada da linha férrea, que permitirá o escoamento da produção de café para o Porto de Santos. A presença das companhias ferroviárias provoca grandes alterações nas configurações regionais, alterando a hierarquia de relevância entre as cidades, sendo as ferrovias consideradas grandes vetores de urbanização.

Desde o final do século XIX, “[...] o oeste do estado foi atravessado por quatro companhias de estrada de ferro: Noroeste, Araraquense, Paulista e Sorocabana” (NASCIMENTO, 2006, p. 40).

Entre os anos de 1910 e 1922, a Sorocabana se expande de Salto Grande para Presidente Epitácio, atingindo o Rio Paraná. Esse processo de ocupação por parte da sociedade nacional leva a uma destruição quase que total da paisagem natural, marcando um desenvolvimento bastante agressivo ao meio-ambiente (LEITE, 1998).

Observa-se, então, o declínio da cultura pecuária em favor da agricultura (cafeicultura), que irá marcar todo o Oeste do estado. Nessa nova fase, nota-se a presença de donos de loteamentos extensivos, cujas produções são voltadas para o mercado, com um fluxo de migração interna no estado, vindos de diferentes regiões e países, para ocupar as novas vagas de trabalho.

Em todas as zonas, era a Alta Sorocabana que apresentava a mais acentuada mistura. Recebera não somente italianos e espanhóis, mas também atraía alemães e austríacos, bem como a maioria dos húngaros, romenos, tchecos, letos, lituanos e poloneses (MONBEIG, 1998, p. 376).

É nesse cenário de migrantes que vinham colonizar o Oeste que surge a figura de Álvaro Antunes Coelho, português responsável - em nome da Antônio Mendes Campos Filho e Cia. - por lotear e vender as terras. O advogado, então procurador da companhia, chega em 1922 à área que hoje corresponde a Presidente Venceslau, utilizando todos os meios necessários para desbancar os concorrentes ali encontrados (ERBELLA, 2016). A terceira fase corresponde à decadência do café (a partir dos anos 1930), sua substituição pelo algodão (anos 1940) e a hegemonia da pecuária extensiva – a partir dos anos 1960 (LEITE, 1998).

A chegada e a função que Coelho vai executar na região, a partir dos anos 1920, é reconhecida e abordada em entrevista com o atual proprietário do bem tombado, Julio Fernando Martins (que adquiriu o imóvel pela compra de um dos netos, que não foi especificado durante a entrevista):

Ele vem para cá, ele representa a Companhia Mendes Campos, que alguns falam que ele era sócio... pode até ser. Adquire uma propriedade [futuramente Fazenda Santa Sofia] que deve dar [ou seja, ser suficiente para iniciar o loteamento], a gente teve acesso à escritura original, porque hoje ainda tem essa fazenda Santa Sofia, e o gerente dela era um cliente meu, então a gente teve acesso a essa documentação, copiamos, e era por volta de 400 alqueires, hoje essa propriedade tem 300 (entrevista Júlio F. Martins, 2020).⁵

O uso comum e reiterado da prática da grilagem na região faz do Pontal do Paranapanema, décadas depois, um dos expoentes na luta pela terra, como apontam Barone e Ferrante (2012):

Ocupada por meio de sucessivas grilagens de terras, a região extremo-oeste de São Paulo, conhecida como Pontal do Paranapanema, concentrou conflitos pela posse da terra. Durante os anos 1990, a partir da atuação do MST na região, milhares de sem-terra foram assentados na região (BARONE; FERRANTE, 2012).

⁵ MARTINS, J. F. Entrevista I. [jul. 2019]. Entrevistador: Autor I. Marília, 2020. 1 arquivo .mp4 (88 min.). Entrevista concedida aos autores.

Mendes & Barone

Logo tomada posse da fazenda, se dará a construção do galpão e do mirante, originalmente uma torre da caixa d'água, bem como do casarão, datando o término das obras em 1928, de acordo com a Prefeitura Municipal (FERNANDES, 2014). A construção do bem se deu próximo à área urbana (Figura 2), facilitando a locomoção até a estação e, posteriormente, sua integração à malha urbana.

Figura 2 – Esquina das ruas Princesa Izabel e Djalma Dutra (Presidente Venceslau, anos 1920). Sede da Fazenda Santa Sofia ao fundo.



Fonte: D'INCAO, 2005, editado pelos autores.

Assim, o conjunto, que será abordado com mais detalhes adiante, é construído concomitantemente à história de Presidente Venceslau, reconhecido como município em 1925 pela Câmara dos Deputados de São Paulo, ainda sob a comarca de Presidente Prudente.

Posteriormente, a história da fazenda será determinada por três fatores: a crise de 1929, o empenho político em superar a crise e o falecimento de seu proprietário. Quanto à crise, ainda hoje o maquinário no galpão se encontra em bom estado de conservação pelo pouco uso, revelando o segundo ponto, que foi a empreitada da família na vida política.

Álvaro Coelho irá disputar a liderança política regional, influenciando não somente nas decisões municipais, como nas eleições para prefeito de Presidente Prudente. Sua disputa com Alfredo Marcondes, líder prudentino, que possuía e tratava de vender alguns lotes de terras, também com origem na grilagem do outro lado da linha férrea, não apresentava grande dificuldade - visto seu prestígio e a construção do imaginário por trás da figura do senhor Coelho, como se observa no recorte de jornal da época (Figura 3). Mesmo "preso político", Coelho é "homenageado".

Figura 3 – Reportagem de jornal local sobre o retorno de Álvaro Coelho da capital nos anos 1930.



Fonte: ERBELLA, 2006.

Por certo que a figura do homem detentor de tanta influência gerou inimizades, o que acarretou em 3 tentativas de morte. A derradeira, em junho de 1931, foi fatal. A partir daí, quem passa a assumir uma liderança regional, herdando esse capital político, é Dona Carmem Coelho (esposa), cuja influência política deve ser melhor investigada. Como ressalta o atual proprietário do patrimônio,

O Doutor Álvaro morre em 1931 e quem assume essa parte política da história é a Dona Carmem, esposa dele. Aí, ela vai nessa política até [os anos] 60; ela manda na região. Ela é muito amiga do Ademar de Barros pai, que é o dono da Lacta; e, depois, tem o Ademar de Barros Filho. A turma mais da 'velharada' vai saber todo mundo quem são esses caras e tem muita foto disso. E eles elegeram 2 prefeitos de Prudente aqui, na época que eram 'intenções' [indicações]. Você elegia um nome; na verdade não tinha eleição propriamente dita. (entrevista Júlio F. Martins, 2020).⁶

A torre e o casarão: breve descrição do patrimônio edificado

Nesse cenário, a Fazenda Santa Sofia é fundada e o seu conjunto arquitetônico composto pela casa sede e a torre é inaugurado em 1928 (Figura 4), tendo a torre a função de mirante e caixa d'água para abastecer o casarão, que também servia para que o fazendeiro pudesse observar e controlar trabalhadores e possíveis visitantes indesejados que pudessem chegar pela linha férrea. Já na década de 1950, a família não residia mais na sede da fazenda, tendo adaptado sua vida à área urbana da cidade (na época, a cidade ainda não havia chegado até à área). Porém, em diversos momentos, a casa virava um centro para reuniões políticas tocadas pela Dona Carmem. Como coloca o atual proprietário,

⁶ Ibid.

[...] os proprietários daqui não moravam aqui, mantinham a casa por um sistema de zeladoria muito bom. Tinha gente que morava, funcionários que limpavam, mantinham toda a mobília interna. E, a cada 2 ou 3 meses, vinha a proprietária, ficava aqui uns 10 ou 15 dias, fazia uma faxina maior, reestabelecia laços de amizade, aquela coisa toda... e nesse meio tempo, eles foram se afastando [da área do casarão].(entrevista Júlio F. Martins, 2020).⁷

Figura 4 – Inauguração do casarão.

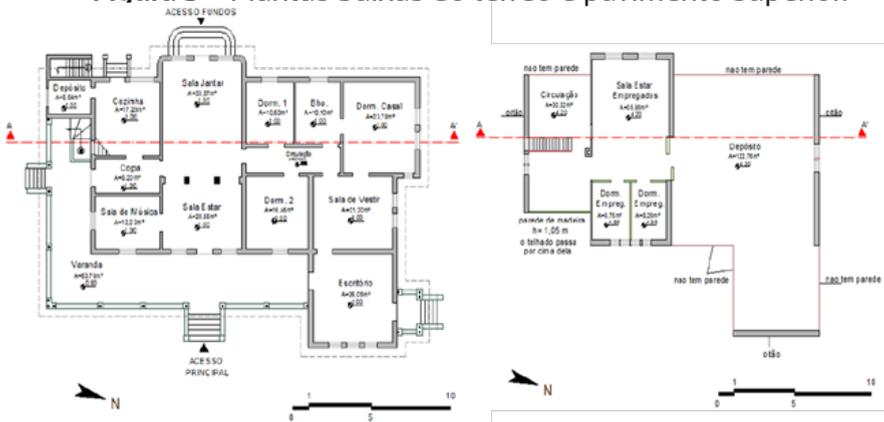


Fonte: Fernandes, 2018.

O programa arquitetônico da casa continha, no piso térreo, 3 dormitórios - sendo um do casal proprietário - uma sala de vestir, um banheiro, um escritório, sala de estar, sala de jantar, sala de música, cozinha, copa e um depósito. No piso superior havia 2 dormitórios para empregados, uma sala de estar para empregados e um depósito. A casa possuía, ainda, uma adega no subsolo, localizada à esquerda, do ponto de vista frontal (Figura 5).

Se destacou na obra, segundo o atual proprietário, não somente o tamanho e imponência da casa, que conta com cerca de 200 m² de área construída, visto que se localizava numa das regiões mais altas da cidade, como também a escolha de determinados materiais de revestimento e cobertura. A casa foi constituída toda em alvenaria, possuía banheiros com cerâmica holandesa e telhas francesas (ambos materiais vindos dos respectivos países), além do requinte nos detalhes, com diversas semelhanças ao estilo distintivo de casas dos Países Baixos.

⁷ Ibid.

Figura 5 – Plantas baixas do térreo e pavimento superior.

Fonte: Fernandes, 2014.

Já o assoalho foi todo feito em peroba rosa e canelinha, dependendo do cômodo. Essa diferença no material de acordo com o ambiente, ainda segundo o informante, ocorre devido à reforma feita em 1968 - quando o escritório se transforma numa sala de espera em virtude da atuação e reuniões políticas realizadas pela proprietária, indicando a transformação da casa para atender as necessidades da proprietária, e ganha uma saída para a rua; o banheiro passa por interferências, como a adição da banheira de azulejo; e ocorre a remoção do acesso externo à adega, criando um efeito arredondado na vedação (Figura 6 e 7).

Figura 6 – Detalhes do casarão sede da Fazenda Santa Sofia – feições atuais.

Fonte: Acervo de Marina Murari, 2019.

Figura 7 – Torre e fachada frontal do casarão sede da Fazenda Santa Sofia.

Fonte: Acervo de Marina Murari, 2019.

Quanto às modificações na torre do Mirante, relatos locais indicam que ela ganha a cobertura, que a torna semelhante a um telhado holandês, durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Devido à falta de combustível para alimentar o gerador da bomba do poço, teria sido implantada a cobertura com um conjunto de pás de cata-vento, que forçava o bombeamento de água por via mecânica. O sistema é abandonado após uma tempestade que carregou uma das pás para entro da fazenda.

Em conversa informal com o comerciante de 85 anos Michel Chaim, este relata a veracidade da caixa d'água; lembra-se de um dia em sua infância, em que um temporal acometeu a cidade e fez com que a roda d'água (mecanismo responsável por retirar a água do solo) voasse para longe de seu destino (FERNANDES, 2014, p. 55).

Tombamento e apropriação do bem

O patrimônio, que estará em questão aqui, é formado pelo ambiente construído das sociedades humanas. Sinônimo de patrimônio edificado no espaço pelos homens, ele é qualificado, segundo suas diversas categorias, [...] segundo seu modo de inserção na temporalidade, é dito histórico ou contemporâneo (CHOAY, 2009, p. 9).

Não cabe neste trabalho detalhar toda a evolução da briga judicial que perpassou o processo de tombamento – haja vista a completa pesquisa de Rodrigo Modesto Nascimento (2013) acerca do assunto, valendo apenas o comentário de que os filhos de Coelho não gostaram de ter os parcelamentos e transações comerciais barradas pelo processo, e buscaram recorrer em todas as instâncias. Aqui, se faz mais necessária uma investigação quanto ao histórico

e os processos de reconhecimento social que levaram ao tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT-SP) do conjunto constituído pela Sede e Mirante da Fazenda Santa Sofia.

O conjunto se apresenta como uma obra de características técnicas, como o uso de alvenaria e ornamentos, e estéticas muito distintas das utilizadas até então na região, que apresentava em geral construções em madeira, assim como o norte do Paraná. Tal singularidade foi usada como argumento pelo poder público, anos depois, para defender o tombamento. À época, a cidade já vivia outro cenário de desenvolvimento, visto que, na década de 1980, o município de Presidente Venceslau sofria grande pressão por parte da especulação imobiliária e o bem, objeto de nosso estudo, estava nas mãos da terceira geração da família Coelho, que desejava transformar a área do casarão num condomínio fechado. Isso despertou para a necessidade do tombamento, para preservação da história em detrimento dos anseios mercantis da própria família do pioneiro.

Ele também conta que estava presente quando a propriedade de Álvaro Coelho (**Neto**) começou a se desfazer, primeiramente foi sua porção frontal, que foi doada para a atual Igreja Santo Antônio. E, posteriormente, ocorreu a separação da terra em lotes e a venda deles (FERNANDES, 2014, p. 55, negrito nosso).

Os promotores públicos, Eduardo Araújo da Silva e João Aparecido dos Santos frisam a importância do imóvel no momento de fundação, característica que marca o reconhecimento de diversos bens em proteção ou em estudo. No processo, que data de 1989, eles descrevem que as edificações

[...] formam singular conjunto arquitetônico, fruto da inteligência, criatividade do senhor Álvaro, cuja cultura foi assimilada nos claustros dos conventos lusitanos, [...]. Tal beleza, inclusive já determinou a presença da torre em cartões postais da região [...] (SÃO PAULO, 1989, p. 06).

Já a conselheira do CONDEPHAAT Maria Ângela D’Incao (curiosamente, natural de Presidente Venceslau), cita, em seu parecer, a importância do casarão quanto ao ciclo econômico do café, que este representa. Além de constar que

Neste imóvel ocorreram grande números (SIC) de reuniões políticas sob a direção da chefe política da região, Dona Carmem Coelho, esposa de Álvaro Coelho e figura interessante e precursora, digamos assim, da liberdade feminina. Um estudo mais aprofundado, tanto da casa como de sua história deverá se proceder, assim como, um estudo de sua arquitetura. (Ibid. p. 29).

Assim, no ano de 1990, sai a decisão do tombamento do conjunto, determinando a preservação do bem, tal como sua área envoltória. O processo limita, ainda, a altura de construções, nos lotes adjacentes, a um pé direito de 3,50 metros.

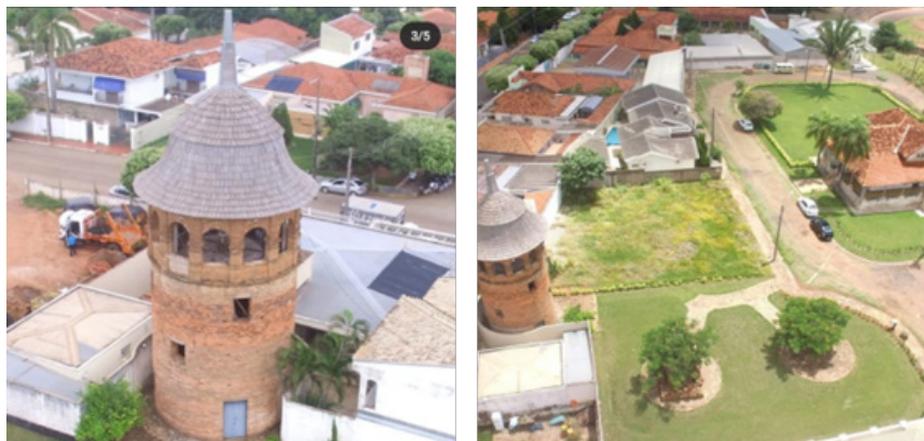
Dessa forma, adotada a abordagem de Rodrigues (2000) e Nascimento (2013) que traçam uma linha histórica do ideário de patrimônio tida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e CONDEPHAAT, o reconhecimento desse patrimônio ocorre já numa fase mais atual, “[...] quando se verifica a consolidação das práticas anunciadas no período anterior, incluindo a noção de memória como objeto da preservação” (NASCIMENTO, 2013, p. 32).

Por conseguinte, entende-se que os processos de reconhecimento de um patrimônio, materializam, na figura de um símbolo, toda uma organização social complexa e respectivas formas de pensamento, que ajudaram a constituir o presente. Através do pressuposto de que a paisagem pode ser entendida como um território fabricado, produto das relações humanas e formas de se organizar socialmente (BESSE, 2014, p. 36), cabe o questionamento se tal paisagem faz parte desse conjunto que se preza preservar por via do tombamento e quais as práticas de apropriação que a comunidade em geral utiliza (ou não) em relação ao bem em tela.

E mais, por um entendimento de que as políticas públicas de patrimônio buscam sistematizar isso, ao se deparar com a noção de que a paisagem, ali constituída pelo conjunto tombado e área envoltória, vai além das noções estéticas e compreende a soma dos costumes, das práticas e das experimentações - como aponta Besse (2014) – temos que uma mudança direta na constituição da paisagem poderia ser uma agressão a tais políticas que visam preservar não somente o direito à memória, como o direito à paisagem e à satisfação de necessidades imateriais, afetivas e sociais.

As práticas preservacionistas acionadas na América Latina mantêm-se em sintonia com as políticas internacionais de proteção, que enfrentam o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social ao desenvolvimento urbano. Mas, no caso latino-americano, os especialistas se deparam com outros impasses, agravados pela complexidade e extensão dos acervos de bens, a dispersão desse patrimônio no vasto continente americano, as urgências sociais e a escassez de recursos (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 36).

Haja vista a necessidade da paisagem para a garantia do direito à memória, função fim do tombamento, o caso do conjunto tombado em Presidente Venceslau traz duas questões à tona. A primeira é relacionada ao muro que circunda o mirante do conjunto, distando apenas 1,00 metro das paredes do bem (Figura 8).

Figura 8 – Vista aérea da torre e do conjunto tombado.

Fonte: Instagram, recolhido em 2019.

Na busca por entender como se deu a construção desse cerco, bem como a relação da casa logo atrás da torre com o conjunto tombado, as entrevistas orais foram essenciais. O proprietário aponta que: “Pra você ter uma base, esse sobrado, ele é da época de 80. A construção da casa não, a casa tem 45 anos mais ou menos, por aí. Eu era moleque mesmo quando começou a construção daquela casa” (entrevista Júlio F. Martins, 2020)⁸.

Logo, o tombamento, de certa forma, não chegou a tempo de preservar o entorno da torre. O terreno onde se situa a casa é um dos lotes vendidos pelo antigo proprietário, antes do processo ser iniciado por parte da promotoria. Mas o proprietário atual vê a murada com bons olhos, dando a entender que outras memórias só puderam ser construídas graças a sua presença. Ele diz “mas, eu vejo dessa forma, não tive condição, não vou me matar por causa disso, é aquilo, vários namoros começaram ali atrás, no escurinho”. (entrevista Júlio F. Martins, 2020)⁹.

A segunda questão era da necessidade, ou importância, da manutenção da paisagem para a apropriação do espaço e seu reconhecimento. O proprietário relata que ao comprar o bem, entre os anos de 2008 e 2009, o matagal tomava conta do lote. Assim, foi necessário capinar, além de realizar um serviço de terraplanagem para compensar os desníveis e, assim, voltar a ter acesso às vias pavimentadas. O proprietário (arquiteto atuante) frisa que, conforme ia formulando um paisagismo e melhorando as condições da área envoltória, determinada por um raio de 300 metros do centro do casarão, diminuíram os furtos e roubos, além de aumentar a sensação de segurança da localização.

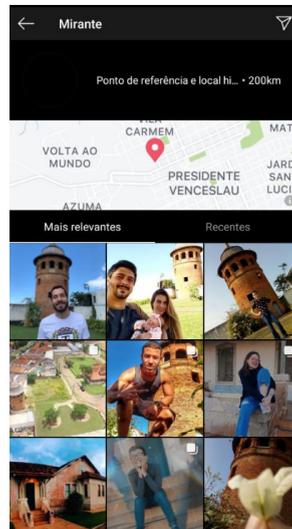
⁸Ibid.

⁹Ibid.

A ocupação da gente mesmo, local. Porque, por exemplo, eu, de área gramada, eu tenho um fundo aqui de 1200 metros quadrados, que ele era mato, fora a rua junto com os outros proprietários, dos outros terrenos, o qual eu tenho 2. Então aquilo virava, você não sabia o que era rua, você parava o carro aqui na frente, não dava pra você evoluir. Essa ocupação é por nossa conta, isso aí eu não tenho dúvida. Juntamente a isso vem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) [vizinha], nós fizemos mais um prédio lá na APAE; ela tem a entrada principal dela na rua lá atrás, [...] eu acho que tá movimentando bem aqui essa entrada. E teve um outro dono de terreno aqui que fez 9 *loftzinhos* que a turma reclamou um pouco, só que me dá um suporte legal de movimento bom. Então hoje é tranquilo, hoje é uma delícia, hoje você está à tarde aqui e capinando, aguando, vendo o pôr do sol, *'putz', é um tesão*, isso aí é uma delícia (entrevista Júlio F. Martins, 2020)¹⁰.

De fato, a cidade se apropria do espaço e o utiliza ativamente, o que pode ser verificado presencialmente, bem como - durante a pandemia da COVID-19, que impossibilitou trabalhos de campo - por meio da rede social Instagram. Ao adicionar a localização "Mirante", "Torre" ou mesmo "Presidente Venceslau", somos imediatamente redirecionados para dezenas de fotos do local. Assim, os bens tombados não executam apenas a função de marcos históricos, visto que a apropriação se dá por moradores locais, que usufruem do espaço para passeios e demais atividades de lazer, como vemos abaixo:

Figura 9 – Aplicativo Instagram com pesquisa do local "Mirante".



Fonte: Autores, 2020.

¹⁰Ibid.

Considerações Finais

Como se pretendeu demonstrar, a ocupação do Oeste Paulista pelo homem branco esteve marcada pela expulsão dos indígenas, pela expansão da cultura cafeeira, marcando a história da região com figuras colonizadoras, como é o caso de Presidente Venceslau, onde Álvaro Antunes Coelho incorpora a figura do grileiro que disputa a posse das terras e se torna um loteador. Para além disso, a construção em tela, datada da segunda década do século XX, representa parte da história dos municípios locais, que entendem esse espaço como seu. Em grande parte, esse sentimento de pertencimento está diretamente ligado à preservação do próprio bem, e da área envoltória que compõem a paisagem cultural.

Dessa forma, cabe refletir acerca das políticas de preservação para além do tombamento e, como, de fato, assegurar que se cumpram sua função. Nesse sentido, o atual proprietário da sede da Fazenda Santa Sofia entende a importância do bem, visto que é um dos únicos patrimônios tombados no Oeste Paulista e que a dependência do poder público não traz garantias, uma vez que o órgão responsável, o CONDEPHAAT, possui, segundo ele, cerca de 400 obras em sua lista de bens protegidos e um orçamento insuficiente para suas demandas.

O mesmo ainda acrescenta que suas apostas têm sido no sentido de parcerias público-privadas, como a Lei de Incentivo à Cultura, Lei nº 8313 de 1991 - conhecida como Lei Rouanet -, e eventos privados (como festas e recepções) que tragam algum tipo de renda ao local que lhe permita reinvestir no mesmo. Julio montou seu escritório de arquitetura no casarão, onde realiza uma série de experimentos de estratigrafia e aprimora suas técnicas de restauro, pensando nas possibilidades que a ausência de restrições do CONDEPHAAT, se comparado ao IPHAN, lhe dá - ainda de acordo com o relato dele mesmo.

Referências

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Assentamentos rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p.755-785, 2012.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo exercícios de paisagem**. Tradução Annie Cambe. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BRASIL, Planalto. Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília: Planalto, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 20 de junho de 2023.

Mendes & Barone

CAVALCANTE, J.L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, v. 2, p. 1-8, 2005.

CHOAY, F. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

D'INCAO, M. A.; PASSOS NASCIMENTO, L. E. **Presidente Wenceslau: uma região, a cidade e sua gente**. 1. ed. Presidente Wenceslau: Letras a Margem, 2005.

ERBELLA, I. **Rabiscos históricos de Presidente Wenceslau**. Presidente Wenceslau: Artes Gráficas Pedriali, 2006.

ERBELLA, I. **Presidente Wenceslau: nossa terra, nossa gente**. Presidente Wenceslau: Artes Gráficas Pedriali, 2016.

FERNANDES, M. M. C. **Recuperação arquitetônica e reintegração social em patrimônio histórico de Presidente Wenceslau**. 2014. 232f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente.

FUNARI, P.P., PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Zahar, 2006. 9788537802489. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537802489/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, Fundação UNESP, 1998.

MENESES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, H; SOUZA, M. C. de; BASTOS, R. L; GALLO, H. (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. Brasília, IPHAN, 2006.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NASCIMENTO, R. M. **A preservação do patrimônio cultural no oeste paulista**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. O patrimônio rural no oeste paulista: o tombamento da Fazenda Santa Sofia, 1989- 1992. **Cultura Histórica & Patrimônio**, v. 1, n. 2, p. 30- 44, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Processo de Tombamento n. 26912**. SP: CONDEPHAAT, 1989.

SERRATINE, A. M. **Patrimônio arquitetônico**: preservação e restauro – casarão do dr. Álvaro Coelho. 84f. Monografia (Pós-graduação lato senso Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo. 2005.



Nuances críticas e embates: atuação dos movimentos sociais do/pelo campo na constituinte de 1988

Adenisia Alves de Freitas¹
Cláudio Lopes Maia²

*Esta cova em que estás
Com palmos medida
É a conta menor
Que tiraste em vida*

[...]

*É uma cova grande
Para tua carne pouca
Mas à terra dada
Não se abre a boca³*

Resumo: Pretende-se com a produção do artigo, analisar aspectos da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, identificando os principais pontos de reivindicação, com o objetivo de apreender quais foram as necessidades e críticas realizadas. Possuindo como problemática no desenvolvimento da produção textual: Quais as pretensões que fizeram parte das reivindicações de ambos os movimentos pelo/do campo, durante a constituinte de 1987/88? Conjuntamente, identificar os reflexos dos debates, relacionado com a questão agrária. Desdobramentos que englobam a reforma agrária, como via proporcionadora da justiça social. Na fundamentação teórica, será considerada a obra "Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte" de José Gomes da Silva (1989), destaque para a questão agrária. Adentrando em pontos do caderno do Direito Achado na Rua da Universidade de Brasília, incluindo pontos das pesquisas em relação a Constituição de 1988, desdobramentos e nuances sobre os problemas agrários, através do terceiro volume: "Introdução crítica ao Direito Agrário". A pesquisa pretende incluir edições dos Cadernos de Conflito no Campo da Comissão Pastoral da Terra, abarcando a perspectiva de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, atinente à delimitação temporal na constituinte de 1987/88 e os contrapontos em relação aos movimentos sociais.

Palavras-chave: Direito; Agrário; Constituinte; Democracia.

Critical nuances and clashes: performance of social movements of/by the countryside in the 1988 constituent

Abstract: The aim of the production of the article is to analyze aspects of the Pastoral Land Commission and the Landless Workers' Movements, identifying the main points of claim, with the objective of apprehending what were the needs and criticisms made. Having as problematic in the development of the textual production: what are the pretensions that were part of the demands of both movements by/from the country, during the 1987/88 Constituent Assembly? Together, identify the reflections of the debates, related to the agrarian question. Developments that encompass agrarian reform, as a way to provide social justice. In the theoretical foundation, it will be considered the work "Black Hole: the agrarian reform in the constituent" by José Gomes da Silva (1989), emphasis on the agrarian question. Entering points of the notebook of the Law Found in the Street of the University of Brasília, including research on the 1988 Constitution, developments and nuances on agrarian problems, through the third volume: "Critical Introduction to Agrarian Law". The research intends to include editions of the Notebooks of Conflict in the Country of the Pastoral Land Commission, embracing the

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Professor Doutor Cláudio Lopes Maia. Com formação em Direito e licenciada em História, atualmente docente no curso de Direito da União das Faculdades de Jussara, E-mail: adenisiadireito@gmail.com.

²Professor Doutor do Instituto de História e Ciências Sociais da UFCAT e do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás.

³Trecho da canção: Funeral de um lavrador, composição de Chico Buarque de Holanda.

perspective of action of the Landless Rural Workers Movement, on the temporal delimitation in the Constituent Assembly of 1987/88 and the counterpoints in relation to social movements.

Keywords: Right; Agrarian; Constituent; Democracy.

Introdução

Entre as inúmeras possibilidades de debate, relacionados com a perspectiva da Reforma Agrária e Política Agrícola no Brasil, o enfoque do presente estudo é apresentar os principais pontos de discussão que permearam a constituinte de 1987/88, reverberou na Constituição da República Federativa do Brasil em vigência, destaque especial para os embates que foram travados, com pontuações sobre a atuação dos movimentos sociais que protagonizaram as lutas do e pelo campo.

Conforme na obra “Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte” de 1989 de José Gomes da Silva, foram diversas as posições, os projetos e anteprojetos que integraram as comissões e subcomissões, entre os anos de 1987 e 1988, com distintas linhas de defesa, para compreender a questão agrária no âmbito do legislativo, visualizando com isso uma nova conjuntura nacional.

Entre os destaques, estiveram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); União Democrática Ruralista (UDR), além dos posicionamentos da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além do que Silva (1989, p. 57) denominou por movimento popular: a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As nuances para debater a questão agrária no Brasil, perpassam por vários caminhos, perspectivas que podem ser interligadas e também desvincilhadas. Considerando a necessidade em delimitar o ponto de estudo e reflexão da pesquisa, busca-se realizar uma análise mais concisa, exigindo o estudo documental, precisamente dos cadernos CF0003 de 1987 e CF0004 de 1988, ambos da Comissão Pastoral da Terra. Na época eram intitulados de “Conflitos no Campo Brasil”. Além do “Jornal Sem Terra”, boletins e revista, como o parecer da Comissão Pastoral da Terra de 10 de junho de 1985, sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Os autores que fundamentam a pesquisa são Fuchs, Galazzi e Lemos *et al.*, (2002), na obra “Saberes e Olhares”, juntamente com Linhares e Silva (2021) responsáveis pelo livro “Terra Prometida”, para as observações, em relação a questão agrária no Brasil durante o Nova República e os movimentos pela terra, durante as décadas finais do século XX. Incluindo conjuntamente os estudos de Wanderley (2007) e Delgado (2018), objetivando aprofundar nas essências do pós-constituinte em relação a reforma agrária.

As mudanças do texto constitucional, não foram a garantia para frenéticas

modificações nos embates da perspectiva agrária no Brasil, uma vez que os desencontros e críticas podem ser percebidos nas três temporalidades, o que equivale as décadas posteriores a constituinte. No passado, como identificado nas produções da CPT e MST; dentro das relações cotidianas e com percepções sobre as necessidades de melhorias.

A problemática que principia a pesquisa pretende abordar: Quais as pretensões e as reivindicações dos movimentos pelo/do campo durante a constituinte de 1987/88? Conjuntamente identificar os reflexos dos debates no mencionado período. Possuindo como embasamento o referencial bibliográfico, os cadernos de 1987/88 da CPT e alguns boletins do MST, documentos de uma conjuntura temporal que permitem captar parte da efervescência, dentro de um dos principais contextos do período de redemocratização do Brasil.

Pretendendo de modo dialético, apontar os elementos que integraram as narrativas do MST e incluir os apontamentos da CPT, através dos cadernos, como um dos principais resumos dos problemas que existiam no campo. Para isso o artigo está organizado em dois momentos, sendo, o primeiro, relacionado com os debates e projetos da questão agrária nos documentos da CPT e nos arquivos do MST. Assim como elucidar sobre a posicionamento de ambos, no período que antecedeu a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

No segundo momento, a continuidade dos pontos destacados no tópico anterior, direcionado para os reflexos de toda a conjuntura e a pretensão da Democracia, que para o agrário no âmbito nacional, reverbera em almejar a implementação da reforma agrária, como forma de aproximar do viés democrático para o acesso à terra, frente os latifúndios, a fome, as violências e outras moléstias, encarnadas também nos centros urbanos, latentes em distintos tempos e espaços, entre diferentes gerações.

Constituinte de 1987/88: Debates sobre a questão agrária pela CPT e MST

Antecedendo os estudos em relação ao MST e CPT nos anos 80 do século XX, especialmente no momento da constituinte, coloca como significativo compreender quem foram e são. Ambas se adaptaram as mudanças, as formas de comunicação não são necessariamente pelas mesmas vias, a CPT nacional possui atualmente aproximadamente 2.360 seguidores na rede do instagram, enquanto o MST possui cerca de 599 mil seguidores, também criaram páginas em outras plataformas, dados que em 2023 foram ampliados.

Possuindo ambos os canais na plataforma do youtube, com uma quantidade significativa de vídeos, seguindo a mesma linha de debate e divulgação de temas relacionados com a questão agrária no Brasil. No canal da "Comissão Pastoral da Terra CPT Nacional" existiam três mil e duzentos inscritos, com 259 vídeos e 141.485 visualizações, números que devido a produção continua tem aumentado. No canal do "Movimento Sem Terra" existem 1.592 vídeos, contando

recentemente com mais de 39 mil inscritos e 1.860.422 visualizações. Nos canais a nuance central é retratar os desafios que são vivenciados cotidianamente no campo e as atividades desenvolvidas.

Os meios utilizados pela CPT e MST, integram o processo de relação voltado para a difusão do trabalho por diferentes meios, o que permitem o acesso as atividades que são realizadas tanto pelos grupos internos como socialmente, gerando um amplo banco de dados e informações, um copilado de anos de registros e produções, sobre olhar mais concentrado nos conflitos que existiram no campo do Brasil.

No acervo documental, pode ser encontrado os boletins – conforme a Figura 1, as revistas, jornais, cartazes, as fotos na biblioteca online, além de outras informações disponíveis no site do MST e pela Pastoral da Terra.

Figura 1 - Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores Sem Terra, do MST de 2 de abril de 1982, nº 19.

APOIO AOS SEM TERRA FOI UNÂNIME NA V ROMARIA DA TERRA. MAIS DE 20 MIL PESSOAS ESTAVAM PRESENTES
Delegações de diversas partes do Estado e outras regiões do país participaram das atividades do dia 23 de fevereiro. Quatro Bispos e centenas de religiosos também levaram seu apoio aos sem terra e às lutas do povo em geral. A vida do operário nas cidades, o êxodo rural, o problema das ferramentas e os preços dos produtos dos agricultores, igualmente, foram lembrados.

DIRIGENTES DE 23 SINDICATOS RURAIS DA BAHIA MANIFESTARAM APOIO AOS SEM TERRA DE RONDA ALTA
Ainda nesta edição divulgamos o apoio de 41 missionários do Paraná, da delegação de Florianópolis presente na Romaria e mais dez notas de apoio de diversas regiões do Brasil.

SEM TERRA
BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA
Porto Alegre, 2 de abril de 1982. Nº19

Colonos têm novo local
O acampamento da Encruzilhada Natalino foi transferido para a localidade batizada pelas sem terra de Nova Ronda Alta. É uma área de 108 hectares, adquirida com o objetivo de tirá-los da beira da estrada, onde estavam sujeitos a todos tipos de provocações e violências de parte da polícia, que dia a dia estava mais determinada a acabar o acampamento.

PARTICIPE DA CAMPANHA PARA OS SEM TERRA
Deposite sua contribuição nas seguintes contas bancárias da agência Central do Banco do Estado do Rio Grande do Sul: "Cárteras Brasileiras - Campanha Colonos Nova Ronda Alta", nº 06-106900.0.2, ou na conta do "Movimento de Apoio aos Colonos de Nova Ronda Alta" nº 08.102145.0-9. As correspondências agora devem ser enviadas ao COMITÊ DE APOIO AOS AGRICULTORES SEM TERRA, CAIXA POSTAL nº 1916, PORTO ALEGRE-RS CEP 90000.

FOTO DE JORNAIS CARLOS OZARIAS

Fonte: MST, 1981a.

Freistas & Maia

No endereço eletrônico do MST, foi destacado na página: “o MST: nossa história”, uma linha crescente da origem do movimento, classificado por uma história de luta pela terra:

A semente para o surgimento do MST talvez já existia quando os primeiros indígenas se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza.

Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master? Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade (MST, 2023, online).

O sentimento de que a batalha contemporânea já fez parte de outro momento, recria a áurea que a luta pela defesa e o acesso à terra é longínquo. O MST com uma organização semelhante a conhecida atualmente, possui como gênese os anos de 1970, durante o regime militar, foi uma das principais resistências, para o fortalecimento dos trabalhadores rurais sem o acesso à terra, antes mesmo da Constituição de 1988, frente os embates que existiram no campo durante o processo da formação do MST:

No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. Em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático (MST, 2023, online).

Conformidade com a pesquisadora Caldart (2001), em consonância com a publicação do movimento, a origem está na “articulação das lutas pela terra, [...] aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná”, mantendo objetivos na defesa da reforma agrária que perdura.

A criação do movimento foi consequência do reconhecimento das disparidades no campo, que possuem cicatrizes profundas no Brasil, que não partiram necessariamente pelo meio democrático, por escolher a via dos privilégios que permite a manutenção da violência, como os alertas enfatizados

nos boletins Sem Terra e jornais, com elaboração própria dos integrantes do movimento.

Quais são os objetivos do MST? As pretensões do século passado não resguardam ausências de consonância com o coevo, as temporalidades demarcadas pelos seres humanos não são o sinônimo direto de mudanças nas perspectivas. Segundo Caldart (2001):

A trajetória histórica do MST pode ser interpretada como sendo o processo de formação do sem-terra brasileiro, na constituição específica do sujeito Sem Terra: de trabalhador sem (a) terra a membro de uma organização social de luta pela Reforma Agrária, a lutador do povo, no sentido de que preocupado com questões que dizem respeito ao futuro do país, e ao destino histórico do povo brasileiro (2001, p.6).

O movimento problematiza o acesso à terra no Brasil, reconhecendo que é uma questão antiga, desigual e com graves disparidades, incluindo no debate elementos de ordem política e buscando o alinhamento de diretrizes, através dos inúmeros encontros que realiza anualmente, como o 5º Congresso Nacional do MST, realizado entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, com o lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”.

Atualmente a defesa da reforma agrária permanece, com o objetivo de alcançar a democratização da propriedade no acesso à terra, somado com a junção de uma cadeia produtiva que respeite o meio ambiente, em defesa da agroecologia, que é uma proposta diversa da opção seguida pelo agronegócio. Sugerindo com isso produzir alimentos de forma saudável, com a criação de renda, o respeito ao ambiente natural e a criação de novos empregos, alcançando os jovens que estão, diante na ausência de oportunidades, migrando para as áreas urbanizadas.

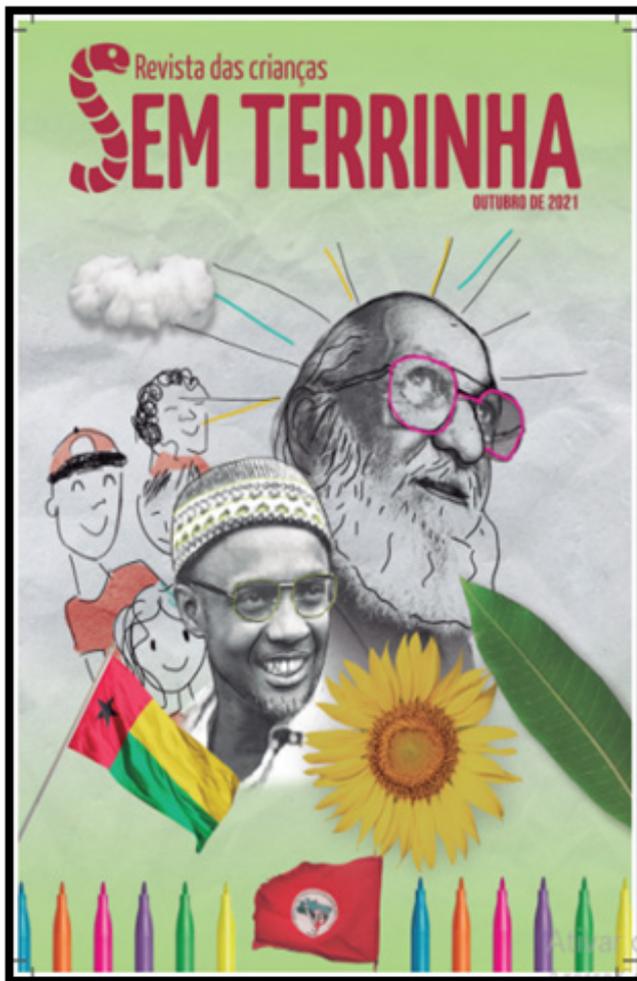
Ponderando para isso os estímulos a educação e a moradia, pois:

Os Sem Terra apresentaram seu novo programa agrária à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica. Neste sentido, o MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude (MST, 2023, online).

Freistas & Maia

O MST também se preocupa com a continuidade da luta e a inclusão das crianças, conforme exemplifica a produção da Revista das Crianças Sem terrinha, segundo demonstrado na Figura 2. A revista datada do mês de outubro de 2021, tem o tema: “Viva Paulo Freire! Um educador do povo”, consonância com o que está expresso na revista da edição de 2021, elaborada “coletivamente pelos Setores de Educação, Comunicação e Coletivo de Relações Internacionais do MST. O primeiro texto foi construído a partir de uma carta elaborada pela companheira Isabela Camini do Setor de Educação do MST” (MST, 2021).

Figura 2 - Revista das Crianças Sem Terrinha, de outubro de 2021, edição elaborada pelo MST.



Fonte: MST, 2021.

Expressão da busca em manter as ideias, na qual a educação e o ensino estariam em consonância com as perspectivas do movimento. O que não está distante das produções anteriores, pois em 15 de maio de 1981 no primeiro boletim, através do texto: Carta dos colonos acampados em Ronda Alta, alguns entre os objetivos que guiariam o movimento:

Como agricultores achamos que temos o direito de ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho. Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário-mínimo, e terras no Norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos de várias igrejas, etc... Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com o seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar (MST, 1981b, online).

Ser detentor de um pedaço de terra, para a partir do trabalho, cultivar com a pretensão em colher, produzir alimentos para matar a fome, foram um dos principais clamores que se somariam aos demais nas décadas seguintes, mais pujantes nos debates da constituinte.

No ano de 1988 foi divulgado o Manifesto dos Trabalhadores Rurais à Nação Brasileira, uma expressão da insatisfação como o caminho que percorria a constituinte, desde a atuação nas mesas diretivas, até a votação da matéria, considerada viciada.

As mobilizações de 1987/88 pretendia impedir a predominância do interesse dos latifundiários sobre os trabalhadores rurais, o manifesto assumiu posição de alerta, visando dar publicidade aos fatos ocorridos e fazer o chamado para necessidade de uma atuação mais efetiva, através da participação, frente um momento considerado decisivo, presente no Manifesto dos trabalhadores rurais à nação brasileira de 1988:

Visitamos os gabinetes dos parlamentares, realizamos atos públicos durante os dias 5, 6 e 7 de outubro de 1987, em que denunciemos a violência do latifúndio e a interferência dos interesses estrangeiros no Congresso Constituinte. Defendemos as propostas de Emenda popular e deixamos claro o nosso esforço em contribuir para uma Constituição democrática. [...]. O 25 de julho de 1988, será o Dia Nacional de Denúncia e advertência aos Constituintes. Todos os setores da sociedade brasileira saberão que os homens e mulheres que produzem os alimentos deste país não vão se submeter a uma Constituição Escrita às suas constas. Estamos convencidos de que a luta contra a fome, contra a miséria, a luta pelo direito dos trabalhadores à cidadania, a luta pela democracia no Brasil

passa indevidamente, queiram os latifundiários ou não, pela realização da Reforma Agrária no país. Com essa Constituição ou sem ela. Porque acima do direito à propriedade está a lei da sobrevivência (MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS À NAÇÃO BRASILEIRA, 1988, online).

Os anos que presidiram a constituinte abarcaram debates, embates e manifestações, a luta para o movimento configurava a possibilidade de transformar, em prol da igualdade. em determinadas perspectiva, a única via para obter uma condição de vida melhor, por meio do acesso à terra. Sendo indispensável deixar registrado a presença, se posicionar e acompanhar o andamento das votações, o momento não permitia indecisões, o novo texto constitucional presidiria o futuro, que precisava ser melhor do que as amarguras carregadas do passado.

As disparidades com o clima de tensão foram observados nos escritos de José Gomes da Silva (1989), conforme retratado de forma mais minuciosa na obra *Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte*:

Para avaliar o clima reinante, basta dizer que, ao abrir a reunião o seu Presidente, senador Edison Lobão (PFL/MA), já advertia as galerias, invocando o Art. 40 do Regimento Interno, que permite a qualquer pessoa assistir às sessões, das galerias, desde que esteja desarmada (SILVA, 1989, p.76).

Na mesma ocasião, precisamente na nota de rodapé numeração dezessete do livro, o autor menciona que anterior a reunião, forma apreendidas 50 armas.

A junção dos apontamentos anteriores, refletem que as produções atuais do MST, continuam fazendo referência aos problemas que inviabilizam a reforma agrária da forma que o movimento almejava, incluindo uma escalada que deveria ser maior ao que foi ressaltado, como meta no I Plano Nacional de Reforma Agrária, pois manteve relações de desigualdade. Pontos que foram observados antes e durante a constituinte, pois permite compreender que apesar do transcorrer do tempo, alguns desafios perduram, para realizar a democratização das relações humanas no campo e dentro de todo o espaço agrário brasileiro.

Assim durante a constituinte, dentro das comissões e subcomissões, a insegurança estava presente, o que também ocorria fora do espaço geográfico de Brasília, uma vez que as tensões se multiplicavam,

A ata da 11.ª sessão ordinária da Subcomissão relata que à visita a Araguaína, no interior de Goiás, estiveram presentes apenas o Relator e mais dois constituintes, Aldo Arantes e Raquel Capiberide. A reunião se deu com os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás, CPT e o deputado estadual Edmundo Galdino, hoje deficiente físico devido a atentado sofrido por parte de pistoleiros, além

de cerca de 500 camponeses. Os constituintes tomaram conhecimento do clima de violência vigorante na região e receberam farta documentação comprovadoras de assassinatos e atentados contra posseiros e outros trabalhadores rurais, queima de dezenas de casas e outras violências (SILVA, 1989, p. 65-66).

José Gomes da Silva em 1989 abordou uma parte das angústias, mencionou a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e seus agentes na identificação dos conflitos, massacres e das violências no campo. Com um conciso comparativo, relevante salientar, para distinguir a atuação da CPT e do MST, que não foram idênticas, apesar de ser possível identificar proximidades, por ambas abordarem as problemáticas do campo, fazerem uso dos recursos das mídias, para difundirem os casos de conflito e por antecederem o tempo da constituinte, apresentam particularidades em suas histórias, principalmente pela característica religiosa da CPT, conhecida também por Pastoral da Terra.

Conforme no Caderno de Conflito no Campo – nº CFO004 de 1988, ao mencionar a intervenção do MST:

Cerca de 500 famílias, organização pelo Movimento dos Sem Terra – MST, ocuparam a área que só servia para a tiragem de madeira para a fabricação de carvão. O próprio MIRAD constatou e afirmou que a Acesita não cultivava a área. O empenho do MST nessa luta foi extremamente significativa. Porém a inoperância do Estado só encontrou uma solução (CPT, 1988, p.34).

Enquanto as realidades do campo no Brasil, são disseminadas nos quantitativos das tabelas e gráficos apresentados anualmente pela CPT, o MST possui uma política intervencionista, aspectos que não são taxativos, pois as duas possuem uma atuação em prol dos trabalhadores, alertando sobre as mazelas que são os empecilhos, para as políticas de implementação da reforma agrária.

Historicamente possuem perspectiva de registros e difusão recíprocos, pois a CPT anotou parte da atuação, das ameaças e reivindicações do MST, dentro dos Cadernos de Conflitos na década de 80 do século XX, assim como o movimento têm documentos elaborados pela Pastoral da Terra, disponíveis na biblioteca da questão agrária.

Quais são os objetivos que alimentam a atuação da CPT no período da Constituinte? No caderno de conflito no campo Brasil (CPT, 1987, p.6), foi registrado parte do que se pretendia, aspectos organizados em seis pontos e conjugados pelos verbos:

- Denunciar, em âmbito nacional e internacional, as graves violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais no Brasil;
- Notificar aos trabalhadores urbanos, [...], o violento massacre cometido

contra nossos irmãos do campo;

- Convocar a cada cidadão;
- Exigir do Estado Brasileiro e, em especial da Justiça;
- Mobilizar as organizações e entidades de base; e,
- Conclamar o povo brasileiro, do campo e da cidade. (CPT, 1987, p. 6).

No sítio da CPT (2010) o seu histórico: A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). [...], como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais (CPT, 2010), o encontro e os demais, serviram para a socialização dos problemas do campo.

Dentro da necessidade de maior unificação, já que os dados e fatos permitiram ver no cenário nacional a necessidade de mudança, para uma política fundiária com a reorganização do espaço agrário, elementos que foram debatidos na constituinte, contudo já era observado pelos grupos que estavam diretamente atuantes.

Apesar do estudo não adentrar propriamente nas mudanças ocorridas nas produções dos Cadernos de Conflitos no Campo, atualmente a Pastoral da Terra relaciona sua criação “à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos [...]. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico” (CPT, 2010), não é necessariamente a autora da transformação, mas alguém que acompanha e se faz próxima.

O estar próximo, conforme Wanderley (2007, p.40) possui vínculo com os [...] fundamentos na concepção de cristianismo que os membros da CPT assumem, e com base nas mediações socioanalíticas que usam para apreender a realidade e agir sobre ela, calcadas predominantemente a matriz marxista”, em outro trajeto por Fuchs, Galazzi, Lemos e demais autores (2002, p. 73), ressaltaram que “a CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva junto aos povos da terra para estimular e reformar seu protagonismo”, a oposição deriva também das perseguições que os membros sofreram, durante o Regime Militar.

Os apontamentos destacaram elementos peculiares da CPT, sinais de uma instituição que perpassou por vastos contextos, em equivalência com o MST, possuindo mais de trinta anos de existência. Assim como os fatores que os unem, a gênese ocorreu entre os espinhos de tempos que produziram impedimentos para a liberdade de reivindicar, na luta por meio de ações e palavras.

A CPT tem uma significativa produção, disponibilizada no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC), com fotos e o Jornal Pastoral da Terra, em caráter especial os Cadernos de Conflitos – conforme a Figura 3, elabora

e expõe dados anuais desde o ano de 1985. Referente aos casos de massacres, ameaças, violências e demais disputas no campo, com manifestações sobre o I Plano Nacional de Reforma Agrária instituído em 1985, gerou metas e objetivos não cumpridos integralmente.

Figura 3 - Cadernos de conflitos no campo lançado em 2021 da Comissão Pastoral da Terra.



Fonte: CPT, 2021.

A sua produção não foi omissa em relação a constituinte, o caderno de conflitos de 1988 pontuou a insatisfação:

A médio prazo, a Constituição de 88 significará, para os trabalhadores,

a necessidade de aprofundar a discussão sobre o modelo de produção agrícola vigente e a estrutura fundiária que o serve. A nova Constituição ao sacramentar interesses estreitos dos latifundiários sacrifica, na raiz, a possibilidade de construção de democracia do país. Caberá, portanto, aos trabalhadores, na medida em que forem capazes de avançar os marcos institucionais vigentes e romper na luta direta a estrutura fundiária e o modelo de produção agrícola, recolocar para a sociedade brasileira a questão da Reforma Agrária e da Democracia (CPT, 1988, p.16).

Os debates acerca das dificuldades do campo não se findaram no pós-constituente, as mudanças do texto não atingiram com plena satisfação aos clamores, os dispositivos presentes no novo corpo da Constituição, não dispunham sobre os anseios e as pretensas garantias. A luta continuava ou como expresso no caderno de 1988, continua necessário se recolocar; a “democracia no campo” persiste, como um dos principais almejos e na reforma agrária, é uma expressão contínua.

Clamores e contrapontos: a reforma agrária e os reflexos para a Democracia

No viés das reivindicações dos movimentos, como o MST, a reforma agrária foi recepcionada como importante, na condição de um caminho significativo para minimizar as desigualdades que reverberam no campo e lançam reflexos nas cidades. Ávila e Leite (2007, p.81) pontuaram: “[...]a elevada concentração da propriedade da terra e a necessidade de realização de reforma agrária são temas que permeiam o debate político brasileiro desde as primeiras décadas do século passado, e que chegou a ganhar força no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964”.

A crítica dos autores foi problematizar, apesar do Estatuto da Terra ou Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, ter entrado em vigor durante o início do governo militar, não deriva da preocupação em implementar uma política de distribuição de terras eficientes, pois “durante a ditadura, os movimentos sociais pró-reforma agrária foram duramente reprimidos. “[...] acabou por privilegiar apenas os instrumentos de políticas voltadas à modernização tecnológica da agricultura” (ÁVILA; LEITE, 2007, p.81-82), significa que agravou mais as diferenças, com a organização da nova Constituição, crescia a esperança da inclusão de outros dispositivos, capazes de permitir mudanças através da legislação.

O processo da constituinte, marcado por disputas, poderia ter avançado para resultados mais positivos, contudo foi “resultando num aparato legal extremamente ambíguo” (ÁVILA; LEITE, 2007, p. 83). Não distintamente Oliveira (2002, p. 168) reconhece que o tema agrário foi um dos mais polêmicos:

O número de cidadãos que subscreveram as emendas populares sobre o assunto foi recordista. Houve seis propostas diferentes de iniciativa

popular. Foram mais importantes: 1. De proprietários e empresários rurais, com 43.275 assinaturas; 2. duas de organizações representantes de trabalhadores rurais (uma por Contag, Abra e CPT; outra por MST, CUT e CPT) somando 1.188.465 assinaturas. (...). As votações referentes à Reforma Agrária deram-se sob tensão. A mais tensa proibiu a desapropriação da propriedade produtiva (OLIVEIRA, 2002, p.168).

Além da necessidade de debater a questão agrária no Brasil, conforme Palmeira (1989, p. 101) a “oposição entre latifundiários e camponeses ou assalariados rurais nas formulações reformistas pré-64 - acabou alargando o âmbito da *questão agrária*, ou melhor, criando condições para que no jogo entre a referência legal e a atuação do Estado”, a dissonância entre pretensões, crescia com a estruturação do complexo agroindustrial, por fomentar diferenças.

Para considerar circunstâncias relacionada com pontos da política, econômica, cultura e socialmente, requer perspicácia, para a análise das estratégias que são aplicadas. A permissividade na legislação, para a desapropriação da propriedade produtiva, poderia movimentar uma parte da estrutura, cuja sociedade dos privilégios, busca sustentar.

As negociações fizeram parte do não enfrentamento dos problemas, “[...] inserida no Estado pluralista, a negociação política era o caminho que conduziria ao consenso. Se não houvesse entendimento dos limites de concessão entre as partes envolvidas, não havia condição para o Congresso Nacional aprovar o projeto de Lei Agrária” (OLIVEIRA, 2002, p.174), as proposições vislumbrando as mudanças, foram consideradas radicais, não conseguiram uma aceitação ampla, a aprovação, diante do projeto inicial, só foi possível depois de recuar em alguns pontos.

Apesar de cada época possuir particularidades, não são todas as desigualdades que são superadas com o passar dos séculos, o controle de alguns seres humanos sobre outros, é salientado em distintos momentos da história, em diferentes discursos para a legitimação dos atos:

A luta pela reforma agrária no Brasil vem de longa data e tem pontos de confronto e avanço e momentos de tristes recuos. Desde o século XVI, com o sistema das sesmarias, passando pela concessão de terras devolutas instituídas em 1850, sempre houve no Brasil uma política de impedimento aos pobres, camponeses, quilombolas e indígenas de viverem em paz na terra (MARÉS, 2021, p.165).

Por Linhares e Silva (2021, p. 196) o comparativo entre as percepções da reforma agrária, na visão dos grupos de esquerda e direita, uma influência de Norberto Bobbio sobre os estudiosos. Para o pesquisador, o que foi designado por “homens de direita” é um posicionamento de que: “a reforma agrária viria apenas para desorganizar a produção, impedir a aplicação de grandes soluções

(na maioria das vezes baseadas em investimentos maciços) ou constituir-se meramente em bandeira para a agitação vermelha”.

A Reforma Agrária não era pretendida por todos, eleger critérios, usando como abertura a legislação, para a propositura do fim dos latifúndios, seja com a distribuição das terras improdutivas ou por extensão, não seria promover, para a oposição, a justiça, mas incorrendo no seu antônimo.

Pois conferir um bem, considerado estimado para as perspectivas do mercado, seja para: compra, venda, arrendar e demais formas, seria se sujeitar a uma possível desordem, para proporcionar um direito de quem era considerado em omissão, para merecer.

Considera-se que a mudança na estrutura fundiária não era fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, a reforma agrária tornava-se supérflua; mais do que distribuição ampla de terras, era necessário aumentar a produtividade agrícola pela modernização tecnológica e reorganização da produção em grandes cooperativas capitalistas ou simplesmente em grandes empresas, os complexos agroindustriais, constituindo a hegemonia do chamado agrobusiness sobre o campo; alguns ainda consideravam que a mentalidade predominante no campo, rotineira e atrasada, impedia, e ainda impede, a penetração de capitais e técnicas desenvolvidas, sendo necessário um amplo programa de ensino e orientação técnica (LINHARES; SILVA, 2021, p. 199-200).

Defender de maneira efetiva e na *práxis* a reforma agrária, é estar na fronteira para a batalha que já possui numerosos cadáveres, como forma de constatação, existem os cadernos da CPT, anualmente apresentam quantitativos expressivo das inúmeras vítimas dos conflitos no campo, durante o debate da constituinte foi entre todos os registros, o momento com maior número de mortos da série histórica.

Posicionamentos como os enfatizados, criticamente por Linhares e Silva (2021), combatem o acesso democrático à terra, rejeitando-a como natureza que deveria estar disponível, cujos frutos todos os seres humanos são dependentes, para alimentar e viver. Para outros, sentido contrário, foi senão a liberdade, como leva a refletir Maria Cristina Vidotte B. Tarrega no prefácio da obra “A função social da terra”.

Os problemas daí decorrentes são variados e profundos, que é o que praticamente configuram a “questão agrária” emergente nesse tempo histórico. Mais além da própria contradição com a ordem jurídica vigente, o conceito provado estrito de terra-mercadoria é contraditório também com o próprio direito de acesso a bens essenciais à vida, como o acesso a água (DELGADO, 2018, p.292-293).

A terra como provedora do alimento, permite espalhar a água para matar a sede, nas durezas das injustiças, se concentra sob o domínio de poucos. Por mais que a reforma agrária seja colocada como uma forma de disponibilizar o acesso, via considerada democrática, remete para outras complexidades, seguindo os apontamentos de Jones (2002, p. 132) “o Brasil precisa de Reforma Agrária que privilegie trabalho, produção e emprego. Não a indenização de privilégios sobre propriedades duvidosas, juridicamente questionáveis. A reforma não pode- mais uma vez – ser pretexto para enriquecimento ilícito e imoral de grupos privilegiados”.

Mesmo com os posicionamentos favoráveis da CPT e MST, enquanto liderança que destacaram o significado a política agrícola e fundiária, voltada para a Reforma Agrária como caminho para a superação das disparidades no campo brasileiro, entre indagações, se haveria uma organização efetiva para que estivesse implementada.

Mattei (2012, p.310) destacou: “[...] não existe efetivamente uma política de reforma agrária em curso no Brasil”, em alguns governos, como dos ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, algumas famílias foram assentadas, outras não chegaram a ter acesso aos lotes. A superação de todas as diferenças, aponta para um percurso longo até a construção de um país que possibilitará o acesso justo e condições mais viáveis, para um espaço democrático.

Considerações finais

Democratizar as leis e normas não garante o acesso aos direitos, apesar de poder ser o início e ter relevância, a Reforma Agrária no ordenamento jurídico nacional tem permissividade para ser implementada. Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 184 constam alguns dos fatores para efetivação, como também dispõe o Estatuto da Terra. As críticas do MST estão no sentido de que existem meios, entretanto deixam de ser observados.

O histórico do MST e CPT gravam outros aspectos que não foram totalmente ressaltados, apesar das semelhanças com a matéria, ambos têm produção documental particular e corroboram com o estudo do direito agrário no Brasil. Com percurso de lutas, sonhos e esperanças, não sem as frustrações de cada contexto, entre aberturas e fechamentos para o debate político.

A defesa da reforma agrária não é uma questão necessária de ser debatida na esfera rural somente, pelos estudos do que está disponível no MST e CPT, seria para a melhoria conjuntamente do setor urbano, mesmo que não seja uma mudança apreciada por todos, trazida como desinteressante pelas elites, atuavam exclusivamente na defesa das próprias pretensões. O que explicaria parte das dificuldades em debater e votar a matéria durante a constituinte.

Retomando a pergunta inicial: Quais as pretensões e as reivindicações dos

movimentos pelo/do campo durante a constituinte de 1987/88? Pode-se dizer que o objetivo foi romper com o percurso histórico de exploração e favorável as desigualdades no acesso à terra, construída na Colônia e mantido na demais estruturas de governo, caso da República.

O fim perpassa pelo reconhecimento das dificuldades, criação de metas e aplicar projetos, buscando lançar as ideias nos diferentes setores da sociedade, pois a luta do MST, como o fim dos massacres no campo, registrados nos cadernos pela CPT, não podem ser silenciados; antes especialmente divulgados nos jornais de forma impressa, hoje nas redes sociais, meios diferentes para retratar fatos históricos comuns.

O esquecimento juntamente com o silenciamento não corroboram, a violência deve ser informada e o judiciário cobrado, assim a luta não seria uma opção, por ser primeiramente uma necessidade, como ação e resistência. As nuances críticas, os embates são apreendidos pelos movimentos como necessários.

Como demonstrado na fermentação do período da constituinte de 1987/88, provocados pela abertura política que rompia com os governos militares de sucessivos autoritarismos, com o sufocamento das ideias divergentes. Com isso o MST e CPT são estruturas de resistência que sobrevive, depois de mais de três décadas, mantendo a base da criação, com a busca pela democracia no acesso à terra, foram atuantes no momento das discussões sobre o novo texto constitucional.

Referências

ÁVILA, Rodrigo V. de; LEITE, Sérgio P. Leite. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007, p. 81 – 102.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra**. Porto Alegre, 2 de abril de 1981a, nº 19. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Boletim informativo da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra** – Carta dos colonos acampados em Ronda Alta. 15 de maio de 1981b. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 de fev. de 2022.

CALDAR, Roseli Salete. **O MST e a formação dos Sem Terra**: o movimento social

como princípio educativo. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt#>. Acesso em: 24 de fev. de 2022.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo Brasil**. 1987. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41conflitosnocampobrasil-publicacao/264-conflitos-no-campo-brasil-1987?Itemid=2>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo Brasil**. 1988. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/41-conflitosnocampobrasil-publicacao/263-conflitos-no-campo-brasil1988?Itemid=2>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comissão Pastoral da Terra CPT Nacional – canal**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@cptnacional/about>. Acesso em: 06 de março de 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. **Terra, trabalho e dinheiro: regulação e desregulação em três décadas da Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Loyola, p. 261 – 293, 2018.

FUCHS, P. Wener; GALAZZI, Sandro; LEMOS, Carolina Teles; RIZZANTE, Ana Maria; SIQUEIRA, Ruben; PELOSO, Ranulfo; PEREIRA, Nancy Cardoso; PESSOA, Jadir de Moraes. **Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, p. 69 – 81, 2002.

JONES, Alberto da Silva. **Reforma agrária e direito de propriedade**. In: MOLINA, Mônica C.; SOUSA JÚNIOR, José G. de; TOURINHO NETO, Fernando da C. (orgs.). **O direito achado na rua: Introdução crítica ao direito agrário**. Vol. 3. Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, p. 193 – 275, 2021.

Manifesto dos Trabalhadores Rurais à Nação Brasileira. 1988. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Curitiba: Arte & Letra, p. 165 – 189, 2021.

Freistas & Maia

MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, abr. 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Carta aberta à população**. 1988. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O embrião do MST**. Disponíveis em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em: 06 de ago. de 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Reforma agrária popular**. Disponíveis em: <https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/>. Acesso em: 06 de ago. de 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Viva Paulo Freire! Um educador do povo**. Revista das crianças sem terrinha, outubro de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/revista-sem-terrinha/>. Acesso em: 24 de fev. de 2022.

OLIVEIRA, Edécio Vigna de. **Uma janela histórica**: regulamentação da Reforma Agrária. In: MOLINA, Mônica C.; SOUSA JÚNIOR, José G. de; TOURINHO NETO, Fernando da C. (orgs.). O direito achado na rua: Introdução crítica ao direito agrário. Vol. 3. Brasília, Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532>. Acesso em: 28 de fev. de 2023.

RENNAN, A. Julio. **Instagram, TikTok ou Facebook? Saiba quais redes sociais vão bombar em 2022**. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Tecnologia/noticia/2021/12/instagram-tiktok-ou-facebook-saiba-quais-redes-sociais-vaobombar-em-2022.html>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

SILVA, José Gomes da. **Buraco Negro**: a reforma agrária na constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Democracia e Igreja popular**. São Paulo: EDUC, 2007, p. 40 – 52, 2007.



Geopolítica da fome: a armadilha das commodities (1970 a 2021)

Leandro Renato Monerato¹
Leopoldo Fernandes da Silva²
Newton Narciso Gomes Júnior³

Resumo: Este artigo busca analisar a questão social da fome como fenômeno essencialmente político, já que do ponto de vista da oferta, o problema já foi resolvido. Enquanto fenômeno político, focamos nossa análise no fator geopolítico das determinações da fome em dois momentos. O primeiro, na década de 1970, quando ocorrem sucessivos choques do petróleo, o aumento do preço internacional dos alimentos e estes como arma geopolítica do imperialismo mundial, os desdobramentos dessa crise na formação do agronegócio no Brasil e disseminação da fome. Num segundo momento, analisamos a luta do imperialismo pelo controle do petróleo no Oriente Médio, o aumento do seu preço no mercado internacional, o estouro da crise dos alimentos no biênio 2007-2008, a expansão da produção de commodities no Brasil para a produção de biocombustíveis e o impacto disto na produção de alimentos essenciais. Apontamos o caráter contraditório da política adotada pelo PT, na qual, de um lado, fortalecia o agronegócio, especializava a produção e a pauta de exportações, ao mesmo tempo em que, através de um conjunto de políticas sociais, retirava o país do mapa da fome da ONU, demonstrando o caráter deliberado da fome no país, após o golpe de estado de 2016. Contudo, essas políticas sociais são revertidas de forma veloz, recolocando dezenas de milhões de brasileiros novamente em situação de fome. Buscamos argumentar que apenas uma reforma agrária pode garantir alicerces seguros para a conquista das tão almeçadas segurança e soberania alimentares.

Palavras-chave: Geopolítica; Fome; Agronegócio.

The hunger geopolitics: the commodities trap (1970-2021)

Abstract: This article aims to analyze the hunger as essentially a political phenomenon, as the food offering question has already been solved. We highlight the geopolitical factors that lead to hunger as a social problem in two distinct moments. First, in the 1970 decade, when it took place a row of oil shocks, the international food prices have increased and food itself has become a geopolitical weapon to the imperialist power, the results of these crisis are the development of Brazil's agribusiness and the hunger spreading. Secondly, we focus on the imperialism struggle to control the Middle East oil, its price increase in the international Market, the burst of the food crisis in 2007-2008, the commodities expansion in Brazil for biofuel and the impact that it caused in the food production. We underline the contradictory character of the PT politics in which, on one hand, strengthened the agribusiness, expanded the commodities production and its list of exports and, on the other hand, through a set of social politics, took Brazil out of the UN's hunger map, expressing the conscious aspect of hunger after the coup of 2016. However, these social politics are quickly reversed and dozens of millions of Brazilians are, once again, suffering hunger. We concluded that, only through a land reform, the safe guarantees for the accomplishment of food safety and sovereignty can be achieved.

Keywords: Geopolitics; Hunger; Agribusiness.

¹ Doutorando em Geografia pela UNESP-Rio Claro; Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela FUP/UnB e Bacharel em Ciências Sociais pela Unicamp. E-mail: leandro.monerato@unesp.br

² Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela USP, Mestre e Doutor em História pela USP, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UNICAMP.

³ Professor Associado no Depto. de Serviço Social, no PPG em Política Social, líder grupo de pesquisa Insegurança Alimentar, Fome e Comida de Verdade CNPQ/UnB/SER, pesquisador NEAGRI CEAM/UnB, Pesquisador Instituto Mario Schemberg.

Introdução

Em 2014, o governo de Dilma Rousseff estabeleceu um marco histórico na sociedade brasileira, a retirada do país do mapa da fome da ONU (Organização das Nações Unidas). Entretanto, após o golpe de estado de 2016, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro se caracterizaram pelo desmonte das políticas sociais e a revogação de direitos conquistados a partir da Constituição de 1988, entre eles o direito à alimentação saudável e adequada, instituído em 2010. Em poucos anos, os avanços institucionais e as conquistas sociais no campo da alimentação foram revertidos pela adoção de políticas econômicas neoliberais. Consequentemente, em 2021, face à combinação de crise econômica e sanitária, estima-se que 116 milhões de brasileiros estejam passando fome, ou seja, mais da metade da população sofre de desnutrição.

Diante deste cenário, o problema da fome retornou ao debate político, acadêmico, à imprensa e às mídias sociais. Este artigo busca contribuir neste debate, defendendo que a sua solução é de natureza política. Mais precisamente, abordaremos a dimensão geopolítica do fenômeno, como explicativa da incidência permanente da fome no Brasil. Desse modo, utilizamos fontes de origens variadas para apreender os múltiplos aspectos do problema, em perspectiva geopolítica. Entre elas, podemos destacar a bibliografia sobre a relação entre geopolítica e alimentos; análises estatísticas sobre a produção agrícola brasileira, produzidas por instituições nacionais e internacionais; periódicos da área de saúde coletiva, bem como artigos publicados na imprensa.

O recorte temporal do estudo está demarcado pelos dois episódios mais recentes de ruptura das instituições democráticas no país: o golpe civil-militar de 1964 e o golpe de estado de 2016, que resultou no retorno de um governo autoritário de base militar. Nesse contexto, o eixo analítico se concentra nas mudanças geopolíticas e de inserção do Brasil na ordem mundial nas décadas de 1970 e 2007 em diante, privilegiando as transformações no mercado mundial de alimentos, que ocorreram em sintonia com os acontecimentos no mercado estratégico de energia, bem como seus impactos na produção, comércio e consumo de alimentos.

Na década de 1970, a solução apontada pelos EUA para o problema da fome na periferia do capitalismo consistia na industrialização da agricultura como um meio de aumentar a produtividade da lavoura de alimentos. No entanto, o aumento de produtividade não promoveu a erradicação do problema da fome (RIBEIRO JUNIOR, 2020). Pelo contrário.⁴ Procuraremos demonstrar como nesses dois momentos, o país se consolida como um dos maiores produtores de alimentos no mundo, alcançando safras recordes de cereais, ao mesmo tempo em que aumenta a incidência da fome e desnutrição entre sua população.

Atualmente, a principal categoria de análise sobre a fome se refere a ela

⁴ O autor observa que, atualmente, no mundo uma em cada quatro pessoas passam fome, atingindo quase dois bilhões de pessoas.

Monerato et al.

em termos de segurança alimentar, que se consolidou no estabelecimento da alimentação como um direito social, sob a influência dos conhecimentos desenvolvidos no campo da nutrição e da saúde coletiva. Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346 de 15 de Julho de 2016), a segurança alimentar e nutricional consiste em:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2004).

Neste artigo, argumentamos que, para além da questão da segurança alimentar, a análise do problema da fome precisa incorporar a dimensão geopolítica do fenômeno, que nos leva a pensá-lo em termos de soberania alimentar. Se ambos os conceitos possuem em comum a iniciativa de garantir o direito à alimentação, para Hoyos e D`Agostini (2017), a segurança alimentar se relaciona às propostas formuladas por organismos multilaterais internacionais, enquanto a soberania alimentar, às propostas dos trabalhadores organizados. No contexto da crise dos alimentos de 2007, a Via Campesina, por meio da Carta de Maputo (2008), estabeleceu que a soberania alimentar significa a:

[...] autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola. (HOYOS; D`AGOSTINI, 2017, p.182).

Esta perspectiva foi elaborada a partir do diagnóstico da crise alimentar de 2007 que, segundo a Carta de Maputo (2008), tinha como fundamento a:

[...] crise geral no coração do sistema capitalista, a qual integra a crise climática, a crise energética e a crise financeira [...] a crise financeira e a crise dos alimentos faziam parte de um mesmo processo, ou seja, estavam vinculadas, tendo em vista o processo de especulação do capital financeiro internacional com relação aos alimentos e à terra” (HOYOS; D`AGOSTINI, 2017, p.176).

Nas próximas duas seções, analisamos como estes processos integrados à organização do mercado mundial de alimentos se constituíram no Brasil, na década de 1970 e na atualidade, promovendo a contradição histórica do país ser um dos maiores exportadores mundiais de alimentos e um dos campeões

em desnutrição.

Agronegócio, choque do petróleo e fome nos anos 1970

Após a Segunda Guerra Mundial, o domínio sobre o comércio internacional de alimentos se constituiu em um dos principais instrumentos para a consolidação da nova ordem geopolítica, sob a hegemonia dos EUA. Entre 1950 e 70, o controle governamental sobre os excedentes agrícolas, com a administração de estoques públicos, especialmente sobre os gêneros básicos como os cereais, permitiu a organização de uma política de ajuda humanitária em que o Estado norte-americano distribuía os excedentes agrícolas segundo interesses geopolíticos, mediante contratos a preço fixo, além da doação de alimentos via instituições internacionais, como o Programa Mundial de Alimentos e a USAID (Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional). A utilização de estoques públicos e uma política comercial controlada pelo Estado favoreceram a estabilidade dos preços no período (CASTILHOS, 1976).

No final da década de 1960, em meio ao agravamento da guerra do Vietnã, a economia norte-americana entra em recessão, desencadeando uma crise inflacionária do dólar e sua consequente desvalorização no mercado internacional. Entre as medidas adotadas pelo presidente, Richard Nixon (1969-74), a política de ajuda humanitária é reformulada com a redução drástica dos estoques públicos e a transferência do controle sobre os preços dos alimentos no mercado mundial para o agronegócio e as corporações multinacionais de processamento de alimentos (CASTILHOS, 1976).

Os países exportadores de petróleo, especialmente no Oriente Médio, eram dependentes da importação de gêneros alimentícios e foram impactados pela mudança na configuração do mercado de alimentos, que se caracterizou pela flutuação dos preços e o domínio dos interesses privados capitalistas sobre o comércio internacional. O choque do petróleo, em 1973, gerou um conflito entre EUA e países exportadores de petróleo no qual os norte-americanos ameaçavam retaliar o Oriente Médio, pelo embargo e aumento dos preços do petróleo, com o estrangulamento do fornecimento de alimentos, promovendo seu encarecimento no mercado mundial (HENNI, 1976).

A reordenação da política de ajuda humanitária, que foi extinta em 1974, ocasionou o fim da política de preços fixos, consequentemente, houve grandes oscilações nos preços dos gêneros básicos, deteriorando as condições alimentares das populações em escala global e colocando em situação de insegurança alimentar metade da população mundial. Segundo estimativas realizadas no período, os preços dos alimentos no mercado mundial aumentaram entre quatro e oito vezes no início da década de 1970 (CASTILHO, 1976). Neste contexto, esta dimensão geopolítica da fome, que atingia os piores níveis desde a Segunda Guerra Mundial, foi mascarada pela difusão de explicações neomalthusianas para o problema alimentar, em que as epidemias de fome

Monerato et al.

foram atribuídas a um suposto excesso populacional, principalmente nos países do sul global.

Nesse sentido, os EUA formularam a explicação de que o problema da fome no mundo se relacionava também à baixa produtividade da agricultura praticada nos países periféricos, propondo como solução para esses países adotarem o “pacote tecnológico” de modernização da agricultura composto pelo assalariamento do trabalho no campo, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, bem como a aquisição de tratores. Este modelo de agricultura foi denominado de “Revolução Verde” e ampliava a dependência dos países periféricos para a esfera de insumos, serviços e bens de capital agrícolas, ampliando a realização dos lucros das empresas multinacionais.

O processo de “Revolução Verde” intensificou as relações assimétricas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, com o recrudescimento do papel do sul global, na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e consumidor de tecnologia e produtos industrializados. Ademais, o “pacote tecnológico” reforçava os vínculos da agricultura com o mercado de energia, principalmente em relação ao petróleo, que apresentava altas expressivas no preço internacional. A “Revolução Verde” foi propagandeada como a solução para o problema da fome, no entanto, sua implementação ocasionou o agravamento das condições alimentares da maioria da população brasileira e a incidência da fome.

No Brasil, no início dos anos 1960, a política desenvolvimentista de substituição de importações, implementada pelos governos populistas desde a década de 1930, havia privilegiado o processo de industrialização e intensificado a urbanização acelerada, que levaram ao aumento do custo de vida. Para Josué de Castro (1984), o campo, em contrapartida, permaneceu estagnado em formas de produção e relações de trabalho de baixa produtividade, com o predomínio do latifúndio e dos sistemas de colonato e parcerias de trabalho. Nesse período, a reforma agrária assumiu um papel relevante nas lutas sociais pelo avanço na democratização da sociedade, notadamente pela organização das Ligas Camponesas.

Neste contexto de turbulência política, o golpe civil-militar se constituiu na saída das elites brasileiras para a manutenção do *status quo* do sistema capitalista no país. A consolidação do regime autoritário teve como um dos pilares a adoção do “pacote tecnológico” para a agricultura, fomentado com recursos públicos, provenientes de empréstimos externos, a modernização do latifúndio monocultor, voltado para a exportação de alimentos.⁵ A partir do choque do petróleo, em 1973, a necessidade de obtenção de dólares no mercado internacional, para cobrir o súbito aumento da dívida externa, reforçou a aposta do governo em financiar a agricultura de exportação quando seus efeitos sociais,

⁵ Este processo foi denominado por José Graziano da Silva (1989) como “modernização conservadora”, pois evitava a reforma agrária e reforçava o latifúndio monocultor.

no campo e na cidade, se evidenciavam pelo aumento do custo de vida e o arrocho salarial, provocando o agravamento da fome e desnutrição no país.

A dissolução das relações de trabalho tradicionais no campo com a implementação do regime de assalariamento provocou a intensificação do êxodo rural para as cidades, onde estas populações encontravam condições precárias de moradia, com a expansão das favelas, e uma inserção instável no mercado de trabalho. A aquisição de tratores, fertilizantes e agrotóxicos aumentou a produtividade da lavoura, no entanto, estimulou a produção de gêneros exportáveis, que se constituíam em insumo para a indústria multinacional de processamento de alimentos, como a soja e o milho, em detrimento das plantações de alimentos tradicionais, como o arroz e o feijão. Esta disputa pelas terras levou à estagnação da produção de arroz e feijão e da mandioca, enquanto as *commodities* para exportação soja, cana e laranja aumentaram significativamente, conforme pode ser visto na Tabela 1, referente à evolução da produção agrícola brasileira entre os anos de 1967 e 1975.

A evolução da produção de alimentos e *commodities* no Estado de São Paulo entre os anos de 1967 e 1975. Os números estão em toneladas e demonstram a estagnação da produção de arroz, feijão e mandioca e, em contrapartida, o aumento significativo das *commodities*, especialmente da soja.

Tabela 1 – Produção Agrícola Brasileira (1967/1975).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA (1967/75)						
Ano	Produtos para o mercado interno			Produtos para o mercado externo		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Soja	Cana	Laranja
967	6.792	2.554	27.268	715	77.086	1.376
968	6.652	2.419	29.203	654	76.620	1.422
969	6.394	2.200	30.073	1.056	75.274	1.393
970	7.553	2.221	29.464	1.508	75.752	1.774
971	6.367	2.469	32.019	2.218	80.380	1.840
972	6.500	2.300	28.000	3.400	87.000	2.428
973	7.160	2.231	26.528	5.012	91.994	2.840
974	6.843	2.238	24.715	7.876	96.412	3.280
975	7.537	2.271	25.811	9.892	91.387	3.488

Fonte: II — PND — Setor Agricultura — SUPLAN (—Dados para o Estado de São Paulo)

NOTA: Transcrito do *Jornal do Engenheiro Agrônomo* — Órgão oficial da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

Fonte: MONTEIRO, 1977, p.63.

Monerato et al.

Após a crise do petróleo de 1973, a ditadura civil-militar decidiu fomentar a produção de fontes alternativas de combustível, incentivando a expansão da lavoura canavieira para a produção do etanol, no âmbito do programa PROÁLCOOL. Este fator agravou a concorrência pelas terras de cultivo, aumentando os custos de produção dos alimentos e reduzindo ainda mais sua oferta.

Esta radical transformação no abastecimento de alimentos não se limitou às mudanças na produção agrícola, atingindo o setor de processamento e também de distribuição dos alimentos. A “revolução verde” no campo brasileiro foi acompanhada pelo aumento da demanda por insumos, como a soja e o milho, para a produção de alimentos industrializados pelas corporações multinacionais, que consolidavam sua presença no país, ampliando o comércio de alimentos que, atualmente, são considerados ultraprocessados, devido aos malefícios causados à saúde pela sua inserção nos hábitos alimentares. Esta nova cadeia produtiva dos alimentos demandava novas formas de distribuição de mercadorias por meio das lojas de supermercados, controladas por grandes corporações varejistas internacionais. O primeiro supermercado de uma empresa multinacional foi inaugurado em 1975, o Carrefour, em um contexto de grave crise alimentar. No ano anterior, o governo Geisel (1974-1979) organizou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, reconhecendo que a fome era um problema nacional.

Em 1974 e 1975, o problema da fome assumia grandes proporções devido à combinação da carestia dos alimentos e arrocho salarial nos centros urbanos. Em 1974, o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) concluiu que,

[...]67% da população brasileira apresentava um consumo calórico inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela FAO [...] 46,1% das crianças menores de cinco anos e 24,3 % dos adultos, apresentavam desnutrição proteico-calórica (VASCONCELOS, 1994, p.11).

Ou seja, na década de 1970, a maioria da população não tinha acesso aos alimentos em quantidade suficiente. Esta situação se mostrava ainda mais grave por atingir especialmente as crianças. Em 1973, a Organização Pan-americana de Saúde apontou que 66% dos óbitos de crianças até cinco anos de idade possuíam como causa básica ou associada à desnutrição infantil (MONTEIRO, 1977). Segundo estatísticas do DIEESE, em 1975, compiladas pelo médico sanitário, Monteiro (1977, p.61), “paralelamente à euforia dos redobrados investimentos e alentadas taxas de crescimento da produção [...] o salário do operário de São Paulo [...] conseguia comprar apenas a metade dos alimentos que o mesmo salário comprava em [1965]”.

Estas condições precárias de vida na década de 1970 se transformaram em mobilização social contra o regime autoritário pelo ressurgimento dos movimentos sociais. O principal fator catalisador desse processo foi a luta contra

a carestia dos alimentos, protagonizada pelas mulheres dos bairros periféricos de São Paulo, que colocou em marcha a organização dos trabalhadores pelo fim da ditadura e a redemocratização da sociedade. No âmbito da saúde, organizou-se o movimento pela Reforma Sanitária, que colocou no centro do debate o problema da fome e da desnutrição, afirmando que somente pela democratização e transformação do modelo de desenvolvimento econômico, privilegiando a produção de alimentos para erradicar a fome, seria possível resolver o problema. No entanto, mesmo após a Constituição de 1988, o modelo de agronegócio se fortaleceu e o problema da fome ainda não foi superado, como se verá na seção seguinte.

Guerra pelo petróleo, armadilha das commodities e a volta da fome

Em 20 de março de 2003, uma coalisão militar liderada por Estados Unidos e Reino Unido iniciou uma invasão contra o Iraque. A pretexto da existência de armas nucleares, a guerra tinha o objetivo claro de controlar as reservas de petróleo daquele país. Devido à crescente dificuldade de avançar nesse desígnio, o preço do petróleo inicia uma escalada a partir de 2007. Enquanto em abril deste ano o barril era negociado a US\$ 60, em julho de 2008 ocorreu um pico de US\$140 (UOL, 2008). Concomitantemente, o governo norte-americano lança um plano alternativo de expandir a produção de biocombustíveis. Segundo artigo da revista britânica *The Economist*, *Combustível por amizade* (3 de março de 2007), a meta dos EUA era aumentar para 130 bilhões de litros de etanol na sua matriz energética.

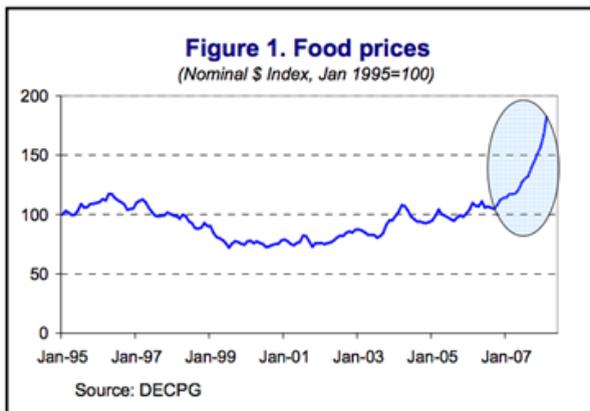
No início de 2007, o presidente George W. Bush visitou o Brasil para negociar um acordo com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando a expansão do plantio da cana-de-açúcar e da produção de biocombustível. Nesse sentido, o governo Lula lançou entre 2006-2011 o Plano Nacional de Agroenergia (PNA) no qual se lê:

O mercado interno de biocombustíveis está consolidado para o etanol. O etanol é utilizado em mistura com a gasolina em até 25% de álcool anídrico. O etanol hidratado é consumido puro ou com qualquer percentual de mistura com a gasolina, nos carros com motor bicombustível. O nível da demanda depende da relação de preço com a gasolina. Quanto ao biodiesel, o mercado está em processo de formação. A dimensão do mercado brasileiro garante o sucesso das iniciativas no tocante à energia oriunda da biomassa. O mercado externo está em formação. Vários países têm programas internos de produção e uso de biocombustível, principalmente em mistura com os combustíveis fósseis. As exportações brasileiras de álcool são evidência de que o mercado internacional de biocombustíveis está engatinhando: a quase totalidade de nossa produção não é utilizada como combustível. É importante para o Brasil organizar, dinamizar e liderar o mercado externo de biocombustível, conforme disposto nas Diretrizes

de Política de Agroenergia do governo federal, que diz: “Liderança no comércio internacional de biocombustíveis. O Brasil reúne vantagens comparativas que lhe permitem liderar o mercado internacional de biocombustíveis e promover ações de promoção dos produtos energéticos derivados da agroenergia. A ampliação das exportações, além de gerar divisas, consolidará o setor e impulsionará o desenvolvimento do País.” Para levar avante, com sucesso, um ambicioso programa de alianças externas, é crucial reunir a competência governamental à do setor privado para que, juntos, lutem com o mesmo afimco e os mesmos objetivos. É possível afirmar que existem circunstâncias favoráveis para a criação de um mercado internacional de biocombustíveis, começando pela expansão do mercado do álcool e direcionando sua utilização como combustível, pelas seguintes razões: a) Elevação do preço do petróleo e incertezas do seu mercado. b) Crescente preocupação mundial a respeito do meio ambiente, particularmente depois da entrada em vigor do Protocolo de Quioto. c) Em face da elevação do preço do petróleo e da redução sistemática das reservas desse produto, os países têm enfatizado a diminuição da dependência desse combustível em suas matrizes energéticas (PNA, 2006, p.34).

Segundo Manabe e Silva (2010, p.198), “[...] a expansão anual da área cultivada por cana-de-açúcar na BAP [Bacia do Alto Paraguai] teve média de 6,55% entre as safras de 2005 e 2009. Para tal período, foram acrescidos 510,3 km² de cultivo. O maior crescimento percentual anual neste período ocorreu na safra 2007, onde atingiu o número de 17,02%”. Em 2014, a área ocupada pela cana no Brasil já chegava a 8,7 milhões de ha., segundo dados utilizados no Plano Nacional de Expansão de Energia (BRASIL, 2014) (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Preços dos alimentos.



Fonte: FMI.

A evolução dos preços dos alimentos em dólar no mercado mundial. Observa-

se o boom do preço das *commodities*, a partir do ano de 2007.

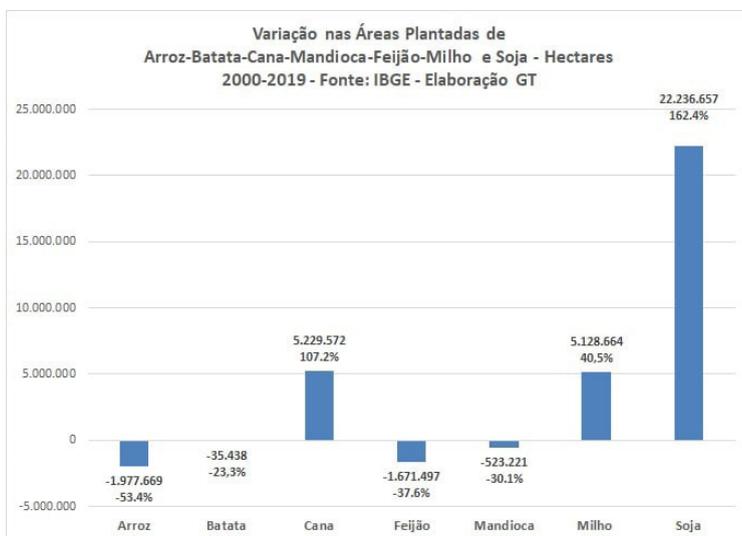
No biênio 2007-2008 estoura a crise mundial dos alimentos, devido à explosão dos preços das *commodities*, acompanhando o aumento do preço de petróleo

O *boom* dos preços das *commodities* incentivou a expansão do cultivo destas no Brasil e garantiu superávit primário tal que, por sua vez, garantiu não apenas ao País, mas a vários países do continente latino-americano com governos progressistas a expansão de seus respectivos programas sociais. Em 2014, o Brasil se vê pela primeira vez fora do mapa da fome da ONU. Ao mesmo tempo, representou uma armadilha na medida em que significou uma especialização da produção e da pauta de exportações.

Conforme demonstra o gráfico elaborado pelo ex-presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Gerson Teixeira, a expansão do plantio de cana, soja e milho teve impacto direto na produção de alimentos como arroz, batata, feijão e mandioca. Importante ressaltar aqui que soja e milho também são, atualmente, fundamentais para a produção de biocombustíveis. Demonstrando a interdependência entre a produção de alimentos e a disputa geopolítica em torno do petróleo.

O Gráfico 2 aponta para a redução na área plantada de arroz, batata, feijão e mandioca e aumento substancial da área plantada de cana, milho e soja.

Gráfico 2 – Variação nas Áreas Plantadas de Arroz-Batata-Cana-Mandioca-Feijão-Milho e Soja – em hectares, entre 2000-2009.



Fonte: BGE- Elaboração GT.

Monerato et al.

O fim do ciclo das *commodities* e a ofensiva do imperialismo contra os governos progressistas no continente iriam conjugar uma crise econômica e política. O golpe de estado contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 representou um rápido e contundente revés. Demonstrando a fragilidade das medidas adotadas até então, os golpistas varreram do mapa todo o conjunto de políticas sociais, levando milhões à fome. Enquanto, conforme o Gráfico 3, cerca de 60 milhões de pessoas passaram fome em 2020, pesquisa mais recente divulgada em abril de 2021 aponta mais de 116 milhões de brasileiros sem comida suficiente (ISTO É Dinheiro, 2021). Mais da metade dos brasileiros se encontram em situação de insegurança alimentar.

Evidenciando o caráter político e deliberado da fome existente no Brasil, os Gráficos 4 e 5 abaixo mostram os estoques públicos de arroz e feijão a partir de 2016 serem reduzidos drasticamente e zerados, respectivamente. Esses estoques reguladores servem para impedir que aconteçam altas especulativas e de desequilíbrio de oferta.

Aliando-se diminuição da oferta desses produtos, como se viu acima no Gráfico 3, a uma política cambial de desvalorização do real frente ao dólar, e assim, ao aumento da exportação desses produtos, houve uma explosão dos preços desses alimentos aos trabalhadores brasileiros. Segundo o IBGE, a inflação dos alimentos nos últimos doze meses anteriores a março de 2021, chegou a 15%. O preço do óleo de soja subiu 87,89%, o arroz subiu 69,80% e a batata, 47,84% (FOLHA, 2021).

Gráfico 3 – Insegurança alimentar no Brasil.

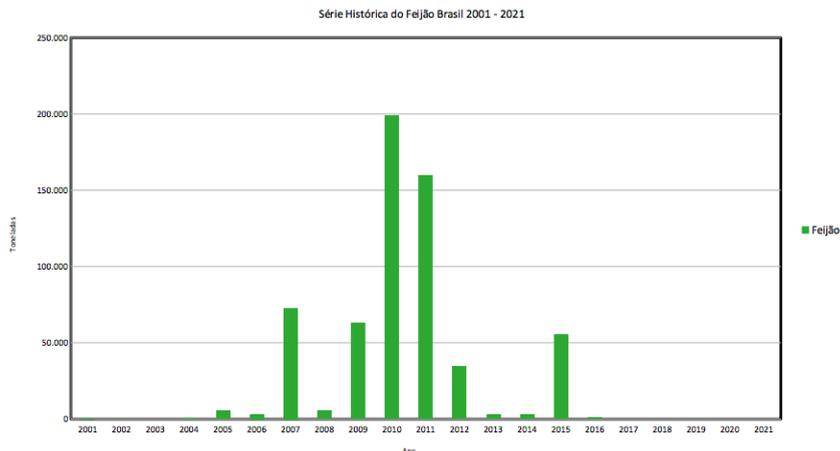


Fonte: IBGE, 2021.

Dados sobre insegurança alimentar no Brasil entre 2004 e 2020 conforme as categorias leve, moderada e grave.

Quantidade de feijão, em toneladas, nos estoques públicos. O Gráfico 4 mostra que, a partir do governo Temer, em 2017, os estoques públicos de feijão foram zerados.

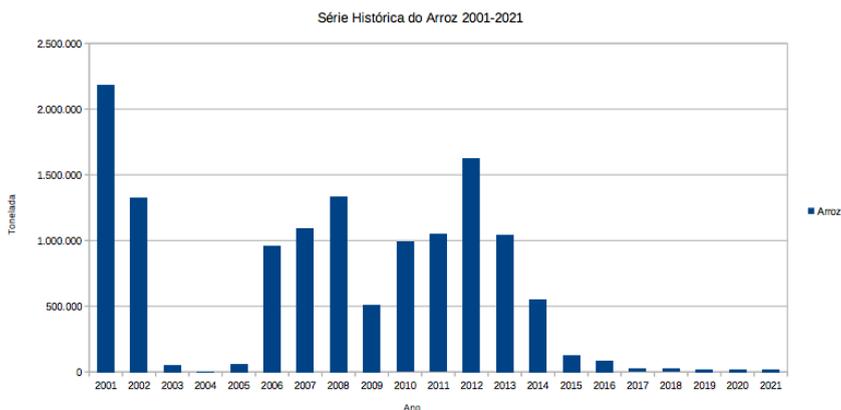
Gráfico 4 – Série Histórica do Feijão no Brasil entre 2001-2021.



Fonte: CONAB, 2021.

Quantidade de arroz em toneladas nos estoques públicos brasileiros. O Gráfico 5 demonstra que, a partir de 2017, os estoques foram reduzidos drasticamente.

Gráfico 5 – Série Histórica do Arroz no Brasil entre 2001-2021.



Fonte: CONAB, 2021.

Monerato et al.

Todo esse contexto revela quão contraditórias foram as políticas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Enquanto erradicavam a fome, fortaleceram o agronegócio ao especializar a produção e fundamentaram sua política social na exportação de commodities. Entretanto, como se viu nos gráficos acima, fortaleceram os estoques reguladores propiciando uma relativa autonomia na determinação dos preços dos principais alimentos da dieta brasileira. Já os governos golpistas posteriores, com fundamental destaque para o governo fascista de Jair Bolsonaro, com a destruição dos estoques reguladores, o padrão dos preços internos passou a ser definido diretamente pela Bolsa de Chicago. Ou seja, os trabalhadores brasileiros se veem totalmente dependentes da especulação internacional e a soberania alimentar do país aniquilada. Pois quem decide o que se planta, o quanto se planta, e por quanto se vende é totalmente determinado pelas empresas multinacionais monopolísticas. Tal fato não é surpresa, uma vez que o governo de Jair Bolsonaro sempre se colocou como subserviente aos interesses norte-americanos.

Entretanto, vale ressaltar que a política social dos governos Lula e Dilma, mostrou-se superficial. Pois, apenas quatro anos da sua derrubada, os golpistas pró-imperialistas fizeram a fome voltar e crescer vertiginosamente. Foram adotadas políticas paliativas sem colocar em xeque as verdadeiras causas da fome, ou seja, a estrutura agrária do país, e assim sem estabelecer alicerces sólidos para o exercício da soberania alimentar plena. Enquanto o território brasileiro for controlado pela aliança histórica entre latifúndio e capital financeiro não se poderá alcançar realmente a soberania alimentar e erradicar de vez esse fenômeno tão cruel quanto a fome.

Considerações Finais

No início dos anos 1970, o mercado mundial de alimentos foi transformado com o fim da política de ajuda humanitária dos EUA e a transferência do poder de estabelecer os preços internacionais ao agronegócio e às corporações multinacionais de processamento de alimentos. A alta desenfreada nos preços que se seguiu intensificou o problema da fome e desnutrição nos países da periferia do capitalismo. Como solução para este dilema, os EUA propuseram a esses países a adoção do “pacote tecnológico” para aumentar a produtividade da lavoura dos alimentos.

A ditadura civil-militar brasileira financiou a implementação desta “Revolução Verde” na agricultura brasileira, privilegiando o setor agroexportador. Conseqüentemente, a disponibilidade de alimentos no mercado interno foi reduzida e os preços dispararam. O choque do petróleo agravou a situação tanto pelo incremento na oscilação dos preços dos alimentos quanto pela concorrência por terras férteis que a produção do combustível alternativo ao petróleo, o álcool, impôs à produção de alimentos. A consolidação do agronegócio no país neste período custou o aumento expressivo do problema da fome no país, que atingia

70% da população brasileira na década de 1970.

Enquanto o contexto das décadas de 1960 e 1970 ainda possibilitava o argumento de que a fome era um problema de oferta de alimentos, os desenvolvimentos posteriores da agricultura no mundo, e, em especial, no Brasil, colocaram por terra essa hipótese. Embora seja fato que o controle dos monopólios da comercialização, dos insumos básicos, e da produção propriamente dita, seja um obstáculo a solução do problema da fome, o conjunto da política social desenvolvida pelos governos do PT entre 2003-2016 mostrou ser possível por meio de uma decisão política reduzir a fome a um patamar inédito na história desse país, através da formação de estoques públicos, de compras estatais e do fortalecimento dos pequenos agricultores.

Contudo, essa política social atuou na esfera da distribuição de renda, enquanto do ponto de vista do alicerce produtivo e comercial a política do governo em aliança aos interesses norte-americanos fortaleceu o poder monopolístico das grandes empresas do agronegócio, especializando a pauta produtiva e tornando o país ainda mais dependente da exportação de matérias-primas. Ou seja, alicerçou a política social nas divisas estrangeiras. Enquanto o preço das commodities permitiu, esta teve sucesso. Mas findo o ciclo de alta, o governo se viu ainda mais refém da bancada ruralista, que em conluio com os Estados Unidos e seu Departamento de Estado atuaram para derrubar o governo petista, e praticamente todos governos progressistas no continente latino-americano.

Nesse sentido, a análise deste artigo procurou mostrar o quão a fome atual é um fenômeno político em toda a sua amplitude. Pois, os golpistas que assumiram o poder acabaram com todas as políticas sociais existentes, praticamente extinguíram os estoques públicos de alimentos essenciais e, mostrando o seu total alinhamento ao imperialismo norte-americano, tornaram o mercado de alimentos nacional totalmente dependente das decisões especulativas estrangeiras. Deste modo, é evidente que a fome de milhões de brasileiros fica a mercê da geopolítica internacional e da disputa militar pelo controle das fontes do petróleo mundial. Agronegócio, geopolítica e política interna se articulam de modo perverso para recolocar mais da metade da população brasileira numa das situações mais cruéis que se pode imaginar: a fome. Enquanto a propaganda televisiva repete todos os dias que o Brasil é o celeiro do mundo, 116 milhões de brasileiros passam fome devido a uma decisão política dos golpistas, com especial destaque para a dupla neoliberal-fascista, Paulo Guedes e Jair Bolsonaro – que traduzem de forma descarada os interesses imperialistas no território nacional.

A fome como fenômeno político, mais do que econômico. Eis nosso argumento central. E assim, como no início da década de 1980, o movimento contra a carestia foi um dos pilares fundamentais para a derrubada da ditadura militar, é preciso transformar essa tragédia atual numa ampla movimentação

Monerato et al.

de massas com objetivo de derrubar este governo e sua política deliberada de matar milhões à mingua. Ao mesmo tempo, procuramos apontar que esse movimento de luta contra a fome deve ser radical e ir às raízes do problema. É preciso que a luta contra a fome no Brasil coloque como questão central a necessidade de uma reforma agrária, que acabe com o latifúndio e desenvolva uma estrutura agrária com objetivo de produzir alimentos para o mercado interno; que diversifique a pauta produzida, mas que fundamentalmente altere a estrutura de poder historicamente concentrada nas mãos de poucos. Deste modo, poder-se-á falar de fato na conquista da soberania alimentar que resolva a questão da segurança alimentar para além das mudanças de governo.

Referências

BRASIL. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17-20 de março, 2004**. Brasília: Consea, 2004.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Brasília: MME/EPE, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroenergia**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos/pna-2ed-portugues.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

CASTILHO, Carlos. Agro dolares: Nueva Arma del Imperio. *In*: BERLAN, J.P.; CHABERT, J.P.; MARLOIE, M. *et al.* **La Guerra Mundial por Los Alimentos**. Buenos Aires: Ediciones SINTESIS, 1994.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço?). 10º Ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1982.

FOLHA. Em um ano de pandemia, alta em preço de alimentos é quase o triplo da inflação. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/em-um-ano-de-pandemia-preco-dos-alimentos-sobe-quase-tres-vezes-a-inflacao.shtml?>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

HENNI, Ahmed. Alimentos Norteamericanos contra Petroleo Arabe. *In*: BERLAN, J.P.; CHABERT, J.P.; MARLOIE, M. *et al.* **La Guerra Mundial por Los Alimentos**. Buenos Aires: Ediciones SINTESIS, 1994.

HOYOS, Cláudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, Presidente

Prudente, Ano 20, n. 35, jan-abr de 2017, p. 174-198. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

ISTOÉ Dinheiro – **Mais de 116 milhões de brasileiros não tem comida suficiente ou passam fome diz pesquisa**. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/mais-de-116-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-comida-suficiente-ou-passam-fome-diz-pesquisa/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

MANABE, Victor. B.; SILVA, João dos S. V. Da, Estudo da expansão de áreas de cana-de-açúcar na Bacia do Alto Paraguai. In: **Embrapa Informática Agropecuária- VI Mostra de estagiários e bolsistas 2010**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/23924/1/p064.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A Desnutrição e o planejamento econômico-social. **Revista Saúde em Debate**. São Paulo, n.3, abr/maio/jun., 1977. Disponível em: http://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=TO-DOS&pesq=&x=23&y=17. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo de Souza. *Geopolítica da Fome*. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. 162, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/geopolitica-da-fome/>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

SILVA, José Graziano da. A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.27, n.3, 1989, p. 309-326. Disponível em: <https://revistasober.org/journal/resr/article/5d874d510e8825f37339c6a>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

The Economist, **Fuel por Friendship**. 2007. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2007/03/01/fuel-for-friendship>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

UOL-Economia. **Petróleo fecha a preço recorde de US\$ 140,21 em Nova York**. 2008. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2008/06/27/ult1767u123046.jhtm>. Acesso em: 03 de out. de 2008.

VASCONCELLOS, Francisco José Guedes de. Do homem-caranguejo ao homem-garibu: uma interpretação da trajetória da fome no Brasil. **Revista Saúde em Debate**, Paraná, n.44, Set., 1994. Disponível em: <http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.



Microbacia II - Acesso ao mercado: convencendo os assentados em se transformarem em empreendedores rurais

Sofia de Castro Gouvêa Gomes Leal¹

Oriowaldo Queda²

José Maria Gusman Ferraz³

Resumo: O Projeto Microbacias II-Acesso ao mercado foi considerado uma política pública para que os produtores rurais da agricultura familiar pudessem contar com melhores oportunidades de acesso ao mercado, por meio de agregação de valor à sua produção. Tendo como instituição financiadora o Banco Mundial, e como critério para participação no projeto a existência de uma associação ou cooperativa de produtores rurais, há pelo menos um ano. A organização social, interessada em desenvolver algum projeto, deveria elaborar um Plano de Negócio, a fim de comprovar a viabilidade do empreendimento pretendido. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentado – Microbacias II (PDRS) foi apresentado aos produtores rurais assentados por meio da atuação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Este artigo teve como objetivo avaliar uma experiência com a suposição da presença de uma associação, já existente no Assentamento Nossa Terra, em Batatais-SP, como condição necessária para justificar o desenvolvimento de um projeto para a instalação, de uma agroindústria de produtos minimamente processados da produção dos seus associados. O Plano de Negócio, exigido pelo contratante, foi encomendado pela Associação Batataense de Produtores da Agricultura Familiar (ABAFA) e elaborado por um técnico do SEBRAE. A agroindústria foi inaugurada em 08.12.2016 e a mesma encontra-se inoperante desde a sua instalação. O Plano de Negócio foi aprovado pela CATI e pela ABAFA. Porém, mostrou-se insuficiente e inadequado, por não ter sido realizado segundo as recomendações de um diagnóstico participativo, ao desprezar os conflitos de interesses entre os assentados e destes com os órgãos públicos locais e estaduais e a realidade local. Revelou-se negligente ao não reconhecer e compreender a existência de um sistema de comercialização convencional da produção dos assentados, controlado por um assentado e membro da Associação. Tratou-se de um estudo de caso com o levantamento de documentos oficiais e não oficiais, artigos de revistas acadêmicas e de divulgação, jornais, livros, teses e dissertações a respeito do PDRS Microbacias II- acesso ao mercado, com destaque para o documento Plano de Negócio. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com associados da ABAFA e profissionais técnicos e agentes representantes das instituições envolvidas, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS).

Palavras-chave: Acesso ao mercado; Microbacias II; Associação Rural, Plano de Negócio; Produtos minimamente processados.

Microbasin II - Market access: convincing settlers to become rural entrepreneurs

Abstract: The Microbacias Project II - Market Access was considered a public policy so that rural producers of family agriculture could count on better opportunities for access to the market, by adding value to their production. Having the World Bank as a financing institution, and as a criterion for participation in the project the existence of an association or cooperative of rural producers, for at least one year. The social organization, interested in developing a project, should prepare a Business Plan, in order to prove the viability of the intended enterprise. The Sustainable Rural Development Project – Microbacias II (PDRS) was presented to settled rural producers through the work of the Integral Technical Assistance Coordination (CATI). This article aimed to

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – UNIARA. E-mail: sofiagouvealeal@gmail.com

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado) - Universidade de Araraquara – UNIARA.

³ Docente no Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA.

evaluate an experience with the assumption of the presence of an association, already existing in the Nossa Terra Settlement, in Batatais-SP, as a necessary condition to justify the development of a project for the installation of an agroindustry of minimally processed products the production of its associates. The Business Plan, required by the contracting party, was commissioned by the Batataense Association of Family Agriculture Producers (ABAFA) and prepared by a technician from SEBRAE. The agroindustry was inaugurated on 08.12.2016 and it has been inoperative since its installation. The Business Plan was approved by CATI and ABAFA. However, it proved to be insufficient and inadequate, as it was not carried out according to the recommendations of a participatory diagnosis, by disregarding the conflicts of interest between the settlers and between them and local and state public bodies and the local reality. He was negligent in failing to recognize and understand the existence of a conventional marketing system for the settlers' production, controlled by a settler and member of the Association. It was a case study with the survey of official and unofficial documents, articles from academic and popular magazines, newspapers, books, theses and dissertations regarding the PDSR Microbacias II - access to the market, with emphasis on the document Plan of Business. Semi-structured interviews were carried out with ABAFA associates and technical professionals and agents representing the institutions involved, the Land Institute of the State of São Paulo (ITESP), the Coordination of Integral Technical Assistance (CATI)/Coordination of Sustainable Rural Development (CDRS).

Keywords: Access to the market; Microbasins II; Rural Association; Business Plan; Minimally Processed Products.

Introdução

O desenvolvimento de políticas públicas, voltadas ao setor agropecuário, passou a representar alternativas oferecidas aos produtores rurais, para que estes pudessem aprimorar, implementar ou ainda modificar suas formas de produção e/ou transformação dos produtos agrícolas. Aliado às propostas, vários temas foram elencados como prioritários, dentre estes o Desenvolvimento Rural Sustentável, que passa a ser apresentado como assunto diretamente relacionado à sustentabilidade, às questões econômicas e sociais; com enfoque local e territorial das atividades rurais (SCHNEIDER, 2004).

Algumas iniciativas foram apresentadas no sentido de atender às demandas dos agricultores familiares. Por meio de políticas públicas, vários programas foram apresentados com a finalidade de proporcionar um desejável equilíbrio às desigualdades sociais e econômicas

Os investimentos e a promoção do desenvolvimento do agricultor familiar nunca foram objetivos fortes e concretos para a expressa autonomia desses

Leal et al.

produtores rurais. “Atualmente, a agricultura familiar é parte da agenda de políticas públicas de desenvolvimento rural, tendo como marco de entrada no cenário político o Pronaf, instituído em 1996” (NAVARRO, 2001, p.04).

Neste contexto, em meados dos anos 2000, no estado de São Paulo, é dado início ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - Microbacias I (2005-2011) (PEMH) e finalmente o programa de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – acesso ao mercado (2012-2015), ambos financiados pelo Banco Mundial (HESPANHOL, 2005)

O PDRS Microbacias II teve como critério de seleção a participação de produtores organizados em associações ou cooperativas, instituídas há pelo menos um ano (SÃO PAULO, 2010).

A princípio parecia ser apenas uma maneira de ser oferecido o benefício, de forma coletiva, sendo incentivado o trabalho e o fortalecimento das associações e cooperativas no meio rural.

Sendo assim, para que o município de Batatais por meio de divulgação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Associação Batataense dos Produtores da Agricultura Familiar ABAFA, foi manifestado o interesse em participar do PDRS Microbacias II. O acesso aos recursos somente seria concedido, após posterior elaboração de cada Plano de Negócios apresentado pelas organizações sociais proponentes.

A aprovação pela ABAFA, deste projeto, afirmava o Plano de Negócio, proporcionaria aos seus associados a possibilidade de agregarem valor em seus produtos, por encontrarem-se, também, localizados próximos a mais de um centro comercial e com um mercado a ser explorado com seus produtos minimamente processados (SATURI, 2012).

A promoção e o fortalecimento da organização social, seria o ponto alto dessa conquista, pois era já que acima de tudo compreendido como condição relevante para o sucesso do empreendimento.

Desenvolvimento

A Associação Batataense de Produtores da Agricultura Familiar (ABAFA), constituída por ocasião do estabelecimento do assentamento Nossa Terra, apresentou como justificativa de sua formalização necessidade do grupo assentado em receber verbas advindas de subsídios propostos pelo Estado, a fim de auxiliar na estruturação da área, bem como na acomodação dos beneficiários e estruturação de cada lote.

Uma organização social, compreende um CNPJ, ou seja, é uma empresa. A gestão de uma associação envolve compromissos, discussões, planejamento e resultados, que devem ser continuamente analisados pelo grupo.

No assentamento Nossa Terra, em Batatais, os assentados não vieram de outras localidades, todos já residiam no município, já tinham um certo

conhecimento entre si. Já existia um sistema de comercialização dos produtos agropecuários do município transacionados em outro município.

Quando o PDRS Microbacias II surgiu como proposta para a ABAFA e para que ela tomasse posse e assumisse a gestão de uma agroindústria, a primeira análise que deveria ter sido feita era a de que, como a “empresa” Associação ABAFA se comportaria em relação à condução de suas ações. Isto porque, segundo os manuais do programa Microbacias II, as associações foram classificadas de acordo com a forma, ou habilidades que apresentavam, para que a partir desta classificação pudessem participar do processo proposto com o melhor aproveitamento possível.

Porém, além de apresentarem os pré-requisitos determinados para a participação no projeto, a instituição precisaria apresentar segurança, estabilidade e organização enquanto empresa. Com apresentação de resultados, e equipe preparada para o enfrentamento dos desafios inerentes às atividades relativas ao empreendimento apresentado. Inclusive com destaque para o potencial das habilidades individuais dos integrantes do grupo associativo.

Para que integrasse o PDRS se fazia necessário a elaboração de um Plano de Negócio a fim de que fosse justificada sua viabilidade financeira. Este plano foi feito e aprovado. Porém, neste estudo, os Recursos Humanos não foram citados além das funções operacionais destacadas para a realização das atividades da agroindústria. Não foi pensado, ou não foi dada a importância devida que garantisse a continuidade dos trabalhos após sua inauguração.

Diante disso, o grupo que a princípio aceitou fazer parte do Projeto PDRS, aprovou um Plano de Negócio viu toda a estrutura da agroindústria ser transformada em realidade. Mostrou falta de motivação e o desinteresse aparente, por causa da falta de uma organização estrutural, sem confiança mútua, por não existir transparência, por não realizarem debates capazes de construir consensos e assim ser possível a promoção do fortalecimento desse grupo.

Lazarotto, (2002) que analisou a condição de várias organizações sociais, estabelece alguns fatores comuns ao insucesso das associações de produtores rurais e que estiveram em falta também no assentamento “NOSSA TERRA”:

[...] (1) falta de participação dos interessados, decorrente da imposição das formas associativistas por agentes interventores; (2) o exercício de poder pelos líderes; (3) a falta de avaliação das ações, uma vez que os produtores não são ouvidos, pois é dificultada a participação dos associados nas decisões; (4) a falta de ações concretas que busquem contribuir para a solução de tais problemas.

Assim como o insucesso de um empreendimento pode estar diretamente relacionado a fatores como aponta ROSA (2004, p.40):

“* Alocação de um líder que tinha interesses diretos no resultado do projeto;

- * Contaminação de interesses pessoais em detrimento dos da organização;
- * Acordo de remuneração que estimulavam um diagnóstico específico;
- * Aprovação do plano em cima de poucas reuniões e sem a participação de outras pessoas que pudessem criticar o negócio;
- * Confiança demasiada na competência e na imagem de um grupo de pessoas;
- * Ausência de uma análise de risco profunda e medidas preventivas”.

Por ser uma associação constituída por agricultores familiares, muitas vezes pouco assistidos por linhas de crédito ou políticas públicas, pertencentes a um assentamento rural, desta forma com possíveis limitações, e talvez vários conflitos. Tendo a oportunidade de um empreendimento estabelecido, não encontram coesão para a condução do negócio de maneira associativa.

Durante todo o tempo de desenvolvimento do PDRS poderiam ter se organizado para as funções elementares, que proporcionasse o andamento do projeto quando assim fosse preciso.

Vários estudos mostram que a agroindústria é uma das alternativas para o desenvolvimento tanto da agricultura familiar; como também se trata de uma alternativa citada para o desenvolvimento de assentamentos rurais. Pois é vista como uma possibilidade de fixar as famílias no campo.

Além de poder ser estimulado o comércio de cadeias curtas, muito positivo para o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, várias iniciativas de progresso poderiam estar associadas ao desenvolvimento deste grupo, a partir da elaboração da proposta PDRS MicrobaciasII.

Porém empreender demanda mais do que saber fazer, implica em estar envolvido no projeto, promover a gestão, melhorar continuamente os conhecimentos, através de treinamentos e capacitações. Atitudes relacionadas ao comportamento, ao modo de agir, para garantir o sucesso daquilo que se quer conduzir.

Compreende ações humanas diretamente relacionadas ao comportamento, à socialização e a realização contínua em parceria, consolidando laços e fortalecendo potencialidades.

Para isso há necessidade do estabelecimento de um processo que só pode ser feito com obtenção de êxito, quando definido e realizado em conjunto. A força da cooperação precisa ser entendida e colocada em prática.

Alguns fatores favorecem o sucesso do negócio, ROSA (2004, p. 46):

- Conhecimento do mercado e respeito pelas suas particularidades;
- Realização de Projeto Piloto e adequação do produto a partir da opinião dos consumidores;
- Projeto integrado que prevê desde o estudo de viabilidade econômica por região, projeto arquitetônico, técnicas construtivas e materiais apropriados para se reduzir custos, até a formação, treinamento e gestão de equipes;

- Uma Política de Recursos Humanos com foco nas pessoas, estimulando a participação da equipe na solução de problemas e na busca da satisfação dos clientes, bem como na troca de experiência para aprendizado do grupo;
- Equipe polivalente permitindo atendimento rápido e proximidade com os clientes (quem atende, resolve e não passa para outro, bem como melhoria da qualidade e redução de custos;
- Formação de Equipe, Treinamento e Educação Continuada.

Diante da realidade do assentamento, dos assentados e associados, a elaboração do projeto, a partir de um planejamento de uma maneira geral, conforme aborda (Rosa,2004), "Feito o levantamento preliminar de possíveis motivos de insucesso, foram apontados o amadorismo, a falta de experiência, as dificuldades de crédito e as instabilidades do mercado". (ROSA, 2004, p.07)

O PDRS Microbacias II foi considerado e avaliado como uma política pública inovadora, por ter inserido a categoria de produtores familiares como principais beneficiários, além de ter também possibilitado a participação ativa dos envolvidos no processo de aquisição de benfeitorias para o incremento da agregação de valor à matéria prima, produzida no campo, podendo ser oferecido aos produtores maiores chances de competitividade no mercado.

Como abordado por ROSA (2004, p.25):

O tempo mostrará que é fundamental a constante identificação dos problemas atuais e potenciais, a reavaliação do negócio e de suas estratégias, como também, a profissionalização contínua da gestão.

A administração de um empreendimento necessita de constante avaliação, com possíveis mudanças nas formas de colocar em prática ações relevantes ao bom funcionamento da atividade. O amadurecimento do negócio, assim como dos envolvidos diante dos desafios impostos também compõe uma rotina positiva à empresa constituída.

O acesso controverso ao mercado

A dificuldade de planejamento, composição de apontamentos e organização do fluxo produtivo não integram práticas as quais o pequeno produtor se adapta com facilidade e, o mais importante, saber se estão interessados em adotá-las.

Com isso, Hespanhol (2016, p.226) conclui:

[...] o projeto objetiva direcionar recursos a uma categoria de produtores rurais historicamente marginalizados pelo sistema de crédito nacional, vislumbrando torná-los "pequenos empresários" do campo através da inserção nas cadeias produtivas. Esses sujeitos também se caracterizam por enfrentar dificuldades de continuar residindo no campo, enfrentando

problemas relacionados à baixa produtividade, baixo rendimento, além de serem explorados pelos intermediários que se apropriam de boa parte da renda gerada.

Como uma referência aos produtores familiares, caracterizados como beneficiários do projeto, diante da oportunidade da proposta e a aparente inabilidade destes beneficiários em lidar com práticas administrativas, de organização e planejamento. Entre outras dificuldades enfrentadas por esses agricultores, pode ser destacada a figura do intermediário que assumi a função de facilitar que os produtos agrícolas sejam comercializados, cobrando altas taxas para isso.

Diante dessas variáveis o acesso ao mercado para o produtor familiar torna-se um desafio constante, visto que para que seja garantida a venda de sua produção, não basta apenas promover o manejo no campo, do plantio à colheita. O processo é bem mais complexo, exigindo que este agricultor busque opções adequadas à realidade enfrentada, desde o campo até o consumidor final.

Nas cidades do interior do estado de São Paulo, como é o caso da cidade de Batatais, as possibilidades de o agricultor familiar oferecer seus produtos para a venda, são através de mercados institucionais, feiras livres, venda direta ao consumidor, fornecimento ao comércio local ou ainda abastecendo a unidade do CEASA mais próxima de sua propriedade. A alternativa de utilizar o entreposto como canal de escoamento da produção, coloca o agricultor em situação desfavorável quando vincula este produtor, a figura do atravessador, que acaba comprometendo parte do lucro produtivo.

Para os produtores da ABAFA as linhas de acesso ao mercado são exatamente estas citadas acima. Segundo o plano de negócio elaborado, os produtores “[...] realizam a entrega de sua produção diretamente na mão de atravessadores ou mesmo distribuindo no CEASA, deixando os custos de produção e transporte altíssimos” (SATURI, 2012, p.23).

E ainda é evidenciado que por ocasião da elaboração do plano de negócio, a condição de comercialização dos produtores da (ABAFA) era o seguinte:

Atualmente, cerca de 60% da produção de olerícolas produzidas pelos associados é destinada para a comercialização no CEASA de Ribeirão preto, 15% é destinado para o Programa de Merenda Escolar da Prefeitura de Batatais (que movimenta R\$ 84.557,30, a cada 6 meses), e os 25% da produção restante se dividem em entregas a supermercados, mercados, varejões, restaurantes e também vendas diretas ao consumidor através da comercialização na própria propriedade, através de serviços de delivery, e/ou através de pontos de vendas em locais de grande circulação, como faculdade, fábricas, entre outros (SATURI, 2012, p. 23).

São agricultores que dominam as técnicas produtivas, mas apresentam

resistência para a condução do trabalho de planejamento e gestão da própria produção agrícola em seus lotes, para além do campo produtivo. Essas dificuldades de organização administrativa tornam esses agricultores mais vulneráveis às condições menos propícias de acesso ao mercado.

Para a ABAFA conforme descrito no Plano de Negócios, o mercado consumidor de produtos minimamente processados seria uma oportunidade de comercialização em supermercados, varejões, sacolões; já que a procura por este tipo de produto ganhava a preferência pelo consumo, por ser associado a conforto e praticidade (SATURI, 2012).

Mas, como aborda Wagner e Gehlen (2015):

Esses resultados apontam para a característica ambígua e contraditória da prerrogativa: de um lado incentiva a profissionalização dos agricultores no sentido de organização das atividades produtivas e o cooperativismo, por outro, em decorrência das exigências burocráticas e de padrão de produção (escala, regularidade e uniformidade), pode ser excludente ao reproduzir a lógica de políticas modernizantes que, historicamente, não foram usufruídas por agricultores pouco capitalizados ou menos organizados (2015, p.09).

Várias propostas e iniciativas são oferecidas, sendo criadas novas relações de dependência, muitas relacionadas ao modo empresarial de se fazer agricultura. Como destaca Estevam (2015, p. 05):

A partir desse modelo, são criadas novas relações de dependência entre instituições, agentes e unidades agrícolas, as quais são de natureza dupla: incluem novas relações mercantis, bem como relações técnico-administrativas, por meio das quais o processo de trabalho é prescrito, condicionado e controlado.

Enfim, "O desafio, portanto é elaborar tipologias de mercado que sejam relevantes para a agricultura familiar" (ESTEVEM, 2018, p. 09).

Para Renato Maluf (2004, p. 07):

Os enfoques econômicos convencionais baseiam-se numa concepção de "acesso a mercados" supostos existentes ou que são considerados como um dado externo ao âmbito do empreendimento em questão. A ênfase é, assim, colocada na capacitação empresarial ("empresarialização") dos pequenos empreendedores (agricultores) e em outros aspectos internos aos empreendimentos.

Na medida em que várias alternativas são possíveis, a questão maior a ser abordada é, aquela da existência de um ou mais tipos de comercialização já estabelecidos, dos produtos agrícolas produzidos pelos assentados. A

Leal et al.

implantação de uma agroindústria de processamento para acesso ao mercado não implicava em uma necessidade proeminente, apesar de representar, como consta no Plano de Negócio, uma alternativa positiva e conseqüente aumento de rendimentos à família produtora. Porém, estes produtores de alguma forma entenderam que não poderiam corresponder às demandas provenientes do estabelecimento de um empreendimento desta monta. Além de conflitar com os interesses de um atravessador local, comprador dos produtos dos assentados.

O Plano de Negócios apresentado pela associação afirmava que a ampliação da área de comercialização atenderia o grande mercado local, com a possibilidade de expansão ao mercado regional, na comercialização com supermercados e varejões, dentre outros (visto) que os produtos minimamente processados poderiam proporcionar uma melhor aceitação e valorização desses produtos. Assim a implantação da agroindústria se justificaria, pois “Um dos grandes diferenciais é o envolvimento de todos associados para o projeto, mostrando sempre o comprometimento e a vontade da concretização do planejamento e instalação da agroindústria” (SATURI, 2012, p. 06).

O estudo realizado, para comprovar a viabilidade do empreendimento da ABAFA, apresentou uma análise econômica, onde o retorno financeiro ocorreria a partir do 17º mês do investimento, após iniciar suas atividades (SATURI, 2012).

A elaboração e implantação de um plano de negócio não se trata de uma tarefa fácil de ser estabelecida principalmente quando diz respeito a um grupo de produtores rurais familiares com diversas peculiaridades, como as de um assentamento rural. Apesar de ter a função de detalhar os caminhos a serem seguidos e possíveis objetivos, deverão também prever resultados positivos, ou contrariar tais expectativas. Porém existem casos em que “resultados positivos vêm a fracassar e contrariar todas as expectativas, apesar de terem sido elaborados com aparente cuidado e profissionalismo” (ROSA, 2004, p. 06).

Assim, para Rosa (2004, p. 21) “O Plano de Negócios se mostra também como um importante instrumento para obtenção de consenso, consistência e comprometimento” (ROSA, 2004, p. 21).

Conforme descrito no Plano de Negócios a associação foi submetida à análise de SWOT ou FOFA, onde são apresentados e destacados como pontos fracos:

- a) Dificuldade na aquisição de recursos em instituições financeiras.
- b) Falta de capital de giro para investimentos na manutenção da indústria.
- c) Baixa remuneração aos fornecedores de matéria prima, produto *in natura*
- d) Custos elevados na industrialização do produto
- e) Vulnerabilidade Financeira
- f) Regime associativista burocrático (SATURI, 2012, p.64).

Estes fatores correspondem “[...] às fraquezas encontradas, que poderão contribuir para uma possível falha no planejamento” (SATURI, 2012. p. 63).

A associação rural como critério de participação

Para a Associação ABAFA condições adversas de obtenção de recurso sempre foram uma constante, sendo reconhecida como uma fragilidade ao grupo. O que ficou muito caracterizado principalmente a partir da posse do lote, onde cada assentado passou a responder pela área que lhe foi atribuída no assentamento rural. No entanto através da associação constituída, sempre buscaram auxílio e condições favoráveis de participação em ações estabelecidas pelo Estado.

O formato associativo, muito defendido pelas instituições de extensão rural ligadas ao setor, mas nem sempre é aceito como uma alternativa ideal do ponto de vista dos produtores, ou pelo menos em muitos grupos de agricultores, não é considerada a alternativa mais confortável ou promissora. Esse ideal teria maiores oportunidades de ser alcançado se cada comunidade pudesse ser entendida pela perspectiva de suas melhores características e potencialidades. Ou seja, antes do estabelecimento de qualquer projeto ou proposta de trabalho, que fossem analisados os perfis de cada produtor rural envolvido ou que venha a se envolver, a fim de que as iniciativas pudessem apresentar êxito.

Assim,

A análise das contradições que emergem da relação que se estabelece entre as estruturas organizativas/organizacionais e a ação desses sujeitos, considerando a realidade política e econômica, pode ajudar a responder essas questões. A cooperação não depende apenas da criação de estruturas (cooperativas, associações, etc.), do treinamento de habilidades ou da educação dos sujeitos para o exercício da solidariedade. Nos assentamentos rurais, as relações de cooperação são mediadas por um conjunto de condicionantes estruturais que são (ou não) dados, especialmente, a partir da relação estabelecida com o Estado, cuja responsabilidade na reforma agrária não se resume na mediação dos conflitos fundiários e na redistribuição de terras e se estende, sobretudo, na viabilização dos assentamentos ao criar as condições de infra-estrutura sem as quais não se sustenta a organização, por mais autônoma e politicamente preparada para o exercício da cooperação que a comunidade esteja. É ainda mediada pelo próprio sentido atribuído pelos trabalhadores rurais à cooperação e à cooperativa (SCOPINHO, 2007, p. 08).

Um sociólogo holandês, Benno Galjart, realizou uma pesquisa no Brasil e que resultou na publicação de seu livro, "Itaguaí: Old Habits and New Practices in a Brazilian Settlement, Wageningen", em uma época que a Sociologia Rural americana se dedicava a teorizar sobre a difusão e adoção de práticas agrícolas características da Revolução Verde e que norteariam as ações da Extensão Rural, nos países então chamados de subdesenvolvidos. Benno Galjart discordava dessas abordagens e sugeria novos caminhos.

Leal et al.

No que diz respeito à cooperação, o mesmo autor menciona a importância dos valores e atitudes que governam as relações interpessoais nas comunidades rurais. Da qualidade destas relações dependerá o êxito das novas formas de associação necessárias ao desenvolvimento agrícola” (GALJART, 1976, p. 63). E acrescenta que:

Alguns antropólogos explicam a estrutura, às vezes atomística, das comunidades camponesas usando a teoria do bem limitado (limited good), desenvolvida por Foster, (1960, 1968). Segundo essa teoria, os agricultores percebem a produção total como fixa e por isso não podem conceber que uma pessoa possa obter maiores benefícios a não ser aproveitando-se das demais. Consequentemente, vêm-se envolvido em disputas intermináveis pelo controle de bens escassos. Se um dos seus semelhantes sugere cooperação desconfiam logo de que os irá enganar (GALJART, 1986, p. 63-64).

Ao fazer referência à sua pesquisa realizada no Brasil, no livro citado, o autor:

[...] concluí que a falta de cooperação entre agricultores é parte de uma síndrome, cuja característica mais notável era uma busca ativa, por parte dos rurícolas, de benefícios a serem concedidos por pessoas mais poderosas. Eles acreditavam que não poderiam depender de seus próprios esforços (GALJART, 1986, p. 64).

E sugere também:

A solidariedade entre pares, onde ela existe, nem sempre é uma vantagem. A solidariedade pode conduzir a um esforço para “manter as aparências” (to keep the jonnesses down) (ERASMUS,1968). O controle social concomitante pode frear qualquer tentativa individual de mobilidade (GALJART, 1986, p. 64).

A composição de uma organização social principalmente no meio rural se estabelece já com as intenções e pretensões formadas:

No Brasil, a grande maioria das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados, visto que estes se referem aos representantes delegados pela avaliação da competência própria por correr atrás, não tanto do atendimento das reivindicações, mas da captação de recursos disponíveis (NEVES, 2013, p. 02).

O pouco interesse e descrédito do produtor rural em relação às organizações sociais se justificam pela dificuldade encontrada na condução das associações ou cooperativas, em consolidar ações, promover coesão ou apresentar

possibilidades reais do estabelecimento e organização do trabalho coletivo.

Na realidade, o produtor rural familiar por trabalhar em sua propriedade juntamente com os integrantes de sua família, conhece o trabalho coletivo através dos mutirões, ou seja, uma colaboração coletiva. Se em algum momento de sua vida trabalhou como empregado rural, também sempre desenvolveu sua atividade em meio a poucas pessoas. Assim o trabalho em conjunto, a partir de associações ou cooperativas nunca representou uma maneira espontânea e natural de trabalho realizada por estes produtores.

Para Ferreira *et al.* (2009, p.17):

A resistência às práticas associativistas está interligada a outro aspecto subjetivo atribuído aos produtores familiares: a desconfiança. Em geral, os produtores familiares eram percebidos como pessoas que desconfiam dos benefícios que as práticas associativistas podem proporcionar e interpretam o fracasso de outras tentativas de associativismo como algo que tende a se perpetuar, dificultando a formação de associações ou cooperativas.

O trabalho realizado com os demais produtores, ou seja, compor um trabalho coletivo, onde muitas pessoas participam, opinam, interagem e decidem, não faz parte da realidade vivenciada pelos produtores rurais familiares:

O conservadorismo das práticas agropecuárias depredatórias e dos valores individualistas e patriarcalistas estão entre os obstáculos considerados mais importantes e, ao mesmo tempo, difíceis de transpor, quando se trata de desenvolver a cooperação nos assentamentos rurais. (SCOPINHO, 2007, p. 08).

Vale lembrar o que afirmou Galjart (1976):

Também em outros países latino-americanos, parece possível explicar a falta de cooperação nas relações sociais entre agricultores em termos de patronagem. A busca de patronagem é bem sabida ser a herança de uma estrutura social feudal ou semifeudal. Mesmo quando a dependência objetiva tenha diminuído ou desaparecido, um sentimento de dependência pode sobreviver em uma cultura e ser transferido a uma nova geração (GALJART, 1976, p.64, ROSEN, 1962).

Como tratado por Ferreira *et al.* (2009, p.17):

Além disso, os produtores familiares foram avaliados como indivíduos que não possuem espírito empreendedor, ou seja, são poucos os produtores que se arriscam a participar da organização de uma associação ou cooperativa, enquanto a maioria espera a concretização dos resultados, para posteriormente se tornarem membros.

Leal et al.

A participação dentro de um grupo associativo é diferente, nem todos se envolvem com as propostas apresentadas, uma vez que cada pessoa possui sua forma de atuar, entender e agir sobre as mais diversas situações: “os produtores familiares resistem às práticas associativistas e que a organização só faz sentido para eles se houver benefícios imediatos que envolvam retornos financeiros (FERREIRA *et al.*, 2009, p.22).

Na formação das associações rurais, a mobilização do grupo se dá de maneira diferenciada, o que é uma característica das organizações sociais, como Neves (2013) destaca:

O fundamento dessa ação coletiva tem sido a adesão a certa visão de mudança do lugar social que determinados atores devem alcançar na sociedade. Este alcance está condicionado à capacidade de agregação dos agentes voltados à mobilização necessária à mudança da posição em que se encontrem. Por isso, o princípio de pertencimento, fundamental ao jargão (instituído em crença inquestionável) unidos venceremos passa a ser fundamental para o funcionamento das organizações associativas. A legitimidade dos agricultores para realizar tais mudanças se baseia em sua integração à cultura da associação. Em consequência, espera-se que os associados se submetam a uma conversão de sentido sociocultural e a ritos de integração e de participação, em momentos chaves da vida associativa (NEVES, 2013, p.06).

Porém o estabelecimento de uma organização social no meio rural não representa uma condição permanente, diante de vários aspectos que envolvem essa formação. Assim a adesão às políticas públicas apresentadas, que se pautem nas formações associativas como critérios de participação em suas propostas, tratam-se de condições compensatórias à racionalidade econômica:

Entretanto, a criação das associações responde a uma necessidade precípua das formas de ação do Estado. Os gestores estatais, num processo de mudanças sociais publicamente reconhecidas e estimuladas, não dialogam com indivíduos (NEVES, 2013, p.07).

Para os produtores rurais, enfatizado por Da Rocha *et al.* (2018, p. 02). “Para que um projeto coletivo tenha sucesso, implica o envolvimento dos participantes, por vezes desprendida dos interesses individuais”.

Conforme os produtores rurais envolvidos em projetos coletivos propostos representam uma maneira já conhecida de apresentação e de desenvolvimento de ações, estes também se veem submetidos às condições pré-estabelecidas, como apresentado:

Ao apoiar projetos de modernização da agricultura, o Estado acaba

criando também, as condições necessárias à manipulação dos pequenos produtores rurais, reforçando os laços clientelistas existentes entre o poder local e as associações” (COSTA; RIBEIRO 2001, p.03).

Assim, o fato de a agroindústria não ter entrado em funcionamento não passou de um deslumbre, nas palavras do próprio elaborador do Plano de Negócios:

Com a construção desta agroindústria, será possível a redução das despesas, podendo assim aumentar a margem de lucro dos produtores associados. Por fim, a diretoria da (ABAF) e seus associados vislumbram (Sic) nesta oportunidade de negócio conseguirem uma forma de agregar maior valor aos produtos de seus associados, tanto pela simples comercialização de produtos com maior valor agregado como com a redução de custos de produção. (SATURI, 2012, p. 37)

Na verdade, não passou de um *wishful thinking*, como também deixou os associados da ABAFA endividados. E diante da realidade vivenciada pelo produtor rural e de acordo com NEVES (2013, p.27):

Esta proposição de compreensão sociológica permite ressaltar que os grandes problemas colocados para seu funcionamento e reprodução derivam do fato de elas [as associações] existirem diante de movimentos e mobilizações temporárias. E geralmente serem definidas pela instrumentalização dos poderes públicos, pela produção descontínua de ações de utilidade social. Os ideários que motivam a sua recorrente e sucessiva criação, recriação ou fissão, muitas vezes as colocam sob referências antagônicas. Em alguns contextos, dirigentes e associados passam a se debater diante de questões diferenciadas, num território delimitado, sem, contudo, alcançar capacidade de criar ou articular novas referências e alianças

A participação de organizações coletivas, como uma exigência, evidenciava tratar-se de um associativismo não espontâneo, entendendo que o produtor rural se encontrava “[...] interessado apenas nos benefícios de se associar e não de se organizar para atingir objetivos comuns, dificultando o funcionamento das associações, as quais acabam não tendo identidades próprias” (HESPANHOL, 2016, p. 223).

O assentamento Nossa Terra, assim como muitos outros, criou a Associação ABAFA sendo beneficiário de inúmeras iniciativas e propostas ao longo de sua existência, sendo este seu principal objetivo, os benefícios, sem a preocupação de promover o fortalecimento estrutural da ABAFA a fim de justificar suas ações, para fazer valer sua existência.

Material e método

Analisar o “Plano de negócios referente à implantação de uma agroindústria para produtos minimamente processados em Batatais” é de fundamental importância na busca de explicações do porquê um projeto, considerado inovador, que contou com recursos financeiros significativos e considerado de elevado alcance econômico, social e ambiental jamais entrou em funcionamento

Tratou-se de um estudo de caso com o levantamento de documentos oficiais e não oficiais, artigos de revistas acadêmicas e de divulgação, jornais, livros, teses e dissertações a respeito do PDSR II acesso ao mercado. O Plano de Negócio, instrumento elaborado para o acesso ao PDSR, bem como aos recursos, mereceu atenção especial.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a fim de que fosse possível a obtenção de informações sobre o desenvolvimento da proposta do empreendimento implantado. Para tanto foi elaborada uma lista de associados com maior envolvimento no processo ao longo do tempo de realização do PDRS microbacias II, como o presidente e vice-presidente da associação ABAFA e um membro associado participante da comissão de compras do projeto da agroindústria; de técnicos das instituições diretamente envolvidas com o assentamento, o CDRS e o ITESP. Esta seleção foi feita baseada em estudo e leitura sobre o desenvolvimento de uma pesquisa com a metodologia de estudo de caso (GIL, 2009), sobre entrevistas. O Autor dá ênfase ao critério sempre teórico, nunca estatístico, não sendo estabelecida uma quantidade de entrevistas, admitindo que esta pode variar conforme o objetivo da pesquisa.

Com referência à seleção dos entrevistados o mesmo Autor sugere: “Não se deve entrevistar ao acaso e qualquer um. Interessa localizar pessoas capazes de proporcionar respostas às questões definidas no protocolo.” (GIL, 2009. p. 66).

Ainda, segundo o mesmo autor: “É necessário selecionar pessoas que estejam articuladas cultural e sensitivamente com o grupo ou organização” Como também aceitar que “que pode ser interessante, em muitas situações, selecionar pessoas que pela quantidade de informações a respeito do grupo ou organização, possam ser consideradas informantes chaves.” (GIL, 2009, p. 66).

Com isso, talvez possa ser justificado porque não foi possível a realização das entrevistas com o vice-presidente da ABAFA, na época do projeto em desenvolvimento e, da mesma forma, com o técnico do ITESP. Este, apesar de ter sido contatado sobre a pesquisa, nunca apresentou o retorno das perguntas, já que uma das tentativas de participação deste técnico se deu via e-mail.

A limitação na realização de outras entrevistas se deveu exclusivamente pelo fato de que esta fase da pesquisa havia sido programada para ser iniciada entre março e abril de 2020. Infelizmente fomos surpreendidos pela ocorrência da pandemia da Covid-19.

Com os dois associados entrevistados, estas foram realizadas entre os

meses de agosto e setembro de 2020. Período em que os contatos com o vice-presidente da ABAFA também foram feitos, sem sucesso, pois a entrevista era marcada, fato que ocorreu mais de uma vez. Porém, o associado não comparecia, ou não era encontrado no local marcado.

A entrevista com o técnico do CDRS realizada no mês de janeiro de 2021, via email, pelo mesmo motivo relatado sobre a pandemia. A resposta do técnico do CDRS/Batatais foi pronta e objetiva. O técnico ITESP Jamais respondeu, mesmo diante de várias tentativas.

Situações onde os entrevistados envolvidos preferem não participar, mas não declaram, apenas causam empecilhos, é considerado por Gil (2009, p.67) como:

(1)A posição do entrevistado, que, tanto por ser alta ou baixa, pode conduzir a algum tipo de constrangimento;(2) a percepção de que a pesquisa pode provocar efeitos na vida do pesquisado;(3) desconfiança em relação aos propósitos da pesquisa; e (4) sensação da irrelevância ou ilegitimidade do pesquisado para proporcionar informações.

A entrevista com o técnico do ITESP, responsável pelo Assentamento, teria a intenção de obter informações de como foram elaboradas e desenvolvidas as ações para mudar a assistência técnica tradicional, marcadamente individualizada, para ações objetivando a participação dos associados, como recomendava o Banco Mundial, o outro financiador do Projeto. A entrevista com o técnico do CDRS responsável pela apresentação e acompanhamento do projeto até sua inauguração, teve a finalidade de obter informações que pudessem apontar possíveis conflitos de interesses ou de apoio de grupos locais em relação ao projeto. Assim como a participação dos assentados durante o desenvolvimento do projeto em suas várias fases, acesso e participação nas capacitações oferecidas, possíveis restrições detectadas ao longo do desenvolvimento do projeto.

Discussões e resultados

O Plano de Negócios foi o documento contratado pela ABAFA para ser apresentado e aprovado pela referida Associação e, como tal, foi “apresentado à CATI- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, como exigência para a obtenção de recursos provenientes PDSR-Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável-Microbacias II-Acesso ao Mercado”, tendo sido aprovado pela mesma Coordenadoria.

Explicitamente, é um “Plano de Negócios Referente à Implantação de Agroindústria para Produtos Minimamente Processados em Batatais” (SATURI, 2012).

O que não garantiu, até a presente data, o desenvolvimento do projeto, em meio a realidade vivenciada pelo grupo de produtores envolvidos. Com várias

Leal et al.

inconsistências constatadas, principalmente a partir da inauguração do projeto.

Nesse sentido, no lugar de ser incentivada a busca de interesses convergentes para garantir o andamento do empreendimento inaugurado, as divergências e conflitos de interesse se acentuaram. Na verdade, eles já faziam parte do cotidiano dos associados da ABAFA, mas foram negligenciados no Plano de Negócios. Uma vez que a responsabilidade no gerenciamento do empreendimento deveria se concentrar na diretoria da associação. Mas, como desconsiderar a presença e a participação de um membro da diretoria da Associação ao desenvolver atividades com objetivos exatamente opostos ao do projeto?

O Plano de Negócios elaborado projetava um mercado consumidor promissor para produtos minimamente processados, o que poderia significar condições propícias para o estabelecimento do trabalho do grupo. Entretanto, o plano não apresentou evidências suficientes para confirmar esse “mercado consumidor promissor”. Vale lembrar que por ocasião da apresentação do programa, em 2012, esse tipo de produto minimamente processado representava uma inovação no mercado, mas foi perdendo sua significância diante de tantas outras empresas que se estabeleceram no ramo nesse período. Além da preferência declarada por instituições consumidoras, por produtos *in natura*, e não processados. Argumento apresentado pelas instituições que a princípio poderiam representar um bom canal de escoamento dos produtos, na possibilidade de participação em licitações públicas para o fornecimento de hortaliças. Instituições como hospitais, prefeituras da região, potenciais consumidores como estabelecido no Plano de Negócio, quando consultadas sobre seu interesse por este tipo de produto agrícola, alegaram que por possuírem uma estrutura de mão de obra já estabelecida, ou seja, auxiliares de cozinha, ajudantes, entre outros, não se desvinculariam desses funcionários. A aquisição de vegetais minimamente processados deixaria ociosos muitos colaboradores das equipes de trabalho. Neste caso, a característica de um produto já descascado, picado ou ralado, não expressaria realidade enfaticamente ressaltada no Plano de Negócio encampado pela ABAFA.

O mais desalentador foi não considerar os possíveis riscos ou condições adversas a serem enfrentadas para o funcionamento da agroindústria, como a existência de uma concorrência direta.

O próprio plano reconhecia que os produtores já escoavam sua produção em canais de vendas definidos nas suas modalidades tradicionais: fornecimento de produtos para a merenda escolar, venda direta local e o mais importante: a comercialização dos produtos dos associados e demais assentados por um membro da associação.

O Plano de Negócios é omissivo em abordar a questão da comercialização no que ela tem de fundamental: a presença de atravessador que é ao mesmo tempo membro da diretoria.

Razão mais do que suficiente para avaliar a "...implantação de uma agroindústria para produtos minimamente processados em Batatais", contida no título do Plano de Negócios. O que, de qualquer forma, implicaria na necessidade de se aumentar a produção dos associados e demais assentados para garantir o funcionamento da agroindústria o que seria traduzido em mais trabalho.

Mais uma vez, o estudo realizado para a elaboração do Plano de Negócios não considerou como essencial saber quem eram esses associados da ABAFA e demais assentados. Tivesse assim procedido, saberiam que os produtores do assentamento Nossa Terra, não contam com mão de obra externa contratada para as lides dos lotes, a não ser a familiar, de modo que um aumento de produção exigiria mais horas trabalhadas. E então, não só para o elaborador do Plano de Negócios, como para todos aqueles que ainda insistem na abundância da mão de obra familiar nessas unidades produtivas, a realidade diria: muitos já se apresentam na condição de beneficiados do INSS, ou seja, aposentados, que não buscam mais desafios dessa natureza para seus dias. Para a condução do empreendimento descrito representaria uma quebra produtiva, diretamente ligada ao planejamento executivo do negócio, mas desconsiderado.

Não foram estabelecidas diretrizes no referido plano de negócios, que pudessem ser seguidas após a inauguração da agroindústria, de acordo com relatos que contribuíram para a pesquisa. No decorrer da condução do projeto, muitas despesas foram sendo necessárias para a conclusão do empreendimento, que não compunham o projeto original. Ou seja, a verba do PDRS Microbacias II, já definida na aprovação da proposta de negócio, não garantia determinados gastos, não previstos no orçamento do projeto inicial. Assim, os associados ao ter que assumirem esses gastos na fase de finalização do projeto, sentiram-se ao longo desta fase fragilizados financeiramente. O que também contribuiu para um sentimento de desconfianças e descrédito no grupo, já que nem todos cumpriram com a participação no pagamento estipulado.

No caso estudado um Plano de Negócio que a princípio representou o ingresso para a participação em uma proposta de política pública, que oferecia uma mudança, uma transformação, possibilidade de progresso, mas que de fato não se consolidou.

Conclusão

O Plano de Negócio apresentado pela ABAFA para participação no Microbacias II é uma narrativa que esteve longe de representar a realidade complexa do Assentamento Nossa Terra. Ele é mais um exemplo do resultado de acordos firmados entre instituições financeiras internacionais e entidades públicas brasileiras. É quando, para ter acesso a esses fundos internacionais, os burocratas das agências se curvam às exigências dessas agências financeiras, como é caso do Microbacia II – acesso ao mercado. A participação no citado projeto esteve condicionada a necessária existência de uma associação ou

cooperativa previamente constituída no assentamento. Não importava a sua origem, criada que foi quando da formação do assentamento Nossa Terra. Agora, a exigência era aceitar a agroindústria. Para tanto, mais uma exigência: ter um Plano de Negócios, obtido por meio de contrato firmado com um assessor do SEBRAE. Em assembleia com 22 associados (o Nossa Terra contava com 30 assentados, cada um com posse e uso de 3,5 hectares) o Plano de Negócios foi aprovado.

Um dos “possíveis motivos do insucesso” está na própria ABAFA: pois 4 desses associados não aprovaram a proposta, por não estarem dispostos a assumir os riscos do investimento, bem como arcarem com a contrapartida da Associação, onde cada associado teve sua responsabilidade, conforme registro em ata de Assembleia Geral. Com isso dos 22 associados que aprovaram a iniciativa, passaram a 18 associados, com a desistência de 4 associados e ainda em determinada fase do projeto mais 2 associados optaram em não mais fazer parte da proposta, sendo assim atualmente a associação conta com 16 associados cadastrados.

Como não aceitar essa recusa senão como uma advertência de insucesso futuro do plano. E que a imposição da existência previa de uma associação como necessária, não foi suficiente para o desenvolvimento do projeto que, aliás, observou todas as outras exigências da instituição financeira internacional.

Outro motivo do insucesso está ligado as formas de comercialização da produção dos assentados. O CEASA do município de Ribeirão Preto consumia 60% da produção total dos assentados da ABAFA, e estes recebiam o valor do fornecimento de produto in natura, tendo gastos também com o atravessador. Atravessador que é membro da ABAFA. Aqui se localiza, muito provavelmente, a principal fonte geradora de conflitos de interesses: de um lado a pretensão do projeto quanto à implantação de uma agroindústria para produtos minimamente processados a serem fornecidos pelos associados e, de outro lado, a comercialização praticada por um atravessador/associado que iria disputar os mesmos produtos dos seus companheiros associados. Atividade exercida por ele desde antes da montagem da agroindústria no assentamento, dispendo de uma banca no CEASA de Ribeirão Preto.

Uma política pública como o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II- Acesso ao Mercado, ao estabelecer como condição necessária a existência de uma associação ou cooperativa previamente constituída, trouxe à tona inúmeras fragilidades já existentes em um grupo de fato já constituído, mas com limitações significativas, capazes de comprometer, como comprometeu até hoje a operação da agroindústria.

O incentivo à constituição de organizações sociais, como alternativa de promover ações ao setor agropecuário, não necessariamente garante o desenvolvimento aos produtores rurais ou às instituições associativas as quais possam estar inseridos. A decisão pela adesão aos projetos propostos

vincula-se muito mais ao interesse em não ser perdida a oportunidade da obtenção de benefícios. Decisão bastante relacionada àquela de ser integrante de uma organização social, ou seja, o vínculo conveniente e apropriado para possibilidade de se garantir o proveito do bem ou benefício oferecido. Aliás, como ocorreu em relação à criação da própria ABAFA.

Esta associação foi criada por aconselhamento e determinação de pessoas que orientaram os assentados de que com a existência de uma associação estes receberiam mais suporte, benefícios e acesso às condições que poderiam ser favoráveis ao grupo. Foi o que aconteceu tão logo se beneficiaram da ocupação dos lotes e desta forma a associação rural foi mantida até o presente. Mas durante sua existência não se desenvolveram vínculos concretos, não se observou união, construção coletiva ou parâmetros que os definissem como um grupo de trabalho.

No caso estudado os assentados tinham um sonho, que foi concretizado com a posse do lote. São trabalhadores que durante muito tempo de suas vidas se dedicaram ao trabalho no campo, e ainda o realizam. Porém de maneira diferente, já que entre os 16 associados (grupo constituído) 44 % se-encontravam na condição de aposentados, buscando outros referenciais de vida, além do trabalho. Como dito por um dos entrevistados: “O sonho era ter o “pedacinho de terra”. Atualmente desfrutam de “seu” lote, e ainda possuem uma renda proveniente do INSS, o que para eles já representa conquista ao longo de uma história de vida.

Enfim, a condição de existir previamente uma associação de produtores no Assentamento NOSSA TERRA para aprovação do projeto de “Implantação de Agroindústria para Produtos Minimamente Processados” pode ter sido considerada uma condição necessária, mas não suficiente para o êxito da empresa (Sic) que ali se constituiu, porém inoperante até o momento.

Referências

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS(APTA)- **Programa de Microbacias completa 20 anos em SP e busca enfoque sócio-ambiental**, 2007. Disponível em: <http://www.apta.sp.gov.br/noticias/programa-de-microbacias-completa-20-anos-em-sp-e-busca-enfoque-scio-ambiental>-Acesso em: 09 de jul. de 2019.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, Mar 2017, vol.18, no.1, p.3-15. ISSN 1518-7012. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/607>. Acesso em: 29 de mar. De 2020. doi:[http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01)).

BRASIL. Decreto nº 94.076, de 05 de março de 1987. Institui o Programa Na-

cional de Microbacias Hidrográficas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 6/3/1987, Página 3159. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 08 de jul. de 2019.

BRASIL. Decreto nº 27.329 de 03 de setembro de 1987. Regulamenta o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e da outras providências. Governo do estado de São Paulo. São Paulo, SP, 03 de setembro de 1987. **Diário Oficial da União** Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/190058/decreto-27329-87>. Acesso em julho de 2019.

BRUNELLI JÚNIOR, J.; VIGANÓ, V. A.; BAPTISTELLA, C. A.; NELI, V. L. P.; NOGUEIRA, A. M. A Sistemática de execução de Planos de Negócios de Organizações de Produtores Rurais financiados pelo Projeto Microbacias II: Como garantir agilidade, adequação e qualidade no uso de recursos – X Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2017, Brasília, **Anais [...]**. Brasília, 2017.

BRUNELLI JÚNIOR, João. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado. **Casa da Agricultura**, Ano 16, v.2, 2013. Disponível em : https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/14/Revista-CA_MicrobaciasII_Ano16_n2.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

BRUNELLI JÚNIOR, João. Microbacias acesso ao mercado: a transformação da agricultura paulista. **Casa da Agricultura**, Ano 21, v.3, 2018. Disponível em : https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/33/RevistaCasadaAgricultura_Janeiro_2019.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - MICROBACIAS II - Acesso ao Mercado**. Disponível em: <http://www.cdrs.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio>. Acesso em: 13 de jan. de 2020.

COSTA, A.A.A.; RIBEIRO, T.C.A. O Associativismo no Meio Rural Brasileiro: Contradições e Perspectivas. XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Recife, 2001.

DA ROCHA, P. M. R.; DOLABENETA, C.; FAVERO, E.; ROJO, C. A. O Associativismo Rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da comunidade de Santa Luzia/Jesuítas (PR). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 07-28, 2018.

ESTEVAM, D. O.; SALVARO, G. I. J.; SANTOS, V. J. D. Os desafios da inserção formal de produtos da agricultura familiar no mercado. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n.1, p.262-281, jan.2018. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11176>. Acesso em 11 abr. 2020.

FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C.. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 3, p. 769-792, 2009.

FUNDAÇÃO ITESP. **Para manter abastecimento, Itesp prioriza trabalho essencial dos produtores rurais**, 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/para-manter-abastecimento-itesp-prioriza-trabalho-essencial-dos-produtores-rurais/>. Acesso em 21 de out. 2020.w

GALJART, Benno Franciscus. **Itaguai: old habits and new practices in a Brazilian land settlement**. Wageningen, Pudoc, 1968.

GALJART, B. Difusão cultural, modernização e desenvolvimento, In SMMRE-CÁNIY, T.; QUEDA, O., (Orgs). São Paulo: Editora Nacional, 2ª ed., 1976.

GAMEIRO, M.B.P. Discursos e sentidos do desenvolvimento rural sustentável numa política financiada pelo Banco Mundial. **Ruras**, [S.l.], p. 1-12, 2014.

GIL, A.C. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUADAGNI, Maurizio. O PODER DO TRABALHO COLETIVO da produção aos mercados. **Casa da Agricultura**, Ano 21, v.3, 2018. Disponível em: https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/33/RevistaCasadaAgricultura_Janeiro_2019.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

HESPAÑHOL, A.N. O programa de Microbacias Hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo – Brasil. In: **Anais da jornada de estudos agrários y agroindustriales, Facultad de Ciencias Económicas**, UBA, Buenos Aires, 2005.

HESPAÑHOL, A.N. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: os mercados institucionais de alimentos e os programas de microbacias**- Curitiba: Editora CRV, 244p. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário -2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

LAZZAROTTO, J. J. Associativismo Rural e a sua Viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: **Anais... XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD**. Salvador. 2002.

MORAES, M. C. A organização rural na perspectiva do Projeto Microbacias

Leal et al.

II, **Casa da Agricultura**, Ano 16, v.2, 2013. Disponível em: https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/14/RevistaCA_MicrobaciasII_Ano16_n2.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

NAGATA, M. K. **Caracterização econômica de planos de negócios: um estudo de caso FZEA/USP**. 2018.66p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Inovação na Indústria Animal) mestrado. Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos - Universidade de São Paulo, Pirassununga, 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v52n2/O2.pdf> . Acesso em 02 de fev. de 2021.

NEVES, D. P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 15-42, 2013.

NEVES NETO, C. D. C.; HESPANHOL, A. N. A atuação do estado brasileiro no processo de modernização agrícola e a incorporação do conceito de microbacias hidrográficas nas políticas públicas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 31, n. 1, p. 94-109, 2009.

NEVES NETO, C. C. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese – Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105080>. Acesso em: 31 de mai. de 2020.

PINHEIRO, C. Um pouco de história: sustentabilidade na pauta das Microbacias. **Casa da Agricultura**, Ano 16, v.2, 2013. Disponível em: https://www.cdrs.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/14/RevistaCA_MicrobaciasII_Ano16_n2.pdf. Acesso em: 18 de abr. de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Para manter abastecimento, Itesp prioriza trabalho essencial dos produtores rurais**. Do Portal do Governo, 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/para-manter-abastecimento-itesp-prioriza-trabalho-essencial-dos-produtores-rurais/>. Acesso em 21 de abr, de 2021.

RYFF, T. Microbacias hidrográficas: um novo conceito de desenvolvimento rural. **Agroanalysis**, v.15, n°5, p. 8-11, 1997.

ROSA, C. Z. P. **Por que os Planos de Negócio Falham?** Uma Análise Exploratória dos Fatores Críticos. São Paulo: FGV-EAESP, p.117, 2004.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Retratos de uma transformação ambiental, econômica e social – Ações desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas 2000 - 2008**. Campinas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 56.449, de 29 de novembro de 2010**. Institui o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável-Microbacias II, São Paulo, nov 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-29.11.2010.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. **Manual Operacional**, São Paulo, 2010a.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. **Anexo25**: Subcomponente 2.3 – Sustentabilidade Ambiental Atividade: Subprojetos Ambientais, São Paulo, 2010b.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. Manual Operacional**, São Paulo, 2012.

SATURI, M. M. Plano de Negócio elaborado para a Associação ABAFA. *In: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado*, 2012.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.

WAGNER, D.; GEHLEN, I. A Inserção da Agricultura Familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. **Tempo da Ciência**, [S.l.], p. 43-54, ago. 2015. ISSN 1981-4798. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/12639>. Acesso em: 29 mar. 2020.



Percepção ambiental e uso do solo em assentamento rural no bioma mata atlântica, região do Caparaó/ES

Bruna Aparecida Marcatti¹
Diego Lang Burak²
Raul Silva Oliveira³
Eduardo de Sá Mendonça⁴

Resumo: Com a hipótese de que a base do conhecimento etnopedológico do assentamento rural Florestan Fernandes apresenta potencial para estratificação de ambientes com uso e manejo sustentáveis, o presente trabalho objetivou avaliar tal conhecimento e sua forma de percepção ambiental, quantificando-o com auxílio de análises multivariadas, levando em consideração atributos do solo, relevo e tipo de uso no assentamento rural Florestan Fernandes. Os assentados reconhecem cinco classes etnopedológicas: Aréola, Terra de lavoura, Terra Pedra Arruana, Terra Poenta, Massapé e Terra de Mata. Com auxílio da estatística multivariada, identificou-se a maior relação dos atributos químicos com algumas classes etnopedológicas, sendo atributos da matéria orgânica melhor relacionados com o tipo de uso do solo. Solos sob caféiros (agroecológico e convencional) obtiveram maiores teores de carbono contrapondo com os menores teores nas pastagens. A Terra Pedra Arruana e Aréola apresentam melhor relação com a morfologia do solo (cor e textura), sendo a Aréola mais bem relacionada com a percepção do relevo. As classes etnopedológicas Aréola, Terra Pedra Arruana e Terra Poenta são melhor consolidadas com melhor percepção ambiental pelos assentados segundo resultados da estatística multivariada.

Palavras-chave: Etnopedologia; Uso do solo; Agricultura sustentável; Análise Multivariada.

Environmental perception and land use in rural settlement in the atlantic forest biome, caparaó region, ES

Abstract: In this work we test the hypothesis that the ethnopedological knowledge of the rural settlement Florestan Fernandes presents a potential for pedoenvironmental stratification for its use and management. For that, the present study aimed to evaluate such knowledge and its form of perception in the environment, quantifying them by the multivariate analysis using soil attributes, relief and type of use of the Florestan Fernandes. The settlers divided five ethnopedological classes: Aréola, Terra de lavoura, Terra Pedra Arruana, Terra Poenta, Massapé and Terra de Mata. Assisted by multivariate statistics, we found better relationship between chemical attributes and some ethnopedological classes and the organic matter attributes had better relationship to land use. Soils under coffee plants (agroecological and conventional) we observed higher levels of carbon contrasting with the lower levels in pastures. Terra Pedra Arruana and Aréola have a better relationship with the soil morphology (color and texture), the Aréola classes is better related to relief. The ethnopedological classes Aréola, Terra Pedra Arruana and Terra Poenta are consolidated and the settlers have better environmental perception of this class as observed by multivariate statistics.

Keywords: Ethnopedology; Soil use; Sustainable Agriculture; Multivariate Analysis; Seated Rural.

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG-UFES). E-mail: brunaapmarcatti@gmail.com

²Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPV-UFES).

³Professora Doutora da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

⁴Professor PhD do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPV-UFES).

Introdução

O Brasil conta com um total de 9374 assentamentos rurais que atendem a 972.289 famílias (INCRA, 2017). Comumente, o conhecimento popular e etnociência é disseminado nos assentamentos em diferentes formas e graus (BRACAGIOLI NETO et al., 2019). Os assentados e os produtores rurais sistematizam conhecimentos locais em relação ao solo e outros fatores ambientais a partir da sua percepção ambiental, trajetória de vida, raízes culturais, condicionantes socioambientais, grau de desenvolvimento, experimentação e uso da terra (ARAÚJO et al., 2013; FINATO et al., 2015), formando a base da etnopedologia, instrumento importante nas avaliações sobre a qualidade dos solos e seu uso (ARAÚJO et al., 2013). Tais conhecimentos etnopedológicos facilitam a estratificação de ambientes com base nas características naturais e facilmente observáveis pelos agricultores, separando zonas homogêneas de forma eficiente e a baixo custo que demandam manejo semelhante (FREITAS et al., 2015).

A consolidação desse conhecimento depende da difusão das visões emicista e eticista, ou seja, analisar a relação entre o conhecimento popular e o científico formal (HARRIS, 2007), facilitando a relação pesquisa e extensão a partir de diagnósticos e planejamentos participativos (FINATO et al., 2015). Buthelezi-Dube et al. (2018) estudaram solos indígenas em comunidades étnicas Zulu e Xhosa, no leste da África do Sul, e perceberam a forte relação do conhecimento popular (abordagem emicista) com o conhecimento científico formal das diferentes classes de solos (abordagem eticista). Esses dois conhecimentos foram fortemente relacionados em trabalhos realizados por Yageta et al. (2019), com agricultores do Condado de Kitui no Quênia.

Na relação entre conhecimento etnopedológico e conhecimento científico formal, a análise estatística multivariada mostra-se eficiente na integração e quantificação desses conjuntos de dados em pesquisas etnopedológicas (QUEIROZ; NORTON, 1992; ALVES; AZEVEDO, 2012). Kamiyama et al. (2010) usaram a estatística multivariada para analisar a percepção ambiental dos agricultores convencionais e orgânicos quanto a práticas de conservação do solo e geraram índices para diversidade e percepção ambiental. Trung et al. (2008), utilizando análise multivariada para estudar o conhecimento etnopedológico dos indígenas do povoado de Bo, na província do Hoa Binh, identificaram seis tipos de solos e nove indicadores de qualidade que apresentaram concordância com os critérios científicos.

Com a hipótese de que a base do conhecimento etnopedológico do assentamento rural Florestan Fernandes apresenta potencial para estratificação de solos semelhantes para seu uso e manejo, o presente trabalho objetivou avaliar tal conhecimento e sua forma de percepção ambiental, quantificando-os com auxílio de análises multivariadas, levando em consideração atributos do solo, relevo e tipo de uso do assentamento rural, localizado na região do

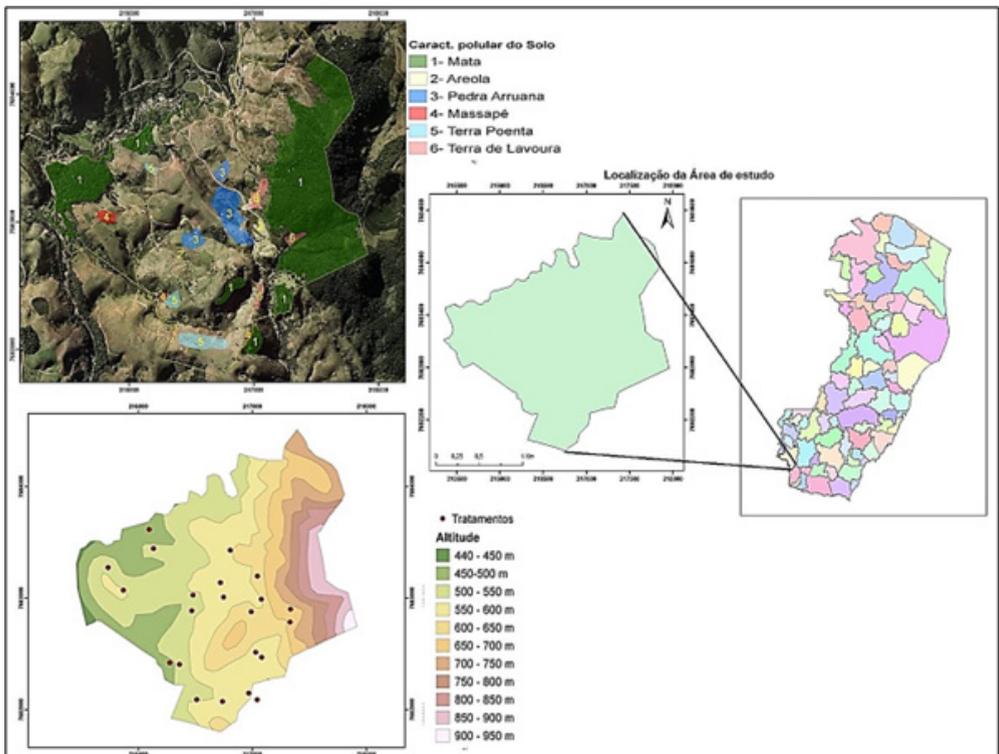
Caparaó, Estado do Espírito Santo.

Materiais e métodos

Área de estudo e aspectos sociais

A área de estudo compreende uma região de Mata Atlântica: assentamento Florestan Fernandes (Figura 1), no município de Guaçuí, macroregião do Caparaó, Estado do Espírito Santo, entre as coordenadas latitude $20^{\circ} 46' 32''\text{S}$ e longitude $41^{\circ} 40' 46''$. A classificação climática é do tipo Cwa - mesotérmico com inverno seco, verão quente e temperatura média de 20°C . A classe de solo predominante é a dos Latossolos Vermelho-Amarelo de fertilidade variando entre média e baixa (INCAPER, 2011).

Figura 1 - Localização da área de estudo, pontos de amostragem de coleta de solos a partir da estratificação dos solos no assentamento Florestan Fernandes, no bioma Mata Atlântica, região do Caparaó, ES.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O assentamento de 34 famílias iniciou-se em 2003, totalizando 122 pessoas redistribuídas numa área de 11,17 ha/família. As regiões de origem das famílias são diversificadas: 88% do sul do Espírito Santo e os demais de Minas Gerais,

São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre o total de assentados, 88% são originários da zona rural e 12% da urbana. Ademais, 57,3% são do sexo masculino, 42,7% do sexo feminino e ambos apresentam 35% entre 41 e 60 anos de idade. Quanto as atividades agrícolas, 70 % concentram-se na produção de café Conilon (*Coffea canephora*) e Arábica (*Coffea arábica*).

Estratificação Participativa

Realizou-se a estratificação ambiental participativa com um grupo representativo do assentamento, composto por nove famílias (aproximadamente 18 pessoas) denominado "Grupo da terra". Croquis preliminares foram desenhados, a partir de dinâmicas de grupo e entrevistas semi-estruturadas, e associados com características de cada ambiente, gerando uma estratificação participativa embasada na teoria geossistêmica. Buscou-se integrar fatores como: relevo; tipos de solos; cultivos; práticas de manejo; uso e cobertura vegetal, integrando no contexto as áreas de preservação permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) e os recursos hídricos. Em seguida, foram feitas "Caminhadas Transversais", identificando diferentes ambientes que compõem o assentamento e a relação com o uso dos solos. Nessa etapa, foi explorada a percepção de cada ambiente, enfatizando suas limitações e potencialidades ao considerar "perguntas-chave" para avaliar a forma de percepção e organização do grau de importância dos fatores abordados. O "Grupo da terra" reconhece fatores como relevo; compactação (facilidade ou dificuldade em relação ao manejo), estrutura e consistência (agregação do solo, pegajosidade e friabilidade) e cor, segundo terminologias utilizadas pelos assentados (Tabela 1).

Tabela 1 - Classificação etnopedológica, relação com atributos do solo e forma de relevo segundo a percepção dos assentados do assentamento Florestan Fernandes.

Classificação Etnopedológica	Posição na paisagem	Compactação	Textura/ estrutura	Cor
Areola	Baixada	Terra macia e mais fácil de "capinar"	Terra mais "argenta"	Cor seca de "cimento"
Terra de Lavoura	Barriga do Morro	Terra "mais firme"	"grumosa"	Vermelha-amarelada
Terra Pedra Arruana	Barriga do Morro	Muito dura, com pedras. Raízes penetram com dificuldade	Pedregosidade	Cor de tijolo-amarela
Terra Poenta	Baixada seca/ Barriga do Morro	Solo muito solto	Terra lavada; desmancha na mão.	Amarelo-clara
Massapé	Barriga do Morro	Melhor de se "capinar" quando úmido muito duro quando seca	Terra que "gruda" no pé	Marrom-avermelhada
Terra de mata	Topo do Morro	Muito solto e macio	Terra fofa com muita raiz	Preta ou cor de "borra de café"

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estratificaram-se os solos do assentamento em 6 classes etnopedológicas onde foram coletadas as amostras (Tabela 2).

Tabela 2 - Tipos de uso, manejo representativo e classes etnopedológicas das áreas estudadas no assentamento Florestan Fernandes.

Id ⁽¹⁾	Uso atual	Manejo	Categorias etnopedológicas	Aptidão Agrícola
Mat	APP	Mata /Preservação	Terra de Mata	1 A(b)
Mat	APP	Mata /Preservação	Terra de Mata	3 (a)
Mat	APP	Mata /Preservação	Terra de Mata	1 Ab(c)
Mat	APP	Mata /Preservação	Terra de Mata	3 (a)
Mat	APP	Mata /Preservação	Terra de Mata	2 ab(c)
CafAGRO	Café/milho/feijão	Transição agroecológica	Terra Pedra Arruana	2 ab(c)
CafAGRO	Café/banana/abacaxi/ laranja	Transição agroecológica	Massapé	2 a(b)
CafAGRO	Café/banana/manga	Transição agroecológica	Terra de Lavoura	2 ab(c)
CafAGRO	Café/banana/mamão	Transição agroecológica	Terra de Lavoura	1 Ab(c)
CafCONV	Café	Convencional	Terra Pedra Arruana	2 ab(c)
CafCONV	Café	Convencional	Terra Pedra Arruana	3 (a)
CafCONV	Café	Convencional	Massapé	1 Abc
CafCONV	Café	Convencional	Terra de Lavoura	3 (a)
CafCONV	Café	Convencional	Terra de Lavoura	2 ab(c)
DiversAGRO	Anuais/Olerícolas	Transição agroecológica	Areola	2 ab(c)
DiversAGRO	Anuais/Olerícolas	Transição agroecológica	Areola	3 (a)(b)
DiversAGRO	Anuais/Olerícolas	Transição agroecológica	Terra Pedra Arruana	3 (a)
DiversCONV	Anuais/Olerícolas	Convencional	Terra Pedra Arruana	1 Ab(c)
DiversCONV	Anuais/Olerícolas	Convencional	Areola	3 (a)
DiversCONV	Anuais/Olerícolas	Convencional	Areola	3 (a)
DiversCONV	Anuais/Olerícolas	Convencional	Terra Poenta	3 (a)
DiversCONV	Anuais/Olerícolas	Convencional	Terra Poenta	2 b(c)
Past	Braquiária	Sem manejo	Massapé	3 (a)
Past	Braquiária	Sem manejo	Massapé	3 (a)
Past	Braquiária	Sem manejo	Terra Poenta	2 abc
Past	Braquiária	Sem manejo	Terra Poenta	5 (s)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uso do Solo e Aptidão Agrícola

Os sistemas de cultivo se dividem em: manejo convencional e de transição agroecológica (Tabela 2). Os sistemas de manejo variam com consórcios diversificados e a aplicação de adubos orgânicos e minerais sem recomendações técnicas. Foram sistematizadas as informações e observações a campo, agrupadas e descritas de forma genérica para todos os sistemas de produção conforme conceitos dos assentados em relação aos sistemas de uso do solo,

seguinto as características (Tabela 2): a) Diversificação agrícola com manejo de transição agroecológica (DiversAgro) - culturas anuais e olerícolas, sendo alguns integrados a criação de aves. Os plantios das culturas anuais são realizados em consórcio com adubação orgânica (esterco) e cobertura morta (restos culturais); b) Diversificação agrícola com manejo convencional (DiversConv) - monocultivo de feijão e em consórcio com milho. A adubação de cobertura com sulfato de amônio e capinas manuais com aplicações de herbicidas sintéticos; c) Café (Conilon e Arábica) com manejo de transição Agroecológica - áreas consorciadas com frutíferas (banana, manga, abacaxi, mamão) e anuais (milho e feijão) sem espaçamento definido. Uso da palhada de restos culturais de podas e capinas, além de compostos com esterco bovino. O tempo de cultivo das lavouras varia de 6 a 8 anos, com produtividade média de 10 sacas/ha; d) Café (Conilon e Arábica) convencional com a aplicação anual de calcário e NPK comercial três vezes ao ano. Utiliza-se herbicidas, fungicidas e inseticidas. O tempo das lavouras varia entre 5 a 8 anos; e) Pastagem com capim-braquiária - usado principalmente para o rebanho leiteiro com pastejo sem alimentação suplementar no período chuvoso, sem adubação e calagem.

A avaliação da aptidão agrícola das terras da área de estudo foi efetuada com base no Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras (SAAT), proposto por Ramalho Filho e Beek (1995).

Amostragem de solo

As amostras foram coletadas em locais de maior importância (Tabela 1) com diferentes usos e manejos agrícolas representativos e mata como referência (Tabela 2). Áreas representativas das classes etnopedológicas (50 x 50 m) (Figura 1, Tabela 2) foram georreferenciadas e coletou-se dez amostras simples na profundidade de 0-20 para formação das amostras compostas deformadas retirando nas linhas e entrelinhas quando continham culturas perenes e anuais, e de forma aleatória na pastagem e mata.

Essas amostras foram utilizadas para caracterização dos atributos químicos, granulometria e cor do solo. Na profundidade de 60-80 cm, coletou-se 3 amostras deformadas simples para formação de uma composta. Amostras indeformadas na profundidade de 0-20 cm foram retiradas em 3 locais de cada área com auxílio do amostrador de Uhland para avaliação da densidade do solo, macro, micro e porosidade total.

Atributos do solo

Nas amostras de terra fina seca ao ar (TFSA) analisou-se pH em água, Al^{3+} , Ca^{2+} , Mg^{2+} e Na^+ trocáveis, extraídos com KCl 1 mol L^{-1} , na proporção 1:10, sendo Al^{3+} determinado por titulação com $NaOH$ 0,025 mol L^{-1} , Ca^{2+} e Mg^{2+} por espectrofotômetro de absorção atômica e Na^+ por fotometria de chama; K e P disponíveis por extração com Mehlich-1 (HCl 0,05 mol L^{-1} + H_2SO_4 0,0125

mol L⁻¹), na proporção 1:10; H + Al utilizando Ca(OAc)₂ 0,5 mol L⁻¹, ajustado pH 7,0, na proporção 1:15, titulado com NaOH 0,0606 mol L⁻¹ (TEIXEIRA et al., 2017). O carbono orgânico total (COT) foi determinado por oxidação via úmida (YEOMANS; BREMNER, 1988). O NT do solo foi determinado por meio da destilação em aparelho semicroKjeldahl (MENDONÇA; MATOS, 2005). Foi calculada a relação COT/NT para todas as profundidades.

A granulometria foi determinada através da dispersão química com NaOH 0,1 mol L⁻¹ e agitação lenta (50 rpm) com agitador rotativo tipo Wagner. As frações silte e argila foram determinadas com incremento da coleta adicional da suspensão (Teixeira et al., 2017). A partir das amostras indeformadas coletados com amostrador de Uhland foram determinados: densidade do solo (Ds) e densidade de partícula (Dp). A partir de Ds e Dp, calculou-se os valores de porosidade total (Ptotal) (Teixeira et al., 2017). A Microporosidade (Pmicro) foi determinada utilizando a mesa de tensão com 60 cm de coluna de água (potencial equivalente a -0,006 MPa). A macroporosidade foi obtida pela diferença entre a porosidade total e a microporosidade (TEIXEIRA et al., 2017).

A cor do solo foi determinada em amostras secas e úmidas dentro dos padrões encontrados na carta de Munsell. Por meio da cor do solo, foi calculado o índice de avermelhamento (I_{AV}) por meio da expressão $I_{AV} = [(10 - M) \times C] / V$ conforme Torrent e Barrón (1993). As informações da cor foram transformadas em dados quantitativos para análise estatística.

Atributos Geomorfológicos

Para obter o modelo digital de elevação (Figura 1) foi utilizado uma base cartográfica contendo o limite, a drenagem, os mapas de hipsometria obtidos do modelo digital do terreno, SRTM de 30 m. Para quantificação do relevo da área foram determinados a declividade (%), wetness index (adimensional), distância da rede de drenagem (m) pelo cálculo da distância euclidiana, perfil de curvatura ao longo do declive (° m⁻¹), plano de curvatura ao longo da curva de nível (° m⁻¹) calculados de acordo com Moore et al., (1991) e altitude relativa a rede de drenagem (m) obtida pela subtração da altitude mínima de cada base pelos valores de altitude do MDE (Figura 1). Todo o procedimento foi realizado utilizando-se o software Qgis 2.8.9 (SHERMAN et al., 2016).

Análises estatísticas

Com os resultados dos atributos avaliados foram feitas análises descritivas (média, coeficiente de variação, assimetria, curtose e percentil 10 e 90). A distribuição normal foi avaliada e quando não alcançada foram efetuadas transformações logarítmicas para análises de correlação de Pearson e Análise de Fatores (FA), a qual foi feita pelo método dos Componentes Principais (HAIR et al., 2009).

A análise discriminante foi aplicada para avaliar a contribuição dos atributos

do solo na distinção das classes etnopedológicas. Selecionaram-se os de maior importância pelo método de inclusão progressiva passo a passo (*forward stepwise*) avaliando-se pelo critério de Wilks Lambda, utilizando-se um nível de significância de 0,15 para a inclusão dos atributos. Posteriormente geraram-se as funções discriminantes, as quais foram avaliadas pela percentagem de acerto da matriz de classificação. Para classificação das amostras, utilizou-se o escore de corte crítico para amostras com valor de n desiguais (Hair et al., 2009). Foi realizado teste de média ao nível de 5% e 10% (Tukey) para avaliação entre classes etnopedológicas. Todas as análises foram realizadas no programa R (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2016).

Resultados e Discussão

Análise descritiva

Na profundidade de 0-20 cm (Tabela 3), os valores de acidez ativa ($4,83 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$) e acidez potencial ($9,10 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$) apresentaram-se elevados níveis conforme Prezotti et al. (2007). São encontrados; níveis médios de Al, saturação por Al (m%) e soma de bases ($2,39 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$); e níveis baixos de K ($57,69 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$), P ($2,83 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$) e Ca ($1,35 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$) (PREZOTTI et al., (2007). Valores de CTC pH 7 (T) de $11,66 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$ e CTC efetiva (t) de $3,33 \text{ cmol}_c \text{ dm}^{-3}$ indicam níveis alto e médio, respectivamente. A densidade média do solo na profundidade 0-20 cm foi de $1,33 \text{ mg m}^{-3}$. A macroporosidade, apresentaram médias ($0,26 \text{ m}^3 \text{ m}^{-3}$) acima do valor considerado crítico para o desenvolvimento das culturas de $0,10 \text{ dm dm}^{-1}$ (REINERT et al., 2001). Nota-se uma fertilidade média a baixa nas áreas estudadas e propriedade as físicas adequadas ao uso agrícola. A baixa fertilidade média dos solos exige maior aplicação de adubos e corretivos. Tal condições de baixa fertilidade natural do solo é comumente encontrada em assentamentos rurais (MÂNCIO et al., 2013).

Tabela 3 - Análise descritiva dos atributos do solo na profundidade de 0,0-0,2 m e de 60-80 m nas áreas de estudo no assentamento Florestan Fernandes.

Atributos ⁽¹⁾	Média	CV %	Percentil		Skewness	Kurtosis	
			P (10)	P (90)			
pH(H ₂ O)	4.83	11.91	4.06	5.51	0.47	-0.35	
P _{0-20cm}	mg dm ⁻³	2.83	60.62	0.62	4.98	0.78	0.60
K _{0-20cm}	mg dm ⁻³	57.69	83.12	16.00	113.00	2.11	6.01
Ca _{0-20cm}	cmol _c dm ⁻³	1.35	91.81	0.17	2.98	1.41	1.98
Mg _{0-20cm}	cmol _c dm ⁻³	0.89	80.95	0.12	2.05	1.17	1.33
Al _{0-20cm}	cmol _c dm ⁻³	0.94	90.29	0.00	2.15	0.49	-0.99
H+Al _{0-20cm}	cmol _c dm ⁻³	9.10	41.33	4.70	15.26	0.41	-0.29
SB _{0-20cm}	cmol _c dm ⁻³	2.39	83.01	0.39	5.44	1.30	1.79
t _{0-20cm}	cmol _c dm ⁻³	3.33	46.07	1.72	5.44	1.46	3.19
T _{0-20cm}	cmol _c dm ⁻³	11.66	29.28	7.69	16.58	0.04	-0.58
V _{60-80cm}	%	22.17	82.37	2.42	50.32	0.79	-0.41
M _{60-80cm}	%	35.64	92.77	0.00	83.62	0.40	-1.50
COT _{0-20cm}	g kg ⁻¹	42.3	32.7	27.6	61.7	0.590	-0.58
NT _{0-20cm}	g kg ⁻¹	3.1	29.6	2.1	4.5	0.495	-0.39
C/N _{0-20cm}		13.6	20.8	10.1	17.1	1.172	2.69
Areia grossa _{0-20cm}	g kg ⁻¹	216	40	127	360	0.701	-0.026
Areia fina _{0-20cm}	g kg ⁻¹	155	27	103	215	1.126	1.606
Silte _{0-20cm}	g kg ⁻¹	119	35	67	162	0.381	0.019
Argila _{0-20cm}	g kg ⁻¹	510	28	266	678	-0.737	-0.179
DS _{0-20cm}	mg m ⁻³	1.31	11	1.14	1.51	0.140	0.624
PT _{0-20cm}	m ³ m ⁻³	0.49	10	0.42	0.56	0.141	-0.177
Ma _{0-20cm}	m ³ m ⁻³	0.26	57	0.07	0.44	0.104	-1.523
Mi _{0-20cm}	m ³ m ⁻³	0.23	66	0.05	0.42	-0.141	-1.863

(1)P = fósforo assimilável; K= Potássio trocável; Ca = cálcio trocável; Mg=trocável; Al = alumínio trocável; H+Al = Acidez potencial; SB = Soma de bases; t= capacidade de troca catiônica efetiva; T = capacidade de troca catiônica total; ; V = saturação de bases; m = saturação por alumínio ; C = Carbono orgânico Total; N = Nitrogênio total; C/N = relação C:N; DS = densidade do solo; PT = porosidade total, Ma = macroporosidade; Mi = microporosidade;

Fonte: Elaborado pelos autores.

Relação de atributos do solo, classes etnopedológicas e uso

Na Análise de Fatores (Tabela 4) extraiu-se quatro primeiros fatores que explicaram 73,6% da variabilidade total dos dados, com autovalores maiores que 1, suficiente para redução da dimensionalidade dos dados (HAIR et al, 2014). O Fator 1, explicando 32% da variação dos dados, apresentaram maior participação dos atributos Silte/Argila e V% na profundidade de 60-80 cm e Ca,

Mg e K na profundidade de 0-20 cm, visto às maiores cargas fatoriais positivas encontradas, demonstrando a contribuição do silte na fertilidade química do solo. Os atributos $Al_{0-20\text{ cm}}$ e $m_{60-80\text{ cm}}$ apresentaram carga fatorial negativa (Tabela 2).

Tabela 4 - Cargas fatoriais dos atributos do solo do assentamento Florestan Fernandes, autovalores e variância explicada dos fatores após o método ortogonal Varimax

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Comunalidade
Autovalor	6,11	3,74	2,54	1,59	
Variância explicada (%)	32,2	19,7	13,4	8,3	
Variância acumulada (%)	32,2	51,8	65,3	73,6	
PT _{0-20 cm}	-0,19	<u>0,54</u>	0,13	-0,03	0,34
Ma _{0-20 cm}	-0,04	0,14	<u>0,61</u>	<u>-0,55</u>	0,70
ARG _{0-20 cm}	<u>-0,71</u>	0,47	-0,46	-0,03	0,86
P _{0-20 cm}	0,15	0,00	0,72	0,18	0,57
K _{0-20 cm}	<u>0,75</u>	0,34	0,25	0,32	0,83
Ca _{0-20 cm}	<u>0,80</u>	0,27	-0,09	0,40	0,87
Mg _{0-20 cm}	<u>0,62</u>	<u>0,53</u>	-0,13	0,21	0,83
Al _{0-20 cm}	<u>-0,93</u>	0,09	0,19	-0,03	0,90
T _{0-20 cm}	-0,33	<u>0,78</u>	0,33	0,02	0,82
C _{0-20 cm}	-0,11	<u>0,83</u>	0,32	0,16	0,83
N _{0-20 cm}	0,13	<u>0,80</u>	-0,02	0,13	0,67
C/N _{0-20 cm}	-0,40	0,18	<u>0,60</u>	0,05	0,53
V _{60-80 cm}	<u>0,77</u>	0,12	-0,28	-0,09	0,68
IA _{60-80 cm}	-0,02	<u>0,67</u>	-0,31	0,01	0,55
m _{60-80 cm}	<u>-0,87</u>	-0,08	0,11	0,22	0,83
CTCAr _{60-80 cm}	<u>0,50</u>	0,36	0,24	<u>-0,59</u>	0,78
RT - B/A	0,08	-0,41	0,45	<u>0,64</u>	0,78
Silte/Argila _{60-80 cm}	<u>0,86</u>	-0,05	0,12	-0,29	0,84

(I) negrito – forte carga fatorial (>0,75), sublinhado moderada carga fatorial (0,5 a 0,74) (HAIR et al., 2009); IA= Índice de avermelhamento; PT = porosidade total, Ma = macroporosidade; P assimilável; K= Potássio trocável; Ca = cálcio trocável; Mg=trocável; Al = alumínio trocável; T = capacidade de troca catiônica total; C = Carbono orgânico total na profundidade de 0-0,20 cm; N = Nitrogênio total na profundidade de 0-0,20 cm; C/N = relação C:N na profundidade de 0-0,20 cm; V = saturação de bases na profundidade de 60-80 cm; m = saturação por alumínio na profundidade 60-80 cm; CTCAr = capacidade de troca catiônica da fração argila na profundidade de 60-80 cm; RT - B/A relação do teor de argila entre a profundidade de 0-20 e 60-80 cm; Rel - Silte/Argila = relação entre silte e argila na profundidade de 60-80 cm.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O aumento da fertilidade pode ser associado ao caráter cômico de solos mais intemperizados nessa região, a depender do material de origem (PACHECO et al., 2018). Áreas em maior altitude apresentam geomorfologia com maior controle

Marcatti et al.

morfoestrutural de rochas máficas e a unidade de mapeamento nesses locais é composta da associação de Latossolos e Cambissolos (CUNHA et al., 2016).

O fator fertilidade natural dos solos, apresentou relação com as classes etnopedológicas. Terra de lavoura, Areóla e Pedra Arruana que se destacaram com escores positivos do Fator 1 (indicando melhor fertilidade natural) e Terra Poenta com escores negativos (indicando menor fertilidade natural) (Figura 2). As demais classes etnopedológicas apresentaram forte variabilidade dentro do grupo e maiores valores de intervalo de confiança, indicando nas áreas denominadas por Massapê e Terra de Mata existe grande variabilidade dos atributos e zonas homogêneas não podem ser separadas (Figura 2). Amaral et al. (2015), ao estudarem a classificação e uso do solo no contexto cultural dos índios Kaxinawá, perceberam que a tribo utilizava o termo “massapê” como uma das variáveis da percepção indígena para a estruturação e distinção das suas terras, contudo sem relação com nenhum tipo de solo e indicadores pedológicos pouco consistentes para definir como zona homogêneas característica de uma classe de solos dentro do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS).

No Fator 2 (F2), que explica 19,7% da variabilidade total dos dados, apresentaram cargas fatoriais forte e positivas dos atributos COT, NT e T na profundidade de 0-20 cm e cargas fatoriais moderadas do $Mg_{0-20\text{cm}'}$, $IA_{60-80\text{cm}}$ e PT. O Fator 2 tem contribuição de componentes matéria orgânica do solo na sua variação, promovendo aumento da CTC total do solo e favorecendo a porosidade do solo (Silva e Mendonça, 2007), sendo nomeado como fator matéria orgânica do solo. Signor et al., (2016) também encontraram aumento da CTC total em camadas superficiais ao estudarem o efeito da matéria orgânica nos atributos químicos do solo. A porosidade do solo aumenta na presença da matéria orgânica (REICHERT et al., 2010). As correlações do fator matéria orgânica (Fator 2) (Tabela 3) indicam que locais de topo de morro (maior altitude relativa à drenagem), com maior menor fluxo acumulado e com perfil de curvatura convexa (Tabela 5) encontram-se maiores valores de $COT_{0-20\text{cm}'}$, $NT_{0-20\text{cm}'}$, $T_{0-20\text{cm}'}$, $IA_{60-80\text{cm}}$ e $Mg_{0-20\text{cm}'}$. A diferença significativa entre as classes Areóla, Terra pedra arruana e Poenta indicam maiores teores de matéria orgânica na classe Terra Pedra Arruana, e menores na Areóla e Terra Poenta (Figura 2). Os fatores 3 e 4, explicaram menor variação dos dados, contudo estão relacionados a matéria orgânica (fator 3) e aspectos pedológicos (fator 4) sem relação com classes etnopedológicas.

Quanto a influência do manejo nos atributos do solo, destaca-se a grande variabilidade dentro de cada grupo para o fator fertilidade natural do solo (F1) (Figura 2a), sem diferença significativa entre grupo de manejo. O fator fertilidade natural do solo não apresenta relação com o manejo (Figura 2c). Destacou-se, contudo, o fator matéria orgânica (F2) (Figura 2b), diferenças significativas são observadas para mata, café agroecológico e convencional e pastagem, com maiores escores, e conseqüentemente a maior influência da matéria orgânica

(COT, NT e Acidez potencial) nos solos de mata e menor no solo sob pastagens. Os atributos relacionados à matéria orgânica (COT e NT) apresentaram relação com o manejo e uso. Contudo, a diversidade na forma de manejo e técnicas (quantidade de aporte orgânico, manejo de leguminosas, entre outras) e manejos das adubações geraram grande variabilidade dentro de um mesmo tipo de manejo (Figura 2).

Tabela 5 - Coeficiente de correlação de Person entre Fatores e os atributos geomorfológicos⁽¹⁾.

	ALT	WETIND	DECL	CURVPERF	CURPLAN	ALTREL
F1	0.64**	-0.17	0.52*	-0.06	0.01	0.22
F2	0.33	-0.32	-0.12	-0.54**	0.18	0.44*
F3	-0.10	0.02	-0.22	0.25	-0.07	-0.45*
F4	0.22	0.06	0.32	0.17	-0.06	0.14

(1) ALT – altitude, WETIND – wetness index, DECL – declividade, DISTDREN – distância do canal de drenagem, CURVPERF – perfil de curvatura, CURPLAN – plano de curvatura, ALTREL - Altitude relativa à drenagem, (2)

** significativo a 1% de probabilidade * significativo a 5% de probabilidade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Análise Discriminante das classes etnopedológicas

As funções discriminantes foram usadas com as denominações etnopedológicas como variáveis dependentes categóricas e os atributos do solo como variáveis independentes métricas (HAIR et al., 2014). Utilizando as seis classes etnopedológicas, houve baixo poder de predição das funções discriminantes para Massapé e Terra de Lavoura, e as maiores percentagens de acerto foram para Mata (80%), Areóla (100%), Terra pedra Arruana (80%) e Poenta (75%) Esse resultado indica que o processo de estratificação pela percepção ambiental dos assentados não consegue estabelecer grupos de solos com atributos homogêneos para o Massapé e Terra de Lavoura. A Análise Discriminante utilizando-se os grupos Terra Pedra Arruana, Aréola e Poenta como variáveis categóricas (Tabela 7) obteve-se 100% de acerto pelas funções discriminantes geradas as quais apresentaram os atributos Arg_{0-20cm} , COT_{0-20cm} , $IA_{60-80cm}$, $Rel-Sil/Arg_{60-80cm}$ e Mg_{0-20cm} como mais importantes na distinção das classes etnopedológicas (Terra Pedra Arruana, Aréola e Poenta) (Tabela 6).

Os solos da Terra Areóla apresentam menor teor de argila e maior relação silte/argila na profundidade de 60-80 e menor teor de COT (Tabela 8). São solos arenosos que tendem a perder carbono com mais facilidade (MARQUES et al., 2016) e apresentam cores mais acinzentadas (10YR 6/2 a 5/3) sendo formados em ambientes de redução. Os baixos teores de argila (Tabela 8) encontrados no Terra Aréola justificam a textura "areienta" pelos assentados (Tabela 1). Além disso, a terra "mais macia para campinar" (Tabela 1) associa-se a maior presença de silte. Localizados na baixada, essa posição da paisagem favorece o acúmulo e estagnação da água e conseqüentemente o ambiente de redução formando

Marcatti et al.

o Gleissolos Háplicos Tb Distrófico atualmente não inundados denominados pseudogleys (PACHECO et al., 2018; RUBINIC et al., 2015). A relação dos solos das classes etnopedológicas com o relevo, indicou que os solos Areóla são predominantemente encontrados em locais mais próximos das drenagens em altitude relativas menores e em maiores valores de wetness index (Tabela 8). Buthelezi-Dube et al. (2018) também encontraram gleissolos em posições mais baixas da paisagem com maiores valores de wetness index.

Solos de Terra Pedra Arruana são mais avermelhados, apresentam valores medianos de argila e da relação silte/argila e apresentam os maiores teores de COT. Apresentam alta saturação de bases no horizonte superficial com teor de COT elevado e estrutura grumosa e granular apresentando ainda saprolito próximo à superfície onde são encontrados Latossolos Vermelho-Amarelos Distrofêrricos cambissólicos. Já a Terra Pedra Arruana foi classificada como pedregosa e muito dura quando seca (Tabela 1), sendo a cor o fator mais importante para a sua respectiva classificação. Manchas de solos avermelhados nas áreas de Terra Pedra Arruana em maior altitude do relevo indicaram a influência de rocha máficas caracterizadas pela maior quantidade de Ca, Mg e Fe, comum em solos advindos de gabros e anfibolitos (ARAÚJO et al. 2014). O material de origem da Terra Pedra Arruana está associado a lentes de rochas máficas do lineamento Guaçuí, rochas são de cunho oceânico e extremamente milinotizadas, metamorfasadas e metasomatizadas que formam pequenos corpos alinhados no sentido NE-SW do lineamento Guaçuí (HORN, 2007), enquadrando-se nas manchas de Terra Pedra Arruana (Figura 1).

Solos do grupo Terra Poenta apresentaram maiores teores de argila, menores valores da relação silte/argila ($<0,15$), indicando um estágio avançado de intemperismo (EMBRAPA, 2018). São solos menos avermelhados com estrutura e consistência denominada pelos assentados de "terra solta que desmancha na mão" (Tabela 1). A Terra Poenta caracterizou-se por solos altamente intemperizados com CTC efetiva menor que $1,5 \text{ cmol}_c/\text{dm}^3$, ambientes com Latossolos Vermelho-Amarelo Ácricos.

A Terra de mata, a Terra de lavoura e o Massapê apresentaram alto intervalo de confiança dos fatores (Figura 2) resultado da alta variabilidade dos atributos do solo dentro dessas categorias etnopedológica, diferentemente da classe Areola, Pedra Arruana e Poenta com maior homogeneidade dentro dos seus grupos (Figura 2). Os assentados do "Grupo da Terra" apresentem conhecimentos consolidados para uma estratificação organizada do ambiente para algumas classes etnopedológicas, contudo a construção do conhecimento sobre as classes Massapê e Terra de Lavoura precisam ser melhor desenvolvidas e consolidadas. Tal fato deve-se a diversidade sociocultural ao qual o assentamento abrange, já que as famílias assentadas são oriundas de diferentes localidades do sudeste do país. Segundo Mâncio et al. (2013), isso dificulta a solidificação dos conhecimentos etnopedológicos, pois são territórios novos aos trabalhadores e

o conhecimento construído a partir das experiências já vivenciadas necessitam de tempo para estabelecimento e aprimoramento dentro do ambiente atual.

O assentamento apresentou uma visão sustentável do solo e poucas áreas são manejadas em desconformidade com sua aptidão agrícola (Tabela 2). Geralmente, sistemas agroecológicos e em transição agroecológica são alocados em terras com melhor aptidão e sistemas convencionais em solos mais restritivos (Tabela 2). Solos de Terra Pedra Arruana apresentaram melhor aptidão sendo mais restritos pelo relevo, sendo cultivado na maioria das vezes com lavoura de café, de maior expressividade na economia dos assentados. Já as Terra Poentas apresentaram menor aptidão com predomínio de pastagens. As práticas e usos do solo alocados em cada pedoambiente estratificado pelos conhecimentos etnopedológicos seguiram uma lógica conservacionista a partir de critérios estabelecidos pela percepção ambiental.

Tabela 6 - Seleção de variáveis *forward stepwise* para a função discriminantes gerada com atributos do solo para classificação em diferentes denominações etnopedológicas.

Passo	Entrada	Wilks' Lambda	Valor F	P-value
1	Arg _{0-20cm}	0.127	29.71	0,0001
2	COT _{0-20cm}	0.033	11.11	0.0009
3	IA _{60-80cm}	0.009	9.74	0.0020
4	Rel-Sil/Arg _{60-80cm}	0.004	3.12	0.0747
5	Mg _{0-20cm}	0.003	2.94	0.1024

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 7 - Classificações corretas (%) das classes etnopedológicas preditos pelas funções discriminantes a partir dos atributos do solo.

Classes	Classificação pela função discriminante						% Class. Corretas
	Mat	Arel	TerPedAr	Mass	Poen	TerLav	
Mat	80	0	0	20	0	0	80
Arel	0	100	0	0	0	0	100
TerPedArrun	0	0	80	0	20	0	80
Massap	25	0	50	25	0	0	25
Poen	0	0	0	0	75	25	75
TerLav	0	0	25	0	50	25	25

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conclusões

No assentamento Florestan Fernandes as bases sociais e seu grau de desenvolvimento, permitiram a construção de um conhecimento local em relação ao solo pelas famílias assentadas. Os diferentes tipos de uso e manejo não apresentaram relação com a fertilidade do solo, mesmos os manejos mais conservacionistas. Os sistemas agrícolas apresentaram maior dependência à fertilidade natural dos solos. Aspectos pedológicos definiram a fertilidade dos solos, destacando-se a Terra Pedra Arruana e Areóla como solos de melhor fertilidade. A matéria orgânica apresentou maior relação com o uso e manejo do solo, onde a mata e o cultivo de café agroecológico e convencional se destacam pelos maiores teores de carbono e nitrogênio.

A percepção ambiental dos assentados foi prioritariamente desenvolvida a partir dos aspectos morfológicos dos solos. Os conhecimentos etnopedológicos não estão plenamente consolidados visto que algumas formas de estratificação não apresentaram relações com atributos e tipos de solos, dificultando o desenvolvimento de uma linguagem comum entre agricultores, extensionistas e pedólogos. Somente as denominações etnopedológicas Terra Pedra Arruana, Terra Areóla e Terra Poenta foram mais bem relacionadas com os atributos do solo, e somente a Terra Aréola apresentou forte relação com o relevo, demonstrando o conhecimento etnopedológico mais consolidados dessas classes. De forma geral as estratificações etnopedológicas seguiram uma lógica conservacionista.

Agradecimentos

Ao grupo terra do Assentamento Florestam Fernandes pela possibilidade do trabalho, troca de experiências e companheirismo. A Capes pela bolsa de estudo da primeira autora. A FAPES e CNPq pelo financiamento dos trabalhos de pesquisa do grupo.

Referências

ALMEIDA, B. G. et al. **Comunicado técnico da embrapa**. 11p. 2012.

ALVES, H. S.; AZEVEDO, R. A. B. Estrutura classificatória de terras dos agricultores da região da Morraria, Cáceres – MT – Brasil. **Revista Verde**. Mossoró, RN: v. 7, n. 1, p.141-153, 2012.

AMARAL, E. F.; HAVERROTH, M; BARDALES, N. G.; FRANKE, I. L.; OLIVEIRA, T. K. Classificação e uso do solo no contexto cultural dos Kaxinawá na terra indígena Kaxinawá de Nova Olinda, Feijó, Acre. **Revista de Geografia**. Recife – PE: V. 35, n. 4, p. 55-67, 2018.

ARAUJO, M. A. et al. Paragênese mineral de solos desenvolvidos de diferentes

litologias na região sul de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. v. 38, p. 11-25, 2014.

BRACAGIOLI NETO, A. et al. Between “soils” and “lands”: etnopedology, rural settlements and participatory processes. **Sociedade e Natureza**. v. 31, p. 1-17, 2019. <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v31n1-2019-42940>

BUTHELEZI-DUBE, N. N.; HUGHES, J. C.; MUCHAONYERWA, P. Indigenous soil classification in four villages of eastern South Africa. **Geoderma**. v. 332, p. 84-99, 2018.

CAGLIONI, E.; UHLMANN, A.; CURCIO, G. R.; RAMOS, M. R.; BONNET, A.; JUNCKES, A. R. Altitudes e solos determinam variações abruptas da vegetação em gradiente altitudinal de mata atlântica. **Rodriguésia**. v. 69, n.4, p. 2055-2068, 2018.

CARMO, V. A. A caminho da construção do diálogo através da etnopedologia : uma experiência no entorno do Parque Nacional do Caparaó – MG. Geosaberes: **Revista de estudos Geeducacionais**. v. 6, n. 1, p. 138-148, 2015.

CUNHA, A. M. et al. **Mapa de reconhecimento de solos do Estado do Espírito Santo**: uma atualização da legenda. Vitória, ES: INCRA, Incaper, UFV; ITC-NL, 2016. Mapa. Color. ; impressão em 841 mm x 1.189 mm. Escala: 1.400.000.

DEMATTÊ, J. A. M. et al. Espectroscopia VIS-NIR-SWIR na avaliação de solos ao longo de uma topossequência em Piracicaba (SP). **Revista Ciência Agronômica**. v. 46, n. 4 p.679-688, 2015. <http://dx.doi.org/10.5935/1806-6690.20150054>

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed. – Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2018.

EMBRAPA.. Centro Nacional de Pesquisas em Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Manual de métodos de análise do solo**. 3 ed – Brasília, DF: Embrapa, 2017.

FINATO, T. et al. Percepções locais sobre os solos e seu uso no município de Gravataí, RS. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, vol. 39, n. 3, p. 915-923, 2015.

FREITAS, H. R. et al. Análise de transição agroecológica a partir da experiência da horta orgânica comunitária do assentamento Mandacaru, Petrolina-PE,

semiárido brasileiro. **Revista de extensão da Univasf**, vol. 3, n. 2, p. 65-84, 2015.

FREITAS, H. R. et al. Sistemas de avaliações de terras e conhecimentos etnopedológicos no planejamento de assentamentos rurais: um estudo de caso nos mares de morro de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 13, n. 3, p. 76-89, 2018. ISSN: 1980-9735.

HAIR JR, J. F. et al. Multivariate data analysis. 7. Ed. Harlow: Pearson Education
 HANKE, D. et al. Influência da matéria orgânica no diâmetro médio de minerais da fração argila de solos desenvolvidos no Basalto no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**.v. 39, n. 6, p. 1611-1622, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/O1000683rbcS20140655>

HARRIS, M. **Teorías sobre la cultura en la era posmoderna**. Barcelona, Crítica, 2007, 217p.

HORN, H. A. **Geologia da folha da espera feliz SE.24-V-A-IV, escala 1:100.000**: nota explicativa. MG/ES/RJ: UFMG/CPRM, 63p. 2007.

INCAPER - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2011-2013**. Guaçuí, ES.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel de assentamentos do ICRA. 2017**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 30 jul. 2019

KAMIYAMA, A.; MARIA, I. C.; SOUZA, D. C. C.; SILVEIRA, A. P. D. Percepção ambiental dos produtores e qualidade do solo em propriedades orgânicas e convencionais. **Bragantia**, v. 70, n. 1, p.176-184, 2011.

MANCIO D.; MENDONÇA, E. S.; CARDOSO, I. M.; MUGGLER, C. C. Construção do conhecimento em solos no assentamento Olga Benário: O problema das voçorocas. **Rev. Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 121-134, 2013. ISSN: 198-9735.

MARQUES, J. D. O. Soil organic carbon, carbon stock and their relationships to physical attributes under forest soils in central amazonia. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v. 40, n.2, p.197-208, 2016.

MATOS, L. V.; KER, J. C.; CARDOSO, I. M.; LANI, J. L.; SCHAEFER, C. E. G. R. O conhecimento local e a etnopedologia no estudo dos agrossistemas da

comunidade quilombola de brejo dos crioulos. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 3, p.497-510, 2014.

MENDONÇA, E. S.; MATOS, E. S. **Matéria orgânica do solo: métodos e análises** Viçosa: UFV; 2005. 107p.

PREZOTTI, L. C. et al. **Manual de recomendação de calagem e adubação para o estado do Espírito Santo: 5ª Aproximação**. Vitória, ES: Incaper; 2007. 301p.

QUEIROZ, J. S.; NORTON, B. E. An assessment of an Indigenous Soil classification used in the caatinga region of Ceara State, Northeast Brazil. **Agricultural Systems**. v. 39, p. 289-305, 1992. R Development Core Team. 2016.

REICHERT, J. M. Mecânica do Solo. In: LIER, Q. J. V. (Org.). **Física do Solo**. 1. Ed. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), 2010. Cap. II.

RUBINIC, V.; LAZAREVIC, B.; HUSNJAK, S.; DURN, G. Climate and relief influence size distribution and chemical properties of Pseudogley soils in Croatia. **Catena**. v. 127, p. 340-348, 2015.

SECUNDINO, J. P.; VERDINELLI, G. B. Conocimiento tradicional del paisaje en una comunidade indígena: caso de estudio en la región purépecha, occidente de México. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía. n. 89, 2016.

SIGNOR, D. et al. Atributos químicos e qualidade da matéria orgânica do solo em sistemas de colheita de cana-de-açúcar com e sem queima. **Revista Pesq. Agropec. Brasileira**. Brasília, v. 51, n. 9, 2016.

TORRENT, J.; BARRON, V. Laboratory measurement of soil color: theory and practice. In: BIGHAM, J. M.; CIOLKOSZ, E. J. (Ed.) **Soil Color**. Madison. 1993. P.21-33.

TRUNG, N. D.; VERDOODT, A.; DUSAR, M.; VAN, T. T.; RANST, E. V. Evaluating Ethnopedological knowledge systems for classifying soil quality. A case study in Bo Hamlet with mung people of northern Vietnam. **Geographical Research**. v. 46, n. 1, p. 27-38, 2008.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. 3. Ed. Brasília: MDA, Secretaria de agricultura familiar; 2010. 65p.

VIDAL-TORRADO, P.; MACIAS, F.; CALVO, R.; CARVALHO, S. G.; SILVA, A. C. Gênese de solos derivados de rochas ultramáficas serpentinizadas no sudoeste

Marcatti et al.

de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. v. 30, p. 523-541, 2006.

WAHLHUTTER, S.; VOGL, C. R.; EBERHART, H. Soil as a key criteria in the construction of farmers' identities: The example of farming in the Austrian province of Burgenland. **Geoderma**. v. 269, p. 39-53, 2016.

YAGETA, Y.; OSBAHR, H.; MORIMOTO, Y.; CLARK, J. Comparing farmers' qualitative evaluation of soil fertility with quantitative soil fertility indicators in Kitui County, Kenya. **Geoderma**. v. 344, p. 153-163, 2019.

YEOMANS, J. C.; BREMNER, J. M. A rapid and precise method for routine determination of organic carbon in soil. *Commun. Soil Sci. Plant Anal.* 1988.



A Construção da Agroecologia em Mato Grosso: outras perspectivas para o desenvolvimento rural no Estado

Wagner Gervazio¹

Rafaella Teles Arantes Felipe²

Ana Heloisa Maia³

Henderson Gonçalves Nobre⁴

Vagner Meira Teixeira⁵

Resumo: Quando se fala em Mato Grosso, no imaginário popular, é a “terra do agro” negócio. Diante desse cenário, no MT a Agroecologia tem se tornado cada vez mais necessária. Assim, o objetivo é compreender o processo histórico da organização e da construção da Agroecologia, bem como, a formação histórica desse processo em Mato Grosso. Esse estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica e documental. O primeiro registro histórico da Agroecologia em MT, deu-se no ano de 1987, em Cuiabá, onde foi realizado o III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. A partir disso, surgiram vários grupos, organizações e atores sociais que começaram a trabalhar com Agroecologia e que contribuem com a sua construção, através de experiências técnico-produtivas e socioambientais; científicas e políticas espalhadas no chão mato-grossense. A construção da Agroecologia em MT é um processo permanente e de luta.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Estado de MT; Experiências agroecológicas.

The construction of Agroecology in Mato Grosso: Through Other Paths

Abstract: When talking about Mato Grosso, in the popular imagination, it is the “land of agri” business. Given this scenario, in MT agroecology has become increasingly necessary. Thus, the objective is to understand the historical process of the organization and construction of agroecology, as well as the historical formation of this process in Mato Grosso. This study was carried out through bibliographical research. The first historical record of agroecology in MT took place in 1987, in Cuiabá, where the III Brazilian Meeting of Alternative Agriculture was held. From that, several groups, organizations, and social actors emerged that began to work with agroecology and that contribute to its construction, through technical-productive and socio-environmental experiences; scientific and political information spread across the ground in Mato Grosso. The construction of agroecology in MT is a permanent and struggle process.

Keywords: Family farming; State of MT; Agroecological experiences.

¹Pós-doutorando no Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.
E-mail: wagner.gervazio@ufscar.br

²Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

³Professora Doutora da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

⁴Professor Mestre da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

⁵Mestre, Secretário de Agricultura de São José dos Quatro Marcos, MT.

Introdução

Quando se fala no estado de Mato Grosso (MT), no imaginário popular, é a “terra do agro” (negócio). De fato, o estado de MT destaca-se no cenário do agronegócio brasileiro e mundial como um dos maiores produtores de grãos. Com destaque para as culturas da soja, milho e algodão, além da pecuária, principalmente de bovinos, desenvolvida em grandes extensões de terra (ABREU *et al.*, 2021).

O estado é conhecido por sua grande extensão de áreas agrícolas, cerca de 55 milhões de hectares. Deste total, 49,79 milhões de hectares (90,66%) pertencem à agricultura empresarial (IBGE, 2017). Além disso, MT é o estado que mais consome agrotóxicos no Brasil - 18,9% (CARNEIRO, 2016). A utilização de agrotóxicos, em média, em MT foi aproximadamente 32 kg por habitante (MORAES, 2019). As culturas de milho e soja representavam o consumo de aproximadamente 70% dos agrotóxicos comercializados em MT (LIMA; PIGNATI; PIGNATI, 2020).

A utilização de agrotóxicos associados à prática de modelos convencionais de agricultura repercute em impactos ao meio ambiente, perdas da agrobiodiversidade, contaminações do solo e da água, intoxicações, entre outros diversos problemas que envolvem a saúde pública e coletiva (SILVA, 2011; COUTO; DUFUMIER; REIS, 2013; CARNEIRO, 2016; MORITE NETO, 2018).

O entendimento de que o modelo convencional de produção de alimentos é insustentável tem fortalecido e consolidado a Agroecologia enquanto uma ciência base para construção de novos modelos de agricultura, de forma a garantir a produção de alimentos saudáveis e a segurança alimentar e nutricional das populações (GLIESSMAN, 2008).

Diante desse cenário, no MT a Agroecologia tem se tornado cada vez mais necessária, cujos avanços até então alcançados se devem principalmente às ações de diferentes atores sociais e instituições que têm buscado soluções para a conservação do solo, da água e da agrobiodiversidade, priorizando-se as diversas dimensões da sustentabilidade e os diferentes saberes na construção do conhecimento e no fortalecimento do movimento agroecológico no estado.

Neste sentido, este estudo pretende responder às seguintes perguntas: Como se deu a trajetória da Agroecologia no estado de MT? Quais são as principais experiências agroecológicas no estado de MT? Para responder a estas questões, utilizamos pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) e documental (SÁ-SILVA *et al.*, 2009), a partir da literatura disponível em periódicos, sites, livros, anotações, relatórios, entre outros materiais e estudos a partir de uma pesquisa de cunho exploratório e descritivo (ANDRÉ, 2013), por meio de abordagem qualitativa (MINAYO, 2012). Para a construção deste trabalho, organizamos um grupo de profissionais com uma trajetória de atuação, já reconhecida na temática no estado de Mato Grosso, para construir coletivamente este texto (FELIPE *et al.*, 2023). A construção se deu a partir de reuniões remotas, no qual foram

Gervazio et al.

estabelecidas diretrizes estruturais do texto.

Nesse contexto, o objetivo é compreender o processo histórico da organização e da construção da Agroecologia, bem como, a formação histórica desse processo em Mato Grosso, trazendo um panorama histórico e atual de algumas iniciativas, com o intuito de estimular a sistematização e a comunicação das demais experiências existentes no estado de MT.

História da agroecologia no Estado de Mato Grosso

O primeiro registro histórico da Agroecologia em MT, que durante o período da década de 1990 estava atrelado ao termo agricultura sustentável, deu-se no ano de 1987, em Cuiabá, onde foi realizado o III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (III EBAA), com a participação de mais de 3.000 pessoas, entre elas, agricultores ligados aos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (LUZZI, 2007). No ano de 1992, foi constituído o Centro de Tecnologia Alternativa - CTA para a defesa da produção diversificada e alternativa ao modelo excludente e contaminante, na defesa da Agroecologia (CTA, 2023).

Em 1999, no auge das discussões sobre agricultura alternativa em Mato Grosso, um conjunto de organizações e movimentos do campo formaram o Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável (GIAS), que foi responsável pela campanha "Agricultura Sustentável é Possível" (CASTRO; FREITAS, 2021). Foram realizados diversos encontros regionais em todo o estado de MT e uma campanha estadual pela agricultura sustentável (ANA, 2015).

O GIAS teve como objetivo articular as iniciativas de organizações sociais e de agricultores/as que tivessem em suas bases de produção os princípios da sustentabilidade (CASTRO; FREITAS, 2021). Além disso, o motivador do GIAS era denunciar o modelo predominante de agricultura no estado que tem todas as políticas a seu favor, e anunciar a forma de produzir do grupo (ANA, 2015), dentre as ações realizadas estão os intercâmbios, atividades de formação e de incidência pública como os encontros estaduais de Agroecologia - organização de sete encontros em Cuiabá, MT (CASTRO; FREITAS, 2021).

O primeiro Encontro de Agroecologia do estado de MT foi realizado em 2004, e os demais em 2005, 2006, 2007, 2008, 2010 e 2016, que de acordo com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (FASE, 2016), é o maior evento de Agroecologia do estado de Mato Grosso. Segundo Castro e Freitas (2021), as setes edições dos encontros reuniram, em média, 500 agricultores/as de diversas regiões do estado por encontro.

Paralelamente aos encontros estaduais, foram realizadas feiras de roças e quintais, para a comercialização de produtos da sociobiodiversidade local. Seguindo este movimento, foram realizados ao longo dos anos, três "Encontros Regionais de Agroecologia - ERA". O primeiro ERA aconteceu no ano de 2002 juntamente com a Feira de Produtos Agroecológicos, organizados pela regional

Centro-oeste da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB/MT e a FASE/MT.

Outro marco para a construção da Agroecologia no estado foi o debate sobre educação do campo como política pública, iniciado pelos movimentos sociais do campo. A Resolução 126/2003, do Conselho Estadual de Educação de MT - CEE/MT, estabeleceu as Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo, e o estado criou a Gerência de Educação do Campo e o Comitê Interinstitucional de Educação do Campo, em 2004.

Com o intuito de consolidar a Educação do Campo como Política de Estado, por intermédio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/MT e o Ministério de Educação - MEC, foi realizado em Sinop - MT, o Primeiro Seminário Estadual de Educação do Campo (PORTO, 2016).

A Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus de Tangará da Serra, organizou o I Seminário Mato-grossense de Agricultura Familiar e Agroecologia e o II Encontro Regional de Agroecologia, em 2004. No ano de 2005, a UNEMAT de Cáceres, abriu uma turma especial e única do Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia e Socioeconomia Solidária para os Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC).

A UNEMAT também organizou, em 2006, a I Jornada de Agroecologia e Socioeconomia Solidária (I JASES). Em 2006, uma das ações do Comitê e da Equipe da SEDUC, em parceria com a UNEMAT, foi realizar o I Seminário do Norte de Mato Grosso sobre Educação do Campo em Sinop e o Fórum Estadual sobre Educação do Campo (PORTO, 2016). E em 2007, a FEAB organizou o III Encontro Regional de Agroecologia do Centro-oeste, em Sinop, MT.

No ano de 2008, foi elaborado o Plano Estadual de Educação de MT, em que as metas e os objetivos contemplaram as necessidades das escolas do campo. A meta 3, foi incluir a Agroecologia e a socioeconomia solidária no currículo de 100% das escolas, em 4 anos, acompanhadas de atividades práticas de manejo da terra, como conteúdo e metodologia de pesquisa, auxiliando na produção de conhecimento contextualizado e significativo aos sujeitos (PEE, 2008). Neste percurso histórico constituíram-se ações para fortalecer a Educação do Campo com adesão a programas federais como Programa Brasil Profissionalizante com a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional onde no estado foram ofertados cursos em Agroecologia (GOVERNO de MT, 2020).

Em 2009, foi criada a Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) em Cáceres, com oito grupos de mulheres extrativistas e constituíram-se em uma associação de caráter regional. Outro marco importante foi em 2012, quando o GIAS mudou o nome para Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIA), e a Agroecologia passava por um reconhecimento como um movimento social e político, e com o debate global sobre os sistemas alimentares saudáveis no mundo (CASTRO; FREITAS, 2021).

Em 2013, foi realizada a Caravana Agroecológica e Cultural de Mato Grosso,

Gervazio et al.

organizada pelo GIA, com o objetivo de divulgar a Agroecologia como um modelo socioprodutivo baseado no manejo equilibrado dos recursos naturais, fortalecendo a luta camponesa de homens e mulheres e integrando a defesa dos direitos dos territórios com sua sociobiodiversidade (CASTRO; FREITAS, 2021). Aconteceu também, em 2013, o I Seminário Estadual de Agroecologia e Saúde de Mato Grosso, em Várzea Grande, MT, organizado pelo Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD).

No ano de 2014, foi criado o Fórum Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional da Baixada Cuiabana, FTSAN-BC. Para somar na luta na construção da Agroecologia, neste mesmo ano, deu-se início a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. A Campanha luta por um outro modelo de desenvolvimento agrário e por uma agricultura baseada na Agroecologia (TYGEL *et al.*, 2014).

No ano de 2015, o GIA e a ANA realizaram o Seminário Regional de Comercialização da Agricultura Familiar e Agroecológica com o intuito de fortalecer as redes agroecológicas no estado do Mato Grosso e conscientizar a sociedade, além de subsidiar a construção do Plano Estadual de Agroecologia. O Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT, Campus São Vicente também realizou seminários sobre Agroecologia e Produção Orgânica, o qual está na terceira edição. Outros seminários regionais e locais, realizados em 2015, foram o Seminário de Agroecologia e Economia Solidária de Povos Tradicionais e Quilombolas da Baixada Cuiabana e o 1º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável do Norte do Mato Grosso realizado em Sinop, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), em parceria com UFMT.

Em 2016 aconteceu o I Seminário Estadual de Educação em Agroecologia para Soberania Alimentar, no Campus do IFMT de São Vicente, realizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia da Baixada Cuiabana (IFMT, 2023). No mesmo ano, foi organizado pelos coletivos em Agroecologia a I Caravana Agroecológica e Cultural do Centro-Oeste. Em novembro de 2016, foi criado um grupo de WhatsApp "Agroecologia MT", espaço de militância para a discussão e divulgação da Agroecologia no estado. O Encontro Estadual de Mulheres e Agroecologia, realizado no ano de 2017 pela Rede GIA, deu visibilidade às mulheres do campo que trabalham com Agroecologia no estado. Segundo a FASE (2016), o encontro reuniu cerca de 400 mulheres, com o objetivo de debater a participação da mulher na luta pela agroecologia.

Foi criado em 2017, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA) da Unemat Campus de Nova Xavantina, cuja atuação conjunta com o Núcleo de Estudos em Agroecologia do Vale do Araguaia (NEA-VA) do IFMT Campus de Barra do Garças, criado em 2018, ambos com apoio financeiro Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O IFMT, Campus São Vicente, implantou o Centro Vocacional Tecnológico de

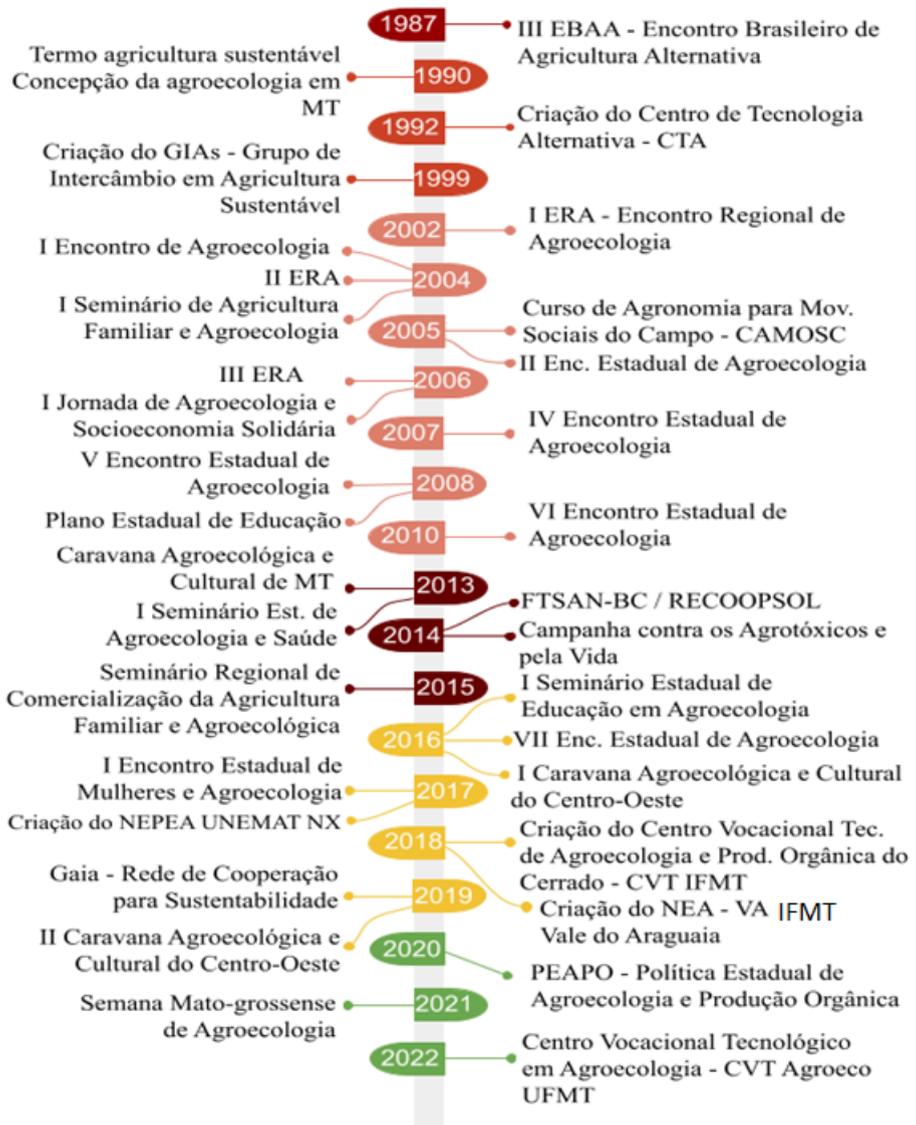
Agroecologia e Produção Orgânica do Cerrado (CVT IFMT) em 2018, em parceria com o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) e a Fundação Uniselva e, em 2019 foi realizada II Caravana Agroecológica e Cultural do Centro-Oeste (MPT, 2023).

Em 2020, foi criado pela Comissão de Produção Orgânica do Estado de Mato Grosso (CPOrg-MT), o Grupo de Trabalho (GT) "Agricultura orgânica de base agroecológica" composto por representantes das organizações da sociedade civil e governamentais. Em 2021 foi criada a Semana Mato-grossense de Agroecologia que será comemorada, anualmente, do dia 03 a 09 de outubro. A 1ª Semana da Agroecologia de Mato Grosso foi realizada em 2021, via remota, com transmissão ao vivo em redes sociais e canais do YouTube, organizada pelo deputado Estadual Lúdio Cabral (PT) e várias instituições que trabalham com Agroecologia no estado. Em dias alternados à semana mato-grossense, o Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia (NAFA) da UNEMAT, realizou a I Semana de Agroecologia de Alta Floresta. Ainda em 2021, o IFMT realizou o III Seminário de Agroecologia: Produção orgânica e agroecológica de alimentos-saberes e vivências; e a UFMT criou o Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia (CVT Agroeco), desenvolvido pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia (FAAZ), na Fazenda Experimental da UFMT no município de Santo Antônio do Leverger- MT.

O Projeto Gaia - Rede de Cooperação para a Sustentabilidade (Projeto Gaia) realizou o I Intercâmbio Agroflorestal Agroecológico do Projeto Gaia - Rota Regional, percorrendo 15 propriedades/organizações em cinco municípios de MT.

Por fim (Figura 1), em 2022 foi realizado em Sinop o 1º Seminário de Agricultura Orgânica de Sinop, com foco na agricultura orgânica de base agroecológica e em 2023 foi realizado o Curso "Como produzir alimentos sem agrotóxicos, promover a saúde e colaborar com a resiliência climática? - Curso de Saúde do Solo e Cromatografia de Pfeiffer", com foco na disseminação de práticas agroecológicas. Os dois eventos foram organizados pelo Projeto Gaia e realizados na UFMT, Campus de Sinop.

Figura 1 - Linha do tempo da construção da Agroecologia no estado de Mato Grosso.



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

Experiências agroecológicas no estado de MT

As belezas cênicas do estado de MT em seus diferentes biomas (amazônia, cerrado e pantanal), trazem consigo as mais diferentes experiências em Agroecologia, desenvolvidas por pessoas e organizações dispostas a ampliar e fortalecer um novo paradigma de desenvolvimento para o estado de MT. Nesta

seção serão apresentadas as experiências técnico-produtivas e socioambientais; científico-pedagógicas e políticas que compõem as diversas experiências espalhadas nas florestas, nas águas e no campo do chão mato-grossense.

Experiências técnico-produtivas e socioambientais

Em consulta à base de dados Agroecologia em Rede (AeR), criado pela ANA, pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pela Cooperativa Eita e por diversas redes e organizações, verificou-se que foram mapeadas 19 experiências agroecológicas em MT (AeR, 2020).

Uma das experiências mapeadas diz respeito ao Banco de Informações sobre Sementes (BIS). O BIS é uma tecnologia social criada pelo GIA e disponibilizada para agricultores familiares de Mato Grosso, mobilizados e cadastrados pela Rede de Troca de Sementes Crioulas. A Rede de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais foi criada para estimular as ações de conservação e reprodução de sementes tradicionais/crioulas em MT. A rede conta com animadoras de sementes, já que mais de 70% dos cadastros das sementes realizados durante as atividades são de mulheres (AeR, 2020).

Outras redes de sementes do estado são a Rede de Sementes do Xingu e a Rede de Sementes Portal da Amazônia. A Rede de Coletores de Sementes do Xingu surgiu com os primeiros resultados das experiências de restauração florestal da Campanha Y Ikatu Xingu, através de plantio direto de sementes, e da necessidade cada vez maior de matéria-prima para a produção de mudas, com 300 coletores (AeR, 2020).

A Rede de Sementes Portal da Amazônia é um movimento coordenado por grupos de agricultores familiares e organizações não governamentais com o intuito de facilitar o acesso a sementes florestais para as ações de recuperação ambiental, formalizada na forma de uma cooperativa, permitindo a comercialização de sementes para todas as regiões do Brasil (Sementes do Portal, 2023).

O projeto “Agroecologia em Rede: Conectando elos para a transição orgânica da produção familiar amazônica” é uma iniciativa do Instituto Centro de Vida (ICV) financiada pelo Programa Global REDD Early Movers (REM) em Mato Grosso e apoiou pelo período de dois anos a Rede de Produção Orgânica da Amazônia Mato-grossense (REPOAMA). A REPOAMA foi credenciada em 2023 como um Sistema Participativo de Garantia (SPG) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Outra experiência coordenada pelo ICV, em parceria com a Cooperação de Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA) e a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), é o projeto Amazônia Viva Alimenta (AVA). O objetivo do projeto é contribuir para recuperar e fortalecer essa base produtiva, sob as perspectivas da Agroecologia, das justiça econômica e de gênero, sustentabilidade e democracia digital (ICV, 2023). O Rota Local também é uma iniciativa coordenada pelo ICV, que tem a missão de ampliar a participação

Gervazio et al.

das organizações comunitárias da agricultura familiar nos mercados locais da região norte e noroeste de Mato Grosso.

O Instituto Ouro Verde (IOV) coordena o Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS). É um empreendimento de economia solidária que objetiva aproximar consumidores e produtores, criando uma rede de serviços que valoriza o comércio justo e o consumo responsável e que contribui de um lado para o acesso a alimentos e produtos agroecológicos e/ou em transição e de outro para o aumento de renda das famílias trabalhadoras (IOV, 2023). O IOV também coordena o Banco Comunitário Raiz, trabalho com microcrédito individual ou em grupo de agricultores familiares agroecológicos ou em processo de transição.

A Rota de Comercialização Caminhos da Agroecologia é uma experiência coordenada pelo CTA que articula ações de solidariedade envolvendo agricultores e consumidores. A Rota é uma articulação de agricultores, que iniciou com o debate da construção social de mercados, em especial com alguns tendo experiência de chamadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Juntos criaram uma plataforma digital para venda direta de produtos (AeR, 2020). Outro projeto coordenado pelo CTA é o “Semeando Nossos Biomas” (SNB), que é mais uma ferramenta utilizada pelo CTA na busca do cumprimento de sua missão, que é a construção de um modelo agroecológico de produção (CTA, 2023).

Segundo o CTA (2023), os beneficiários diretos do SNB são comunidades, organizações e famílias de agricultores familiares da região sudoeste de MT, contemplando os biomas amazônico, cerrado e pantanal. O CTA também desenvolve o Projeto de assistência técnica e extensão rural com foco em Agroecologia para atender 500 famílias na região sudoeste de Mato Grosso. O objetivo é apoiar um processo de transição produtiva entre o modelo convencional para uma produção agroecológica.

Outras experiências são coordenadas pelo Programa Rede de Cooperação Solidária de Mato Grosso (RECOOPSOL) na baixada cuiabana. Uma delas é o projeto “Transição agroecológica a partir de sistemas agrofloretais no território da Baixada Cuiabana”, que visa desenvolver e consolidar conhecimentos, princípios e técnicas em Sistemas Agrofloretais agroecológicos, com centralidade na agricultura familiar, promovendo a transição agroecológica das organizações sociais atuantes no território (NOBRE *et al.*, 2020).

Teve seu ponto de partida a partir das reuniões mensais do FTSAN-BC, no ano de 2018, no diálogo com grupos e organizações que demonstraram interesse nesse processo e que demandaram um apoio técnico para iniciar e/ou potencializar seus sistemas produtivos a partir de uma abordagem mais ecológica. O FTSAN-BC contou com o apoio financeiro RECOOPSOL, e parceria entre o Departamento de Economia Solidária - DESOL, do Ministério da Cidadania-MC, e a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (SILVA *et al.*, 2021). Em 2019 foram implantadas 07 Unidades de Referência (UR) em sistemas

agroflorestais agroecológicos, em comunidades rurais de 06 municípios da baixada cuiabana (LARANJA *et al.*, 2020).

Em 2020 também se iniciou a mobilização de 40 Unidades de Referências, implantadas em outros 09 municípios com a aprovação do projeto: “Do campo à mesa: fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis em redes de cooperação solidária”. O projeto do “Campo à Mesa” é financiado pelo REM-MT/FUNBIO, objetivando consolidar cadeias produtivas embasadas em princípios agroecológicos e no uso de tecnologias de baixo carbono no Território da Baixada Cuiabana. O projeto trabalha com 4 eixos: gestão e a organização social; sistemas de produção agroflorestais agroecológicos; agroindústria e comercialização. O projeto, em parceria com o Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes (CECAB/MST) e com a Agrovila das Palmeiras, construiu dois viveiros para a produção de mudas frutíferas, hortícolas e nativas, com capacidade para produção de cerca de 15 mil mudas por ciclo anual (LARANJA *et al.*, 2020).

Em MT também existe a experiência da Comunidade Sustenta a Agricultura (CSA), que tem como foco a manutenção de uma renda fixa para agricultores familiares e busca também a mudança para a agricultura agroecológica. De acordo com o site da CSA (2023) Brasil, em MT são três CSA: em Cuiabá, em Chapada dos Guimarães e uma em Rondonópolis. Em Rondonópolis a CSA teve início em uma reunião do “Fórum de Luta contra os impactos dos agrotóxicos na Região Sul de Mato Grosso”, realizada em 2019, no Ministério Público do Trabalho de Rondonópolis (NAVES, 2020).

No MT, a contribuição do MST para a construção da Agroecologia é verificada com a abertura da turma de Pedagogia da Terra para os Educadores da Reforma Agrária, e a turma do CAMOSC. Os assentamentos da reforma agrária do MST são uma referência na produção de alimentos saudáveis, em quantidade e variedade, contribuindo para o fortalecimento da soberania alimentar e fazendo a disputa direta de projetos para o campo (SCARABELI, 2021). Nas experiências agroecológicas produzidas nesses territórios (assentamentos), são disputadas cotidianamente as territorialidades dos modelos de desenvolvimento presentes em MT (FERNANDES, 2021). A Agroecologia nasce da luta pela terra-território, desde os povos indígenas e quilombolas aos movimentos sem-terra e na formação do MST (FERNANDES, 2021).

O trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com Agroecologia se dá no chão da realidade concreta dos camponeses, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, a partir de recuperação de nascentes, campanhas em defesa do cerrado, trabalho com plantas medicinais, com sementes tradicionais e crioulas. A CPT acompanha os acampados para a produção sustentável, através de oficinas agroecológicas para a não utilização de agrotóxicos; incentiva a diversificação de produção; contribui na organização de feiras agroecológicas e incentiva o protagonismo das mulheres na produção sustentável de elementos, através de quintais produtivos (CPT, 2023).

O IFMT, Campus Barra do Garças (IFMT/BAG), desenvolve diversas experiências agroecológicas em parceria com o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica - Vale do Araguaia (NEA-VA). Dentre as experiências, de acordo com Binde *et al.* (2021), estão: Horta agroflorestal sucessional; Projeto compostar; Criação de peixes em caixas d'água; I e II Campeonatos de coleta de sementes muvuquinha do Cerrado; e Avicultura sustentável para produção de ovos semicaipiras. As ações colaboraram no movimento da Agroecologia, em um processo de construção coletiva de conhecimento (BINDE *et al.*, 2021). O Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental Gaia Pantanal coordena projetos em três áreas agroecológicas: Sítio Lagoa dos Patos com a Agrofloresta "Xama Xuva"; Sítio Nossa Senhora das Graças com o SAF em área úmida; e Chácara Baru, com área em transição agroecológica (INSTITUTO GAIA PANTANAL, 2023).

Na UFMT, Campus de Sinop, a construção da Agroecologia aconteceu no Curso de Agronomia, a partir do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) que ocorreu em 2016 e de projetos de hortas escolares agroecológicas realizados de 2016 a 2019, ambos de iniciativa da FEAB, em parceria com docentes (SOUZA, 2023). Em 2019 teve início o Projeto de Pesquisa e Programa de Extensão Gaia - Rede de Cooperação para a Sustentabilidade (FELIPE *et al.*, 2023), inspirado no Projeto Canteiros de Comercialização Solidária - CANTASOL (ANDRIONI, 2021), idealizado e executado pela comunidade acadêmica da UNEMAT Campus de Sinop e famílias camponesas cooperadas da Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Região Norte do Estado de Mato Grosso - COOPERVIA (COSTA JUNIOR, 2019).

Além da UFMT, o Projeto Gaia foi elaborado e é executado por docentes, analistas e pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Agrossilvipastoril, UNEMAT e Escola Técnica Estadual de Sinop. Em outubro de 2020, o Projeto Gaia recebeu apoio financeiro do Programa REM MT (REM - Mato Grosso, 2022). O Projeto Gaia realizou a implantação de 12 Unidades de Aprendizagem (UA) em Sistema Agroflorestal Agroecológico (SAFA) em unidades camponesas nos municípios de Sinop e Cláudia e uma no Campus de Sinop (SOUZA *et al.*, 2021). Por ser um projeto multi, inter e transdisciplinar, além das UA em SAFA o Projeto também fomentou a implantação da meliponicultura em seis propriedades familiares contempladas com o SAFA. Realizou o acompanhamento da gestão e comercialização dos alimentos produzidos, o diagnóstico e acompanhamento do uso e ocupação do solo. Além da evolução socioeconômica das famílias, implantou, em parceria com outros Projetos, uma Unidade de Referência Tecnológica em SAFA também no Campus de Sinop. Auxiliou na implantação da primeira Organização de Controle Social (OCS) - OCS Primavesi da região de Sinop e Cláudia, MT, em parceria com a COOPERVIA e consagrou o Campus de Sinop como polo de referência em produção agroecológica e orgânica. Teve a participação de docentes (UFMT) e pesquisadores (Embrapa) nas áreas de entomologia,

microbiologia do solo, fruticultura, olericultura, manejo ecológico do solo, sistemas integrados de produção, pós-colheita, recursos hídricos e dinâmica na água nos agroecossistemas (FELIPE *et al.*, 2023).

Durante a 1ª Semana da Agroecologia de Mato Grosso, realizada no período de 4 a 10 de outubro de 2021, foram apresentadas mais de trinta experiências agroecológicas de Norte a Sul, Leste a Oeste do estado. São experiências relacionadas à produção orgânica e agroecológica de hortaliças e frutíferas, de quintais agroflorestais, agroflorestas; produção e conservação de sementes; recuperação de nascentes; práticas agroecológicas; sistema de comercialização solidária; economia solidária; projetos de capacitação/educação, dentre outros.

Experiências Agroecológicas Científico-pedagógicas em MT

Dentre as experiências desenvolvidas no campo científico, os Núcleos de Estudo e de Pesquisa em Agroecologia (NEA) fazem um trabalho de construção do conhecimento agroecológico no estado. Os núcleos mais atuantes no âmbito federal são o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica do IFMT, Campus Barra do Garças (NEA Vale do Araguaia - NEA-VA) e o Núcleo de Estudo em Agroecologia da Pré-Amazônia, Campus Juína; e da UFMT, o Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST). No âmbito das instituições estaduais, estão os núcleos da UNEMAT: Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia (NAFA), Campus de Alta Floresta; o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA), Campus de Nova Xavantina; o Núcleo de Formação, Pesquisa e Extensão em Agroecologia, Campus de Pontes e Lacerda e o Núcleo de Formação, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (Nater), Campus de Cáceres; e o Núcleo Agroecológico de cultivo de plantas medicinais, condimentares e alimentos não convencionais, da Faculdade do Vale do Juruena - AJES. A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER também criou um núcleo de Agroecologia da Baixada Cuiabana (NABAC), que tem como objetivo dar apoio à comunidade e às práticas agrícolas, bem como, ensino, pesquisa e extensão rural (EMPAER, 2015).

Além dos núcleos, outra estratégia de construção do conhecimento científico agroecológico e afins, são os grupos de pesquisas. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq disponibiliza em seu site, a relação dos grupos. Em MT estão cadastrados no CNPq três grupos da UNEMAT: "Gestão: agricultura familiar e Agroecologia" (GAFA); "Grupo de estudos sobre meio ambiente e agricultura sustentável" (GEMAAS); "Grupo Agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável". Da UFMT foi encontrado o grupo: "Agricultura familiar, Agroecologia e agricultura orgânica em Mato Grosso" e do IFMT, o grupo "Tecnologia para Agroecossistemas Sustentáveis - TechAgroS". Outros grupos de pesquisa, possivelmente, trabalham com Agroecologia e áreas afins sem usar o termo Agroecologia e/ou sem estarem cadastrados no CNPq.

Algumas instituições de ensino, pesquisa e extensão de MT oferecem cursos de formação sobre Agroecologia. O IFMT oferece cursos de formação inicial e continuada (FIC) de Agricultura e Pecuária de base Agroecológica para agricultores familiares (Assentados da Reforma Agrária, Indígenas, Retireiros do Araguaia e Quilombolas) presentes no território do Xingu Araguaia; Curso de Implantação, Planejamento e Manejo Agroecológico de Sistemas Agroflorestais para Agricultores do povo Xavante; Cursos Técnico Integrado em Meio Ambiente e Técnico em Meio Ambiente - Proeja; Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de especialização em Agroecologia e outro em Educação do Campo.

A EMPAER também oferece cursos, palestras, oficinas, ações de capacitação sobre Agroecologia e produção orgânica. A SEDUC-MT oferece em sua organização curricular da educação do campo, além da base nacional comum, a parte diversificada, denominada Ciências e Saberes do Campo, formada pelos eixos Agroecologia, Agricultura Familiar e Economia Solidária, com 2 horas-aula semanais. As escolas do campo também ofertaram cursos técnicos na modalidade ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Agroecologia. A SEDUC também ofereceu o Ensino Médio Técnico Profissionalizante em Agroecologia em 2016 na Escola Estadual Indígena Xinui Myky, Aldeia Japuira, município de Brasnorte.

Vale destacar as Escolas Jaraguá e a Escola Agrícola Terra Nova que trabalham com Agroecologia em seus currículos. A Escola Agrícola Terra Nova nasceu no ano de 2010 e está localizada na 10ª Agrovila no município de Terra Nova do Norte, distante aproximadamente 50 km do núcleo urbano. A escola atende 260 estudantes de 15 municípios de MT (ESCOLA AGRÍCOLA TERRA NOVA, 2023). A Escola Estadual Jaraguá, localizada na agrovila do Projeto de Assentamento Jaraguá, foi fundada no ano de 2013 e inaugurada em maio de 2014 e atende estudantes de seis municípios de MT (MAIA *et al.*, 2018). Ambas as escolas oferecem o ensino médio integrado ao técnico em Agroecologia no regime de alternância como estratégia e alternativa de formação.

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI) oferece formação, ações e um curso técnico de nível médio em Agroecologia, na modalidade MedioTec. Outra Instituição que oferece técnico em Agroecologia é a União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (UNIFACC-MT). As instituições de ensino técnico e superior têm contribuído com a produção de monografias (de graduação e especialização), dissertações e teses de doutorado sobre Agroecologia e temas afins. No repositório da UFMT constam 10 monografias, 7 dissertações e 3 teses diretamente relacionadas com a Agroecologia.

No banco de dados da UNEMAT foram encontradas 28 monografias de graduação, 3 de especialização e 2 dissertações de mestrado. No Google Acadêmico foram encontrados 16.500 resultados referentes à Agroecologia em MT, sendo a grande maioria dos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Agroecologia, nos últimos 10 anos. Na base de Periódicos Capes foram

encontrados 17 artigos. No IFMT, 11 artigos, dos quais um artigo é resultante de um trabalho realizado no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de especialização em Agroecologia; nove são referentes aos estudos realizados pelo NEA-VA e um estudo versa sobre uma revisão de literatura realizada no Programa de Doutorado em Sustentabilidade.

Políticas Públicas e Experiências Agroecológicas Institucionais em MT

No estado de Mato Grosso, é notória a insuficiência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e camponesa e voltadas para a promoção da Agroecologia (CASTRO; FREITAS, 2021). No entanto, há algumas leis que foram criadas para a construção da Agroecologia no estado de MT, mesmo não sendo construídas com base nas discussões dos movimentos sociais e, muitas vezes, sem recursos e esforços para a implementação. Dentre as leis estaduais, as relacionadas à Agroecologia são: i) Lei nº 10.445/2016, que dispõe sobre a utilização de alimentos e/ou produtos alimentares produzidos pela agricultura familiar do Estado de Mato Grosso no ambiente escolar da rede estadual de ensino; ii) Lei nº 10.516 de 2017, que dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar; iii) Lei nº 10.627/2017, que dispõe sobre o Calendário de Produção da Agricultura Familiar do Estado de Mato Grosso; iv) Lei nº 11.145/2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar no âmbito do Estado de Mato Grosso; v) Lei nº 11.242/2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO; vi) Lei nº 11.337/2021, que instituiu a Semana Mato-grossense de Agroecologia; vii) Lei nº 12.100/2023, que instituiu a Política Estadual de Incentivo e Fomento às Feiras Livres de Produtos Orgânicos em Mato Grosso; viii) Plano Estadual de Segurança Alimentar; ix) Plano Estadual de Economia Solidária, a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar; x) Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar - PEATER; e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - PROATER; xi) Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Sistema Socioeducativo e Prisional - PEAAP; xii) Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte – SUSAF – MT; xiii) Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado de Mato Grosso; xiv) Plano Estadual de Agricultura Familiar de Mato Grosso.

Embora esse arcabouço de leis não esteja diretamente ligado à Agroecologia, é importante para o fortalecimento da agricultura familiar, pauta transversal da Agroecologia. O Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF, 2017) traz duas diretrizes que contemplam a Agroecologia. A Lei 11.242/2020 que dispõe sobre Agroecologia, apresenta 12 artigos, sendo 11 diretrizes, 26 objetivos, 18 instrumentos e 9 obrigações do Estado para atingir a finalidade e as diretrizes do PEAPO. Além disso, a Lei apresenta cinco elementos referentes à política

Gervazio et al.

instituída para a elaborar o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PLEAPO. Segundo a Lei, Agroecologia é um campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento equilibrado das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais. Pensar políticas públicas para a agricultura no Brasil e em MT é tratar de uma dívida histórica do Estado brasileiro com a agricultura familiar e camponesa, muito embora a presença deste segmento agrícola seja de fundamental importância para a segurança e soberania alimentar e nutricional da população (CASTRO; FREITAS, 2021).

No estado de MT, alguns municípios estão desenvolvendo políticas públicas para a promoção da agricultura familiar e Agroecologia. As ações são Feiras Agroecológicas; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica; Sistema de Inspeção Municipal (SIM) dos produtos da agricultura familiar; Lei Municipal n. 2752/2007 que criou o Núcleo de Participação Social e Economia Solidária (NUPES) em Tangará da Serra; Aquisição de produtos da agricultura familiar via PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, os municípios de Querência e Alta Floresta construíram o Plano Municipal da Agricultura Familiar. Ambos os planos apresentam estratégias, diretrizes e ações para a produção agroecológica.

Considerações finais

Apesar da construção e do desenvolvimento da Agroecologia no estado de MT por diferentes atores, o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo, ainda é baseado em monoculturas para a exportação, uso intensivo de agrotóxicos e concentração de terras. Neste sentido, as experiências aqui discutidas anunciam um caminho viável de uma nova proposta de desenvolvimento com inclusão social, horizontal e com respeito ao meio ambiente.

A partir da pesquisa bibliográfica e análise documental realizadas foi possível identificar que, a trajetória da Agroecologia no estado de Mato Grosso está atrelada ao movimento iniciado na década de 1990, inicialmente com o termo agricultura sustentável, que mobilizou diversos atores em prol da Agroecologia, e em busca por novos modelos de produção, diversificados, alternativos, isentos de agrotóxicos, em contraponto ao modelo convencional excludente, que pudessem atender a demanda por alimentos saudáveis nas diferentes vertentes da sustentabilidade.

Tendo em vista as discussões realizadas e articulação entre os segmentos, a partir de 1999 começaram a surgir os primeiros grupos organizados, concomitante com outras ações (encontros estadual e regional de Agroecologia, feiras, dias de campo, seminários, fóruns, campanha, caravanas, grupos de

trabalho, cursos e capacitações, etc.). Além do estabelecimento de Núcleos, Centros e Redes de Agroecologia pelo estado, que se traduzem em importantes espaços de discussão e construção do conhecimento, impulsionando as diversas experiências agroecológicas, fundamentais para as transformações dos territórios e atendimento dos anseios quanto a essa nova realidade em MT. Ressalta-se ainda, a integração ao ensino médio de cursos técnicos em Agroecologia, via SEDUC, SECITEC, Especializações (Pós-Graduação Lato Sensu), além dos cursos de graduação das principais universidades (UFMT, UNEMAT e IFMT) gerando produção científica para compartilhamento de resultados.

O debate acerca da Agroecologia em MT alcançou diferentes esferas, culminando na construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO (Lei nº 11.242/2020), cujo principal instrumento, o Plano Estadual de Agroecologia - PLEAPO, está ainda em discussão para elaboração, e a Semana Mato-grossense de Agroecologia (Lei nº 11.337/2021), como parte dos esforços de coletivos da Agroecologia no estado, além de outras políticas e planos ligados diretamente a agricultura familiar (que em sua maioria, não houve a participação da sociedade civil organizada em sua construção), mas que representam também, o arcabouço legal e histórico da Agroecologia no Estado de Mato Grosso.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido, em vista da realidade de outros estados, entretanto percebe-se que o movimento agroecológico em MT segue (re) existindo, na luta pautada na democratização da produção e acesso a alimentos saudáveis, na soberania e segurança alimentar, na busca por sistemas de produção mais sustentáveis, equidade e qualidade de vida das populações, comunidades e povos tradicionais, e na valorização dos diferentes saberes nesta construção.

Referências

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

ANDRIONI, I. **Educação popular, educação do campo e saberes tradicionais: trilhas que se cruzam e entrecruzam na Feira Cantasol em Cláudia - MT**. 2021. 209 p. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

AGROECOLOGIA EM REDE (AeR). Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/> Acesso: 30 jul. de 2023.

ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Municípios agroecológi-**

Gervazio et al.

cos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à Agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021. 40p.

BINDE, D. R.; FABIAN, F. T. C.; SANTOS, T. R. R.; MONTEIRO, T. R. Experiências agroecológicas no IFMT – campus Barra do Garças. **Conjecturas**, v. 21, n. 5, 2021.

CARNEIRO, F. F. (Org.) **Dossier ABRASCO:** alerta sobre los impactos de los agrotóxico. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2016. 648 p.

CASTRO, F. P.; FREITAS, L. M. de. A Agroecologia como prática emancipatória do território: lutas de resistência para a transição agroecológica em Mato Grosso. pp. 291-304. In: PIGNATI, W. A. *et al.* (orgs.) **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil.** São Paulo: Outras expressões, 2021.365p.

COSTA JUNIOR, P. C. S. **Territorialização camponesa nas cidades do agronegócio: a experiência dos sitiantes do assentamento 12 de Outubro no projeto Cantasol.** 2019. 151 p. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Sobre nós.** 2023. disponível em: cptnacional.org.br/sobre-nos/historico. Acesso: 22 abr./2023.

COUTO, V. A.; DUFUMIER, Marc; REIS, Livia L. de M. **Agronegócio & agriculturas familiares: crítica do discurso único para dois brasis.** 1 ed. Salvador: UFBA, 2013. p. 31- 82.

CSA.COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA. **CSA no Brasil:** saiba onde encontrar uma CSA. 2023. Disponível em: <<https://csabrasil.org/csa/csas-no-brasil/>> Acesso: 05 mai. 2023.

CTA. CENTRO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA. **Histórico.** 2023. Disponível em: <https://www.ctamt.org.br/historico> Acesso: 31 de jul. 2023.

EMPAER. EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Empaer e parceiros criam o Núcleo de Agroecologia na Baixada Cuiabana.** Disponível em: <https://www.empaer.mt.gov.br/-/empaer-e-parceiros-criam-o-nucleo-de-agroecologia-na-baixada-cuiabana> Acesso: 26 abr. 2023.

ESCOLA AGRÍCOLA TERRA NOVA. 2023. **Sobre a escola**. Disponível em: <https://www.escolaagricolaterranova.com/about1-clxl>. Acesso: 26 abr. 2023.

FASE. **Cuiabá recebe o maior evento de Agroecologia do estado**. 2016. Disponível em: <https://fase.artedigital.rio/pt/noticias/cuiaba-recebe-maior-evento-de-agroecologia-do-estado/> Acesso: 22 abr./2023.

FELIPE, R. *et al.* Sistemas Agroflorestais Agroecológicos: Trajetórias, Perspectivas e Desafios nos Territórios do Brasil, **Rev. Bras. de Agroecologia**, vol. 18, n. 1, p. 09-43, 2023.

FERNANDES, B. M. Prefácio: Plantando a semente. In: SCARABELI, Vanderly. **Agroecologia no território do agronegócio: experiência do MST no estado do Mato Grosso**. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2021. 245p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 656p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

ICV. INSTITUTO OURO VERDE. **Projeto Amazônia Viva Alimenta (AVA) abre edital para fortalecimento do protagonismo das mulheres, Agroecologia e comercialização coletiva da agricultura familiar na Amazônia mato-grossense**. 2023. Disponível em: <https://www.icv.org.br/sem-categoria/projeto-amazonia-viva-alimenta-ava-abre-edital-para-fortalecimento-do-protagonismo-das-mulheres-agroecologia-e-comercializacao-coletiva-da-agricultura-familiar-na-amazonia-mato-grossense/> Acesso: 02 agost. 2023.

IFMT. INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO. 2023. **IFMT São Vicente sedia o I Seminário Estadual de Educação em Agroecologia**. Disponível em: <https://svc.ifmt.edu.br/conteudo/noticia/ifmt-sao-vicente-sedia-o-i-seminario-estadual-de-educacao-em-agroecologia/> Acesso: 05 mai./2023.

INSTITUTO GAIA PANTANAL. Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental do Pantanal. Projetos. Disponível em: <https://www.institutogaiapantanal.org/> Acesso: em 05 mai. 2023.

IOV. INSTITUTO OURO VERDE. SISCOS - **Sistema de Comercialização Solidária**.

Gervazio et al.

2023. Disponível em: <https://demo.siscos.com.br/Siscos/>. Acesso: 05 mai. 2023.

LARANJA, R. L. B.; BRANDÃO, M. V.; BARDUSCO, F. A.; SILVA, W.; NOBRE, H.; DAMASCENO, G. K. T.; LEMES, A. A experiência da transição agroecológica a partir de sistemas agroflorestais da Comunidade Serragem, município de Nossa Senhora do Livramento - MT. v. 15 n. 2: **Anais...do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe. 2020.

LIMA, F. A. N. de S.; PIGNATI, W. A.; PIGNATTI, M. G. A extensão do 'agro' e do tóxico: saúde e ambiente na terra indígena Marãiwatsédé, Mato Grosso. **Cader- nos Saúde Coletiva**, v, 28, n.1, p. 1-11, 2020.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 194 f. Tese. Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2007.

MAIA, A. H.; LUZ, M. C. S.; SILVA, F. C.; SOUZA, M. E.; ZARATIM, A. P.; SILVA, T. O.; REBELATTO, B. F.; SOUZA, V. S. Jovens rurais estudantes da Escola Estadual Jaraguá, Água Boa (MT): projetos de vida, dilemas e sucessão familiar. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 97-117, 2018.

MATO GROSSO. **LEI Nº 11.242, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2020**. Dispõe sobre a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO. Cuiabá, MT: Diário Oficial Edição Extra, 2020.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORITE NETO, J. A. **Agrotóxico com novo nome, mas batizado pelos de sempre**. O Joio e o Trigo, 14 mai. 2018. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2018/05/o-nome-do-agrotoxico-e-novo-mas-os-de-sempre-batizam/>. Acesso: 20 jul 2023.

MPT. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM MATO GROSSO (MPT-MT). **MPT e IFMT firmam parceria para implantar projeto de fazenda agroecológica**. Disponível em: <<https://www.prt23.mpt.mp.br/1050-ifmt-firma-parceria-com-mpt-para-implantar-projeto-de-fazenda-agroecologica>> Acesso: 27 abr. 2023.

NAVES, T. M. **A formação da comunidade que sustenta a agricultura (CSA) no município de Rondonópolis, Mato Grosso**. Monografia - Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental. Universidade Federal de Mato Grosso. 2020.

NOBRE, H.; OLIVEIRA, F.; LARANJA, R. L. B.; CAETANO, E.; SAMPAIO-NETO, O.; SANTANA, B. Sistemas Agroflorestais como promotores da transição agroecológica no território da Baixada Cuiabana - MT. **Cadernos de Agroecologia**. v. 15, n. 2, 2020.

PANSERA, N. G. M.; QUEIROZ, K. G. R.; MENEZES, R. J.; SÁ, J. K. L.; SANTANA, R. T.; FELIPE, R. T. A. A Unidade de Ensino-Aprendizagem em Sistemas Agroflorestais. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 12., 2021, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: UEG, p. 525-531. 2021.

PEAF. Plano Estadual da Agricultura Familiar de Mato Grosso. 2017. Disponível em: <https://www.agriculturafamiliar.mt.gov.br/peaf> Acesso: 31 jul. 2023.

PEE. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MT. 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/mt_pee.pdf Acesso: em 01 agosto. 2023.

PORTO, I. **Concepções e percepções de educação do campo na Escola Municipal Boa Esperança Sorriso - MT**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *In*: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Ano 1, n. 1, jul. 2009.

SCARABELI, V. **Agroecologia no território do agronegócio: experiência do MST no estado do Mato Grosso**. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2021. 245p.

SEMENTES DO PORTAL. **Sementes do Portal da Amazônia**. 2023 <http://www.sementesdoportal.com.br/sementes> Acesso em: 01 agosto. 2023.

SILVA, E. M.; TRICAUD, S.; TOCANTINS, N.; PRIANTE, J.; NASCIMENTO, T. N. A.; SAMPAIO NETO, O. Z. Recoopsol e os coletivos de Economia Solidária: Um processo de fortalecimento de organização Social e Empoderamento local. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 24717-24729, 2021.

SOUZA, V. S. **O movimento estudantil e a trajetória da Agroecologia no curso de agronomia da Universidade Federal de Mato Grosso**. 2023. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Agronomia, Universidade Federal de Mato Grosso, Sinop, 2023.

Gervazio et al.

SOUZA, V. A. ; REIS, G. P. L.; SILVA, A. J. R.; AMBOSIO, L. C. R.; SCHWINGEL, E. C; FELIPE, L. T. A. Produção agroecológica em sistema agroflorestal a partir da extensão universitária agroecológica. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 12., 2021, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: UEG, 2021. p. 601 – 609.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, p. 126- 144, 2011.

TYGEL, A. F.; FOLGADO, C.; CASTRO, F. P.; CASTILLERO, I. T. A.; MELGAREJO, L.; WINNIE, L. W. Y.; SILVA, M. T.; SOUZA, N. A.; SILVA, N. R.; AGUIAR JUNIOR, P. C.; DORNELAS, R. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. **Revista Agrícolas: experiências em Agroecologia**, v.11, n.3, p.38-42, 2014.